



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2015

CEFET/RJ

Rio de Janeiro
Março 2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015, e da Portaria CGU nº 522/2015. Este instrumento de prestação de contas abrange as atividades e dispêndios oriundos das seguintes unidades administrativas: *Campus* Sede Maracanã, *Campus* Nova Iguaçu, *Campus* Maria da Graça, *Campus* Petrópolis, *Campus* Nova Friburgo, *Campus* Itaguaí, *Campus* Angra dos Reis e *Campus* Valença.

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do CEFET/RJ - CERG

Rio de Janeiro
2016

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1.2 - Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual	16
Quadro 3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	20
Quadro 3.7 – Macroprocessos Finalísticos	23
Quadro 4.3.2.2 – Ação/Subtítulos – OFSS	29
Quadro 4.3.2.2.1 - Complemento aos Quadros 4.3.2.1 e 4.3.2.2	33
Quadro 4.3.2.3 – Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar - OFSS	33
Quadro 4.3.6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	34
Quadro 4.3.7 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	35
Quadro 4.3.8 - Receita arrecadada 2015	36
Quadro 4.3.9.1 – Despesas por modalidade de contratação	37
Quadro 4.3.10.1– Concessão de suprimento de fundos	39
Quadro 4.3.10.2 – Utilização de suprimento de fundos	40
Quadro 4.3.10.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	40
Quadro 4.14.4 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	43
Quadro 5.2 – Informações sobre dirigentes e colegiados.....	50
Quadro 5.7.2 – Composição da UAUDI	53
Quadro 5.7.3 – Trabalhos previstos e não concluídos	82
Quadro 5.7.4 – Recomendações emitidas pela UAUDI em 2015	83
Quadro 5.9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	86
Quadro 8.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12.....	140
Quadro 8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	140
Quadro 8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (Situação em 31 de dezembro)	141
Quadro 8.1.2 - Custos de pessoal no exercício de referência e no anterior.....	142
Quadro 8.1.10 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade	144
Quadro 8.2.4 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC.....	148
Quadro 8.2.5 – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade do CEFET/RJ, exceto imóvel funcional.....	157
Quadro 8.2.8 – Obras e serviços de engenharia relacionados com a atividade-fim	158
Quadro 8.3.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015	162
Quadro 8.4 – Aspectos da Gestão Ambiental	165
Quadro 9.3 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas	104
Tabela 2 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Sede (Maracanã).....	183
Tabela 3 Alunos matriculados na graduação Tecnologia <i>Campus</i> Sede (Maracanã).....	184
Tabela 4 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Nova Iguaçu	184
Tabela 5 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Nova Friburgo	184
Tabela 6 Alunos matriculados na graduação Tecnologia <i>Campus</i> Nova Friburgo	185
Tabela 7 Alunos matriculados na graduação Licenciatura <i>Campus</i> Nova Friburgo	185
Tabela 8 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Petrópolis	185
Tabela 9 Alunos matriculados na graduação Tecnologia <i>Campus</i> Petrópolis	185
Tabela 10 Alunos matriculados na graduação Licenciatura <i>Campus</i> Petrópolis	186
Tabela 11 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Itaguaí.....	186
Tabela 12 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Angra dos Reis	186
Tabela 13 Alunos matriculados na graduação Bacharelado <i>Campus</i> Valença.....	186
Tabela 14 Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os <i>campi</i>	187
Tabela 15 Alunos matriculados no ensino médio por <i>campus</i>	187
Tabela 16 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente <i>Campus</i> Sede (Maracanã)	187
Tabela 17 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente <i>Campus</i> Itaguaí	188
Tabela 18 Alunos matriculados no ensino técnico a distância <i>Campus</i> Sede (Maracanã).....	188
Tabela 19 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante <i>Campus</i> Sede (Maracanã)	189
Tabela 20 Alunos matriculados no ensino técnico integrado Unidade Sede (Maracanã)	189
Tabela 21 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante (anual)- <i>Campus</i> Nova Iguaçu	190
Tabela 22 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - <i>Campus</i> Nova Iguaçu	190
Tabela 23 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - <i>Campus</i> Maria da Graça	190
Tabela 24 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - <i>Campus</i> Maria da Graça.....	191
Tabela 25 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - <i>Campus</i> Petrópolis.....	191
Tabela 26 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - <i>Campus</i> Petrópolis	191
Tabela 27 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - <i>Campus</i> Nova Friburgo.....	191
Tabela 28 Alunos matriculados no ensino técnico integrado – <i>Campus</i> Nova Friburgo	192
Tabela 29 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - <i>Campus</i> Itaguaí	192
Tabela 30 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - <i>Campus</i> Itaguaí	192
Tabela 31 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - <i>Campus</i> Angra dos Reis.....	192
Tabela 32 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - <i>Campus</i> Valença	192
Tabela 33 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - <i>Campus</i> Valença	193
Tabela 34 Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> - DIPPG	195
Tabela 35 Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> - DIPPG	196
Tabela 36 Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> – DIPPG (Dez 2014)	196
Tabela 37 Trabalhos produzidos pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> - DIPPG	197
Tabela 38 Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG.....	197

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma Funcional	20
Figura 2 Estrutura de Governança do CEFET/RJ	49
Figura 3 Atuação da UAUDI na Implantação da ABR	56
Figura 4 Desencadeamento da Avaliação de Riscos	56
Figura 5 Matriz de Risco	57
Figura 6 Atendimento da Ouvidoria referente ao exercício de 2015	89
Figura 7 Solicitações feitas durante o exercício de 2015	90
Figura 8 Reclamações registradas durante o exercício de 2015	90
Figura 9 Quantidade de pedidos por mês	92
Figura 10 Situação dos pedidos de acesso à informação	93
Figura 11 Pedidos por tipo de resposta	95
Figura 12 Recursos ao chefe hierárquico respondidos	99

LISTA DE SIGLAS

ABR – Auditoria Baseada em Riscos
CAE – Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCCCSS – Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária
CD – Cargo de Diretoria
CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CERG – Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão
CGU – Controladoria Geral da União
CMRI – Comissão mista de Reavaliação de Informações
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR – Conselho Diretor
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da educação Superior
CONEN – Conselho de Ensino
CONEX – Conselho de Extensão
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica
COPEP – Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
COPET – Coordenadoria de Pesquisa e Estudo Tecnológico
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
DE – Dedicção Exclusiva
DEA – Despesa de Exercícios Anteriores
DEAC – Departamento de Assuntos Comunitários
DEADI – Departamento de Assuntos Disciplinares
DECOF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DECOF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DEMET – Departamento de Ensino Médio e Técnico
DEPAF – Departamento Financeiro
DEPEQ – Departamento de Engenharia Civil
DEPES – Departamento de Educação Superior
DERAC – Departamento de Registro Acadêmico
DICOM – Divisão de Comunicação Social
DIEMP – Divisão de Integração Empresarial
DIGES – Diretoria de Gestão Estratégica
DIPPG – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
DIPROV – Divisão de Programação Visual
DIRAP – Diretoria de Administração e Planejamento
DIREG – Direção Geral
DIREN – Diretoria de Ensino
DIREX – Diretoria de Extensão
DN – Decisão Normativa
DRH – Departamento de Recursos Humanos
DTINF – Departamento de Tecnologia da Informação
EAD – Ensino a Distância

EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
e-Ouv – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ETN - Escola Técnica Nacional
FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FG – Função Gratificada
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIPSE – *Fund for the Improvement of Postsecondary Education*
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira
FRET /CEFET – Fundação Rotária de Educação para o Trabalho
GECOF – Gerência Contábil e Financeira
GERAC / SERAC – Secretaria de Registro Acadêmico
GRU – Guia de Recolhimento da União
IBM DB2 – *DataBase* Software
IES – Instituições de Ensino Superior
IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas
IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IN – Instrução Normativa
ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC - Ministério da Educação
NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
NS – Norma de Serviço
NUP – Número único de Protocolo
NUPEM – Núcleo de Pesquisa em Mecatrônica
OCC – Gastos Totais
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento da Seguridade Social
OGU – Ouvidoria-Geral da União
OI – Orçamento de Investimento
PAA – Programa de Auxílio Alimentação
PAAV – Plano Anual para Aquisição de Veículos
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEA – Planejamento Estratégico Anual
PIBC – EM – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica para Ensino Médio
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PND – Plano de Natureza de Despesas
PNE – Portador de Necessidades Especiais
POA – Plano Operativo Anual
PPA – Plano Plurianual
PPCTE – Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação

PPECM – Pós- Graduação em Ensino de Ciência da Natureza
PPEEL – Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
PPEMM – Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais
PPFEN – Programa de Pós-Graduação em Filosofia em Ensino
PPGIO – Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada
PPRER – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais
PPRO – Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistema
RAD – Regulamento de Atividades Docentes
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAP – Restos a Pagar
REDETEC – Rede de Tecnologia e Inovação
RI – Regimento Interno
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP – Restos a Pagar
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências
SA – Solicitação de Auditoria
SAP – Sistema de Acompanhamento de Processo
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDB – Sistema de Banco de Dados
SECI – Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses
SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SETEC- / MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIE – Sistema de Informação de Ensino
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões
SM – Salário Mínimo
SOF / MPOG – Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOPHIA – Sistema de Gestão de Bibliotecas
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO / MEC – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SPU/MPOG – Secretaria de Patrimônio da União do Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão
SQL – *Structure Query Language*
STFC – Serviço de Telefonia Corporativa, Fixo Comutado
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU - Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TP – Tomada de Preço
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UAUDI – Unidade de Auditoria Interna
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFSM – Universidade de Santa Maria
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VCGE – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	3
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE SIGLAS	6
2. APRESENTAÇÃO	14
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	16
3.1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	16
3.1.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas.....	16
3.1.2 Relatório de Gestão Individual	16
3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	17
3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	17
3.4 BREVE HISTÓRICO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	18
3.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	18
3.6 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	20
3.7 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	22
3.8 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	24
3.9 PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES.....	24
3.10 PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO.....	24
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	25
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	25
4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução	26
4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício	26
4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	27
4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	27
4.1.5 Desdobramento do plano estratégico.....	28
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....	28
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	29
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	29
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	29
4.3.2.1 Ações do OFSS.....	29
4.3.2.2 Ações / Subtítulos - OFSS	29
4.3.2.3 Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS	33
4.3.2.4 Ações – Orçamento de Investimento - OI.....	34
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	34
4.3.4 Demonstrativo da execução das despesas.....	34
4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	34
4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores	34
4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos	35
4.3.7.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias.....	35
4.3.7.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal.....	35
4.3.7.3 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras.....	36
4.3.7.4 Informações sobre os projetos desenvolvidos por fundações de apoio.....	36
4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	36
4.3.8 Informações sobre a realização das receitas	36
4.3.9 Informações sobre a realização das despesas.....	37
4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	39
Concessão de Suprimento de Fundos	39
Utilização de Suprimento de Fundos	40
Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	40
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	41
4.5 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	41
4.6 INFORMAÇÕES SOBRE A CARTEIRA E AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	41

4.7	INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016	41
4.8	PRINCIPAIS PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	41
4.9	DESEMPENHO QUANTO ÀS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	41
4.10	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA REVISÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA.....	41
4.11	GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	42
4.12	PROJETOS DE OBRAS DE AUDIOVISUAL.....	42
4.13	RENÚNCIA DE RECEITAS	42
4.14	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	42
4.14.2	Informações e indicadores sobre o desempenho operacional	42
4.14.4	Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico.....	42
	Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	43
4.15	ACOMPANHAMENTO E RESULTADOS DO PLANO BRASIL MAIOR.....	44
4.16	INFORMAÇÕES SOBRE EMPREENDIMENTOS REALIZADOS POR INTERMÉDIO DE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE.....	44
4.17	INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	44
4.18	INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO – PINMG E SOBRE O PLANO DE EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO - PEX.....	44
4.20	INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	44
4.21	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO SIAFI NOS POSTOS DIPLOMÁTICOS.....	45
4.22	INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DE REFORMA CONSULAR.....	45
4.23	INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO - PNQ.....	45
4.24	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DO SISTEMA INTEGRADO DE MOITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON	45
4.25	ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO APROVADO PARA O OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO	45
4.26	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES.....	45
4.27	ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA ANP	45
4.28	INFORMAÇÕES SOBRE RESSARCIMENTOS PELOS PLANOS DE SAÚDE AO SUS.....	45
4.29	ANÁLISE DO IMPACTO GERADO NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA ANATEL	45
4.30	INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	46
4.31	DESEMPENHO OPERACIONAL	46
4.32	ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E RESULTADOS RELACIONADOS A CONTRATOS DE GESTÃO REGIDOS PELA LEI 9.637/1998.....	46
4.33	ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E RESULTADOS RELACIONADOS A TERMOS DE PARCERIA REGIDOS PELA LEI 9.790/1999.....	46
4.34	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL.....	46
4.35	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	46
4.36	INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E SUBPROJETOS PRIORITÁRIOS DOS COMANDOS MILITARES E DO MINISTÉRIO DA DEFESA	46
4.37	INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SOBRE AS AÇÕES RELACIONADAS AO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM GRANDES EVENTOS	46
4.38	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS	46
4.39	INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS CONDUZIDOS PELA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE	47
4.40	INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	47
4.41	ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA	47
4.42	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS CONTRATOS DE FRANQUIA DE SERVIÇO POSTAL.....	47

4.43	INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS CORPORATIVOS	47
4.44	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES TÉCNICAS ESPECÍFICAS	47
4.45	DESEMPENHO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR ÁGUA - INTERÁGUAS	47
4.46	RESULTADOS DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO	47
4.47	INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADORES UTILIZADOS PELA ENTIDADE PARA MONITORAR E AVALIAR A GESTÃO.....	47
4.48	PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE GESTÃO.....	48
4.49	PRINCIPAIS RESULTADOS RELACIONADOS AO AMBIENTE DE NEGÓCIO	48
4.50	INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS OPERACIONAIS DO CONGLOMERADO	48
4.51	VISÃO GERAL SOBRE A SITUAÇÃO DAS OBRAS COM RECURSOS DO FUNDO	48
5.	GOVERNANÇA	49
5.1	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	49
5.2	INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS	50
5.3	PAPÉIS E FUNCIONAMENTO DOS COLEGIADOS.....	51
5.4	POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	51
5.5	INFORMAÇÕES SOBRE A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	51
5.6	MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO.....	51
5.7	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	51
5.7.1	Estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna	51
5.7.2	Fatos relevantes que impactaram na auditoria interna em 2015	53
5.7.3	Trabalhos de Auditoria Interna realizados no exercício de 2015	57
5.7.4	Recomendações	83
5.7.5	Opinião sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade prestadora de contas	85
5.8	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	85
5.9	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	86
5.10	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	88
5.11	INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	88
5.12	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE	88
5.13	POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE	88
5.14	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE	88
5.15	ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS	88
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	89
6.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO	89
6.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	103
6.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	103
6.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	133
6.5	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.....	133
6.6	AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	134
6.7	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	134
6.8	DESEMPENHO E ATUAÇÃO DOS POSTOS NO EXTERIOR NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	134
6.9	INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL	134
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	135
7.1	DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	135
7.2	INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR	135
7.3	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	135
7.4	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	136
7.5	INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	136
7.6	DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDELIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL	137
7.7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	137
7.8	DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DO REGISTRO DOS IMÓVEIS APROPRIADOS	138

7.9	DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO E REGISTRO CONTÁBIL DOS CRÉDITOS A RECEBER.....	138
7.10	EVIDENCIAÇÃO DO <i>DEL-CREDERE</i> DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	138
7.11	NOTAS EXPLICATIVAS DE CONCILIAÇÕES DOS REGIMES CONTÁBEIS ADOTADOS (LEI 4.320/1964 E 6.404/1976).....	138
7.12	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/1976 E NOTAS EXPLICATIVAS.....	138
7.13	REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CLASSIFICAÇÃO A NOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES REGISTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	138
7.14	INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	138
7.15	INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS OPERACIONAIS EM QUE ATUA O CONGLOMERADO.....	138
7.16	INFORMAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO.....	138
7.17	DEMONSTRATIVO ESPECÍFICO SOBRE OS SUBSÍDIOS E RESULTADO OPERACIONAL.....	139
7.18	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS ELABORADAS DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	139
7.19	DESEMPENHO FINANCEIRO DO CONGLOMERADO.....	139
7.20	DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DOS DESEMPENHOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS.....	139
7.21	INFORMAÇÕES SOBRE AS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL.....	139
8.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	140
8.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	140
8.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	142
8.1.4	Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal 143	
8.1.5	Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal.....	143
8.1.6	Medidas para o ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórios.....	143
8.1.7	Demonstração das iniciativas de cobrança de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes.....	143
8.1.8	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.....	143
8.1.9	Controle internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes.....	143
	Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos.....	143
	Contratação de Estagiários.....	146
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA.....	146
8.2.5	Demonstração da situação dos imóveis da União.....	157
8.2.6	Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desimobilização.....	157
8.2.7	Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	158
8.2.8	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	158
8.2.9	Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade.....	159
8.2.10	Informações sobre a infraestrutura física.....	159
8.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	159
8.3.1	Principais sistemas de informações.....	159
8.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.....	164
8.3.3	Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas.....	164
8.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	165
8.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	166
8.5	GESTÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS.....	166
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	167
9.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	167
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI).....	167
9.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	180
9.4	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS PARA A COBRANÇA DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA E NÃO PREVIDENCIÁRIA.....	180
9.5	INFORMAÇÕES SOBRE O CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.....	180
9.6	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO EM BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	180
9.7	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE CERTIFICADOS DE ENTIDADES BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	181

9.8	INFORMAÇÕES SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS OFICINAS REGIONAIS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PERANTE O INMETRO	181
9.9	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	181
9.10	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PATROCÍNIO	181
9.11	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	181
9.12	INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FCDF DESTINADOS ÀS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	181
9.13	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	181
9.14	INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	182
10.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	183
10.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UPC	183
10.1.1	Funcionamento dos Cursos Médio, Técnico e Graduação - DIREN	183
10.1.1.1	Cursos de graduação - DIREN.....	183
10.1.2	Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa Universitária - DIPPG	194
10.1.2.1	Pós-Graduação - DIPPG	194
10.1.2.2	Difusão da Pesquisa Universitária - DIPPG	194
10.1.2.3	Atividades de Pesquisa e Pós-graduação - DIPPG	195
10.1.2.3.1	Cursos de especialização - DIPPG	195
10.1.2.3.2	Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> - DIPPG	196
10.1.2.4	Concessão de bolsas - DIPPG.....	197
10.1.2.5	Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG.....	197
10.1.2.6	Métricas do PDI relativas à Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG	198
10.1.3	Funcionamento da Extensão - DIREX.....	199
10.1.3.1	Estágio e Emprego	199
10.1.3.2	Ações Extensionistas e Público Participante	199
10.1.3.3	Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão no Sistema CEFET/RJ	200
10.1.3.4	Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora de Empresas Tecnológicas	204
10.1.3.5	Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis	204
10.1.3.6	Gestão de Convênios Ativos IETEC.....	205
10.1.3.6	Gestão de Convênios de Extensão Ativos	205
10.1.3.7	Eventos de Extensão Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2015	206
10.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
11.	ANEXOS E APÊNDICES	209

2. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão Individual integra o processo de Tomada de Contas do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, exercício de 2015. Apresenta a síntese dos resultados das ações empreendidas pelo CEFET/RJ no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais como Instituição de Ensino, bem como demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

Os principais destaques da Gestão 2015 foram o processo eleitoral de escolha dos dirigentes para o próximo quadriênio, conduzido de forma independente e democrática; aprovação de mais um curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes; efetivação, com abertura de vagas, do primeiro curso na modalidade à distância, do Curso de Engenharia em Produção, contratação expressiva por meio de concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes para melhoria da qualidade do atendimento da instituição.

O objetivo principal deste Relatório é apresentar dados, informações e indicadores apurados na Gestão do Centro em 2015, no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes atos legais:

- Lei 12.593/2012, Plano Plurianual do Governo Federal (2012 – 2015);
- Lei 12.919/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei 12.952/2014, Lei Orçamentária Anual;
- Lei 4.320/1964, Lei de Direito Público Financeiro;
- Lei 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos;
- Lei 10.520/2002, Lei do Pregão.

A formatação deste Relatório de Gestão está baseada nos seguintes instrumentos normativos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010;
- Decisão Normativa TCU nº 146/2015, de 30/09/2015;
- Decisão Normativa TCU nº 147/2015, de 11/11/2015;
- Portaria TCU nº 321/2015, de 30/11/2015;
- Portaria CGU nº 522/2015, de 05/03/2015.

As figuras, quadros e tabelas estão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto.

O Relatório está estruturado de acordo com a Portaria TCU nº 321/2015, de 30/11/2015, seus itens e subitens que se aplicam a instituição.

Com raízes constituídas há mais de 95 anos, a capacidade e competência do CEFET/RJ como instituição de ensino tecnológico projeta naturalmente o seu futuro na transformação em Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro.

Tal transformação priorizaria o desenvolvimento de capital humano para as necessidades sociais, e proporcionaria meios e formas de acesso ao ensino tecnológico público e gratuito com qualidade no Estado do Rio de Janeiro, objetivando o desenvolvimento econômico e social da Região Sudeste e do País.

Dessa forma, cabe salientar que a expansão realizada foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra região formada por mais de 40 municípios indiretos, provendo frutos a uma população de mais de 8 milhões de pessoas.

Considerando que este Relatório de Gestão estará no Portal do CEFET/RJ (www.cefet-rj.br) para consulta pública, entende-se que o documento fornecerá à sociedade elementos para a completa avaliação da gestão do CEFET/RJ em 2015, o que garante a transparência da administração.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação e Atributos da Unidade Prestadora de Contas

3.1.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

No presente relatório o CEFET/RJ será identificado por meio do Relatório de Gestão Individual definido no Anexo I da DN TCU nº 134/2013.

3.1.2 Relatório de Gestão Individual

O quadro abaixo apresenta a Identificação da Unidade Prestadora de Contas.

Quadro 3.1.2 - Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
Denominação Abreviada: CEFET/RJ			
Código SIORG: 000448	Código LOA: 26256	Código SIAFI: 15244	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia - 1104		CNPJ: 42.441.758/0001-05	
Principal Atividade: Educação			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de contato:	(021) 2566-3110	(021) 2566-3112	(021) 2568-2198
Endereço Eletrônico: direg@cefet-rj.br			
Página na Internet: http://www.cefet-rj.br			
Endereço Postal: Avenida Maracanã, 229 – Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.271-110			
Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas			
Lei 6.545, de 30 de junho de 1978.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas			
Estatuto, Portaria MEC nº 3.796, de 1º de novembro de 2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Código SIAFI	Nome		
153010	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Gestões Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Código SIAFI	Nome		
15244	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153010		15244	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Código SIAFI	Nome		
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		

3.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O CEFET/RJ goza de autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos estatutários e regimentais são:

- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

“Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade”.

3.3 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca é uma instituição autárquica de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a partir da transformação da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tendo por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

3.4 Breve Histórico do Órgão ou da Entidade

Criada por meio do Decreto nº 1.880, de 01/08/1917, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz tinha como objetivo formar professores, mestres e contramestres para os institutos e escolas profissionais do então Distrito Federal e, ainda, professores de trabalhos manuais para as escolas primárias municipais.

Após quase vinte anos de atividades, a Escola Normal de Artes e Ofícios cedeu lugar ao Liceu de Artes e Ofícios que foi posteriormente denominada Escola Técnica Nacional – ETN. Inaugurada em 1944, a ETN visava oferecer à sociedade um ensino técnico de qualidade, gratuito, voltado ao setor industrial. A escola oferecia a formação em dois níveis: cursos industriais básicos, equivalentes ao chamado curso ginásial (atual fundamental do 6º ao 9º ano) e cursos industriais técnicos. Ainda apresentava como incumbência preparar professores e pessoal administrativo para atuar no ensino industrial, além de formar artífices, mestres e técnicos para a indústria.

Com a necessidade cada vez maior de técnicos/trabalhadores qualificados, surge a profissionalização e a ETN se transforma ao oferecer o segundo grau, por meio da Lei nº 5.692/71, objetivando formar técnicos de nível médio no país.

Com a denominação, em 1965, de Escola Técnica Federal, pertencente então ao Governo Federal, e, mais tarde, em 1978, de Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, a instituição passa por mudanças sucessivas e significativas em seu panorama educacional. A instituição passou a atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira didática e disciplinar, oferecendo, além dos cursos de nível médio e nível técnico, cursos de graduação, voltados para a Engenharia.

Durante a década de 1990 o CEFET/RJ passa a ofertar, além dos cursos para a área industrial, cursos para área de serviços, o que amplia sua oferta de 7 (sete) para 14 (quatorze) cursos.

Atualmente, o CEFET/RJ atua ainda com o ensino de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, com cursos de educação a distância, e possui uma diretoria de extensão que desenvolve projetos de cunho educativo, social, cultural e científico os quais, articulados ao ensino e à pesquisa, ampliam sua relação com a sociedade.

3.5 Ambiente de Atuação

Ao atuar como instituição de ensino pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

Com *campus* sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, as atividades acadêmicas do CEFET/RJ se estendem a mais sete *campi*: um no município de Nova Iguaçu, alcançando a população da Baixada Fluminense; outro, em Maria da Graça, antiga região industrial do Rio de Janeiro servida de linhas de ônibus e metrô com acesso ao subúrbio e municípios vizinhos; na Região Serrana do Estado, um em Petrópolis, outro em Nova Friburgo, polos de tecnologia, moda e turismo; um em Itaguaí e outro em Angra dos Reis, municípios da Região da Costa Verde e um no

município de Valença, antiga região cafeeicultora. Em cada Unidade têm-se como definição de cursos a serem implementados a caracterização da realidade local e o comportamento do mercado produtivo apresentando o cenário prospectivo do mundo industrial. As mudanças de cenários ocorridas por conta dos setores das áreas de tecnologia, petróleo, gás, alimentos, portos, saúde e turismo inseridos no mundo globalizado, refletem na definição de escolha e oferta dos cursos.

Cumprir à Instituição fomentar o debate no sentido do desenvolvimento, frente à realidade econômica e social que se apresenta, sendo comum a consideração da falta de mão-de-obra qualificada ainda como grande gargalo (comparável ao da infraestrutura) para o desenvolvimento do país. A formação de técnicos e engenheiros, entre outros profissionais, faz parte da retomada de investimentos. Os parceiros do Sistema S e as Escolas Técnicas Estaduais e privadas possuem produtos e serviços similares ao do CEFET/RJ.

No sistema *multicampi* são oferecidos cursos regulares de ensino médio, educação profissional técnica e graduação, atendendo a mais de 13.000 alunos/ano, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. Junto a estes, oferecidos sob a forma de atividades presenciais, coexistem programas e projetos na modalidade de educação a distância.

São seis os programas de pós-graduação *stricto sensu* – em Tecnologia; Ensino de Ciências e Matemática; Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais; Engenharia Elétrica; Ciência, Tecnologia e Educação, e Relações Étnico-raciais, cada qual com no mínimo um curso de mestrado, e, dois cursos de doutorado, sendo um em Ciência, Tecnologia e Educação e outro em Instrumentação e Óptica Aplicada, iniciado em 2015.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da CAPES, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de educação básica, aí compreendidos o ensino médio e, em especial, os cursos técnicos.

Como instituição de educação superior, o CEFET/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e, também, com instituições estrangeiras. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da CAPES, DAAD, FIPSE e outras agências.

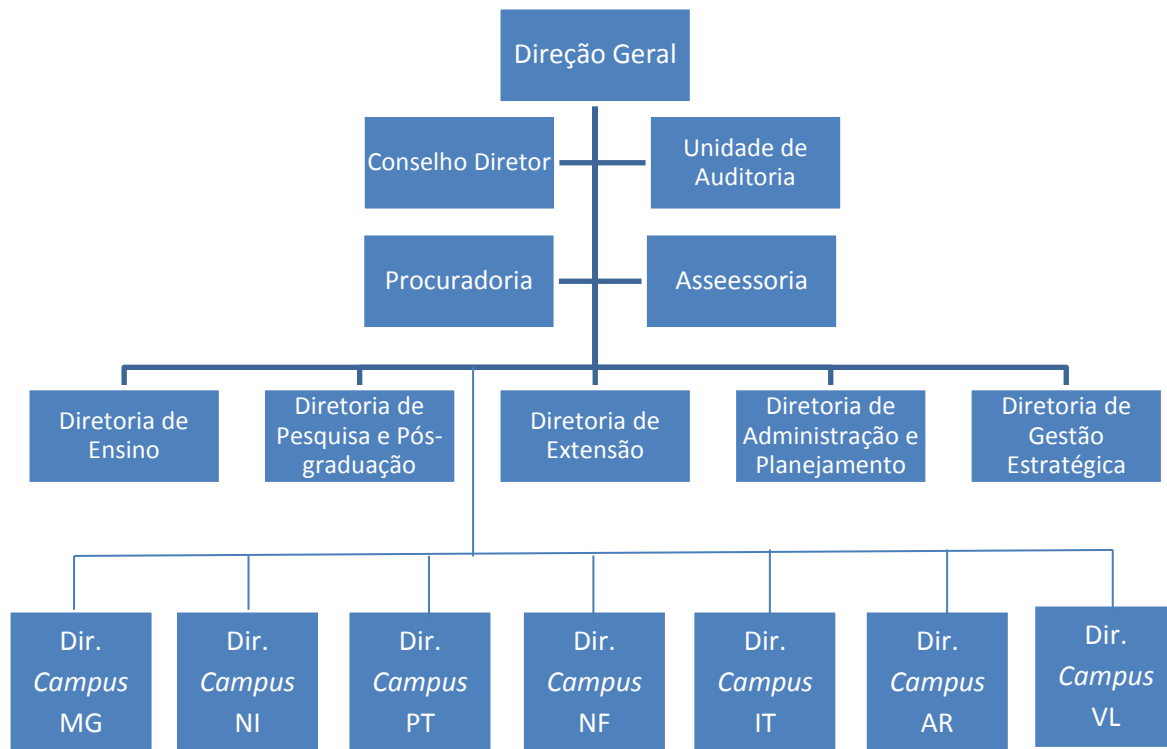
A evolução institucional correspondeu a progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras –do ensino básico, técnico e tecnológico, e do magistério superior –, o perfil de titulação acadêmica e regime de trabalho alcança os patamares exigidos das universidades.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Colégio Pedro II, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

3.6 Organograma Funcional

A figura abaixo apresenta o Organograma Funcional da Unidade Prestadora de Contas.

Figura 1 Organograma Funcional



Segue ainda o **Quadro 3.6** que destaca as áreas mais estratégicas da UPC, informando suas principais competências, seus titulares responsáveis e seu período de atuação.

Quadro 3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Diretor	Deliberar sobre assuntos de interesse do Centro, tais como: a política geral apresentada pela Direção-Geral nos âmbitos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão por meio de resoluções; a submissão ao Ministério da Educação de proposta de alteração de Estatuto ou Regimento Geral; o orçamento anual; a prestação de contas; os bens patrimoniais; o balanço físico anual; as contribuições e emolumentos internos; a deflagração do processo de escolha, pela comunidade, de nome a ser indicado ao Ministério da	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Presidente / Diretor-Geral	24/06/2011 até a presente data

	Educação para o cargo de Diretor-Geral; os processos de eleições internas; a criação de novos cursos; a autorização de contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestrutura, dentre outros, produzindo resoluções institucionais.			
Auditoria Interna	Verificar o desempenho da gestão institucional visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, emitindo pareceres prévios relativos a prestação de contas anual da instituição, bem como de tomada de contas especiais.	Elizabeth Gonçalves da Costa	Chefe da Auditoria Interna	10/05/2010 a 06/10/2015
		Luciana Sales Marques		06/10/2015 até a presente data
Direção Geral	Responsável pela direção administrativa e pelas políticas internas e externas do Centro.	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Diretor Geral	24/06/2011 até a presente data
Diretoria de Administração e Planejamento	Prover e executar as atividades relacionadas a administração de pessoal e ainda planejamento orçamentário e execução financeira e contábil do órgão.	Fernando Ramos Corrêa	Diretor de Administração e Planejamento	20/02/2014 até a presente data
Diretoria de Ensino	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividade de apoio e desenvolvimento do ensino, visto ser a área fim da instituição.	Gisele Maria Ribeiro Vieira	Diretora de Ensino	07/07/2011 até a presente data
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação, em consonância com as Diretorias de Ensino e Extensão.	Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco	Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	04/04/2008 até a presente data
Diretoria de Extensão	Coordenar, planejar, avaliar e controlar as atividade de apoio e desenvolvimento relativos às ações de extensão da instituição, sempre em consonância com as Diretorias de Ensino e de Pesquisa e Pós-Graduação.	Maria Alice Caggiano de Lima	Diretoria de Extensão	04/07/2011 até a presente data
Diretoria de Gestão Estratégica	Coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como acompanhar a execução dos planos e projetos, e ainda fornecer as informações relativas a desempenho do Centro.	Marcelo Sampaio Dias Maciel	Diretor de Gestão Estratégica	06/03/2014 até a presente data
<i>Campi</i>	Buscar a promoção das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos <i>campi</i> .	Tiago Siman Machado	Diretor do <i>Campus</i> Angra dos Reis	15/10/2013 até a presente data
		Luiz Diniz Corrêa	Diretor do <i>Campus</i> Itaguaí	09/03/2010 até a presente data
		Sérgio Mello Teixeira	Diretor do <i>Campus</i> Maria da Graça	17/06/2008 a 26/08/2015
		Luiz Claudio Rodrigues		26/08/2015 até a presente data
		Fernanda Rosa dos Santos	Diretor do <i>Campus</i> Nova Friburgo	27/08/2008 até 26/08/2015
		Fábio Batalha Monteiro de Barros *		26/08/2015 até a presente data (* Diretor exonerado em março de 2016, substituído

				interinamente pelo vice-diretor geral Mauricio Saldanha)
		Luciano Santos Constantin Raptopoulos	Diretor do <i>Campus Nova</i> Iguaçu	09/09/2011 a 26/08/2015
		Luane da Costa Pinto Lins Fragoso		26/08/2015 até a presente data
		Paulo Cesar Bittencourt	Diretor do <i>Campus</i> Petrópolis	27/08/2008 a 26/08/2015
		Frederico Ferreira de Oliveira		26/08/2015 até a presente data
		Arnaldo Amandio de Lima Costa	Diretor do <i>Campus</i> Valença	12/03/2010 a 26/08/2015
		Fabiano Alves de Oliveira		26/08/2015 até a presente data

3.7 Macroprocessos Finalísticos

O CEFET/RJ apresenta três macroprocessos finalísticos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Estes macroprocessos são exercidos de maneira indissociável e único, apresentando as seguintes características básicas:

- a) oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- b) atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- c) conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- d) articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- e) oferta de ensino superior de graduação e de pós-graduação;
- f) oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- g) realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- h) desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- i) utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- j) desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- k) estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- l) integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Todos os macroprocessos finalísticos foram orquestrados na execução das ações necessárias para o atingimento das metas do exercício. Do ponto de vista da execução orçamentária, as Diretorias Sistêmicas e Diretorias de *Campus* efetuaram um planejamento inicial, onde foram apresentadas as necessidades existentes no exercício e ações efetivas foram executadas para o provimento das condições necessárias para o cumprimento dos mandatos. Em alguns casos específicos, como aquisição de material de expediente, equipamentos de TI e livros, o Centro se organizou e efetuou compras compartilhadas com o foco em ganho de escala e padronização.

Além das ações de aquisição compartilhada, as Diretorias Sistêmicas trabalharam em conjunto para explorar as possíveis sinergias existentes, focando em maximizar os resultados atingidos.

Cabe destacar ainda que, por recomendação do TCU, por meio do item 9.7, subitem 9.7.3 do Acórdão 821/2014 – TCU – Plenário, tendo o objetivo de estruturar um sistema de controle interno do CEFET/RJ, foi solicitado a uma empresa de consultoria externa um estudo detalhado para revalidar todos os processos da instituição. Assim, a proposta de estudo apresentada pela citada empresa está sob análise, e sujeita a posterior aprovação do Conselho Diretor e da Direção-Geral do CEFET/RJ.

Quadro 3.7 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrar ensino superior de graduação, ministrar cursos de licenciatura.	cursos	alunos	DIREN
Pesquisa	Ministrar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica. Realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade.	Cursos, pesquisas	alunos e docentes	DIPPG
Extensão	promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada, estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.	Cursos e bolsas de auxílios	alunos	DIREX

3.8 Composição acionária

Não se aplica.

3.9 Participação em outras sociedades

Não se aplica ao Centro.

3.10 Principais eventos societários ocorridos no exercício

Não se aplica ao CEFET/RJ

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é o principal instrumento de planejamento e gestão da instituição, elaborado para um período de cinco anos, e construído com ampla participação de servidores e estudantes. O PDI considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e ou pretende desenvolver.

No CEFET/RJ, a coordenação do PDI 2015-2019, bem como a formatação e a divulgação da metodologia inerente, ficou a cargo da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES).

No cumprimento de suas atribuições e dever, em fevereiro de 2014, os gestores do CEFET/RJ definiram as diretrizes para os próximos anos de administração. Os diretores sistêmicos foram consultados em setembro de 2014 e aprovaram o cronograma para discussão do plano.

Em outubro de 2014, foi nomeada através da Portaria nº 1081/14, uma Comissão composta pelas Diretorias Sistêmicas (DIGES, DIREN, DIPPG, DIREX, DIRAP e DIREG) e Diretores de cada *Campus*, encarregada de elaborar o PDI 2015-2019. Esta mesma Portaria designou a Diretoria de Gestão Estratégica como órgão responsável pela condução da confecção do PDI 2015-2019 e o desenvolvimento das atividades pertinentes à metodologia participativa aspirada.

O diagnóstico estratégico foi o primeiro passo do processo de planejamento e através dele a organização obteve informações que norteiam o seu direcionamento estratégico. O diagnóstico capta e mantém atualizado o conhecimento da empresa em relação ao ambiente e a si própria, visando identificar e monitorar as variáveis competitivas que lhes afetam. É com base no diagnóstico estratégico que a empresa irá se antecipar às mudanças e se preparar para agir em seus ambientes externos e internos.

Durante as visitas aos *campi* e em reuniões com os diretores sistêmicos foi estabelecido um processo formal estruturado para avaliar a organização. Foi fundamental essa ação antes do início do processo de intervenção estratégica porque permitiu a verificação de alguns elementos como: flexibilidade, vulnerabilidade, capacitação, disponibilidade de recursos estratégicos, sistema de vigilância estratégica, tudo isso para projetar e construir o futuro da instituição.

Dentro dessa preocupação foi feito um levantamento das expectativas de pessoas impactadas e suas representatividades, análise externa e análise interna.

Ressaltando o processo democrático que envolve toda a feitura do Plano de Desenvolvimento Institucional, os responsáveis ampliaram o prazo para participação da comunidade, fato que fez com que a elaboração do PDI 2015-2019 terminasse em novembro de 2015, com a submissão aos colegiados competentes para as referidas aprovações. O relatório final do PDI 2015/2019 encontra-se em análise geral, em vias de submissão ao CODIR.

Durante 2015 ainda todo o desenvolvimento estratégico foi estabelecido com base no Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho Diretor que ainda contemplava os cenários existentes como também suas transformações, e atendia às demandas sociais sendo possível propor tal transcendência.

4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução

O planejamento de 2015 foi suportado pela Norma de Serviço 02/2013, a qual definiu métodos e cronogramas não só para o ano de 2013, mas também para os anos subsequentes.

A referida NS tratou de disciplinar o Planejamento Estratégico Anual (PEA) e o Plano Operativo Anual (POA). Durante o segundo semestre de 2014 os centros de custos realizaram seu planejamento (PEA) prevendo ações para 2015, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010-2014), pelo motivo já explicado no item 3.1.

Assim, a alocação do orçamento de cada centro de custo ficou atrelada às ações aprovadas no PEA 2015. Em ato contínuo, estes mesmos centros de custos deram início ao detalhamento do Plano de Natureza de Despesas (PND) que trouxe subsídios ao planejamento da DIRAP, mais especificamente a área de aquisições de materiais e serviços.

4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos do exercício, também denominados como metas, estão segmentados em quatro grandes áreas, já estabelecidas pelo PDI: ensino, pesquisa, extensão e suporte.

Assim, os objetivos da área de ensino tratam de: implantar cursos de educação profissional técnica de nível médio e de graduação no conjunto dos *Campi*; consolidar convênios de intercomplementaridade ensino médio – educação profissional técnica; aumentar as matrículas dos cursos regulares oferecidos pela Instituição; reduzir, progressivamente, as taxas de evasão dos cursos; efetivar a reestruturação acadêmica da área de ensino; implementar as diretrizes curriculares e normas didático-pedagógicas orientadas pelo projeto pedagógico institucional; constituir espaços de discussão acadêmica e de capacitação docente para aperfeiçoamento da formação no campo do saber tecnológico; assegurar a qualidade das condições de infraestrutura e de recursos humanos e pedagógicos para o desenvolvimento dos cursos; ampliar as oportunidades de mobilidade estudantil e de participação em projetos que impactem na formação com relevância acadêmica e social; e desenvolver processo permanente de acompanhamento e avaliação da qualidade de ensino.

Dentre os objetivos da área de pesquisa e pós-graduação, têm-se: incrementar, gradativamente, o número e o status de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; incrementar, em todas as *Campi*, o número de projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos por docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino; aumentar o número de bolsas de apoio à pesquisa; ampliar a participação discente nas atividades de pesquisa; investir na melhoria de condições de infraestrutura para o desenvolvimento da pesquisa; investir na contratação e capacitação de pessoal (docentes e técnicos-administrativos) com perfil de pesquisadores; melhorar os indicadores de produção intelectual; melhorar os indicadores de avaliação dos programas e cursos de pós-graduação já existentes; aumentar o número de bolsas de pós-graduação; investir na melhoria de condições de infraestrutura para o desenvolvimento da pós-graduação; investir na "contratação" de docentes e técnicos-administrativos para os programas de pós-graduação; criar novos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*; e aumentar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Quanto àqueles que dizem respeito à extensão: incrementar, gradativamente, os programas e projetos institucionais de extensão; ampliar a participação da comunidade interna (docentes, técnicos-administrativos e alunos) em atividades de extensão; aumentar o número de beneficiários das atividades de extensão desenvolvidas em resposta a demandas locais e regionais; aumentar o número de beneficiários das atividades de extensão desenvolvidas em resposta a demandas locais e regionais; aumentar o número de bolsas de assistência estudantil e de extensão; fomentar a utilização de metodologias que favoreçam o cooperativismo, o empreendedorismo, o

desenvolvimento tecnológico; expandir o Programa de Estágio e Emprego em todos os *Campi*; implementar estudos de acompanhamento de egressos; Melhorar os indicadores de desenvolvimento das atividades de extensão.

Por fim, como objetivos relativos ao suporte, tem-se: dotar os *Campi* de quadro docente e técnico compatível com as atividades acadêmicas e administrativas estabelecidas em planos de metas; promover a melhoria contínua do nível de satisfação profissional dos servidores e da qualidade do atendimento institucional; ampliar a capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos; aperfeiçoar os procedimentos de avaliação docente e dos técnicos-administrativos; implementar o Plano Diretor de Obras em atendimento às demandas focalizadas de cada *Campus*; otimizar a ocupação dos laboratórios e outros ambientes de ensino e pesquisa; aprimorar o atendimento do Sistema de Bibliotecas da Instituição em todas os *Campi*; discutir e implantar a Política Institucional de Desenvolvimento na área de TIC; estruturar a infraestrutura de rede informatizada nos *Campi Multicampi*, envolvendo CPD, redes físicas e lógicas; informatizar, progressivamente, as atividades dos setores acadêmicos e administrativos dos *Campi*; investir em infraestrutura tecnológica de suporte ao crescimento de cursos na modalidade de educação a distância; melhorar o padrão de serviços gerais disponibilizados aos *Campi*; alcançar, gradativamente, os parâmetros de perfil docente e número de cursos de graduação e pós-graduação exigidos das universidades públicas; conceber e efetivar a elaboração do projeto pedagógico da Universidade de Ciências Aplicadas pretendida; e obter a transformação do CEFET/RJ em Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro mediante Lei Federal.

4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 19 de agosto de 2013, foi emitida a Portaria/CEFET/RJ nº 654, aprovando a Norma de Serviço nº 02, de 16 de agosto de 2013, que foi válida até a aprovação de uma nova Norma de Serviço em 17 de setembro de 2015.

O PEA 2015 foi avaliado trimestralmente, através da análise dos indicadores de cada objetivo estratégico, possibilitando ações corretivas, caso necessário.

As Diretorias Sistêmicas ficaram responsáveis por enviar os indicadores trimestrais à DIGES, conforme o calendário abaixo especificado:

1º TRIMESTRE: dados enviados até 15 de abril de 2015.

2º TRIMESTRE: dados enviados até 15 de julho de 2015.

3º TRIMESTRE: dados enviados até 15 de outubro de 2015.

4º TRIMESTRE: dados enviados até 30 de janeiro de 2016.

Em paralelo ao cronograma do Planejamento Estratégico Anual apresentado, estão em processo de elaboração novos indicadores para aprimorar a eficiência da instituição, onde serão incorporados os objetivos do CEFET/RJ, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão. Também se encontra em fase de elaboração, com previsão de finalização em setembro de 2016, um novo sistema de controle para o atingimento de metas relacionadas a estes indicadores do PDI 2015-2019.

4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Para embasar esse vínculo, deve-se citar os itens 3.2 e 4.1.2, que constituem a forma de demonstrar a aderência do CEFET/RJ à razão para a qual foi criada, de acordo com a missão estabelecida.

Cabe destacar que o PEA está alinhado à missão institucional e ao negócio-fim do Centro, bem como está integrado com o PDI elaborado pela comunidade do CEFET/RJ. É necessário reiterar que todo o orçamento da instituição é distribuído de acordo com os objetivos registrados no PDI 2015-2019, e os indicadores existentes, como também aqueles em construção, balizam a *performance* de cada Centro de Custos envolvido.

Ressalta-se que entre os principais objetivos do Plano Estratégico do CEFET/RJ, estão a quantidade e a qualidade dos cursos de ensino médio e técnico, tecnólogo, graduação e pós-graduação oferecidos, o número de alunos matriculados, servidores docentes e administrativos comprometidos com os resultados, dentre outros. Estes indicadores e variáveis fazem parte do sistema de controle em questão, conforme os seguintes documentos disponíveis no Centro: Portaria nº 654, de 19/08/2013; Portaria nº 1.404, de 18/09/2015; Norma de Serviço nº 3, de 17/09/2015, e Manual de Planejamento Estratégico remetido aos gestores dos centros de custos da instituição.

4.1.5 Desdobramento do plano estratégico

O CEFET/RJ obedece um desdobramento feito a partir de diretrizes baseadas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, que tem metas definidas durante seu período de vigência. A Direção Geral e seus demais dirigentes avaliaram o ambiente externo e os resultados de 2014 e em seguida estabeleceram de forma setORIZADA (por Campus ou diretoria) suas próprias metas e medidas adotadas que foram ajustadas as metas estabelecidas no PDI.

Os principais instrumentos que respaldaram essas avaliações foram as reuniões de negociação e a execução orçamentária de 2014.

Os resultados dessa negociação são compartilhados até a menor unidade gerencial, o que possibilitou a efetivação de projetos específicos de compras e investimentos conduzidos por seus responsáveis, com coordenação e definição de responsabilidades. Os projetos geraram um plano de ação, que por sua vez estava devidamente associada a uma meta do PDI.

O controle do desdobramento dessas ações ainda merece uma otimização com itens mais amplos que possibilitem um monitoramento real significativo.

No final de 2015 os dirigentes da instituição fazem uma avaliação anual de suas execuções e reprogramam os itens não concluídos para 2016, que serão ajustados de acordo com o orçamento.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

A Direção Geral e o Conselho Diretor são os responsáveis pelo monitoramento do planejamento institucional e o desempenho orçamentário e operacional.

Reuniões planejadas mensalmente foram estruturadas com a finalidade de constituir um processo contínuo de coleta de informações previamente definidas com o intuito de fornecer informações sobre o progresso e o alcance dos objetivos.

A última das reuniões, em dezembro, também contou com a participação dos profissionais que atuam no nível tático da instituição. As informações primordiais foram passadas ao conselho diretor para tomada de decisão ou revisão das metas.

Em 2015, os principais itens abordados nessas reuniões foram à distribuição orçamentária, e os cortes no orçamento impostos pelo governo; a perpetuação do conhecimento gerencial, visto que

algumas diretorias foram substituídas após o período eleitoral; e a promoção da transparência dos resultados, como forma de se obter o apoio político e popular.

4.3 Desempenho orçamentário

O presente item visa demonstrar a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento do exercício da unidade, assim como as conexões do orçamento do Centro com os objetivos do PPA, quando for o caso.

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica pois este Centro não foi responsável por nenhum objetivo do PPA.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Este item tem por objetivo oferecer informações sobre o desempenho da UPC na execução das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

4.3.2.1 Ações do OFSS

A unidade não é responsável pela integralidade dos valores consignados às ações, mas apenas a subtítulos dessas que são apresentadas no item seguinte.

4.3.2.2 Ações / Subtítulos - OFSS

O CEFET/RJ, durante o exercício de 2015 foi responsável apenas por subtítulos de ação, conforme constante no **Quadro 4.3.2.2** a seguir.

Quadro 4.3.2.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20RG Tipo: Atividades
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	6.500.000	6.500.000	5.008.000	1.582.630,47	1.382.395,38	200.235,09	3.425.369,53
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0033 - Rio de Janeiro	Projeto viabilizado			unidade	5	4	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	3.378.418,83	2.776.386,97	101,11	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo: Atividades			
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	42.763.983	42.763.983	32.882.805,42	19.482.003,82	17.326.130,02	2.155.873,80	13.400.801,60
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0033 - Rio de Janeiro	Estudante matriculado			unidade	12.700		14.901

Janeiro						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0033 - Rio de Janeiro	22.638.214,41	17.350.203,21	3.762.670,73	-	-	-

Identificação da Ação							
Código	2994			Tipo: Atividades			
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	12.367.331	12.367.331	9.780.609	8.458.952,12	8.424.552,12	34.400	1.321.656,88
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
0033 - Rio de Janeiro	Benefício concedido	unidade	2.000			2172	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	1.057.880,19	986.886,08	1.533,35	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	6380			Tipo: Atividades			
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	47.692	47.692	35.989,14	4.566,70	4.566,70	-	31.422,44
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	Unidade apoiada		unidade	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	20RJ			Tipo: Atividades			
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Programa	Educação Básica Código: 2030			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	814.850	814.850	518.400	432.000	432.000	-	86.400
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	Projeto apoiado		unidade	2	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	186.192	86.400	98.805	-	-	-	

Janeiro						
---------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 4.3.2.2.1 - Complemento aos Quadros 4.3.2.1 e 4.3.2.2

Ação Governo	Ação Governo	Meta (conforme LOA 2015)	Realizada
20RG	EXPANSAO E REESTRUTURACAO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCAC	Projeto viabilizado (unidade): 5	4
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	Projeto apoiado (unidade): 2	1
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	Servidor capacitado (unidade): 450	379
6380	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOL	Unidade apoiada (unidade): 1	1

4.3.2.3 Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

O **Quadro 4.3.2.3** consigna ações não mais previstas na LOA do exercício 2015, visto que a UPC as executou no exercício e a título de restos a pagar não processados.

Quadro 4.3.2.3 – Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20RG		Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código:2031	Tipo: Programa		
Unidade Orçamentária	26256 – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
291.522,99	274.469,12				

Identificação da Ação					
Código	6358		Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código:2031	Tipo: Programa		
Unidade Orçamentária	26256 – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

14.695		14.695			
--------	--	--------	--	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial.

No exercício 2015, em razão das alterações orçamentárias na previsão dos recursos aprovados na LOA 2015 (Lei 13.115 de 20 de abril de 2015), houve a redução dos créditos disponíveis por meio dos Decretos 8.496/2015 e 8.580/2015. Esse fato resultou no repasse dos créditos do MEC para este CEFET/RJ, num montante inferior ao da dotação inicial constante na previsão orçamentária, que representa o contingenciamento de cerca de 10% em custeio e 46% em investimento, respectivamente, R\$ 3.642.504,29 e R\$ 9.314.221,44. Como resultado, o CEFET/RJ recebeu os recursos parceladamente gerando atrasos na emissão de pré-empenhos para prosseguimento dos processos licitatórios, acumulando a abertura das sessões públicas para o final do exercício. No entanto, cabe ressaltar que este Centro realizou o empenho de 100% dos limites orçamentários liberados pelo MEC.

4.3.2.4 Ações – Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica a este Centro.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Já respondido nos quadros referentes ao item 4.3, que trata de Desempenho Orçamentário.

4.3.4 Demonstrativo da execução das despesas

Item já respondido por meio do item 4.3, que trata de Desempenho Orçamentário, mais especificamente na análise crítica apresentada.

4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica ao CEFET/RJ, visto que a instituição não pode assumir despesas sem ter crédito autorizado no orçamento.

4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores

No **Quadro 4.3.6** são oferecidas informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores e vigentes no exercício de 2015, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no citado exercício.

Quadro 4.3.6 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	23.962.431,42	19.471.549,08	669.682,17	3.821.200,17
2013	3.243.749,12	390.273,76	1.552.155,45	1.301.319,91

2012	2.814.079,58	2.071,86	2.812.007,72	0
2011	1.189.487,22	13.407,89	1.176.079,33	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	585,6			585,6
2013	11.384,23		96,37	11.287,86
2012	2.008,15		2.008,15	0
2011	11,95		11,95	0
2006	48.622,36		48.622,36	0

Fonte: Tesouro Gerencial (dados extraídos em 15/02/2016).

Houve durante todo o exercício de 2015 repasses insuficientes de recursos financeiros para pagamentos junto a Fornecedores e Prestadores de Serviço, inviabilizando o cumprimento na totalidade das obrigações assumidas com os mesmos dentro do exercício passado.

4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos

O **Quadro 4.3.7** contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados no últimos três exercícios, sendo que os valores se referem à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 4.3.7 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA					
UG/GESTÃO:	153010/15244					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Termo de Cooperação.		1			41.660	

Fonte: SIAFI

Cabe ainda destacar que, no exercício de 2015 não houve transferência de recursos originários do CEFET/RJ para outras instituições por motivo de celebração de instrumentos de cooperação.

4.3.7.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias

Não se aplica.

4.3.7.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal

Não se aplica ao Centro.

4.3.7.3 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras

Não se aplica.

4.3.7.4 Informações sobre os projetos desenvolvidos por fundações de apoio

O CEFET-RJ não possui fundação de apoio, portanto, não se aplica.

4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A instituição não possui uma estrutura de pessoal específica para tratamento, análise e posicionamento das prestações de contas. Entretanto, por meio da Portaria/CEFET-RJ nº 1.479, de 05/10/2015, foi criada a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do CEFET/RJ do exercício 2015, presidida pelo Diretor de Gestão Estratégica e composta pelos Diretores Sistêmicos do Cento, responsável pela coordenação da confecção do relatório, bem como a consolidação e análise das informações que fazem parte do documento, tudo sob o acompanhamento e tutela da UAUDI e da Direção-Geral.

4.3.8 Informações sobre a realização das receitas

Segue o **Quadro 4.3.8**, que trata da receita arrecadada no exercício de 2015 pelo CEFET/RJ.

Quadro 4.3.8 - Receita arrecadada 2015

Item Informação	Fonte Recursos		Fonte Detalhe	Natureza Receita		RA - Cód. Recolhimento		2015
RECEITA ORÇAMENTARIA (LÍQUIDA)	00	RECURSOS ORDINARIOS	000000	19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	18818	STN OUTRAS RESTITUIÇÕES (DEDUÇÕES FOLHA)	272.514,90
				19220700	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	18806	STN-RECUP. DESP.EXERC. ANTERIORES (FONTE 0100)	40.771,06
				Total				313.285,96
	50	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	262560	13120000	ARRENDAMENTOS	28803	ARRENDAMENTOS	656.320,03
				19180200	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	28803	ARRENDAMENTOS	179,21
				19199900	OUTRAS MULTAS	28883	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	10,12
				16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	28830	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.739,04
				16001600	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	28832	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	92.140,13
				16005000	TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	28883	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	700.964,00
						28900	TAXA DE INSCRIÇÃO EM VESTIBULAR	80,00
13153000	TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS	28804	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	780,66				
Total				1.458.213,19				
RECEITA ARRECADADA POR GRU	-9	NÃO APLICA SE	-9	-9	NÃO SE APLICA	18818	STN OUTRAS RESTITUIÇÕES (DEDUÇÕES FOLHA)	272.514,90
						28803	ARRENDAMENTOS	656.499,24
						28804	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	780,66
						28830	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.739,04
						28832	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	92.140,13
						28883	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	700.974,12

					28900	TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR	80,00
					68802	DEVOL. DIARIAS-EXERCICIO	3.583,28
					68806	DEVOLUCAO DE SALARIOS	215.610,97
					68816	RESSARC. DE PESSOAL CEDIDO-INTRA ORCAMENTARIA	12.087,24
					68888	ANUL. DESPESA NO EXERCICIO	384.910,27
				Total			2.346.919,85
Receita arrecada por transferência via convênio Eletronuclear *	Não se aplica	281256	17610000- de Convênio	Transferência de Receita	28844-6 - Transferência de Convênios da União e suas Entidades		12.463,00
							4.130.882,00

Fonte: Tesouro Gerencial

* Foi utilizado este código de Receita por orientação da SPO/MEC, inclusive detalhamento à época de reajuste e previsão anual da Receita, no valor de R\$1.500.00,00 no Sistema SIMEC, sendo repassado pela ELETROBRAS/ELETRONUCLEAR apenas o valor de R\$ 12.463,00, como custeio para atender a demanda da Meta 4 – Programação Visual.

O comportamento da evolução da Receita do CEFET/RJ deve-se ao fato dos reajustes contratuais e novas licitações que estabeleceram patamares, a exemplo do espaço ocupado pela cantina da sede Maracanã.

4.3.9 Informações sobre a realização das despesas

O **Quadro 4.3.9.1**, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UPC – Total, foi preenchido levando em consideração a totalidade dos recursos da Unidade Orçamentária (UO).

O quadro contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2013 e 2012. Com relação as linhas, elas discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. Os grupos totalizadores são: “Licitação”, onde encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Regime Diferenciado de Contratações públicas; enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal”, encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros”, são consideradas as despesas que não se enquadraram nos itens anteriores.

Quadro 4.3.9.1 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: CEFET/RJ		Código UO: 26256		UGO: 153010	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.900.995,39	34.655.480,83	12.791.023,04	34.655.480,83	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	781.755,01	1.402.796,81	516.131,01	1.402.796,81	
c) Concorrência	1.286.401,64	1.264.481,53	1.222.980,55	1.264.481,53	
d) Pregão	12.832.838,74	31.988.202,49	11.051.911,48	31.988.202,49	
e) Concurso					

f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	4.920.339,32	6.254.031,45	4.571.192,7	6.254.031,45
h) Dispensa	1.071.395,17	1.614.209,25	1.026.414,01	1.614.209,25
i) Inexigibilidade	3.848.944,15	4.639.822,20	3.544.778,69	4.639.822,20
3. Regime de Execução Especial	2.552,94		2.552,94	
j) Suprimento de Fundos	2.552,94		2.552,94	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	242.855.827,85	210.898.214,39	242.855.732,70	210.897.628,79
k) Pagamento em Folha	242.401.724,57	210.385.267,00	242.401.724,57	210.385.267,00
l) Diárias	454.103,28	512.947,39	454.008,13	512.361,79
5. Outros	39.558.574	18.038.120,55	39.524.174	18.038.120,55
6. Total (1+2+3+4+5)	302.238.290	269.845.847,22	299.744.676	204.607.868,45

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Gerencial

O **Quadro 4.3.9.2**, a seguir, denominado **Despesas por Grupo e Elemento de Despesa** da unidade prestadora da conta (UPC), dispõe sobre a totalidade da execução da despesa pelas UGs que compõem a UPC. O quadro é composto de quatro colunas com os seguintes campos: **Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos**. Cada coluna representa os dois últimos exercícios, de forma a demonstrar a evolução dos valores. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas pelos três grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa deve **ter os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência do relatório de gestão até o acumulado de 80% do valor executado no grupo de despesa** (indicar o nome do elemento de despesa nas linhas), sendo que o restante (20% do valor executado em cada grupo) deve ser informado de forma consolidada, com o título da linha “Demais elementos do grupo”, que deve acumular todos os demais elementos de despesa do grupo.

Quadro 4.3.9.2– Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: CEFET/RJ				Código UO: 26256		UGO: 153010		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	150.086.889,38	112.147.078,31	150.086.889,38	112.147.078,31			150.086.889,38	112.147.078,31
Aposent. rpps, reser. remuner. e refor. militar	63.871.246,48	57.644.437,94	63.871.246,48	57.644.437,94			63.871.246,48	57.644.437,94
Obrigações patronais	29.192.183,04	23.219.951,64	29.192.183,04	23.219.951,64			29.192.183,04	23.219.951,64
Demais elementos do grupo	17.685.649,99	17.373.798,86	17.685.649,99	17.373.798,86			17.685.649,99	17.373.798,86
2. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão-de-obra	11.958.337,1	8.539.412,08	9.583.399,25	7.345.459,10	2.374.937,85	1.193.952,98	9.140.409,62	7.345.459,10
Auxílio financeiro a estudantes	10.962.224,11	8.485.609,00	9.305.543,39	7.352.705,31	1.656.680,72	1.132.903,69	9.271.543,39	7.352.705,31
Outros serviços de terceiros pj	10.806.263,39	8.139.301,02	5.845.281,45	5.160.030,95	4.960.981,94	3.121.393,76	5.261.732,18	5.160.030,00
Auxílio Alimentação	6.226.391,91	4.888.374,06	6.226.391,91	4.888.374,06			6.226.391,91	4.888.374,06
Demais elementos do grupo	9.401.759,50	9.149.367,16	8.089.217,97	8.089.997,03	1.312.541,53	917.246,44	7.527.573,72	8.089.411,43
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
3. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Obras e Instalações	7.555.427,17	2.537.535,34	1.582.630,47	3.560,00	5.972.796,70	2.533.975,34	1.382.395,38	3.560,00

Equipamentos e material permanente	2.725.894,85	16.467.328,4	704.549,71	2.164.136,12	2.021.345,14	14.303.192,29	83.324	2.164.136,12
Outros Serviços de Terceiros pj	339.741,88	1.253.653,4	65.307,19	493.886,48	274.434,69	759.766,92	15.337,02	493.886,48

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Gerencial.

Em relação à folha de pessoal no exercício de 2015, houve significativo incremento devido a pagamento resultante da posse de novos servidores no final do exercício 2014, e também devido a progressão por RSC dos servidores docentes do EBTT. Cabe salientar que a falta de um fator de cálculo específico, como ocorre na progressão por tempo de serviço, inviabiliza o cálculo dos impactos financeiros sobre a folha de pessoal. Soma-se ainda a isso a necessidade de pagamento das bancas de avaliação dos pedidos de progressão por RSC.

Conforme citado no item “Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade”, o contingenciamento dos recursos orçamentários em 2015 limitou o rol de aquisições nas partes de custeio e investimento.

4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

A despesa realizada por meio de suprimento de fundos apresenta-se por meio dos demonstrativos a seguir. O primeiro visa evidenciar as informações sobre a concessão dos suprimentos de fundos no âmbito deste Centro, em todas as modalidades; o segundo detalha despesa realizada por meio de suprimento de fundos, também, considerando todas as modalidades; já o terceiro evidencia a caracterização dos objetos de gasto com suprimento de fundos no âmbito da instituição.

Concessão de Suprimento de Fundos

O quadro a seguir visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de suprimentos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

Quadro 4.3.10.1– Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	152166	UNED Valença	-	-	1	2.000	2.000
	152165	UNED Valença	-	-	1	2.000	2.000
2014	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/DECOF

Utilização de Suprimento de Fundos

O **Quadro 4.3.10.2** visa evidenciar os valores efetivamente utilizado a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que o suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de 2015 e no exercício de 2014.

Quadro 4.3.10.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	152166	UNED Valença	-	-	-	-	1.971,54	1.971,54
	152165	UNED Angra	-	-	-	-	581,40	581,40
2014	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI / DECOF

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O quadro a seguir visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de 2015.

Quadro 4.3.10.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
152166	UNED Valença	33.90.30	07	1.876,44
			21	104,10
152165	UNED Angra	33.90.30	24	581,40

Em 2015 foi implantado o cartão de Pagamento do Governo Federal- CPGF. Aplicou-se ao CEFET/RJ a liberação de cartões pelo Banco do Brasil para os Dirigentes responsáveis pelos *campi* e Diretorias Sistêmicas. Os responsáveis pela administração dos cartões receberam orientações quanto ao seu uso nas questões de prazo execução da despesa e da prestação de contas. Os *campi* de Valença e Angra dos Reis tiveram a concessão dos recursos, disponibilizados para despesas de pequenos vultos, na categoria de despesa de consumo e no valor mensal de R\$2.000,00 cada, tendo o demonstrativo dessas despesas consolidados na Prestação de Contas com o acompanhamento do

DECOF e da Auditoria Interna. As pendências verificadas nos processos foram sanadas de forma individual, atendendo ao que estabelece o manual de Suprimento de Fundos do Governo Federal.

4.4 Desempenho operacional

Tem como objetivo demonstrar os principais resultados obtidos pela UPC na condução dos objetivos definidos nos planos.

É possível destacar que o desempenho operacional da instituição foi abordado em diversas áreas do presente relatório.

4.5 Informações sobre o Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio Imobiliário da União

Não se aplica.

4.6 Informações sobre a carteira e as operações de financiamento

Não se aplica.

4.7 Informações sobre o acompanhamento das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

Não se aplica.

4.8 Principais projetos de pesquisa e desenvolvimento

Não se aplica.

4.9 Desempenho quanto às metas de universalização de energia elétrica

Não se aplica.

4.10 Descrição e análise das ações desenvolvidas para revisão dos contratos de concessão do serviço de telefonia fixa comutada

Não se aplica.

4.11 Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Não se aplica.

4.12 Projetos de obras de audiovisual

Não se aplica.

4.13 Renúncia de receitas

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.14 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

4.14.2 Informações e indicadores sobre o desempenho operacional

O CEFET/RJ não possui os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o seu desempenho operacional. Mas, em função da importância de medir e avaliar o desempenho da Instituição, direcionados principalmente quanto à eficácia e efetividade, pretende-se utilizar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019 para desenvolver indicadores de forma a melhor permitir o acompanhamento dos resultados gerados por suas unidades, visando o alcance de seus objetivos estratégicos e institucionais.

Em 2014 o CEFET/RJ se propôs a fazer mudanças estruturais em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI para os anos de 2015 até 2019. Esse documento, bem como seus objetivos encontra-se em fase de aprovação dos órgãos colegiados. Por se tratar de um planejamento participativo e devido ao compromisso com a transparência, o documento norteador das ações estratégicas do CEFET/RJ teve seu prazo de dimensionamento flexibilizado, sendo assim ainda não está totalmente aprovado pelos órgãos colegiados que darão a validação que o documento precisa para sua aplicação. Essa aplicação tem como resultante o desenvolvimento dos indicadores e informações sobre o desempenho operacional da instituição.

4.14.4 Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico

O presente item tem por objetivo demonstrar os resultados dos indicadores de desempenho estabelecidos em acórdão do Tribunal de Contas da União para as instituições federais de educação, ciência e tecnologia (IFET).

Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005

Segue o **Quadro 4.14.4** que apresenta o resultado dos indicadores nos termos do Acórdão TCU n° 2.267/2005, considerando para tal o exercício de referência de 2015 e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

Quadro 4.14.4 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2015	2014	2013	2012	2011
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Inscrição/Vagas	11,11	12,12	11,15	68,07	111,23
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos/Matriculados	16,50	16,29	19,72	21,6	28,4
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes/Matriculados	12,45	10,22	6,81	11,8	9,5
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Concluintes/Ingressos	33,12	59,02	60,23	61,8	66,3
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retidos/Matriculados	58,33	55,84	48,57	44,2	22,9
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Matriculados/Docente em Tempo Integral	29,96	31,02	34,74	28,82	29,91
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	OCC/Matriculados	10.536,87	9.086,44	10.821,89	6.492,31	6.720,05
	Percentual de Gastos com Pessoal	Gastos com Pessoal/Gasto Total	81,11	80,27	81,40	83,93	81,15
	Percentual de Gastos com outros Custeios	OCC(excluídos os benefícios)/Gasto Total	10,21	11,36	10,04	8,58	14,05
	Percentual de Gastos com Investimentos	Investimento/Gasto Total	5,22	5,09	4,85	3,80	4,78
Sócio econômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Número de alunos com renda per capita de até um SM	2172	1890	924	408	287
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Média ponderada da Titulação Docente	4,04	3,91	3,91	3,84	3,85

As informações contidas no **Quadro 4.14.4**, que trata dos resultados dos indicadores do CEFET/RJ, foram prestadas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão – DDR/SETEC/MEC, em 24/02/2016. As análises e justificativas pertinentes aos números apresentados são consequência direta das fontes de dados para cálculo dos indicadores.

Devido a pluralidade de atuações de ensino (integrado, médio, técnico, graduação, pós-graduação) e cursos, e diferentes modalidades de ensino a análise crítica torna-se comprometida, ao tratar como fonte única. Sendo assim, a análise crítica é passível de interpretação discrepante da realidade percebida.

As contribuições efetivas para esses indicadores também permanecem praticamente os mesmos, pois as realidades, estrutural, orçamentárias e acadêmicas foram praticamente as mesmas de 2014, fato comprovado pelos números extraídos e apresentados que possuem similaridades com os de 2015 e/ou variações inexpressivas.

Por último, é possível destacar alguns fatos que puderam contribuir para a alteração dos indicadores 2011/2015:

1. A diminuição do poder aquisitivo da população atendida pelo CEFET-RJ em face ao novo cenário econômico;
2. A consolidação do ensino integrado que passa a ser de quatro anos, que reduz temporariamente a relação entrantes/concluintes;
3. A nova oferta de cursos de graduação e pós-graduação que reduz a relação entrantes/concluintes;
4. A crescente expansão dos cursos na modalidade a distância;
5. Contratação de docentes e administrativos, o que influencia nos gastos com pessoa e na média ponderada da titulação Docente;
6. A consolidação do sistema de cotas.

4.15 Acompanhamento e resultados do Plano Brasil Maior

Não se aplica.

4.16 Informações sobre empreendimentos realizados por intermédio de Sociedades de Propósito Específico - SPE

Não se aplica ao Centro.

4.17 Informações sobre as atividades relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento

Não se aplica.

4.18 Informações gerenciais sobre o Plano de Implantação do Novo Modelo de Gestão – PINMG e sobre o Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX

Não se aplica.

4.20 Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.21 Informações sobre o plano de implantação do SIAFI nos postos diplomáticos

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.22 Informações sobre o estágio de desenvolvimento do Plano Diretor de Reforma Consular

Não se aplica.

4.23 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação - PNQ

Não se aplica.

4.24 Informações sobre as ações relativas ao Projeto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - Sisfron

Não se aplica.

4.25 Análise crítica acerca da evolução do orçamento aprovado para o Operador Nacional do Sistema Elétrico

Não se aplica.

4.26 Descrição e análise das ações desenvolvidas para a prorrogação dos contratos de concessões

Não se aplica.

4.27 Análise do impacto gerado no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis decorrentes da atuação da ANP

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.28 Informações sobre ressarcimentos pelos planos de saúde ao SUS

Não se aplica ao Centro.

4.29 Análise do impacto gerado no setor de telecomunicações decorrentes da atuação da Anatel

Não se aplica.

4.30 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

4.31 Desempenho operacional

Não se aplica ao Centro.

4.32 Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998

Não se aplica.

4.33 Acompanhamento das ações e resultados relacionados a termos de parceria regidos pela Lei 9.790/1999

Não se aplica.

4.34 Informações sobre as ações relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

Não se aplica.

4.35 Informações sobre as ações relativas ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Não se aplica ao Centro.

4.36 Informações sobre os projetos e subprojetos prioritários dos Comandos Militares e do Ministério da Defesa

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.37 Informação consolidada sobre as ações relacionadas ao emprego das Forças Armadas em Grandes Eventos

Não se aplica.

4.38 Informações sobre as ações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.39 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

Não se aplica ao Centro.

4.40 Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional

Não se aplica.

4.41 Análise comparativa da evolução dos indicadores de qualidade das distribuidoras de energia elétrica

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.42 Informações sobre a gestão dos contratos de franquia de serviço postal

Não se aplica.

4.43 Informações sobre os projetos corporativos

Não se aplica.

4.44 Informações sobre as ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas

Não se aplica.

4.45 Desempenho do Programa de Desenvolvimento do Setor Água - Interáguas

Não se aplica.

4.46 Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício

Não se aplica ao CEFET/RJ.

4.47 Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão

Não se aplica.

4.48 Principais resultados relacionados ao ambiente de gestão

Não se aplica.

4.49 Principais resultados relacionados ao ambiente de negócio

Não se aplica.

4.50 Informações sobre os segmentos operacionais do conglomerado

Não se aplica.

4.51 Visão geral sobre a situação das obras com recursos do fundo

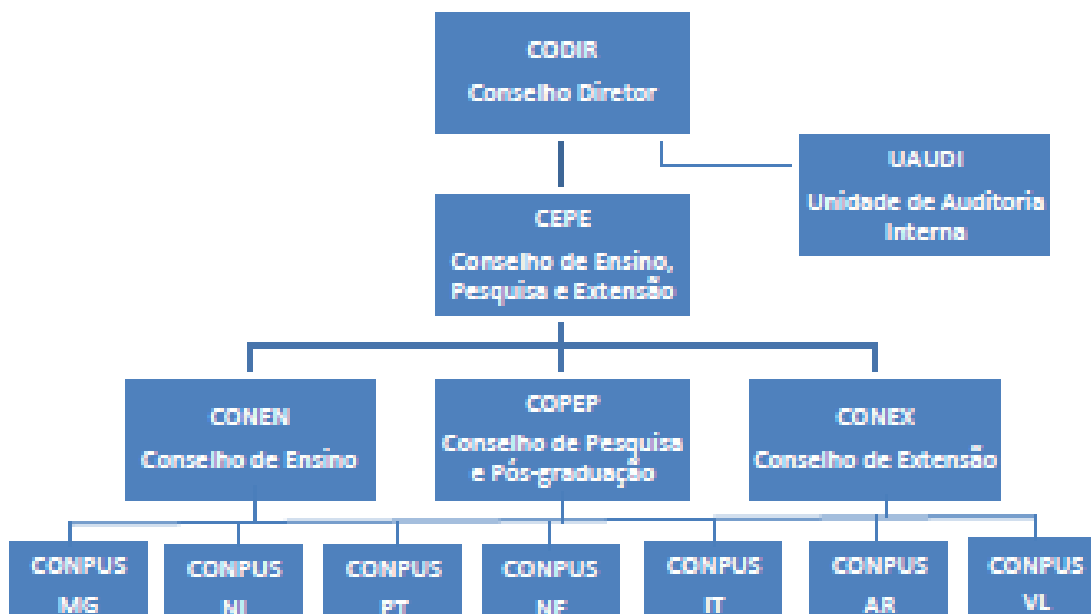
Não se aplica.

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

A figura abaixo apresenta a estrutura de governança do CEFET/RJ.

Figura 2 Estrutura de Governança do CEFET/RJ



O Conselho Diretor - CODIR, é o órgão deliberativo e consultivo da administração superior do Centro, configurando como a instância máxima recursal da instituição, com suas atribuições definidas no Estatuto do Centro.

Normas e Regulamento do CODIR:

http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2388/novo_estatuto.pdf

<http://www.cefet-rj.br/index.php/descricao-e-atribuicoes>

Abaixo dele, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, é um órgão colegiado autônomo, ao qual compete deliberar e normatizar no que concerne a essas atividades acadêmicas do Centro, cabendo-lhe, entre outras atribuições, elaborar e encaminhar a Política Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvidas as propostas dos respectivos conselhos especializados, para homologação do Conselho Diretor. O CEPE também funciona como câmara recursal dos conselhos temáticos existentes (Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão).

Regulamento do CEPE:

<http://www.cefet-rj.br/index.php/composicao>

Compondo os conselhos especializados, abaixo do CEPE, há o Conselho de Ensino – CONEN, o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação – COPEP, e o Conselho de Extensão – CONEX.

O Conselho de Ensino – CONEN é o órgão consultivo e deliberativo da Direção de Ensino para a definição das diretrizes da política educacional do Centro. O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação – COPEP, constitui um órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação em assuntos de natureza acadêmica e de pesquisa, conforme Regimento Interno do CEFET/RJ. Ao Conselho de

Extensão – CONEX, órgão sistêmico, normativo, deliberativo e consultivo dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Diretor (CODIR), cabe estabelecer políticas de desenvolvimento das atividades de extensão do sistema CEFET/RJ.

O CONEN, COPEP e CONEX possuem regulamentos próprios e homologados pelo CEPE.

Por fim, cabe salientar que cada *campi* apresenta um Conselho responsável pelas decisões operacionais locais a cada uma delas.

5.2 Informações sobre os Dirigentes e Colegiados

Além dos principais conselhos deliberativos da instituição, já descritos no item 5.1, foi aprovado pela Resolução nº 47/2015, de 25/09/2015, o Regulamento Geral do Conselho do *Campus* do Sistema CEFET/RJ, que é o órgão colegiado máxima competente para deliberar e normatizar sobre as atividades de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão a serem desenvolvidas em âmbito local pelos *campi* que integram ou venham a integrar o Sistema.

A citada resolução ainda trata das atribuições e estrutura dos conselhos, com sua composição por membros natos e eleitos. O **Quadro 5.2** mostra as informações sobre dirigentes e os colegiados ativos na instituição.

Quadro 5.2 – Informações sobre dirigentes e colegiados

Colegiados / Diretorias	Titular	Cargo
Conselho Diretor (CODIR)	Carlos Henrique Figueiredo Alves	Presidente / Diretor-Geral
Direção Geral		
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)		
Conselho de Ensino (CONEN)	Gisele Maria Ribeiro Vieira	Presidente / Diretora de Ensino
Diretoria de Ensino		
Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP)	Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco	Presidente / Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação		
Conselho de Extensão (CONEX)	Maria Alice Caggiano de Lima	Presidente / Diretoria de Extensão
Diretoria de Extensão		
Diretor do <i>Campus</i> Angra dos Reis	Tiago Siman Machado	Presidente / Diretor do <i>Campus</i> Angra dos Reis
Conselho do <i>Campus</i> Angra dos Reis		
Diretor do <i>Campus</i> Itaguaí	Luiz Diniz Corrêa	Presidente / Diretor do <i>Campus</i> Itaguaí
Conselho do <i>Campus</i> Itaguaí		
Diretor do <i>Campus</i> Maria da Graça	Luiz Claudio Rodrigues	Presidente / Diretor do <i>Campus</i> Maria da Graça
Conselho do <i>Campus</i> Maria da Graça		
Diretor do <i>Campus</i> Nova Friburgo	Fábio Batalha Monteiro	Presidente / Diretor do

Conselho do <i>Campus</i> Nova Friburgo	de Barros	<i>Campus</i> Nova Friburgo
Diretor do <i>Campus</i> Nova Iguaçu	Luane da Costa Pinto Lins Fragoso	Presidente / Diretora do <i>Campus</i> Nova Iguaçu
Conselho do <i>Campus</i> Nova Iguaçu		
Diretor do <i>Campus</i> Petrópolis	Frederico Ferreira de Oliveira	Presidente / Diretor do <i>Campus</i> Petrópolis
Conselho do <i>Campus</i> Petrópolis		
Diretor do <i>Campus</i> Valença	Fabiano Alves de Oliveira	Presidente / Diretor do <i>Campus</i> Valença
Conselho do <i>Campus</i> Valença		

5.3 Papéis e funcionamento dos colegiados

Os conselhos que compõem a estrutura de governança do CEFET/RJ, conforme já descrito nos itens 5.2 e 5.3, tem papel deliberativo, consultivo e normativo, variando apenas suas áreas de atuação, que vão desde a administração ao ensino, extensão e pós-graduação, bem como seu caráter local ou sistêmico, e modelo de composição, sendo alguns compostos apenas por membros natos e outros por membros natos e eleitos.

5.4 Política de Designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

Não se aplica.

5.5 Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão

Não se aplica.

5.6 Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado

Não se aplica.

5.7 Atuação da unidade de auditoria interna

5.7.1 Estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna

I) Histórico e competências

A Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) foi criada através da Portaria DIREG nº. 07, de 15 de janeiro de 2001, em cumprimento ao Decreto Presidencial nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. De acordo com seu art. 15, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta – que estejam vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República – devem sujeitar-se à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU) e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.

Em conformidade com o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) – aprovado pela Portaria MEC nº 3.796, de 01 de novembro de 2005 – a UAUDI consiste em um órgão de controle e se encontra vinculada ao Conselho Diretor (CODIR). Trata-se de um setor responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do CEFET/RJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU), respeitando a legislação aplicável.

Segundo o Art. 24, do Estatuto do CEFET/RJ (BRASIL, 2005), cabe à Auditoria Interna:

- a) acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- b) verificar o desenvolvimento da gestão da Instituição, visando comprovar a legalidade e legitimidade dos atos;
- c) examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Instituição e tomada de contas especiais;
- d) elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), a serem encaminhados ao Conselho Diretor e à CGU/Regional/RJ.

II) Atuação em relação à unidade central

A UAUDI procura manter certo nível de proximidade com a unidade central – obviamente sem prejuízo da independência necessária à condução dos trabalhos – porquanto compreende a necessidade de haver estabelecida uma relação de cooperação entre Gestão e Auditoria.

Desta feita, se busca encorajar nos gestores a participação nos trabalhos da auditoria, por meio de:

- a) aplicação de questionários em que avaliam os controles atualmente implementados nas áreas sob sua responsabilidade, ainda na fase de planejamento da auditoria;
- b) reuniões de buscas de soluções, nas quais as irregularidades/inconsistências são tempestivamente comunicadas e quaisquer questionamentos são sanados, durante a etapa de execução;
- c) envio de relatórios preliminares, com o intuito de dar ciência aos gestores sobre o andamento dos trabalhos, bem como de estabelecer concordância entre a percepção do auditor e a visão do gestor antes de ser emitido o relatório final, quando da fase de comunicação;
- d) interação contínua com os gestores na fase de monitoramento, a fim de mantê-los focados em implementar as providências necessárias às recomendações feitas pela Auditoria Interna.

Como se pode observar, a estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna consiste em manter contato permanente com a gestão, de maneira que o trabalho de auditoria não seja entendido como uma mera fiscalização, mas sim como um subsídio à alta administração do CEFET/RJ no alcance de seus objetivos enquanto instituição de ensino.

5.7.2 Fatos relevantes que impactaram na auditoria interna em 2015

D) Recursos e organização da UAUDI

No que tange à organização da Unidade de Auditoria Interna, houve mudança na gestão do setor a partir da exoneração da servidora Elizabeth Gonçalves da Costa – através da Portaria nº 1.490, de 06/10/2015 – do cargo de Chefe da UAUDI, bem como a partir da nomeação da servidora Luciana Sales Marques – através da portaria nº 1.491, de 06/10/2015 – para o cargo de Auditora-Chefe da UAUDI. Sendo assim, além da modificação ocorrida na chefia do setor, o mesmo foi assumido por uma servidora nomeada para o cargo de Auditor, aprovada em 1º lugar no concurso regido pelo Edital nº 011/2014, destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal Técnico Administrativo em Educação do CEFET/RJ, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Quanto aos recursos da UAUDI – especificamente com relação aos recursos humanos – foi distribuída 01 (uma) vaga referente ao cargo de Auditor para o CEFET/RJ, de acordo com a Portaria MEC nº 927, de 10/09/2015, publicada no Diário Oficial da União edição nº 174, seção 1, de 11/09/2015. Consequentemente, foi convocado o servidor aprovado em 2º lugar para o cargo de Auditor no concurso regido pelo Edital nº 011/2014, o qual foi nomeado para o cargo em tela, através da Portaria nº 1.673, de 11/11/2015, tendo começado seu efetivo exercício em 11/12/2015. Desta feita, a UAUDI passou a ter seu corpo funcional constituído da seguinte forma:

Quadro 5.7.2 – Composição da UAUDI

Servidor	Cargo	Atribuições
Luciana Sales Marques Auditora-Chefe (nomeada através da Portaria nº 1.491, de 06/10/2015)	Auditor	I. Desenvolver proposta do PAINT e executá-lo conforme aprovado ou justificar sua eventual execução parcial; II. Direcionar relatórios preliminares aos diretores sistêmicos responsáveis pelas ações auditadas; III. Encaminhar relatórios de auditoria periódicos para o CODIR e a CGU, nos termos das normas vigentes; IV. Emitir parecer, conforme previsto legalmente, no que tange ao processo de prestação de contas anual e às tomadas de contas especiais; V. Manter relacionamento com órgãos externos de controle; VI. Acompanhar os planos de ação decorrentes das recomendações referentes aos achados de auditoria interna e por solicitação dos órgãos reguladores (CGU, TCU, e órgãos de controle externo); VII. Manter nível de conhecimento suficiente e adequado do corpo funcional à execução de suas atribuições, propondo treinamentos compatíveis com as atividades realizadas; VIII. Avaliar propostas de inovações tecnológicas e de alterações de rotinas para a auditoria interna e implantá-las quando julgar necessário à melhoria das atividades desenvolvidas pela Unidade; IX. Manter o Diretor-Geral e os diretores sistêmicos informados tempestivamente dos assuntos que – por sua relevância e/ou materialidade – imponham uma ação imediata por parte daquela instância administrativa; e X. Acompanhar o processo de prestação de contas anual do CEFET/RJ junto ao TCU.
Elizabeth Gonçalves da Costa	Contador	I. Desenvolver as ações de desenvolvimento institucional para fortalecimento das atividades de auditoria interna; II. Executar as ações de auditoria interna previstas no PAINT; III. Prestar assessoramento à gestora da Unidade; e IV. Exercer outras atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.
Leonardo Borges Gonçalves	Auditor	I. Desenvolver as ações de desenvolvimento institucional para fortalecimento das atividades de auditoria interna; II. Executar as ações de auditoria interna previstas no PAINT;

		<p>III. Prestar assessoramento à gestora da Unidade; e</p> <p>IV. Exercer outras atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.</p>
<p>Thayanne Antão Viegas</p>	<p>Auxiliar em Administração</p>	<p>I. Assessorar os auditores ao longo das ações realizadas;</p> <p>II. Auxiliar na organização, manutenção e guarda dos arquivos, bem como dos instrumentos utilizados nas atividades de auditoria;</p> <p>III. Digitar e digitalizar documentos;</p> <p>IV. Acompanhar os auditores em reuniões e elaborar atas;</p> <p>V. Realizar pesquisas nos diversos sistemas governamentais quando solicitado;</p> <p>VI. Executar atividades de apoio administrativo e outras atribuições afins.</p>

Fonte: Elaboração própria.

II) Realização dos trabalhos de auditoria

São apresentadas a seguir as principais mudanças ocorridas na realização dos trabalhos de auditoria no exercício de 2015.

Regimento Interno

Embora a OS nº 01/2014 – expedida pela Direção-Geral – tenha sido imprescindível à atuação da UAUDI no ano de sua publicação, foi verificada a necessidade de ser elaborado um normativo que regulamentasse suas atividades no cerne do CEFET/RJ. Desta feita, em 24 de abril de 2015, foi aprovado o Regimento Interno da UAUDI (RI/UAUDI)¹, através da Resolução CODIR nº 20/2015. O RI destaca que a missão da Unidade de Auditoria Interna é contribuir, de forma independente, para a avaliação dos controles internos no âmbito do CEFET/RJ, agregando valor às práticas administrativas – particularmente aquelas relacionadas à gestão de riscos e de controles internos e governança – e colaborando para a melhoria da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade.

Importante destacar que – segundo consta em seu regimento – a UAUDI realiza atividades de assessoramento à alta administração:

- a) propondo ações corretivas para os desvios gerenciais identificados;
- b) nas ocasiões em que haja suspeitas de práticas fraudulentas no âmbito da entidade, e
- c) que incluem parecer e aconselhamento às Áreas internas da Organização, visando à melhoria contínua dos processos de Governança, de Gestão de Riscos e de Controles dos Produtos e Serviços, mantendo a independência da Auditoria.

Em seu art. 3º, o RI/UAUDI orienta que:

Art. 3º O escopo do trabalho será determinado pelo grau de risco atribuído à atividade realizada pela área-objeto da auditoria, por meio de metodologia apropriada que se propõe a:

I - identificar os riscos das atividades praticadas pela Autarquia e avaliar a capacidade dos controles internos em minimizar, evitar ou corrigir eventuais falhas ou irregularidades;

II - verificar se as ações praticadas pelos servidores e gestores demonstra observância às leis, normas e políticas aplicáveis;

III - cooperar para o aperfeiçoamento do sistema de controle interno da entidade, visando assegurar que os programas, planos e objetivos institucionais sejam realizados;

IV - promover a qualidade e a melhoria contínua dos controles internos da Autarquia.

No que tange às autorizações, o RI/UAUDI prevê que:

¹ Disponível para download em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/regimento-interno>.

Art. 16 Tanto o Auditor-Chefe quanto a equipe da UAUDI estão autorizados a:

I - ter acesso à presidência do CODIR sempre que necessário para discutir assuntos relacionados à auditoria interna;

II - obter a necessária assistência dos servidores na unidade onde a auditoria é efetuada, bem como de outros serviços especializados dentro ou fora do CEFET/RJ; e

III - ter amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo-se livre acesso a informações, sistemas, dependências e instalações, registros, propriedades, servidores e terceiros ligados à Autarquia.

Adicionalmente, o Regimento Interno da UAUDI orienta que:

Art. 22 Os servidores lotados na UAUDI têm a responsabilidade de observar:

I - o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações);

II - a Norma de Conduta Ética e Profissional dos Servidores do CEFET/RJ; e

III - subsidiariamente, o Código de Ética instituído pelo IIA Brasil.

Mediante o exposto, é possível concluir que a elaboração do Regimento Interno constitui em ferramenta indispensável à atuação da UAUDI quando da realização de suas atividades. Não só isso, consiste em um meio a orientar o planejamento das atividades para o exercício subsequente, auxiliando na definição da metodologia a ser empregada.

Manual de Auditoria

Em 24 de abril de 2015, a Resolução CODIR nº 20/2015 igualmente aprovou o Manual de Auditoria Interna da UAUDI², o qual passará a orientar os novos servidores quanto às rotinas de trabalho atualmente realizadas na Unidade de Auditoria Interna.

Auditoria Baseada em Riscos (ABR)

Pelo fato de o CEFET/RJ ainda não ter implantado procedimentos voltados à Gestão de Riscos³ cabe à UAUDI avaliar – através da utilização da ABR – a probabilidade de haver risco nas áreas, objetivando a priorização dos processos a serem auditados. Como pode ser observado na figura 1, no âmbito da entidade os critérios de riscos são determinados pela UAUDI, ao passo que os riscos são avaliados pelos gestores das áreas e pela UAUDI.

A avaliação dos riscos das áreas permite à UAUDI (figura 2):

- a) elaborar a matriz de riscos que compõe o PAINT;
- b) diagnosticar as providências necessárias a serem tomadas pelas áreas; e
- c) determinar o escopo e a prioridade das atividades de auditoria, que levará ao mapeamento das áreas a serem auditadas e às ações de auditoria interna.

² Disponível para download em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/manual-de-auditoria-interna>.

³ Política de nível institucional que – quando implementada – possibilita que todas as atividades e ações da instituição sejam planejadas, calculadas, executadas e monitoradas de acordo com a mensuração dos riscos a elas inerentes.



Figura 3 Atuação da UAUDI na Implantação da ABR

Fonte: Elaboração própria.



Figura 4 Desencadeamento da Avaliação de Riscos

Fonte: Elaboração própria.

A avaliação de riscos – por meio da avaliação do auditor e dos gestores – foi utilizada pela primeira vez em 2015 para subsidiar o planejamento dos trabalhos da UAUDI para o exercício de 2016, fazendo uso do valor da probabilidade de risco final (PR_F)⁴. Quanto maior o percentual, maior o risco de determinada área. Após o cálculo do grau de risco final, as áreas foram classificadas segundo o nível de risco, que variou de “insignificante” a “muito crítico” (figura 5).

⁴ A probabilidade de risco final (PR_F) é dada pela média ponderada entre as avaliações do gestor (PR_G) e do auditor (PR_A), conforme detalhado no PAINT 2016.

		PROBABILIDADE				
]75%, 100%] Muito Alta]50%, 75%] Alta]25%, 50%] Média	[0%, 25%] Baixa	0% Muito Baixa
IMPACTO	Muito Alto	Muito Crítico	Muito Crítico	Crítico	Pouco Crítico	Muito Significativo
	Alto	Muito Crítico	Crítico	Pouco Crítico	Muito Significativo	Significativo
	Médio	Crítico	Pouco Crítico	Muito Significativo	Significativo	Pouco Significativo
	Baixo	Pouco Crítico	Muito Significativo	Significativo	Pouco Significativo	Insignificante
	Muito Baixo	Muito Significativo	Significativo	Pouco Significativo	Insignificante	Insignificante

Figura 5 Matriz de Risco

Fonte: Elaboração própria.

Neste primeiro momento, o enfoque da ABR em implementação pela UAUDI foi direcionado para a categorização das áreas da instituição mais sensíveis a riscos, com a finalidade de consignar no PAINT ações para o fortalecimento dos controles internos envolvidos nos processos-chaves e críticos da instituição. Como parâmetro, foram incluídas nos trabalhos de auditoria de 2016, ações relativas às áreas classificadas como detentoras de risco a partir de “significativo” pela matriz.

A metodologia desenvolvida para avaliação dos riscos e posterior categorização das áreas a serem auditadas se antecipa à IN 24/2015, a qual dispõe sobre a elaboração do PAINT:

Art. 3º Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá considerar o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do respectivo órgão ou entidade.

Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:

I - relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;

II - identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; [...]

§ 1º A matriz de risco conterá o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública.

Pretende-se que a implantação da ABR no CEFET/RJ resulte em uma ferramenta confiável e inovadora para a hierarquização de áreas e priorização das ações a serem realizadas no planejamento dos trabalhos da UAUDI. Ademais, espera-se que a ABR propicie aos gestores a reflexão acerca dos processos executados pelas áreas sob sua responsabilidade e leve-os a compreender a importância de ter estabelecido um sistema de controle interno eficaz e de procedimentos direcionados à gestão de riscos na instituição.

5.7.3 Trabalhos de Auditoria Interna realizados no exercício de 2015

I) Trabalhos executados conforme o PAINT

No exercício de 2015, as ações foram planejadas em programas de auditoria próprios, contendo o objetivo, o escopo do trabalho, o critério de amostra, local de realização, conhecimento exigido, cronograma de execução, técnica de auditoria, atividades e recursos empregados.

As vulnerabilidades encontradas – além de constituírem objeto de recomendação nos Relatórios de Auditoria correlatos – igualmente serviram de subsídio para a definição das ações de auditoria para o PAINT de 2016.

A programação do PAINT 2015 foi dividida em 6 ações, 22 subações e 22 assuntos, e executada por 2 servidores, que conforme descritos a seguir, foram apresentados através de 3 Relatórios de Auditoria, os quais foram devidamente encaminhados ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, à Controladoria Geral da União – Regional/RJ e aos Gestores Responsáveis pelas ações auditadas.

A seguir encontram-se listadas as ações realizadas, segundo o respectivo programa de auditoria, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas ao longo de 2015. Cabe ressaltar que o detalhamento das ações encontra-se nos Relatórios de Auditoria nº 01, 02 e 03⁵.

PROGRAMA DE AUDITORIA 01/2015 (02/02 A 23/02/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/01.02 Controles Internos/ 01.02.01 Formalização do Relatório de Gestão

Objetivos:

1. Elaborar o conteúdo do Relatório de Gestão, relativo ao item 2.2 estabelecido no Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013; e
2. Verificar a conformidade do Relatório de Gestão do exercício de 2014 da Instituição, com os normativos e orientações do TCU.

Escopo:

1. Cumprir com o item 2.2 estabelecido no Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013, concernente ao Relatório de Gestão de 2014.
2. Verificação de 100% do conteúdo do Relatório de Gestão do exercício de 2014, avaliando se a formalização está em conformidade com as IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 134/2013 e Portaria/TCU nº 90/2014.

Detalhamento das atividades:

1. Levantar as informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna para atender o item 2.2 do Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013; e
2. Avaliar no Relatório de Gestão do CEFET/RJ do exercício de 2014, se a forma de apresentação e as informações gerais sobre a gestão estão de acordo com os exigidos na IN/TCU nº 63/2010 e DN/TCU nº 134/2013, com as alterações da DN/TCU nº 139/2014 e orientações constantes na Portaria/TCU nº 90/2014.

Homens/Hora: 2h/208h

Setor auditado: DIGES

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

⁵ Os Relatórios de Auditoria encontram-se disponíveis para download em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/relatorios-de-auditoria>.

Observações: Diante do não cumprimento por parte da Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão (CERG), do prazo final em 30/01/2015 para a consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2014 – conforme estabelecido na Portaria nº 674/2014, providência que só veio acontecer em 31/03/2015, quando a versão final do documento foi formalizada junto a Direção Geral do CEFET/RJ – o fato então inviabilizou a realização dos trabalhos no cronograma que estava previsto na programação deste assunto, deixando de se aplicar os procedimentos de se avaliar a conformidade da forma de apresentação e das informações gerais sobre a gestão contida no Relatório de Gestão de 2014, com o estabelecido na IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 134/2013, DN/TCU nº 139/2014 e orientações constantes na Portaria/TCU nº 90/2014.

PROGRAMA DE AUDITORIA 02/2015 (24/02 A 25/02/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.01 Atuação do TCU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram determinações ou recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de novembro/2014 a janeiro/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se houve ao CEFET/RJ, determinações do TCU para atendimento no período de novembro/2014 a janeiro/2015,
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das determinações do TCU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve.

Análise da Auditoria Interna:

Foi efetuada consulta ao Portal do Tribunal de Contas da União (TCU), e observado na pesquisa que não houve decisões pertinentes para cumprimento no período em exame.

PROGRAMA DE AUDITORIA 03/2015 (26/02 A 27/02/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.02 Atuação da CGU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de novembro/2014 a janeiro/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se houve ao CEFET/RJ, recomendações da CGU para atendimento no período de novembro/2014 a janeiro/2015; e
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das recomendações da CGU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve.

Análise da Auditoria Interna: Diante das providências adotadas pelo gestor, entende-se que foi atendida a 2ª Revisão do Plano de Providências Permanente do CEFET/RJ em 2014.

PROGRAMA DE AUDITORIA 04/2015 (02/03 A 13/03/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.02 Controles Internos/ 01.02.01 Formalização do Relatório de Gestão

Objetivos:

1. Elaborar o conteúdo do Relatório de Gestão, relativo ao item 2.2 estabelecido no Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013; e
2. Verificar a conformidade do Relatório de Gestão do exercício de 2014 da Instituição, com os normativos e orientações do TCU.

Escopo:

1. Cumprir com o item 2.2 estabelecido no Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013, concernente ao Relatório de Gestão de 2014.
2. Verificação de 100% do conteúdo do Relatório de Gestão do exercício de 2014, avaliando se a formalização está em conformidade com as IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 134/2013 e Portaria/TCU nº 90/2014.

Detalhamento das atividades:

1. Levantar as informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna para atender o item 2.2 do Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013;
2. Avaliar no Relatório de Gestão do CEFET/RJ do exercício de 2014, se a forma de apresentação e as informações gerais sobre a gestão estão de acordo com os exigidos na IN/TCU nº 63/2010 e DN/TCU nº 134/2013, com as alterações da DN/TCU nº 139/2014 e orientações constantes na Portaria/TCU nº 90/2014.

Homens/Hora: 2h/120h

Setor auditado: DIGES

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

PROGRAMA DE AUDITORIA 05/2015 (16/03 A 31/03/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.02 Controles Internos/ 01.02.02 Formalização do Processo de Contas Anual

Objetivo: Elaborar e apresentar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna sobre a prestação de contas do exercício de 2014, conforme estabelecido no item 1 do Anexo III da DN TCU nº 140/2014. Informar se o processo de contas anual está devidamente instruído com as peças complementares, consoante o que estabelece os normativos e orientações do TCU.

Escopo:

1. Cumprir com o item 1 estabelecido no Anexo III da DN TCU nº 140/2013, concernente às peças complementares que constituirão o processo de contas da Instituição de 2014.
2. Verificar em 100% do conteúdo das peças complementares que constituirão o processo de contas do exercício de 2014, avaliando se a formalização está em conformidade com a IN TCU nº 63/2010 e DN TCU nº 140/2014.

Detalhamento das atividades:

1. Preparar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna sobre a prestação de contas de 2014, de acordo com o estabelecido no item 1 do Anexo III da DN TCU nº 140/2014.
2. Avaliar se a conformidade das peças complementares do processo de contas anual de 2014 previstos nos incisos I e III do art. 13 da IN/TCU nº 63/2010 estão de acordo com o estabelecido no Anexo II da DN TCU nº 140/2014 e itens 1 e 2 do Anexo III da DN TCU nº 140/2014.

Homens/Hora: 2h/160h

Setor auditado: DIGES

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Observações: Mudança no cronograma de execução, com diminuição de 32h/h nesse assunto, em virtude da participação da servidora Luciana S. Marques no curso de capacitação “Audi 1: ênfase em Órgãos Públicos (Nível Intermediário) Auditores Internos em início de carreira”, no período de 23 a 26/03/2015, evento promovido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, na cidade de São Paulo.

PROGRAMA DE AUDITORIA 06/2015 (01/04 A 10/04/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.02 Controles Internos/ 01.02.02 Formalização do Processo de Contas Anual

Objetivo: Elaborar e apresentar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna sobre a prestação de contas do exercício de 2014, conforme estabelecido no item 1 do Anexo III da DN TCU nº 140/2014. Informar se o processo de contas anual está devidamente instruído com as peças complementares, consoante o que estabelece os normativos e orientações do TCU.

Escopo:

1. Cumprir com o item 1 estabelecido no Anexo III da DN TCU nº 140/2013, concernente às peças complementares que constituirão o processo de contas da Instituição de 2014.

2. Verificar em 100% do conteúdo das peças complementares que constituirão o processo de contas do exercício de 2014, avaliando se a formalização está em conformidade com a IN TCU nº 63/2010 e DN TCU nº 140/2014.

Detalhamento das atividades: Avaliar se a conformidade das peças complementares do processo de contas anual de 2014 previstos nos incisos I e III do art. 13 da IN/TCU nº 63/2010 estão de acordo com o estabelecido no Anexo II da DN TCU nº 140/2014 e itens 1 e 2 do Anexo III da DN TCU nº 140/2014.

Homens/Hora: 2h/112h

Setor auditado: DIGES

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

PROGRAMA DE AUDITORIA 07/2015 (13/04 A 24/04/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.02 Controles Internos/ 01.02.03 Avaliação do Acesso a Informação e da sua Divulgação

Objetivo: Avaliar e informar se a Instituição vem promovendo em seu sitio na internet a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, consoante o que estabelece a legislação vigente.

Escopo: Verificar a regularidade do conteúdo divulgado pela Instituição no sitio na internet, avaliando se as informações disponibilizadas estão atualizadas e em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, quanto aos seguintes aspectos:

I- estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones dos *campi*, horários de atendimento ao público;

II- programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto.

Detalhamento das atividades:

Avaliar se as informações disponibilizadas no sítio de CEFET/RJ estão atualizadas e em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, quanto aos seguintes aspectos:

I- estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones dos *campi*, horários de atendimento ao público;

II- programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto.

Homens/Hora: 2h/96h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Constatação: Desatualização do conteúdo publicado e ausência de informações obrigatórias no sítio do CEFET/RJ.

Recomendações:

(1) Implementar a devida revisão do conteúdo do sítio do CEFET/RJ, visando atualizar e inserir as informações obrigatórias em adequação a legislação vigente; e

(2) Implementar normativo interno que discipline o conteúdo do sítio do CEFET/RJ, objetivando definir os parâmetros necessários que trate da divulgação de informações de interesse coletivo ou geral e de sua administração.

Análise da Auditoria Interna:

Verifica-se que o conteúdo do sítio do CEFET/RJ está desatualizado e com ausência de algumas informações que são obrigatórias de serem divulgadas. E diante das manifestações apresentadas pelo gestor no Memorando nº 24/DICOM/2015, de 10/04/2015, observa-se que não existe um parâmetro definido quanto ao serviço de informação e serviço de administração do conteúdo do sítio.

Verifica-se também que o sítio não dispõe de todos os requisitos estabelecidos na legislação supracitada, para ter o devido acesso as informações disponibilizadas. Porém, com os esclarecimentos apresentados observa-se que essa questão será sanada com a padronização do sítio institucional determinada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, em que a Divisão de Comunicação Social - DICOM vem trabalhando desde dezembro de 2014, com a implantação prevista para junho de 2015.

Considerando que a informação é volátil, e uma atualização constante se faz necessária. Pois informações desatualizadas devem ser atualizadas o mais rapidamente possível. Da mesma forma que informações desnecessárias e obsoletas devem ser descartadas. Então as revisões são fundamentais para a integridade do sítio e sua aplicabilidade. É preciso considerar que a informação é um ativo que precisa ser gerenciado, e isso envolve investimentos, recursos, pessoas, equipamentos e tempo.

Observações: Mudança no cronograma de execução, com diminuição de 32h/h nesse assunto, em virtude da participação da servidora Luciana S. Marques no curso de capacitação “Audi 2: Ênfase em Órgãos Públicos (Nível Intermediário) Auditores Internos em início de carreira”, no período de 13 a 16/04/2015, evento promovido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, na cidade de São Paulo.

PROGRAMA DE AUDITORIA 08/2015 (27/04 A 28/04/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.01 Atuação do TCU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram determinações ou recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de fevereiro a abril/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se houve ao CEFET/RJ, determinações do TCU para atendimento no período de fevereiro a janeiro/2015; e
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das determinações do TCU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve.

Análise da Auditoria Interna:

Foi efetuada consulta ao Portal do Tribunal de Contas da União (TCU), e observado na pesquisa que não houve decisões pertinentes para cumprimento no período em exame.

PROGRAMA DE AUDITORIA 09/2015 (29/04 A 30/04/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.02 Atuação da CGU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de fevereiro a abril/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se houve ao CEFET/RJ, recomendações da CGU para atendimento no período de fevereiro a abril/2015; e
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das recomendações da CGU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Não houve registro de recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União (CGU) para cumprimento no período em exame.

PROGRAMA DE AUDITORIA 10/2015 (11/05 A 14/05/2015):

Ação/Subação/Assunto: 02 Gestão Patrimonial/ 02.01 Inventários Físicos e Financeiros/ 02.01.01 Existências Físicas

Objetivo: Identificar se o Inventário Físico expressa efetiva existência e a confiabilidade dos instrumentos de controle patrimonial da Instituição.

Escopo: Verificar a regularidade dos bens móveis localizados no *campus*-sede Maracanã, avaliando a existência com os registros e documentação comprobatória dos bens utilizados para realização da atividade-fim, envolvendo 10% dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com elevados números de discentes matriculados em 2015.

Detalhamento das atividades: Avaliar a regularidade dos bens móveis localizados nos laboratórios do curso técnico de Edificações do *campus*-sede Maracanã com os registros e instrumentos de controle dos bens utilizados para realização da atividade-fim.

Homens/Hora: 2h/64h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

PROGRAMA DE AUDITORIA 11/2015 (15/05 A 20/05/2015):

Ação/Subação/Assunto: 02 Gestão Patrimonial/ 02.02 Meios de Transportes/ 02.02.01 Conservação e Utilização de Meios de Transportes

Objetivo: Comprovar a legalidade no gerenciamento da conservação e utilização de meios de transporte utilizados pela Instituição.

Escopo: Verificar a regularidade em 30% dos veículos mais antigos da frota utilizados nas atividades do CEFET/RJ, no período de janeiro a março de 2015, avaliando os controles e procedimentos adotados para conservação e utilização.

Detalhamento das atividades: Avaliar os controles e procedimentos adotados para a conservação e utilização dos veículos mais antigos da frota utilizados nas atividades da Instituição no período de janeiro a março de 2015.

Homens/Hora: 2h/40h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada, entende-se que o gestor identificou e executou os procedimentos para saneamento das falhas apontadas, prestando os devidos esclarecimentos que contribuíram para o entendimento das situações levantadas.

Observações: Mudança no cronograma de execução, com diminuição de 24h/h nesse assunto, em virtude da participação da servidora Luciana S. Marques no curso de capacitação “COSO ICIF 2013 – Implementando a Estrutura de Controles Internos”, no período de 18 a 20/05/2015, evento promovido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, na cidade de São Paulo.

PROGRAMA DE AUDITORIA 12/2015 (21/05 A 26/05/2015):

Ação/Subação/Assunto: 02 Gestão Patrimonial/ 02.03 Bens Móveis e Equipamentos/ 02.03.01 Baixas de Bens Móveis e Equipamentos

Objetivo: Comprovar a legalidade no gerenciamento das baixas de bens móveis e equipamentos da Instituição.

Escopo: Verificar a regularidade das baixas de bens móveis do patrimônio do CEFET/RJ, avaliando a formalização de 30% dos processos pertinentes ao período de janeiro a março de 2015.

Detalhamento das atividades: Avaliar nos processos formalizados no período de janeiro a março de 2015, a regularidade das baixas de bens móveis do patrimônio do CEFET/RJ.

Homens/Hora: 2h/64h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Foi verificado que no período em exame, não houve baixas de bens móveis e equipamentos no CEFET/RJ, considerando a informação prestada pelo gestor através do Memorando nº 03/GABIN/DIRAP/CEFET/RJ, de 15/05/2015.

PROGRAMA DE AUDITORIA 13/2015 (27/05 A 29/05/2015):

Ação/Subação/Assunto: 02 Gestão Patrimonial/ 02.04 Bens Imobiliários/ 02.04.01 Avaliação de Bens Imobiliários

Objetivo: Comprovar a eficiência no gerenciamento do patrimônio imobiliário de responsabilidade do CEFET/RJ, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União, quanto ao estado de conservação e atualização das informações no SPIUnet.

Escopo: Verificar a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade do CEFET/RJ, classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União, avaliando os seguintes aspectos:

- a) suficiência da estrutura de pessoal da UPC para gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, da União, próprios;
- b) existência ou não de estrutura tecnológica para gerir os imóveis;
- c) correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), quando de uso obrigatório pela UPC, e
- d) existência de segregação contábil suficientemente analítica para a distinção dos registros relativos à despesas com manutenção dos imóveis próprios e da União.

Detalhamento das atividades: Fazer levantamento do patrimônio imobiliário de responsabilidade do CEFET/RJ, classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União, avaliando os seguintes aspectos:

- a) suficiência da estrutura de pessoal da UPC para gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade, da União (*campi* Maracanã, Maria da Graça e Nova Iguaçu).
- b) existência ou não de estrutura tecnológica para gerir os imóveis sob sua responsabilidade, da União (*campi* Maracanã, Maria da Graça e Nova Iguaçu).
- c) correção e completude dos registros dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), quando de uso obrigatório pela UPC; e
- d) existência de segregação contábil, suficientemente analítica, para a distinção dos registros relativos a despesas com manutenção dos imóveis da União (*campi* Maracanã, Maria da Graça e Nova Iguaçu) e dos imóveis (*campi* Petrópolis, Friburgo, Itaguaí, Angra do Reis e Valença) que o CEFET/RJ utiliza pertencentes a municípios, ao Estado do Rio de Janeiro e a particulares.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada (Memorando nº 07/GABIN/DIRAP/CEFET/RJ, de 26/05/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação levantada, bem como vem providenciando a capacitação dos novos servidores lotados na Divisão de Patrimônio para a obtenção do acesso ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), visando a devida atualização dos registros dos imóveis dos *campi* Maracanã, Maria da Graça e Nova Iguaçu.

PROGRAMA DE AUDITORIA 14/2015 (01/06 A 30/06/2015):

Ação/Subação/Assunto: 03 Gestão Operacional/ 03.01 Avaliação de Resultados/ 03.01.01 Resultados da Missão Institucional

Objetivo: Verificar se as metas em relação à missão Institucional estão sendo cumpridas, a fim de evidenciar a real execução das atividades–fim da Instituição, visando à melhoria contínua de procedimentos operacionais para alcançar o bem comum público.

Escopo: Verificar a execução das ações previstas pelas respectivas unidades no Plano Estratégico Anual (PEA) do exercício de 2014, tomando como base aquelas que tenham movimentado 30% dos maiores volumes de recursos no período.

Detalhamento das atividades:

1. Avaliar se as ações previstas no PEA 2014 foram executadas conforme a missão institucional do CEFET/RJ;
2. Verificar o alinhamento do PEA 2014 aos objetivos estratégicos evidenciados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente; e
3. Averiguar se as metas estratégicas estabelecidas pelo PDI vigente foram alcançadas.

Homens/Hora: 2h/240h

Setor auditado: DIGES

Constatação/Informação: Constatação: Ausência de previsibilidade em normativo interno sobre a situação de não aderência – no âmbito do PEA 2014 – dos compromissos assumidos no PDI.

Recomendação:

- (1) Revisar o normativo interno visando contemplar o seguinte:
 - a) as definições de PND, PEA e POA e sua relação com o PDI;
 - b) a definição de datas para elaboração de cada plano, de modo a evitar sobreposição de períodos;
 - c) a delimitação de atribuições para as diretorias responsáveis;
 - d) o processo detalhado de formalização de cada plano, estendendo sua elaboração a todos os *Campi*/Diretorias Sistêmicas;
 - e) o meio pelo qual será feita a divulgação de cada plano e do acompanhamento de sua execução;
 - f) a forma como será feita a prestação de contas de cada *campus*/diretoria atendida; e

g) o estabelecimento de parâmetros para o controle adequado da execução dos planos.

Análise da Auditoria Interna:

Considerando-se que houve manifestação do gestor responsável pelo gerenciamento do PEA e do PDI sobre esta constatação, após a que está transcrita no campo “**Fato**”, a análise da Auditoria Interna consta registrada no referido campo, acrescida da apresentada ao gestor através do Memorando nº 52/2015/UAUDI, de 04/09/2015, transcrita seguir, em resposta às considerações do Memorando nº 113/2015/DIGES.

O termo **aderência** é amplamente empregado em âmbito jurídico e significa “conformidade, concordância, observância, consonância etc”. No caso em tela, um dos objetivos da ação da auditoria versava em *Avaliar se as ações previstas no PEA 2014 foram executadas conforme a missão institucional do CEFET/RJ*. Desta feita, se buscou detectar a aderência das ações previstas no PEA à missão da Instituição, qual seja:

Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a interação com a sociedade, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade (CEFET/RJ, 2010).

Portanto, foram analisadas as ações mencionadas nos respectivos PEAs dos *campi*/diretorias incluídas na amostra no tocante à **observância** da missão do CEFET/RJ. Constatou-se que as mesmas encontravam-se direta ou indiretamente relacionadas à missão do CEFET/RJ. Neste sentido, as ações voltadas para as atividades-fim mantêm correlação direta, enquanto que aquelas direcionadas às atividades-meio apresentam correlação indireta com a missão institucional.

Não obstante tenha sido observada na proposta do PEA a previsão das metas a serem cumpridas, não foi possível acompanhar a execução do plano, pelo fato de o mesmo não estar detalhado em metas, conforme documentação entregue à auditoria. Uma falha em potencial pode ser a ausência do estabelecimento de parâmetros para o controle adequado da execução dos planos e do meio pelo qual será feito o acompanhamento de sua execução – o qual não foi verificado na Norma de Serviço nº 02/2013 – que orienta a elaboração do PEA.

Outro objetivo do trabalho consistiu em *Verificar o alinhamento do PEA 2014 aos objetivos estratégicos evidenciados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente*. Foi apurada a **consonância** do PEA 2014 aos objetivos estratégicos evidenciados pelo PDI. Procurou-se localizar as metas, com seus respectivos códigos, na listagem de metas elencadas no PDI. Esta análise demonstrou que – no caso do DEPES (*Manutenção das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão envolvendo prototipagem rápida, projetos de educação a nível institucional (competições educacionais MiniBaja SAE, AeroDesign e Fórmula SAE)*, e a *conservação e bom funcionamento do parque instalado de computadores e rede física (LAN/Internet) para uso em projetos, sala de aula (desenho e cursos extracurriculares) e prototipagem e Investir na melhoria de condições de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão*) e do DEMET (*Capacitar professores e melhoria dos laboratórios e Manter o funcionamento do laboratório e o conforto da coordenação*) – havia metas que não se encontravam inseridas no PDI 2010-2014, configurando sua **não aderência**, no que tange às metas apontadas, ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Uma possível falha, neste caso, pode ser a existência de dúvidas remanescentes – por parte dos gestores – acerca das definições do PND, PEA e POA e de sua relação com o PDI, além do não entendimento dos procedimentos expostos no “Manual de Elaboração do PEA”.

Ademais, a não contemplação do processo detalhado de formalização de cada plano e a não previsão de casos especiais ou extraordinários na NS 02/2013 ou no Manual de Elaboração do PEA – e as providências a serem tomadas nesses casos – podem vir a acarretar em análises que evidenciem a **não conformidade** das metas previstas no PEA com os objetivos estratégicos fixados no PDI, como foi expresso na constatação da auditoria *Ausência de previsibilidade em normativo interno sobre a situação de não aderência – no âmbito do PEA 2014 – aos compromissos assumidos no PDI* e que

foi alvo de questionamento pelo gestor. Esta constatação foi feita devido ao fato de terem sido verificadas metas que não se encontravam elencadas no PDI. Considerando a abrangência desse documento, a época de sua elaboração e a ocorrência de fatos inesperados (e que demandem ações imediatas), a inserção de metas estranhas ao PDI vigente pode, em tese, ser caracterizada como um caso especial ou extraordinário de despesa realizada no interesse da Administração, segundo oportunidade e conveniência.

O terceiro objetivo da auditoria compreendia *Averiguar se as metas estratégicas estabelecidas pelo PDI vigente foram alcançadas*, ou seja, verificar se o que havia sido previsto no PDI – tanto em termos de metas quanto em termos de valores – foi realizado ao longo do ano, através do que fora previsto no PEA 2014. Como o PEA representa uma parcela do que está previsto no PDI, avaliar o atingimento de suas metas consiste em acompanhar o cumprimento das metas do PDI. De posse da documentação entregue, não foi possível avaliar se as metas estabelecidas no PDI foram atingidas, porquanto – apesar de o PEA estar detalhado por metas – a execução do mesmo não se encontra neste nível de detalhamento no controle apresentado pela DIGES. Tal qual foi comentado anteriormente, uma possível falha pode ser a ausência do estabelecimento de parâmetros para o controle adequado da execução dos planos e do meio pelo qual será feito o acompanhamento de sua execução, o que poderia ser corrigido com a revisão da NS 02/2013 para que ela contemple os pontos mencionados.

Por fim, ao proceder à leitura do artigo contido na portaria nº 3.796/2005, a seguir reproduzido:

Art.22. A Diretoria de Gestão Estratégica, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

É plausível admitir que a sentença “acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ” refere-se ao fato de a diretoria em tela ter como atribuições monitorar a execução dos planos – PDI, PND, PEA e POA, no entendimento desta Auditoria – e enviar os dados oficiais que serão disponibilizados pela Instituição, no tocante ao seu desempenho, os quais podem abranger a execução dos planos em termos de metas e objetivos estratégicos, acompanhada pelo detalhamento orçamentário a ser fornecido pela diretoria competente. A delimitação de atribuições para as diretorias responsáveis pelos planos no normativo aplicável traria como efeito imediato a clareza na distribuição de tarefas entre as Diretorias Sistêmicas envolvidas no processo, já prevendo um questionamento futuro por parte dos órgãos de controle.

Observações: Mudança no cronograma de execução, com diminuição de 32h/h nesse assunto, em virtude da participação da servidora Luciana S. Marques no “42º Fórum Técnico das Auditorias Internas do MEC”, no período de 8 a 11/06/2015, evento promovido pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes da Auditoria Interna do Ministério da Educação (Associação FONAI-MEC), na cidade de Brasília.

PROGRAMA DE AUDITORIA 15/2015 (01/07 A 07/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.01 Movimentação/ 04.01.01 Bolsas e Auxílios a Estudantes

Objetivo: Certificar se as concessões de bolsas e auxílios a estudantes da Instituição foram efetivadas de acordo com as cláusulas e os procedimentos para a seleção.

Escopo: Verificar a regularidade em 5% das concessões do Programa de Auxílio-Alimentação – PAA, formalizadas no período de janeiro a junho/2015, avaliando os pagamentos concedidos e os instrumentais de controle.

Detalhamento das atividades: Avaliar se a documentação e os pagamentos das bolsas do Programa de Auxílio-Alimentação (PAA) do exercício de 2015, concedidos aos alunos matriculados no *campus* Maracanã, estão em conformidade ao estabelecido no Edital N° 001/2015/DIREX.

Homens/Hora: 2h/80h

Setor auditado: DIREX

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada, o fato é registrado como informação, em virtude que fica evidente que o gestor reconheceu a fragilidade do controle interno administrativo, e adotou providências para reparar as impropriedades apontadas, inclusive promovendo uma revisão geral na documentação do programa, a fim de adequar ao disposto no artigo 15º do Edital N° 001/2015/DIREX, de 16/12/2014, que condiciona a inscrição à entrega dos documentos que se fazem necessários dos candidatos do Programa Auxílio-Alimentação (PAA).

PROGRAMA DE AUDITORIA 16/2015 (08/07 A 10/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens/ 04.02.01 Gratificações

Objetivo: Verificar se a gratificação paga a substituto, pelo exercício do cargo/função de direção/chefia, aconteceu apenas nos casos de afastamentos ou impedimentos legais do titular, e na proporção dos dias de efetiva substituição.

Escopo: Verificar a regularidade em 5% das gratificações concedidas a servidores substitutos de função de direção/chefia do quadro do CEFET/RJ, no mês de abril de 2015, avaliando os pagamentos efetivados.

Detalhamento das atividades: Avaliar os pagamentos efetivados no mês de abril de 2015 relativos às gratificações de substituto, pelo exercício do cargo/função de direção/chefia.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Constatação: Ausência de pagamento da remuneração devida a servidor quanto à ocorrência do efeito cascata decorrente da substituição prevista no art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990.

Recomendação:

(1) Implementar os acertos financeiros visando regularizar o pagamento da remuneração devida ao servidor matrícula SIAPE nº 1853349, acerca da substituição da função de Secretária do Gabinete da Direção-Geral (FG-01).

Análise da Auditoria Interna:

Na manifestação apresentada (Memorando N° 147/2015, de 31/07/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação da apropriação do pagamento da remuneração de substituição do Cargo de Direção de Chefe de Gabinete da Direção-Geral (CD-04), porém diante do processo de substituições nos níveis hierárquicos inferiores ficou evidente pelos pagamentos efetuados desde junho de 2014, que não houve a devida retribuição correspondente (FG-01) ao servidor matrícula SIAPE n° 1853349.

PROGRAMA DE AUDITORIA 17/2015 (13/07 A 15/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens/ 04.02.02 Adicionais

Objetivo: Identificar o cumprimento das determinações legais no pagamento de adicionais de periculosidade e insalubridade.

Escopo: Verificar a regularidade em 10% dos adicionais de periculosidade e insalubridade concedidos a servidores do CEFET/RJ, no mês de abril/2015, avaliando os pagamentos efetivados e a conformidade dessas concessões.

Detalhamento das atividades: Avaliar a conformidade das concessões e pagamentos dos adicionais de periculosidade e insalubridade ocorridos no mês de abril de 2015.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Na manifestação apresentada (Memorando n° 34/2015, de 19/06/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação dos laudos técnicos, e vem buscando junto ao MEC solução para esse problema.

PROGRAMA DE AUDITORIA 18/2015 (16/07 A 20/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.02 Remuneração, Benefícios e Vantagens/ 04.02.03 Benefícios Assistenciais e Pecuniários

Objetivo: Comprovar a legalidade do pagamento do auxílio-transporte, verificando a atualização das informações prestadas pelos servidores, para usufruto do benefício.

Escopo: Verificar a regularidade em 15 pagamentos de auxílios transporte com valores acima de R\$ 500,00, concedidos aos servidores do CEFET/RJ no mês de abril/2015, avaliando os registros e os instrumentais de controle.

Detalhamento das atividades: Avaliar os registros e instrumentais de controle relativos às concessões de auxílio-transporte com valores acima de R\$ 500,00, pagas aos servidores no mês de abril/2015.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Na manifestação apresentada (Memorando nº 34/2015, de 19/06/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação das informações contidas nos requerimentos de concessão de auxílio-transporte, e vem promovendo a devida atualização anualmente.

PROGRAMA DE AUDITORIA 19/2015 (21/07 A 23/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.03 Seguridade Social/ 04.03.01 Aposentadorias

Objetivo: Verificar o cumprimento do registro dos atos de aposentadorias da Instituição no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), em conformidade com os normativos do TCU.

Escopo: Verificar a regularidade em 20% das concessões de aposentadorias formalizadas no período de janeiro a maio de 2015, avaliando a conformidade do registro desses atos no SISAC.

Detalhamento das atividades: Avaliar os processos de aposentadoria formalizados no período de janeiro a maio de 2015, verificando se os atos foram cadastrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, e o prazo para cadastramento no sistema foi cumprido de acordo com os normativos do Tribunal de Contas da União.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada (Memorando nº 147/2015, de 31/07/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação levantada, bem como está providenciando o devido registro desses atos no SISAC.

PROGRAMA DE AUDITORIA 20/2015 (24/07 A 28/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.03 Seguridade Social/ 04.03.02 Pensão

Objetivo: Verificar o cumprimento do registro dos atos de pensão da Instituição no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), em conformidade com os normativos do TCU.

Escopo: Verificar a regularidade em 20% das concessões de pensão civil formalizadas no período de janeiro a maio de 2015, avaliando a conformidade do registro desses atos no SISAC.

Detalhamento das atividades: Avaliar os processos de pensões formalizados no período de janeiro a maio de 2015, verificando se os atos foram cadastrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, e o prazo para cadastramento no sistema foi cumprido de acordo com os normativos do Tribunal de Contas da União.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada (Memorando nº 147/2015, de 31/07/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação levantada, bem como está providenciando o devido registro desses atos no SISAC.

PROGRAMA DE AUDITORIA 21/2015 (29/07 A 31/07/2015):

Ação/Subação/Assunto: 04 Gestão de Recursos Humanos/ 04.03 Seguridade Social/ 04.03.03 Auxílios e Licenças Securitários

Objetivo: Confirmar a legalidade na concessão de benefícios securitários na Instituição, classificados como auxílios e licenças.

Escopo: Verificar a regularidade em 20% dos processos de auxílios e licenças securitários formalizados no período de janeiro a maio de 2015, avaliando a conformidade e os pagamentos efetivados.

Detalhamento das atividades: Avaliar a conformidade e os pagamentos dos processos de auxílios e licenças securitários formalizados no período de janeiro a maio de 2015.

Homens/Hora: 2h/48h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: DIRAP

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada (Memorando nº 147/2015, de 31/07/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento da situação levantada, bem como tomou as devidas providências.

PROGRAMA DE AUDITORIA 22/2015 (03/08 A 25/08/2015):

Ação/Subação/Assunto: 05 Gestão de Suprimento de Bens/Serviços/ 05.01 Processos Licitatórios / 05.01.01 Formalização Legal

Objetivo: Comprovar a observância das exigências legais para composição dos processos licitatórios ocorridos na Instituição.

Escopo: Verificar a regularidade em 20% dos processos licitatórios, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a junho de 2015, avaliando seguintes elementos:

I- sobre a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos licitatórios realizados e os montantes contratados no exercício pela UPC, considerando diversas modalidades; e estrutura de controles da UPC com vista a garantir a regularidade das contratações;

II- sobre os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UPC no exercício.

Detalhamento das atividades: Fazer levantamento dos processos licitatórios com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a junho de 2015, avaliando seguintes elementos:

a) sobre a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos licitatórios realizados e os montantes contratados no exercício pela UPC, considerando diversas modalidades; e estrutura de controles da UPC com vistas a garantir a regularidade das contratações;

b) sobre os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UPC no exercício.

Homens/Hora: 2h/216h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Diante da manifestação apresentada (Memorando nº 100/2015-DEPAD, de 26/08/2015), entende-se que o gestor prestou os esclarecimentos que contribuíram para o entendimento das situações levantadas, e adotou as devidas providências, bem como promoveu a identificação das mudanças ou adaptações necessárias aos procedimentos e rotinas desenvolvidos no Departamento de Administração, visando agilidade, melhor controle e eficiência na formalização dos processos licitatórios.

Observações: Mudança no cronograma de execução, com diminuição de 56h/h nesse assunto, em virtude das férias da servidora Luciana S. Marques no período de 17 a 26/08/2015.

PROGRAMA DE AUDITORIA 23/2015 (26/08 A 27/08/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controle da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.01 Atuação do TCU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram determinações ou recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de fevereiro a abril/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se houve ao CEFET/RJ, determinações do TCU para atendimento no período de maio a julho/2015/2015,
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das determinações do TCU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Foi efetuada consulta ao Portal do Tribunal de Contas da União (TCU), e observado na pesquisa que não houve decisões pertinentes para cumprimento no período em exame.

PROGRAMA DE AUDITORIA 24/2015 (28/08 A 31/08/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controle da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.02 Atuação da CGU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de fevereiro a abril/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se houve ao CEFET/RJ, recomendações da CGU para atendimento no período de maio a julho/2015,
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das recomendações da CGU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Não houve registro de recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União (CGU) para cumprimento no período em exame.

PROGRAMA DE AUDITORIA 25/2015 (01/09 A 30/09/2015):

Ação/Subação/Assunto: 05 Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços/ 05.02 Gerenciamento de Estoque/ 05.02.01 Compras sem Processo Licitatório

Objetivo: Identificar a ocorrência de aquisições de materiais, sem processo licitatório, examinando suas motivações e justificativas.

Escopo: Verificar a regularidade em 20% dos processos de despesas executadas nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, com maiores volumes de recursos, pertinentes ao período de janeiro a maio de 2015, avaliando os seguintes elementos:

I - a totalidade das contratações feitas pelo CEFET/RJ: quantidade de processos de dispensa e inexigibilidade realizados e os montantes contratados no exercício pela UPC; e

II - os processos da amostra: identificação do Contratado (nome/razão social e CPF/CNPJ); motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; fundamentação da dispensa ou inexigibilidade, conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; avaliação quanto à possibilidade de extrapolação das conclusões obtidas a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UPC no exercício.

Detalhamento das atividades:

1. Avaliar a quantidade de processos licitatórios realizados e os montantes contratados no exercício, bem como a estrutura de controles da UPC;
2. Verificar os seguintes itens: identificação do Contratado; motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; e conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados; e
3. Averiguar a possibilidade de extrapolação dos valores, verificados a partir dos processos analisados para o universo das contratações realizadas pela UPC no exercício.

Homens/Hora: 2h/248h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Atinente à estrutura de controles da UPC, é possível inferir que as falhas encontradas foram sanadas no período de execução dos trabalhos e novos controles serão estabelecidos, como pode ser verificado a partir da manifestação do gestor via Memorando nº 13/GABIN/DIRAP/CEFET/RJ e na própria ata de reunião. No que tange à regularidade dos processos avaliados, todas as inconsistências encontradas foram apontadas na SA nº 09/2015/02, a qual foi suficientemente atendida através das justificativas contidas no referido memorando. Portanto – diante do exposto – o fato descrito é registrado como informação, em virtude de o gestor ter reconhecido a fragilidade do controle interno administrativo, além de ter adotado providências para reparar as impropriedades apontadas.

As despesas foram realizadas em consonância com a finalidade e com a descrição da ação de governo na qual foram enquadradas, tendo sido adotada a modalidade adequada em função do objeto adquirido.

Quanto à possibilidade de extrapolação dos valores, de acordo com o Acórdão 73/2003 - 2ª Câmara: “Atente para o fato de que, atingido o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa”. Após verificação da amostra selecionada, é possível constatar que os casos de dispensa de licitação – enquadrados no artigo 24, inciso II – não caracterizam hipóteses de fracionamento de despesas.

Após procedimento de análise pode-se concluir que as medidas de controle atualmente adotadas pela UPC são suficientes, sendo executadas de modo satisfatório pela gestão, não tendo havido nenhuma constatação na ação realizada. Desta feita, os interesses da Administração encontram-se resguardados – no que tange ao gerenciamento do suprimento de bens e serviços – além de estar assegurada, razoavelmente, a regularidade dos processos de compras diretas. Ademais, são

observados tanto a preocupação quanto o comprometimento da gestão em mitigar eventuais deficiências encontradas, bem como em solucionar quaisquer irregularidades tempestivamente.

PROGRAMA DE AUDITORIA 26/2015 (01/10 A 14/10/2015):

Ação/Subação/Assunto: 05 Gestão de Suprimentos de Bens/Serviços/ 05.03 Contratos de Obras, Compras e Serviços/ 05.03.01 Formalização Legal

Objetivo: Comprovar a observância das exigências legais para composição dos contratos firmados com a Instituição.

Escopo: Verificar a regularidade em 5% dos contratos de obras, compras e serviços, com maiores volumes de recursos, celebrados no período de janeiro a junho de 2015, avaliando a execução do objeto contratado.

Detalhamento das atividades:

1. Avaliar a quantidade de contratos firmados e os montantes contratados no exercício; e
2. Verificar os seguintes itens: identificação do Contratado; motivação da contratação; modalidade, objeto e valor da contratação; e conclusão sobre a regularidade dos processos avaliados.
3. Examinar se a execução do objeto contratado está sendo realizada conforme o respectivo termo de ajuste.

Homens/Hora: 2h/144h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

No que tange à regularidade dos processos avaliados, uma possível inconsistência foi apontada na SA nº 10/2015/02, a qual foi suficientemente atendida através da justificativa contida no Memorando nº 15/GABIN/DIRAP/CEFET/RJ. Ademais, a ocorrência identificada durante a vigência do Contrato nº 185/2014 (quadro 12) foi apontada por meio do Memorando nº 68/2015/PREFEITURA à contratada solicitando maior atenção quanto à manutenção do portão fechado, por comprometer a segurança da instituição. Portanto – diante do exposto – o fato descrito é registrado como informação, em virtude de não ter sido encontrada qualquer irregularidade nos processos de contratações avaliados, tanto em relação à sua formalização quanto à sua execução. Neste sentido, as contratações estão sendo realizadas em consonância com as exigências legais.

Após procedimento de análise pode-se concluir que as medidas de controle atualmente adotadas pela UPC são suficientes, sendo executadas de modo satisfatório pela gestão, não tendo havido nenhuma constatação na ação realizada. Desta feita, os interesses da Administração encontram-se resguardados – no que tange ao gerenciamento do suprimento de bens e serviços – além de estar assegurada, razoavelmente, a regularidade dos processos de contratos de bens, compras e serviços. Ademais, são observados tanto a preocupação quanto o comprometimento da gestão em mitigar eventuais deficiências encontradas, bem como em solucionar quaisquer irregularidades tempestivamente. Cabe destacar a celeridade da gestão no atendimento aos questionamentos da Auditoria.

PROGRAMA DE AUDITORIA 27/2015 (03/11 A 04/11/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.01 Atuação do TCU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram determinações ou recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações e determinações exaradas pelo TCU no período de agosto a outubro/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se foram direcionadas ao CEFET/RJ determinações do TCU para atendimento no período de agosto a outubro/2015; e
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das determinações do TCU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Após proceder à consulta criteriosa no Portal do Tribunal de Contas da União (TCU), foi verificado que não foram proferidas decisões e/ou determinações pertinentes a serem cumpridas no período em exame.

PROGRAMA DE AUDITORIA 28/2015 (05/11 A 06/11/2015):

Ação/Subação/Assunto: 01 Controles da Gestão/ 01.01 Controles Externos/ 01.01.02 Atuação da CGU

Objetivo: Verificar os objetos apontados através de diligências que geraram recomendações, e acompanhar e avaliar as medidas adotadas pelos gestores da Instituição para sua regularização.

Escopo: Verificação de 100% das recomendações exaradas pela CGU no período de agosto a outubro/2015, avaliando as medidas adotadas pelos gestores responsáveis para sua regularização.

Detalhamento das atividades:

1. Verificar se foram direcionadas ao CEFET/RJ recomendações da CGU para atendimento no período de agosto a outubro/2015; e
2. Avaliar as providências adotadas pelos gestores para atendimento das recomendações da CGU.

Homens/Hora: 2h/32h

Setor auditado: DIREG

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

Não é possível emitir opinião quanto à ação realizada pelo fato de não ter sido disponibilizada a manifestação do gestor à SA 12/2015/01, a qual subsidiaria a avaliação desta Auditoria Interna.

PROGRAMA DE AUDITORIA 29/2015 (09/11 A 19/11/2015):

Ação/Subação/Assunto: 06 Gestão Financeira/ 06.01 Recursos Disponíveis/ 06.01.01 Indenizações

Objetivo: Comprovar se as utilizações das respectivas indenizações foram para uso em objeto de serviço e a obediência à legislação pertinente.

Escopo: Verificar a regularidade em 5% das concessões e prestações de contas de diárias e passagens registradas no SCDP, das viagens nacionais encerradas, com maiores volumes de recursos, ocorridas no período de janeiro a julho/2015, avaliando a conformidade dessas concessões.

Detalhamento das atividades:

1. Avaliar a conformidade das concessões de diárias e passagens.
2. Verificar se as respectivas prestações de contas foram realizadas de acordo com a legislação aplicável.

Homens/Hora: 2h/144h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Informação

Recomendação: Não houve

Análise da Auditoria Interna:

O fato descrito anteriormente é registrado como informação, em virtude de não ter sido encontrada qualquer irregularidade nas concessões de diárias e passagens, bem como nas respectivas prestações de contas. Neste sentido, as mesmas estão sendo realizadas em consonância com as exigências legais.

Após procedimento de análise pode-se concluir que as medidas de controle atualmente adotadas pela UPC são suficientes, sendo executadas de modo satisfatório pela gestão, não tendo havido nenhuma constatação na ação realizada. Desta feita, os interesses da Administração encontram-se resguardados – no que tange à concessão de diárias e passagens – além de estar assegurada, razoavelmente, a regularidade de sua formalização no âmbito do SCDP.

PROGRAMA DE AUDITORIA 30/2015 (23/11 A 30/11/2015):

Ação/Subação/Assunto: 06 Gestão Financeira/ 06.01 Recursos Disponíveis/ 06.01.02 Cartão Corporativo

Objetivo: Comprovar a legalidade na utilização dos recursos destinados a pagamentos de pequenas despesas de pronto pagamento.

Escopo: Verificar a regularidade em 10% do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal/CPGF, ocorridas no período de janeiro a julho/2015, avaliando os seguintes aspectos:

- a) conformidade da instituição e da utilização dos cartões de pagamentos com a disposição dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008; e

b) adequabilidade da estrutura de controles internos administrativo para garantir o regular uso dos cartões de pagamentos.

Detalhamento das atividades:

1. Avaliar a conformidade das compras realizadas com o cartão corporativo.
2. Verificar se as respectivas prestações de contas foram realizadas de acordo com a legislação aplicável.

Homens/Hora: 2h/56h

Setor auditado: DIRAP

Constatação/Informação: Constatação: Não observância da legislação aplicável à utilização de suprimento de fundos.

Recomendações:

(01) Revisar as normas que orientam o uso do cartão de pagamento, sobretudo no que tange à aquisição de alimentos e bebidas alcoólicas.

(02) Investir na capacitação da área responsável pelo acompanhamento da modalidade de adiantamento por meio de suprimento de fundos e de sua respectiva prestação de contas.

Análise da Auditoria Interna:

No que tange à conformidade das compras realizadas com o cartão corporativo, pode-se observar o não atendimento de alguns dos dispositivos legais que amparam a utilização do suprimento de fundos.

A Lei 4.320/1964 (art. 65) estabeleceu a possibilidade do pagamento de despesas através do processo de adiantamento, limitando-o a despesas de caráter excepcional. O art. 68 da referida lei definiu que o suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, a qual deve ser sempre precedida de empenho na dotação própria para que o mesmo efetue despesas que por sua excepcionalidade – a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade – não possam submeter-se ao procedimento licitatório ordinário, à dispensa ou à inexigibilidade de licitação. Tanto a excepcionalidade quanto a impossibilidade de submissão ao processo normal de execução são as principais características do regime de adiantamento.

A utilização do suprimento de fundos é igualmente disciplinada pelo Decreto nº 93.872/1986, cujo art. 45 rege que:

Excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I - para atender despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento;

II - quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento; e

III - para atender despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em Portaria do Ministro da Fazenda.

Embora constituam despesas de pequeno vulto, aquelas realizadas pelo suprido não apresentam caráter eventual e/ou caráter sigiloso por se tratarem explicitamente de compras realizadas para atender ao curso de Engenharia de Alimentos, o qual funciona no *Campus* Valença. Dado que o adiantamento deve ser concedido a critério do ordenador de despesas da UPC – e sob sua inteira responsabilidade –, cabe ao mesmo avaliar os casos contemplados no art. 45 citado anteriormente, de

forma a observar que a concessão de suprimento de fundos fica condicionada à impossibilidade de as despesas não poderem ser realizadas submetendo-se ao procedimento normal de aquisição de bens, obras e serviços por apresentarem caráter excepcional.

Em referência ao resultado da análise dos processos pode-se inferir que as impropriedades encontradas devem-se à incorreta utilização do cartão de pagamento por parte do suprido, não obstante o mesmo tenha recebido orientação por meio das *Regras para Utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal*, fornecido pela DIRAP, e assinado um Termo de Responsabilidade pelo Uso do CPGF. Cabe ressaltar que nas regras encontram-se elencados os documentos necessários à prestação de contas, dentre os quais a declaração do almoxarifado sobre a inexistência temporária ou eventual dos bens a serem adquiridos.

Por outro lado, esta Auditoria Interna entende que mesmo havendo uma orientação escrita a ser direcionada àqueles que venham a utilizar o cartão corporativo, a mesma não tem sido suficiente para evitar o uso indevido do suprimento de fundos por parte dos supridos. Mesmo tendo sido apontada uma possível irregularidade no que tange à compra de bebidas alcoólicas pelo setor responsável, foi aceita a justificativa dada pelo suprido para a aquisição em tela através de e-mail conforme consta no processo. Além disso, não havia a declaração do almoxarifado sobre a inexistência temporária ou eventual de *no-breaks* a serem adquiridos no respectivo processo, assim como não constava no respectivo processo a pesquisa sobre a existência de fornecedor contratado/registrado.

Como foram identificadas essas ocorrências em uma prestação de contas aceita pelo setor competente, pode-se concluir que há deficiências nos controles internos administrativos atualmente realizados quanto à concessão de suprimento de fundos, modalidade esta que deveria ser fiscalizada de maneira mais criteriosa por parte da gestão.

Observações:

Quanto à aquisição de alimentos e bebidas alcoólicas através do suprimento de fundos, a Auditoria Interna não emitiu opinião por não terem sido enviados os respectivos documentos comprobatórios até o fechamento do Relatório de Auditoria (21/12/2015), fato que impediu a análise detida da documentação e – em consequência – a emissão de uma opinião fundamentada e com segurança razoável sobre o fato.

Não obstante tenha sido apontada a ausência de documentação comprobatória em tempo hábil – que permitisse a emissão de opinião a respeito da aquisição de alimentos e bebidas alcoólicas através do suprimento de fundos – a DIRAP se comprometeu (quando da apresentação da constatação feita) a organizar os documentos restantes e encaminhá-los à UAUDI. Cabe ressaltar que parte do material foi entregue no dia 19/01/2016 a um dos auditores internos da Unidade. Todavia, pelo fato de: (i) o Relatório referente à ação ter sido emitido em exercício anterior; (ii) os gestores competentes terem sido notificados sobre a constatação; e (iii) as recomendações constantes do Plano de Providências nº 004/2015 ainda se encontrarem com o prazo para atendimento em aberto, foi mantido o posicionamento da Auditoria Interna em não emitir julgamento.

II) Trabalhos realizados sem previsão no PAIN'T

No exercício de 2015 não foram executadas ações que não estivessem previstas no PAIN'T do respectivo ano.

III) Trabalhos previstos no PAIN'T não realizados ou não concluídos

Houve duas ações que não puderam ser finalizadas, conforme pode ser verificado no quadro-resumo a seguir:

Quadro 5.7.3 – Trabalhos previstos e não concluídos

Programa de Auditoria/Período de Execução	Ação/Subação/Assunto	Objetivos	Setor auditado	Observações
01/2015 (02/02 a 23/02/2015)	01 Controles da Gestão 01.02 Controles Internos 01.02.01 Formalização do Relatório de Gestão	1. Elaborar o conteúdo do Relatório de Gestão, relativo ao item 2.2 estabelecido no Anexo II, Parte A da DN TCU nº 134/2013; e 2. Verificar a conformidade do Relatório de Gestão do exercício de 2014 da Instituição, com os normativos e orientações do TCU.	DIGES	Diante do não cumprimento por parte da Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão (CERG), do prazo final em 30/01/2015 para a consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2014 – conforme estabelecido na Portaria nº 674/2014, providência que só veio acontecer em 31/03/2015, quando a versão final do documento foi formalizada junto a Direção Geral do CEFET/RJ – o fato então inviabilizou a realização dos trabalhos no cronograma que estava previsto na programação deste assunto, deixando de se aplicar os procedimentos de se avaliar a conformidade da forma de apresentação e das informações gerais sobre a gestão contida no Relatório de Gestão de 2014, com o estabelecido na IN/TCU nº 63/2010, DN/TCU nº 134/2013, DN/TCU nº 139/2014 e orientações constantes na Portaria/TCU nº 90/2014.
10/2015 (11/05 a 14/05/2015)	02 Gestão Patrimonial 02.01 Inventários Físicos e Financeiros 02.01.01 Existências Físicas	Identificar se o Inventário Físico expressa efetiva existência e a confiabilidade dos instrumentos de controle patrimonial da Instituição.	DIRAP	Foi efetuada ao gestor a solicitação do inventário anual de bens móveis e imóveis do exercício de 2014, com o intuito de avaliar a regularidade dos bens móveis localizados nos laboratórios do curso técnico de Edificações da <i>campus</i> -sede Maracanã com os registros e instrumentos de controle dos bens utilizados para realização da atividade-fim. Porém, não foi possível realizar os trabalhos que estavam previstos nesse assunto no período de 11 a 14/05/2015, em virtude que o referido inventário ainda não tinha sido concluído, conforme informação prestada pelo gestor através do Memorando nº 03/GABIN/DIRAP/CEFET/RJ, de 15/05/2015

Fonte: Elaboração própria.

5.7.4 Recomendações

Nos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2015, foram emitidas 4 recomendações, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 5.7.4 – Recomendações emitidas pela UAUDI em 2015

Constatações/ Memorando	Prazo para atendimento	Recomendações	Último status	Providências
<p>Relatório de Auditoria nº 01/2015</p> <p>Constatação: Desatualização do conteúdo publicado e ausência de informações obrigatórias no sítio do CEFET/RJ.</p> <p>Memorando nº 34/2015/UAUDI (08/06/2015)</p>	31/12/2015	<p>1. Implementar a devida revisão do conteúdo do sítio do CEFET/RJ, visando atualizar e inserir as informações obrigatórias em adequação a legislação vigente.</p> <p>2. Implementar normativo interno que discipline o conteúdo do sítio do CEFET/RJ, objetivando definir os parâmetros necessários que trate da divulgação de informações de interesse coletivo ou geral e de sua administração.</p>	<p>Atendido</p> <p>Plano de Providências nº 01/2015</p> <p>Memorando nº 01/2016/DICO M (18/01/2016)</p>	<p>1. A atualização do sítio institucional do CEFET/RJ ficará a cargo dos gestores dos <i>campi</i>/diretorias, enquanto que a página inicial ficará sob a incumbência da Divisão de Comunicação Social (DICOM).</p> <p>2. Foi produzido e divulgado o Guia de Normas e Procedimentos Internos de Comunicação do CEFET/RJ, a fim de:</p> <p>a) definir procedimentos para solicitação de atendimento de demandas por parte da divisão de Comunicação Social (DICOM) e pela de programação Visual (DIPROV); e</p> <p>b) orientar quanto à atualização, confiabilidade e padronização das informações veiculadas em nome da instituição.</p>
<p>Relatório de Auditoria nº 02/2015</p> <p>Constatação: Ausência de previsibilidade em normativo interno sobre a situação de não aderência – no âmbito do PEA 2014 – dos compromissos assumidos no PDI.</p> <p>Memorando nº 55/2015/UAUDI (08/09/2015)</p>	31/12/2015	<p>Revisar o normativo interno visando contemplar o seguinte:</p> <p>a) as definições de PND, PEA e POA e sua relação com o PDI;</p> <p>b) a definição de datas para elaboração de cada plano, de modo a evitar sobreposição de períodos;</p> <p>c) a delimitação de atribuições para as diretorias responsáveis;</p> <p>d) o processo detalhado de formalização de cada plano, estendendo sua elaboração a todos os <i>Campi</i>/Diretorias Sistêmicas;</p> <p>e) o meio pelo qual será feita a divulgação</p>	<p>Atendido</p> <p>Plano de Providências nº 02/2015</p> <p>Portaria nº 1404 (18/09/2015)</p>	<p>Emitida a Norma de Serviço nº 03, de 17/09/2015, que trata das instruções para elaboração do Planejamento de Natureza de Despesas (PND) e do Plano Estratégico Anual (PEA), em consonância com o Plano Operativo Anual (POA).</p>

		de cada plano e do acompanhamento de sua execução; f) a forma como será feita a prestação de contas de cada <i>campus</i> /diretoria atendida, e g) o estabelecimento de parâmetros para o controle adequado da execução dos planos.		
Relatório de Auditoria nº 02/2015 Constatação: Ausência de pagamento da remuneração devida a servidor quanto à ocorrência do efeito cascata decorrente da substituição prevista no art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990. Memorando nº 56/2015/UAUDI (08/09/2015)	31/12/2015	Implementar os acertos financeiros visando regularizar o pagamento da remuneração devida ao servidor matrícula SIAPE nº 1853349, acerca da substituição da função de Secretária do Gabinete da Direção-Geral (FG-01).	Atendido Plano de Providências nº 03/2015 Memorando nº 05/2016/GABI N/DIRAP (19/01/2016)	1. O pagamento devido à servidora de matrícula SIAPE nº 1853349 foi incluída na folha de pagamento no mês de novembro/2015, referente ao processo nº 23063.003361/2015-98. 2. Os recursos devidos em Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) foram calculados e serão pagos quando autorizados pela SEGEP/MPOG.
Relatório de Auditoria nº 03/2015 Constatação: Não observância da legislação aplicável à utilização de suprimento de fundos Memorando nº 77/2015/UAUDI (21/12/2015)	30/06/2016	1. Revisar as normas que orientam o uso do cartão de pagamento, sobretudo no que tange à aquisição de alimentos e bebidas alcoólicas. 2. Investir na capacitação da área responsável pelo acompanhamento da modalidade de adiantamento por meio de suprimento de fundos e de sua respectiva prestação de contas.	Aguardando resposta do gestor Plano de Providências nº 04/2015	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria.

No entendimento desta Auditoria Interna, estes foram os trabalhos mais relevantes realizados no exercício de 2015, porquanto demandaram determinadas posturas dos executores das ações, tais como: competência técnica, autonomia, responsabilidade, equilíbrio, além de integridade, zelo, objetividade, sigilo e comportamento profissional. Esses atributos – embora características já esperadas em um profissional de auditoria – foram fundamentais ao longo dos trabalhos, evidenciando tanto o preparo quanto a organização da equipe que vem atuando no setor.

Por outro lado, foi essencial a parceria havida entre Auditoria e Gestão, a fim de que quaisquer inconsistências fossem solucionadas ao longo dos trabalhos e quando do atendimento dos Planos de Providências, acarretando no atendimento de 100% das recomendações emitidas por esta UAUDI.

5.7.5 Opinião sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade prestadora de contas

Não foi possível emitir opinião sobre este item, tendo em vista que o CEFET/RJ ainda não dispõe de indicadores para monitoramento e avaliação da governança e do desempenho operacional – de maneira instituída e formalizada – que contemplem: (i) o acompanhamento do alcance dos objetivos e das metas; a identificação dos avanços e das melhorias na qualidade dos serviços prestados; e (iii) a verificação da necessidade de correções e de mudanças de rumos, bem como demais informações consideradas relevantes pela UAUDI para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no

5.8 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Em outubro de 2015 foi criado o Departamento de Assuntos Disciplinares – DEADI, estrutura vinculada à Diretoria de Administração e Planejamento – DIRAP – com a missão, principal, de coordenar as atividades disciplinares (Processos Administrativos Disciplinares, Sindicâncias e Processos Administrativos de Responsabilização) e fomentar a capacitação de servidores para atuarem nesses processos.

O titular do referido DEADI recebera, em 30/11/2015, a chave de acesso ao Sistema CGU-PAD para, sobretudo, regularizar a situação dos processos abaixo elencados, estes apontados no Ofício nº 25.762/2015/CSAE/CORAS/CRG/CGU-PR, de 06/11/2015, cujo signatário é o Senhor Laurent Nancym Carvalho Pimentel (Corregedor Setorial da área de Educação da CGU):

- 23063.002545/2008-87
- 23063.002794/2008-72
- 23063.001519/2009-12
- 23063.001465/2012-91
- 23063.001464/2012-46
- 23063.002077/2012-27
- 23063.000760/2013-19
- 23063.002077/2012-27
- 23063.000635/2015-91
- 23063.001756/2015-90

Tratamento idêntico será dado aos processos nº 23063.001617/2013-36, 23063.000337/2014-33, 23063.002682/2014-59, 23063.002684/2014-59, 23063.002955/2014-76 e 23063.002288/2014-21, estes, inclusive, já informados no Relatório de Gestão do exercício de 2014, mas ainda não lançados no referido Sistema de Gestão de Processos Disciplinares pelas razões lá expostas.

As providências ora relatadas, referentes aos 10 (dez) processos inicialmente informados, já foram levadas ao conhecimento da Corregedoria Setorial da Área de Educação da CGU. Quanto aos demais 6 (seis) processos, o titular do DEADI somente tomara conhecimento de suas situações em 05/01/2016, razão pela qual ainda se acham ausentes no Sistema CGU-PAD.

Cabe salientar que o DEADI é, também, a estrutura incumbida pela análise das demandas do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses – SeCI, e, em caráter temporário, responde pela Ouvidoria do CEFET/RJ e pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-Ouv.

5.9 Gestão de Riscos e Controles Internos

O quadro abaixo apresenta a avaliação da estrutura do controle interno da UPC, que foi produzida por meio de entrevistas com os diretores sistêmicos da UPC. A partir das entrevistas, o resultado final foi consolidado através de média aritmética e arredondamento para o inteiro inferior.

Quadro 5.9 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade prestadora de contas estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica:					
O Centro ainda passa por diversas modificações e reestruturações, visto o crescimento das atividades fim e a conseqüente sua manutenção. Assim, se faz necessário o direcionamento de esforços na criação de uma estrutura específica para desenvolvimento e normalização da administração e controle.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

Cabe ainda destacar as recomendações contidas no item 9.46 do Acórdão 821/14 – TCU – Plenário, que trata do planejamento de atividades por meio do Plano de Ação para Adequação na Organização da Unidade de Auditoria Interna do CEFET/RJ. Dentre as recomendações feitas no documento pelo TCU, observa-se a necessidade da promoção de “estudos com vistas a estruturar um sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação daqueles riscos”.

Desse modo, objetivando proceder ao recomendado, foi instituída uma Comissão para levantamento das necessidades visando a confecção dos referidos sistemas de controle. Assim, para dar prosseguimento ao projeto, foi solicitado a uma empresa especializada em consultoria externa, o estudo detalhado com a finalidade de realizar a identificação e análise de todos os processos da

instituição para que posteriormente possibilite a identificação dos riscos. O estudo proposto pela empresa, encontra-se sob análise desta gestão, aguardando sua análise para encaminhamento ao Conselho Diretor, bem como recursos orçamentários.

5.10 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Não se aplica.

5.11 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não se aplica ao CEFET/RJ.

5.12 Informações sobre as ações trabalhistas conta a entidade

Não se aplica ao Centro.

5.13 Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade

Não se aplica.

5.14 Participação acionária de membros de colegiados da entidade

Não se aplica.

5.15 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

As demandas judiciais encontram-se a cargo da Procuradoria Federal no CEFET/RJ, seguindo os padrões estipulados pela Advocacia Geral da União.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

6.1 Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão

O CEFET/RJ apresenta 03 (três) principais canais de acesso que são capazes de garantir a comunicação do cidadão com a instituição, todos servindo para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., permitindo também que a sociedade exponha sua percepção acerca dos serviços prestados pelo Centro. São eles: a Ouvidoria do órgão, o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC e o Setor de Protocolo Geral.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do CEFET/RJ comunica-se com o público interno e externo mediante 3 (três) canais: o e-mail institucional (ouvidoria@cefet-rj.br), de forma presencial e pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv). Tais canais estão indicados no Portal Institucional (www.cefet-rj.br), em Ouvidoria.

Historicamente, essa comunicação teve início no exercício de 2005, com o advento da constituição da primeira Comissão de Ética do CEFET/RJ, ou seja, a “ouvidoria”, em sua origem, achava-se adstrita a essa Comissão.

Recentemente, ainda no exercício de 2015, este CEFET/RJ formalizou a sua adesão ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), cuja gestão é realizada pela CGU/OGU.

São atribuídos os mais diversos títulos às demandas encaminhadas pelo público, exceto aquelas encaminhadas pelo canal e-Ouv. Desse modo, é necessário fazer a depuração do teor de cada demanda e, após, classificá-la de acordo com os tipos elencados na Instrução Normativa CGU/OGU nº 01, de 05/11/2014: Sugestão, Elogio, Solicitação, Reclamação e Denúncia (incisos I a V do art. 4º).

Assim, segundo as citadas classificações, seguem os gráficos demonstrativos dos atendimentos realizados durante o exercício de 2015 pelo e-mail institucional (ouvidoria@cefet-rj.br):

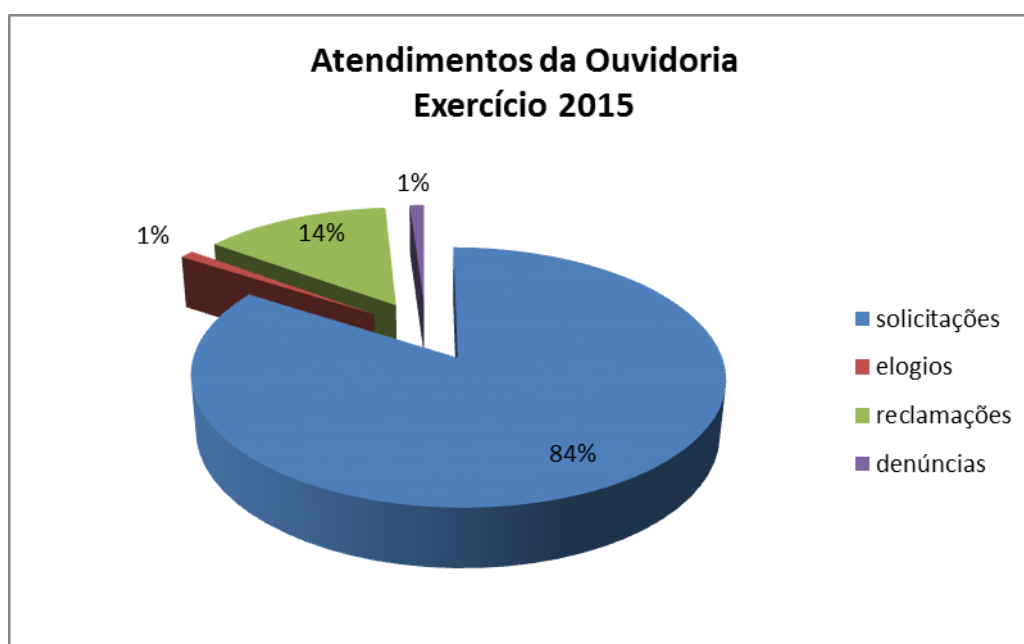


Figura 6 Atendimento da Ouvidoria referente ao exercício de 2015

Recebeu-se um total de 188 (cento e oitenta e oito) demandas, sendo 158 (cento e cinquenta e oito), ou 84% referentes a solicitações, 26 (vinte e seis), ou 14% relativas a reclamações, 2 (dois), ou 1% relativas a elogios e 2 (duas), ou 1% relativas a denúncias.

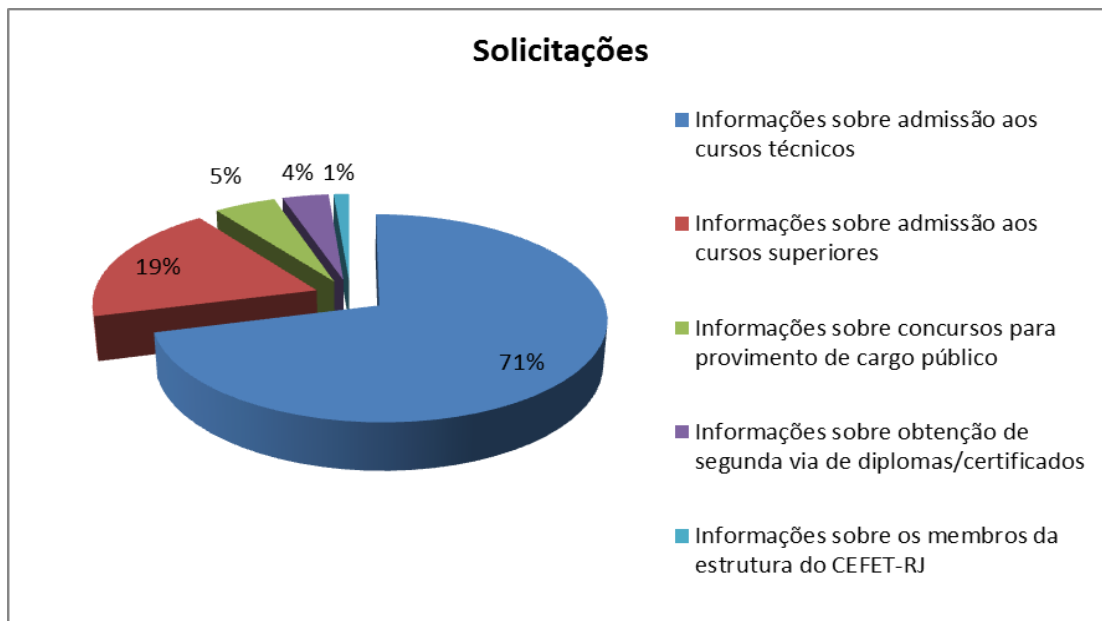


Figura 7 Solicitações feitas durante o exercício de 2015

Dentre as solicitações feitas durante o ano de exercício do presente relatório, 112 (cento e doze), ou 71%, foram referentes a admissão nos cursos técnicos; 30 (trinta), ou 19%, referentes a admissão nos cursos superiores; 8 (oito), ou 5%, relativas a concursos para provimento de cargo público; 6 (seis), ou 4%, relativas a obtenção de segunda via de diplomas/certificados; e 2 (duas), ou 1% referentes a membros da estrutura do CEFET/RJ.

Observou-se um decréscimo de solicitações (112) em relação ao exercício anterior (259), o que corresponde a uma diminuição de cerca de 57 % (cinquenta e sete por cento) nas solicitações feita a este Centro. As solicitações foram registradas e as informações devidamente fornecidas, após consulta aos setores competentes.

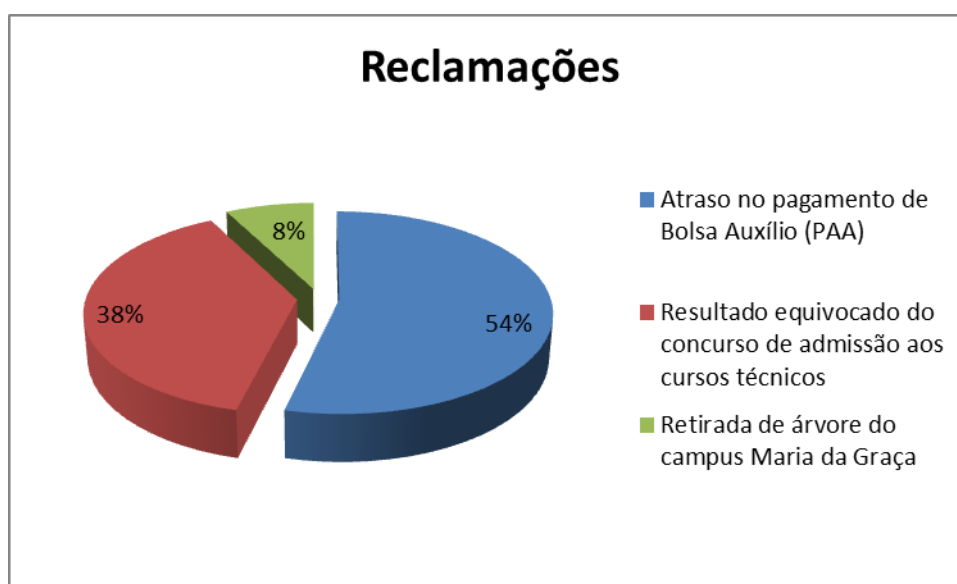


Figura 8 Reclamações registradas durante o exercício de 2015

Durante o ano de 2015 foram registradas 26 (vinte e seis) reclamações por meio da Ouvidoria da instituição. Dessas, 14 (quatorze), ou 54%, diziam respeito ao atraso ocorrido no pagamento de Bolsas Auxílio (PAA): 10 (dez), ou 38%, tratavam de reclamações relativas a resultado equivocado do concurso de admissão aos cursos técnicos; e 2 (duas), ou 8%, foram relativas a retirada de árvore do *campus* Maria da Graça, visto que ela estava prejudicando um morador da vizinhança da unidade. As reclamações foram tratadas pessoalmente pela Ouvidoria, tendo sido encaminhadas aos setores responsáveis para as devidas providências.

Quanto às denúncias, foram registradas 2 (duas) denúncias anônimas através da Ouvidoria do CEFET/RJ, sendo uma sobre possível servidor “fantasma” no âmbito do Setor de Disciplina, e outra sobre procedimento inadequado de docente quando da aplicação de prova final. Ambas foram encaminhadas aos setores competentes para devida apuração e esclarecimentos.

No âmbito do e-Ouv foram recebidas 21 (vinte e uma) demandas, as quais, acham-se encerradas por terem sido atendidas. Deve-se salientar que , a gestão desse sistema é, conforme dito inicialmente, realizado pela CGU/OGU, razão pela qual se omite relatório específico.

Entretanto, as demandas, em sua maioria, sob a classificação de Reclamação, tratavam da suspensão repentina dos cursos técnicos de Administração na modalidade à distância, que de acordo com a Coordenação-Geral do e-Tec no CEFET/RJ, já se encontrava normalizado.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no sítio da instituição na seção “Acesso à Informação”, onde em seu primeiro item há o link que permite ingressar diretamente no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, localizado no sítio www.acessoinformacao.gov.br, bem como endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão. Seguem os dados gerenciais e estatísticos extraídos da base de dados do sistema sobre os atendimentos prestados durante o exercício de 2015:

1 - PEDIDOS

1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 51

Média mensal de pedidos: 4,25

Quantidade de pedidos registrados por mês

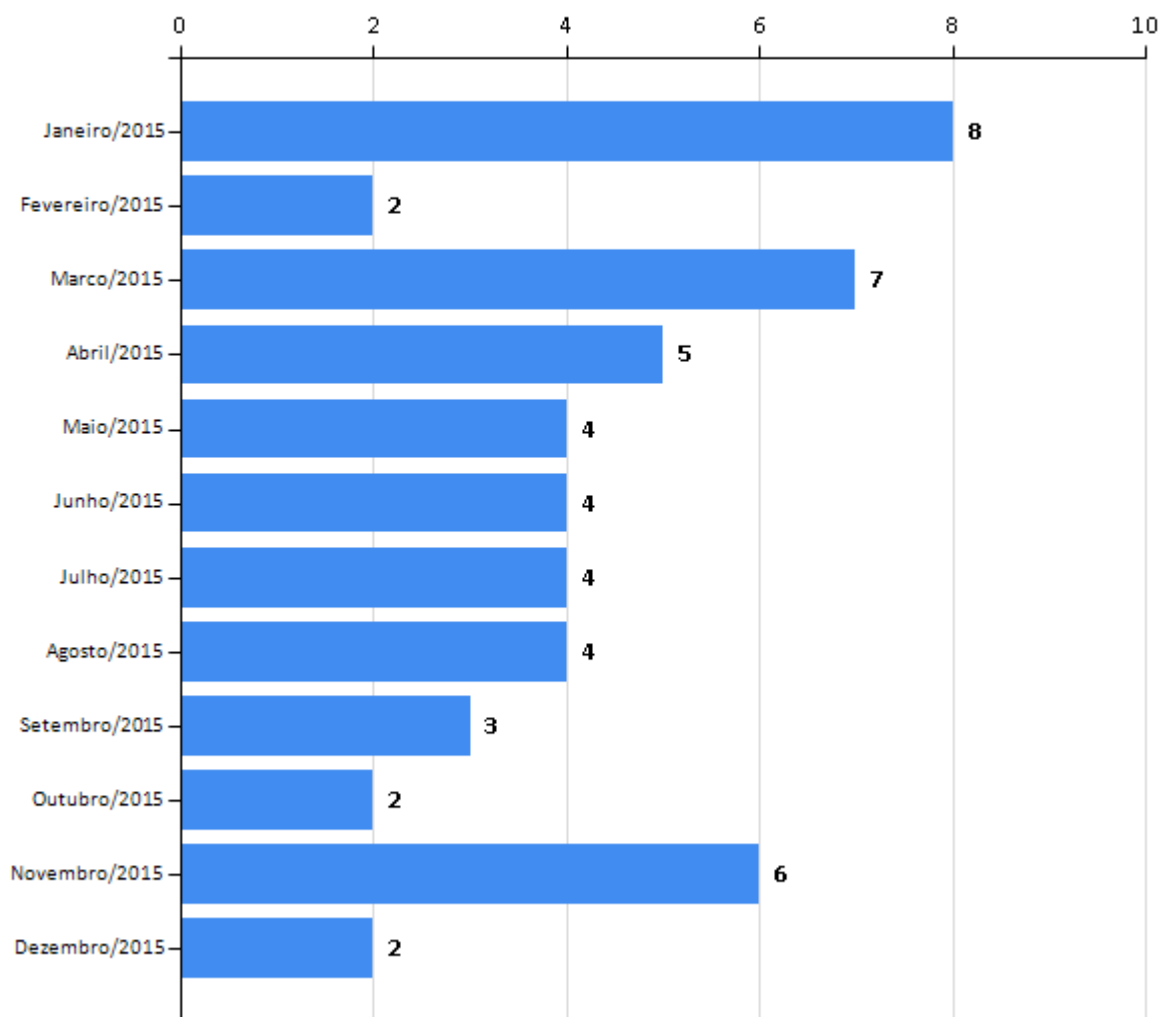


Figura 9 Quantidade de pedidos por mês

Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2015	8	-
Fevereiro/2015	2	-75%
Marco/2015	7	71,43%
Abril/2015	5	-28,57%
Mai/2015	4	-20%
Junho/2015	4	0%

Julho/2015	4	0%
Agosto/2015	4	0%
Setembro/2015	3	-25%
Outubro/2015	2	-33,33%
Novembro/2015	6	66,67%
Dezembro/2015	2	-66,67%
TOTAL:	51	
MÉDIA	4,25	

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	51

Situação dos pedidos de acesso à informação

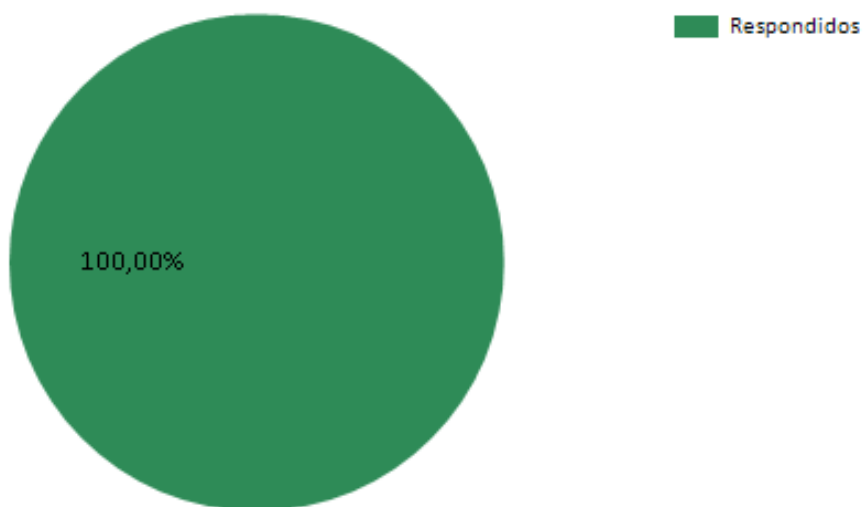


Figura 10 Situação dos pedidos de acesso à informação

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	72	Total de solicitantes:	46
Perguntas por pedido:	1,41	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	2
		Solicitantes com um único pedido:	41

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	23	45,10%
Governo e Política - Administração pública	11	21,57%
Educação - Educação profissional e tecnológica	7	13,73%
Educação - Educação superior	2	3,92%
Educação - Educação de jovens e adultos	2	3,92%
Educação - Gestão escolar	1	1,96%
Saúde - Orçamento de saúde	1	1,96%
Pessoa, família e sociedade - Previdência social	1	1,96%
Governo e Política - Política	1	1,96%
Governo e Política - Fiscalização do estado	1	1,96%

3. Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 9,33 dias

Prorrogações:

Quantidade

1

% dos pedidos

1,96%

Pedidos por tipo de resposta

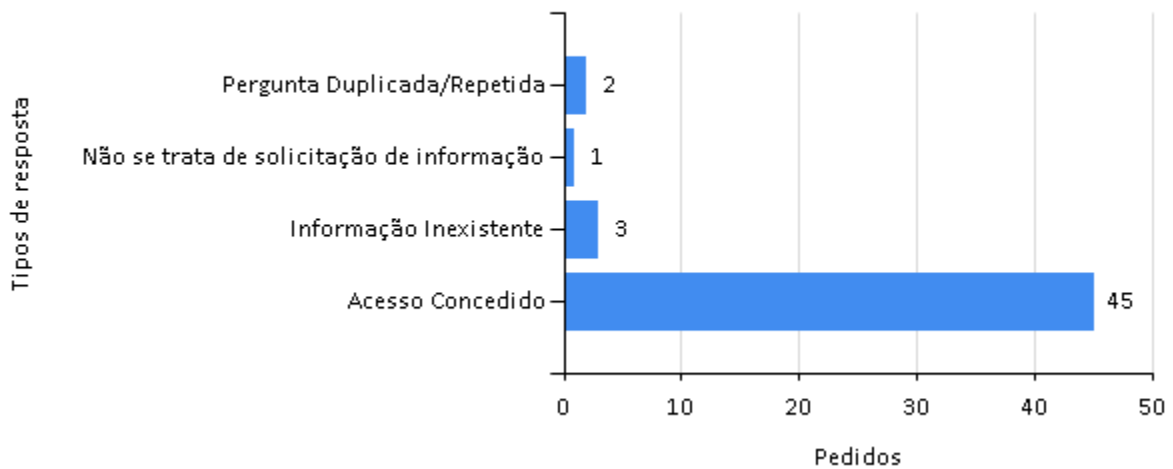


Figura 11 Pedidos por tipo de resposta

Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
TOTAL:		0,000%	0,00%

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	50	98,04%
Buscar/Consultar pessoalmente	1	1,96%

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	42	91,30%
Pessoa Jurídica	4	8,70%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AM	1	2,38%	2
DF	3	7,14%	4
ES	1	2,38%	1
MG	2	4,76%	3
RJ	29	69,05%	31
RO	1	2,38%	1
SP	5	11,90%	5
TO	1	2,38%	1
Não Informado	3	7,14%	3

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	61,90%
F	28,57%
Não Informado	9,52%

Escolaridade	
Ensino Médio	33,33%
Mestrado/Doutorado	19,05%
Ensino Superior	19,05%
Pós-graduação	16,67%
Não Informado	11,90%

Profissão	
Servidor público federal	21,43%
Outra	21,43%
Não Informado	14,29%
Estudante	14,29%

Professor	9,52%
Empregado - setor privado	9,52%
Jornalista	2,38%
Servidor público estadual	2,38%
Pesquisador	2,38%
Empresário/empreendedor	2,38%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	50,00%
Outro	25,00%
Empresa - grande porte	25,00%

5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório

Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

1) Quantidade de pedidos de acesso a informação:

- Total de solicitações para o período, sua média mensal e sua evolução absoluta e percentual para o intervalo temporal escolhido.

2) Situação e características dos pedidos de acesso a informação:

- Status das solicitações (quantas já foram respondidas e quantas estão em tramitação – dentro e fora do prazo legal);

- Total de perguntas realizadas e o número de perguntas por pedido;

- Total de solicitantes e o número, dentre esses, que realizou um único pedido e a quantidade de demandas realizadas por aquele que mais efetuou requisições de informações no âmbito da LAI;

- Os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).

3) Resposta aos pedidos de acesso a informação:

- Tempo médio de resposta às demandas cidadãs;
- Número e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs)
- Tipos de resposta realizados (p.ex. acesso concedido, acesso negado, informação inexistente, etc)
- Motivos de negativa de resposta (como informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito a requisições desarrazoadas ou genéricas, etc)
- Meios de resposta adotados pelos SICs para proverem retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.

4) Perfil dos Solicitantes

- Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).
 - o Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;
 - o Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (p.ex. empresas, organizações não-governamentais, sindicatos, etc).

5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Orientações gerais:

Para exportar o relatório para outros formatos, clique no ícone abaixo identificado, acessível a partir da barra superior de navegação do relatório.

Análise:

A partir do relatório referência 2015, e comparando-o com o relatório 2014, foi possível observar diminuição no quantitativo total de pedidos, bem como na média mensal, que passaram respectivamente de 138 (cento e trinta e oito) para 51 (cinquenta e um), e de 11,50 para 4,25. É possível verificar por meio do gráfico apresentado, que o maior número de pedidos foi registrado durante os meses de janeiro, março e novembro. É importante destacar, como é possível comprovar por meio do gráfico do item 2, que todos os pedidos foram respondidos.

Dentre as características dos pedidos, pode-se ressaltar o total de 46 (quarenta e seis) solicitantes e 72 (setenta e duas) perguntas, apresentando uma média de 1,41 perguntas por pedido, sendo 2 (dois) o maior número de pedidos feitos por um solicitante.

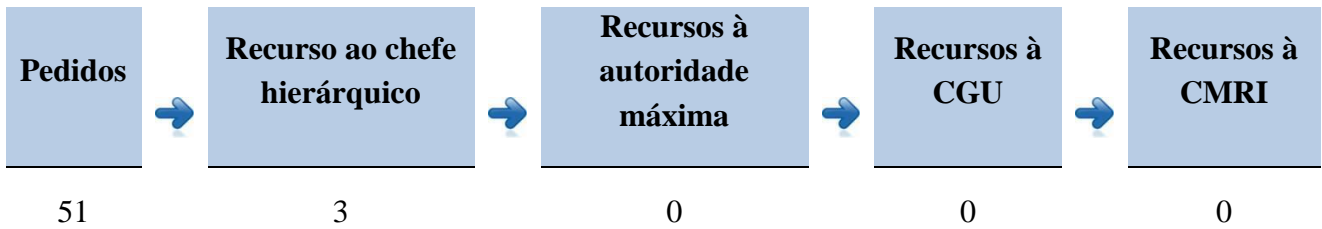
O tema/assunto predominante dos pedidos foi Ciência, Informação e Comunicação – Informação – Gestão, preservação e acesso, ou seja, 45% (quarenta e cinco por cento) dos pedidos..

O acesso à informação foi concedido em 45 (quarenta e cinco) pedidos, não havendo negativa de acesso.

Por meio dos dados, verificou-se que 91% (noventa e um por cento) dos solicitantes foram pessoas físicas, sendo 29% (vinte e nove por cento) deles localizados no Rio de Janeiro. As respostas foram enviadas pelo sistema em 98% (noventa e oito por cento) dos casos.

2 - RECURSOS

1. Quadro geral dos recursos



2. Recursos ao chefe hierárquico

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 5,88%
Recursos recebidos no período: 3

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	3	100%
Deferido	2	66,67%
Parcialmente deferido	1	33,33%

Recursos ao chefe hierárquico respondidos

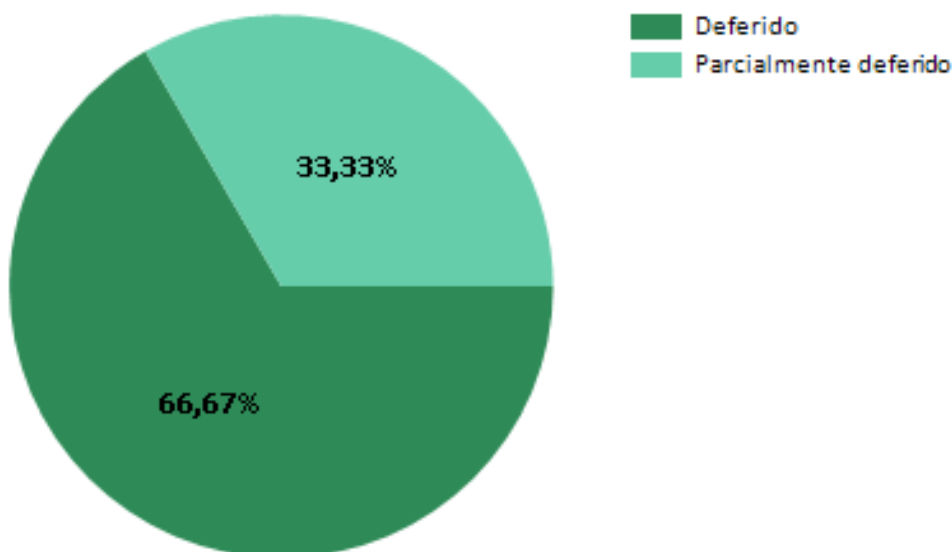


Figura 12 Recursos ao chefe hierárquico respondidos

Motivos para interposição de recursos

Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	2	66,67%
Informação incompleta	1	33,33%
TOTAL	3	

Visão geral por mês

Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Deferido	Parcialmente deferido
Abril/2015	5	1	1(100%)	0(0%)
Setembro/2015	3	1	1(100%)	0(0%)
Novembro/2015	6	1	0(0%)	1(100%)
TOTAL		3	2	1

3. Recursos à autoridade máxima

% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 0%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima: 0%

Recursos recebidos no período: 0

4. Recursos à CGU

Recursos recebidos no período: 0

% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU: 0%

% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU: 0%

% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU: 0

5. Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Recursos recebidos no período: 0

% de pedidos respondidos que geraram recursos à CMRI: 0%

% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CMRI: 0%

% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CMRI: 0

% de recursos à CGU que geraram recursos à CMRI: 0

6. Reclamações

Reclamações no período: 0

% de pedidos que geraram reclamações: 0%

% de reclamações respondidas: 0

% de reclamações não respondidas ou em tramitação: 0

% de reclamações que geraram recursos: 0

7. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório

Este relatório está dividido em 6 (seis) seções, descritas abaixo.

O critério utilizado para a contagem mensal dos recursos existentes considera a data de entrada do pedido ao qual o recurso se refere, e não a data de ingresso do recurso no sistema. Com isso, é possível, efetivamente, analisar o percentual de pedidos que sofreram recursos mês a mês. Portanto, ao utilizar como período de referencia, por exemplo, o mês Julho/2012, serão exibidos dados de recursos referentes a pedidos realizados no período selecionado.

1) Quadro geral dos recursos:

- Síntese por instância (total de pedidos, quantidade de recursos interpostos à autoridade superior, à autoridade máxima e à Controladoria-Geral da União)

2) Recursos à autoridade superior:

- Total de recursos recebidos e percentual referente ao montante global de pedidos;
- Status: deferidos, indeferidos, parcialmente deferidos, não conhecimento e perda de objeto
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

3) Recursos à autoridade máxima do órgão ou entidade:

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos e de recursos endereçados à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos, parcialmente deferidos, não conhecimento e perda de objeto
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

4) Recursos à Controladoria-Geral da União:

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos, de recursos endereçados à autoridade máxima e à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos, parcialmente deferidos, não conhecimento e perda de objeto

- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

5) Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI):

- Total de recursos recebidos. Percentual referente ao montante global de pedidos, de recursos endereçados à Controladoria-Geral da União, à autoridade máxima e à autoridade superior;
- Status: deferidos, indeferidos e parcialmente deferidos
- Motivos para interposição de recursos pelos cidadãos (p.ex. informação incompleta, justificativa insatisfatória, etc.)
- Visão geral da instância por mês

6) Reclamações:

- Total de reclamações recebidas no período
- percentual de pedidos que geraram reclamações
- percentual de reclamações que geraram respostas
- percentual de reclamações que geraram recursos
- Visão geral das reclamações por mês, inclusive com omissões

7) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Orientações gerais:

Para exportar o relatório para outros formatos, clique no ícone identificado, acessível a partir da barra superior de navegação do relatório.

Análise Crítica

Foi possível notar que dos 51 pedidos feitos ao longo do ano de 2015, somente 3 recursos foram gerados ao chefe hierárquico, ou seja, 5,88% pedidos geraram recursos. Desses, nenhum gerou recurso à autoridade máxima, à CGU, ou à CMRI.

PROTOCOLO GERAL

Encontra-se disponível a todos os cidadãos que comparecerem pessoalmente ao CEFET/RJ, o Setor de Protocolo Geral. Este setor é centralizado no *Campus* Maracanã e é responsável pelo registro de todas as solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição, com os assuntos mais diversos possíveis, bem como a distribuição dos citados processos aos setores competentes, e ainda constitui a interface de comunicação oficial via processos e documentos em geral entre os *Campi*, através de malotes fornecidos contratualmente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT. No ano de 2014 foram protocolados 3.707 processos e 4.141 em 2015, tendo um acréscimo de 11,7%.

No que se refere ao controle de correspondências, encomendas e pacotes em 2014 foram encaminhados em torno de 974 e em 2015 982 unidades. Já as correspondências recebidas somaram-se em 11.250 pacotes e encomendas em 2014 e 11.385 em 2015. Ressalta-se que foi implantado no exercício de 2013 o Sistema de Acompanhamento de Processos-SAP que abrange todos os *Campi* da UPC, cabendo ressaltar que o mesmo encontra-se inconsistente e absolutamente dependente de conexão com a rede mundial de computadores, encontrando-se constantemente indisponível carecendo da implementação de um novo sistema mais funcional e em definitivo.

Cabe ainda ressaltar que o Setor necessita de melhorias para atendimento ao seu público e que o local atual precisa ser ampliado para atender as especificidades das atividades em curso, medindo este aproximadamente 12 m² com uma lotação de 03 servidores, observando o crescimento dos campi do CEFET/RJ.

Por último, é possível destacar a inserção do CEFET/RJ nas redes sociais. A Divisão de Comunicação - DICOM, setor responsável pela gestão das redes sociais, entende que a informação prestada à sociedade se traduz na credibilidade institucional, primando pelo compromisso social de fortalecer o diálogo na formação de opiniões. Para tanto, encontra-se voltada a apoiar as atividades relativas ao acesso à informação e à transparência das ações institucionais.

Como exemplos, responde diariamente a questionamentos feitos pelos cidadãos por *e-mail* (Fale Conosco) e redes sociais (Facebook e Twitter). A reformulação do Fale Conosco para o formato de formulário no sítio institucional está em estudo pela DICOM. Dessa maneira, o usuário tem como opção o contato direto com o setor responsável pelo assunto em questão e recebe a resposta por *e-mail*. Além disso, foi criada a área Perguntas Frequentes no sítio institucional, na qual publicou perguntas e respostas aos principais questionamentos recebidos.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Como uma instituição que presta serviços diretamente ao cidadão, o CEFET/RJ, conforme previsto no §4º do art. 11 do Decreto 6932/2009, deve elaborar e divulgar sua Carta de Serviços ao Cidadão com o detalhamento do caminho de acesso ao seu conteúdo no sítio eletrônico da instituição, dentre outras informações do Centro.

Considerando que a instituição sofreu significativa expansão em sua estrutura, a Carta de Serviços ao Cidadão está em fase de finalização. Desde junho de 2015, quando foi feita a adequação do sítio institucional (<http://www.cefet-rj.br>) à identidade padrão determinada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR), foi criada uma página para abrigar a Carta de Serviços, dentro do menu Acesso à Informação (<http://www.cefet-rj.br/index.php/carta-de-servicos-ao-cidadao>).

Em 2015, foi feito um trabalho de revisão e atualização do sítio, que envolveu todas as diretorias sistêmicas e direções dos *campi*, e comunidade do CEFET/RJ.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O CEFET/RJ utiliza como mecanismo para aferição de satisfação o Relatório Final de Auto Avaliação Institucional, que tem como uma das finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. A instituição participa do Sistema

Nacional de Avaliação do Ensino Superior instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004. Dentre as modalidades de instrumentos de avaliação, vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos seis anos a auto avaliação da instituição coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que dá origem a relatórios anuais.

O roteiro utilizado para a produção do relatório é pré-estabelecido pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, porém sofreu ajustes por meio da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado no DOU de 04/02/2014, e na Portaria nº 92, de 31/01/2014.

Assim, na nova versão do relatório, as dez dimensões anteriormente avaliadas são dispostas em 5 (cinco) eixos de trabalho, cada qual com dimensões avaliadas. Os eixos estão divididos conforme a **Tabela 1**, a seguir:

Tabela 1 Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
5	Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: Relatório Autoavaliação Institucional 2013-2014 – CPA (2015)

Entretanto, a fim de medir a satisfação dos cidadãos-usuários da instituição, mais especificamente docentes, alunos da graduação e servidores técnico-administrativos, foram levadas em consideração apenas dois eixos, que foram os eixos 3 e 5. Dentro do eixo 3, somente foi considerada a dimensão 2, conforme segue :

- Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. No tocante ao aspecto de ENSINO-GRADUAÇÃO, foram levadas em consideração todas as questões propostas voltadas para a graduação; e

- Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Relativamente a esta dimensão, foram considerados apenas os aspectos avaliados referentes à adequação da infraestrutura da instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Faz-se necessário destacar que a avaliação considerada para fins deste relatório foi a avaliação correspondente ao ano de 2013-2014, visto ter sido a última a ser realizada. Para fins do relatório do exercício de 2013, foram utilizados os relatórios referentes aos anos de 2010 e 2011.

Seguem os resultados obtidos considerando os eixos e as dimensões apontadas para fins de medida de satisfação dos cidadãos-usuários da instituição, conforme descrito:

Auto Avaliação Institucional 2013

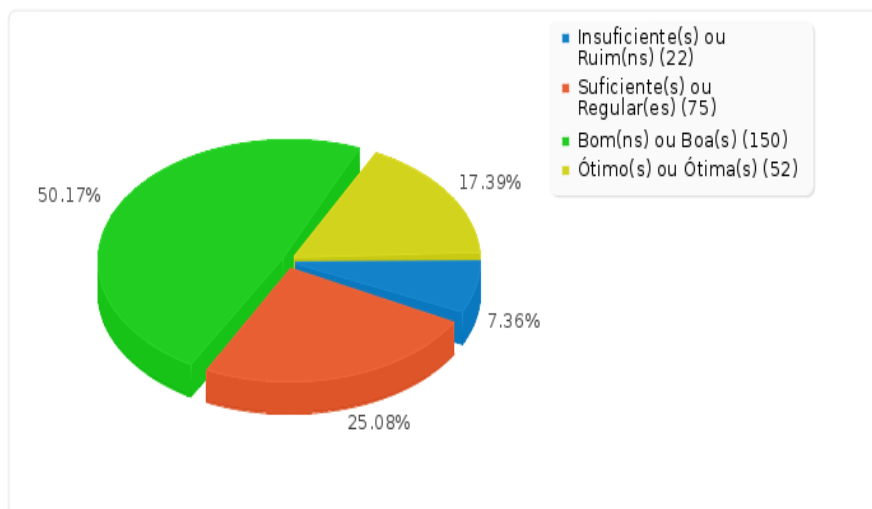
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

De acordo com o citado, foram consideradas apenas as questões referentes ao aspecto avaliado ENSINO-GRADUAÇÃO.

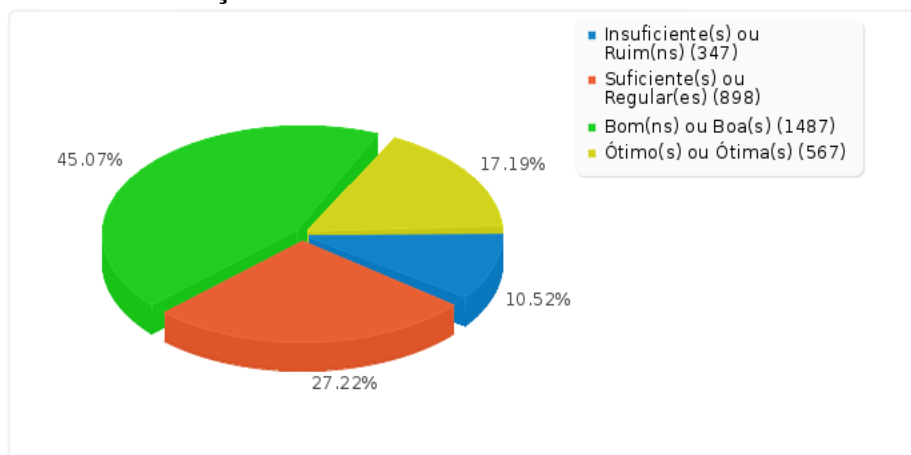
Questão comum aos docentes e alunos

☞ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)

Docentes

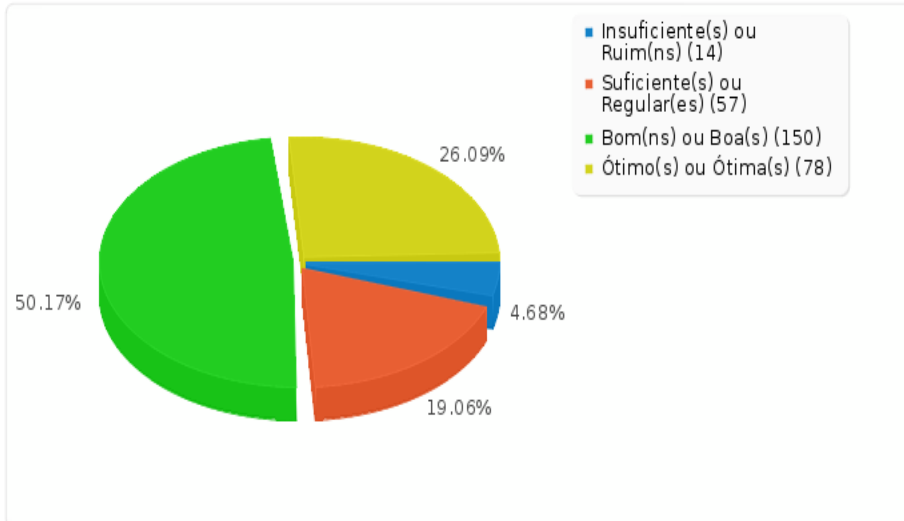


Alunos-Graduação

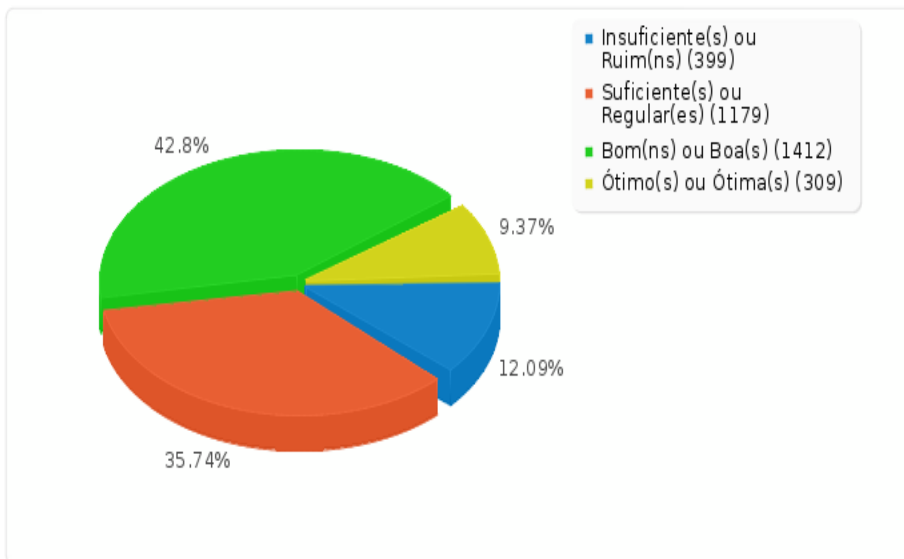


Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contém: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...

Docentes

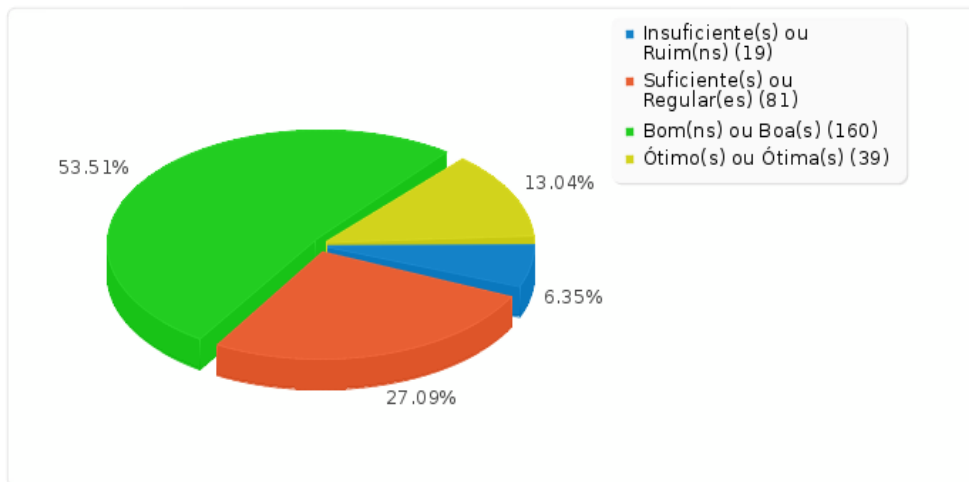


Alunos-Graduação



Questão específica aos docentes

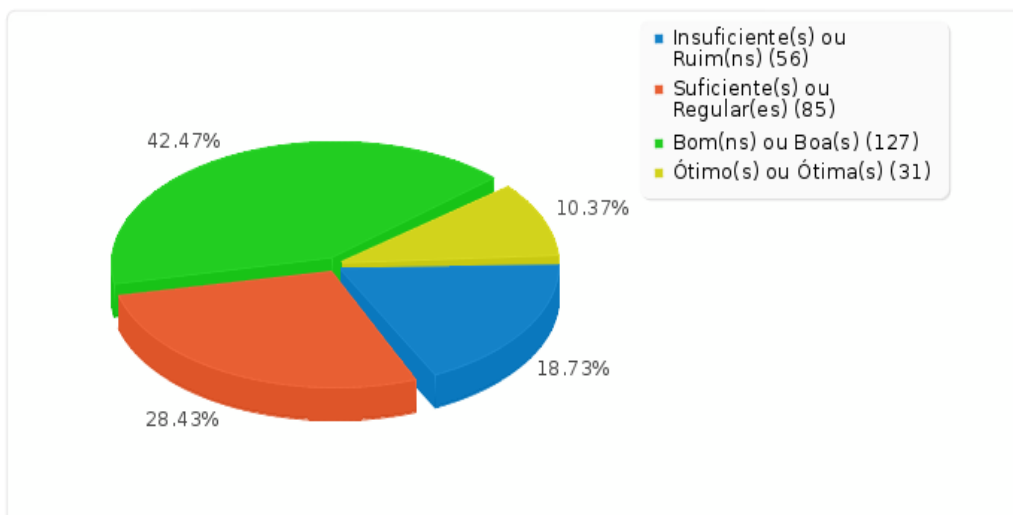
A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



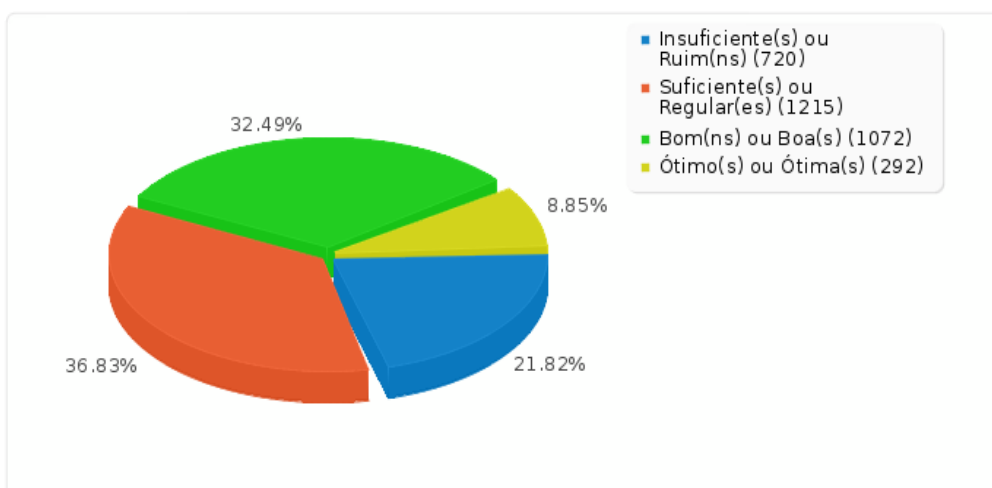
Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

Docentes

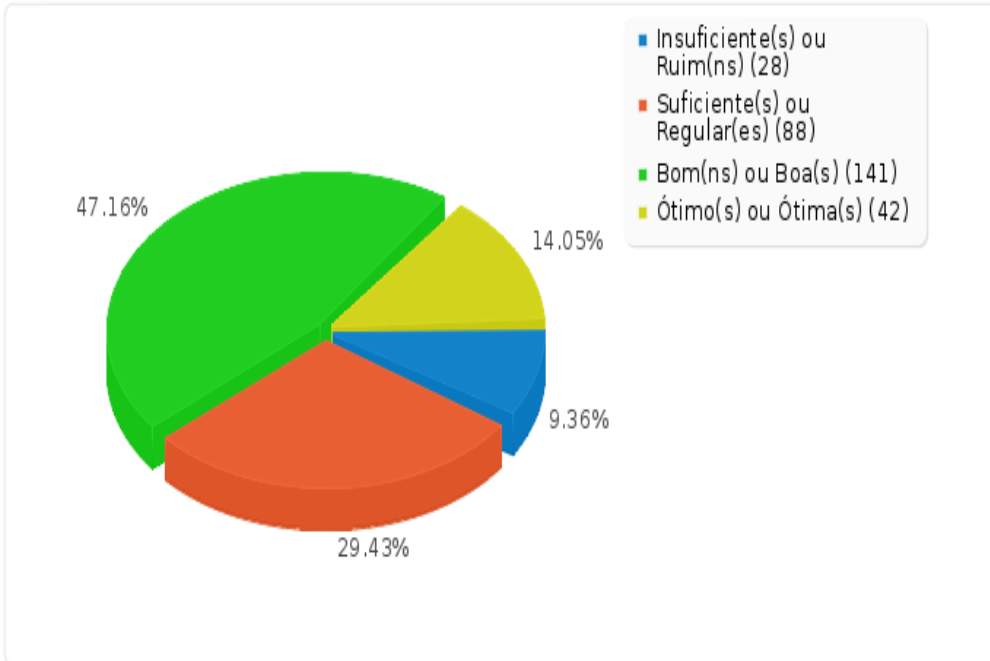


Alunos-Graduação



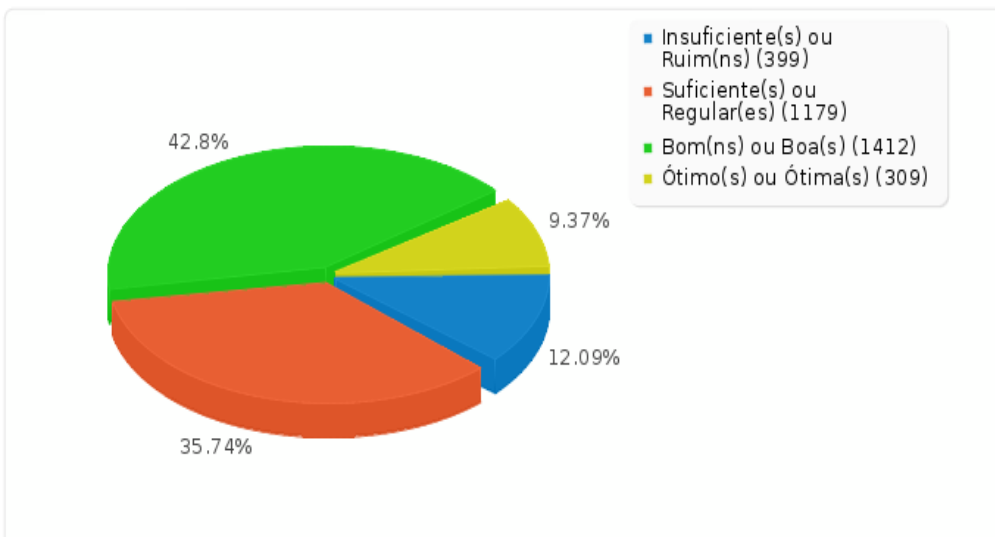
Questão específica aos docentes

☞ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

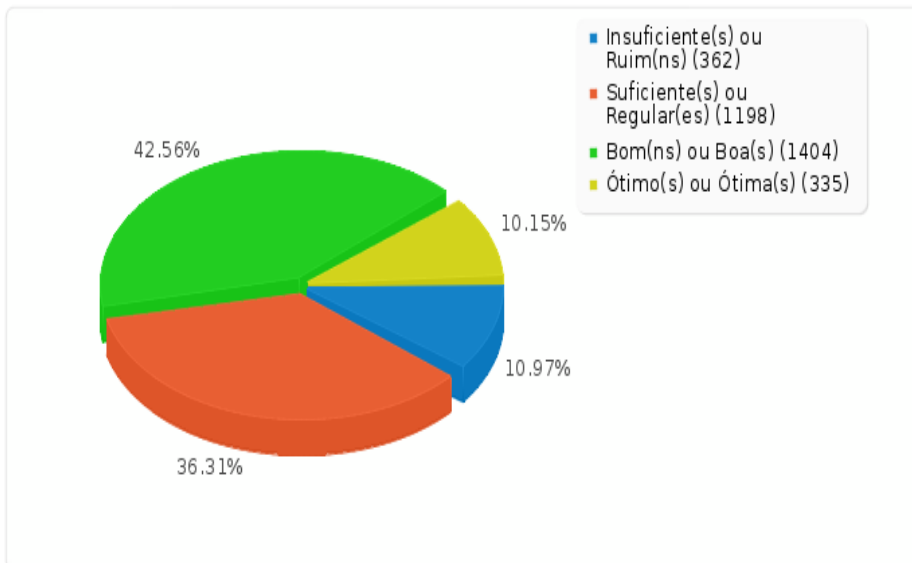


Questões específicas aos alunos

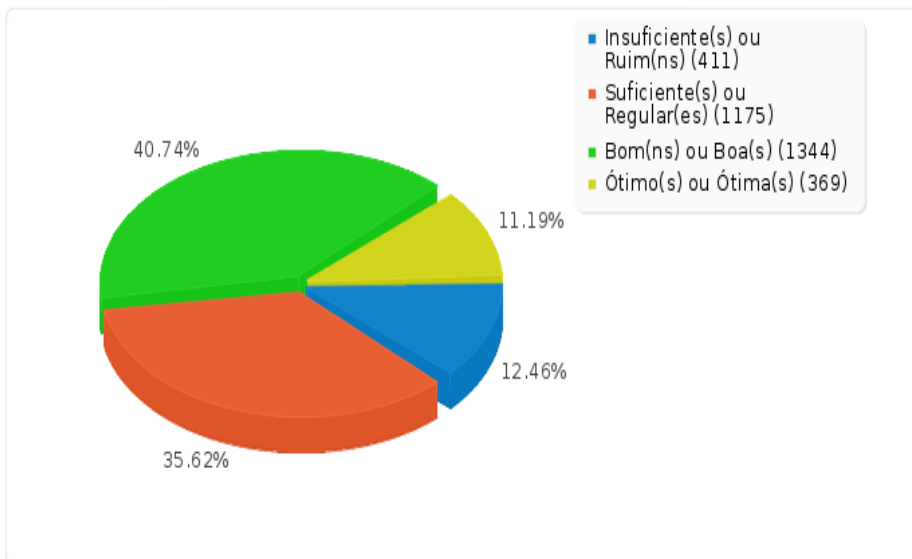
☞ 1- Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira...



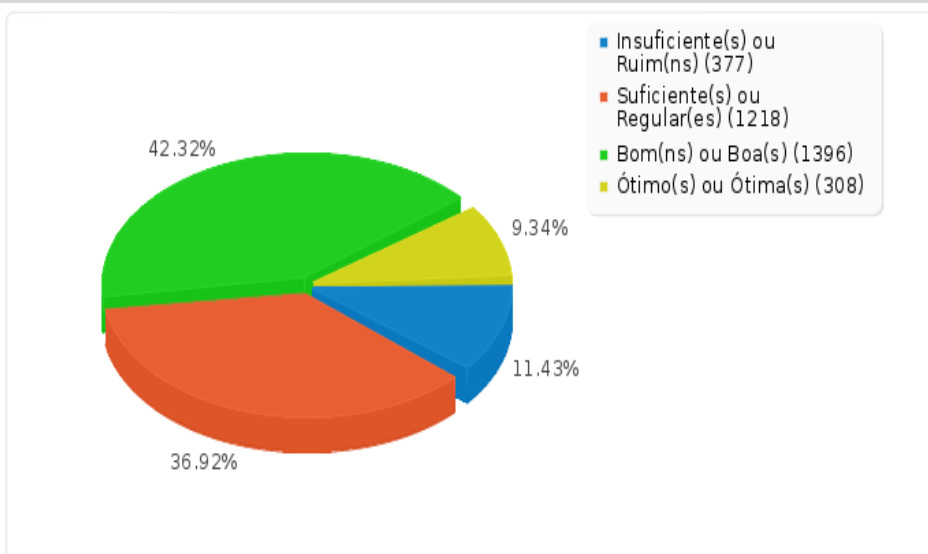
☞ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



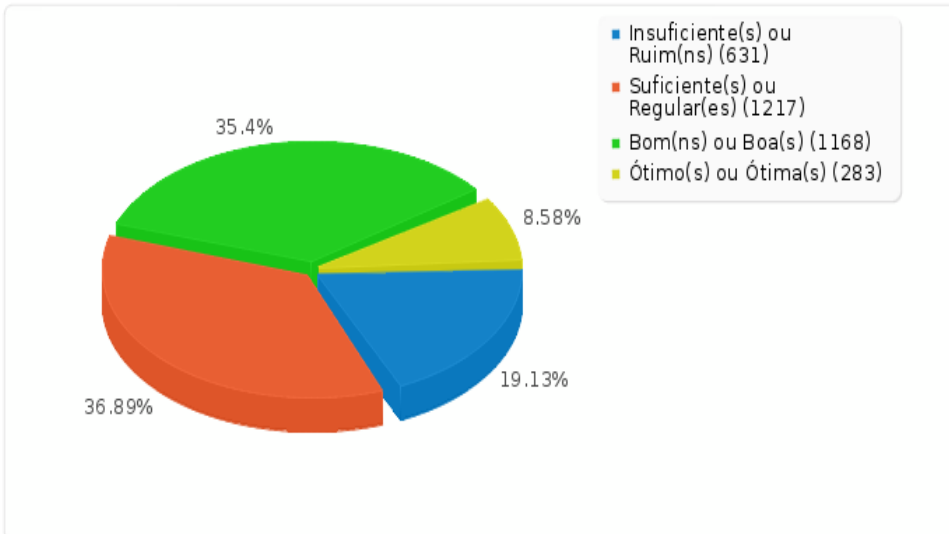
➡ 3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



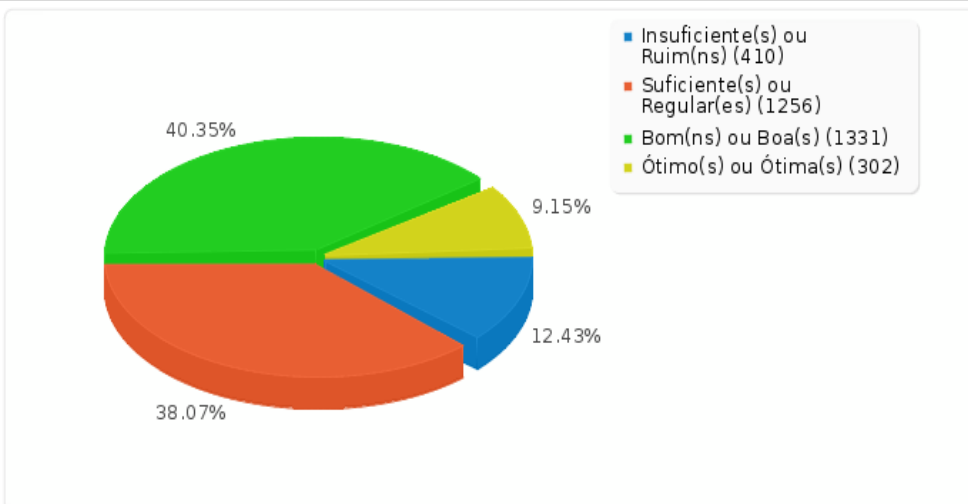
➡ 4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



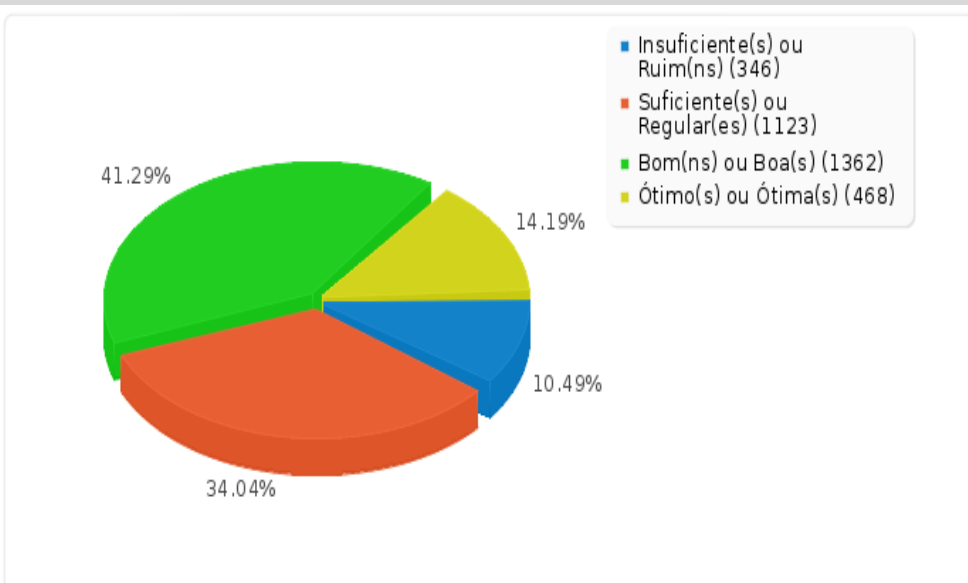
5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



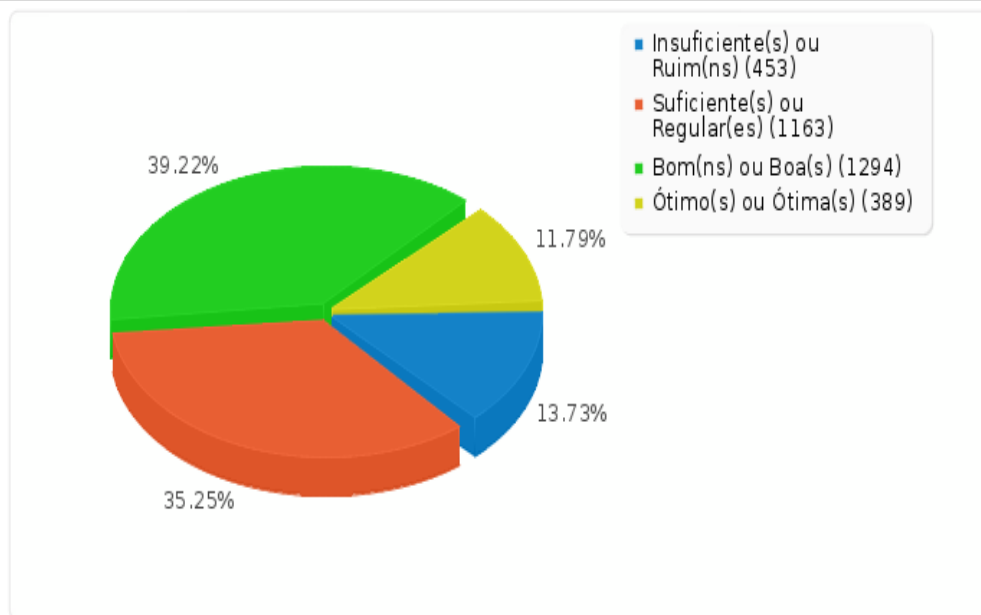
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



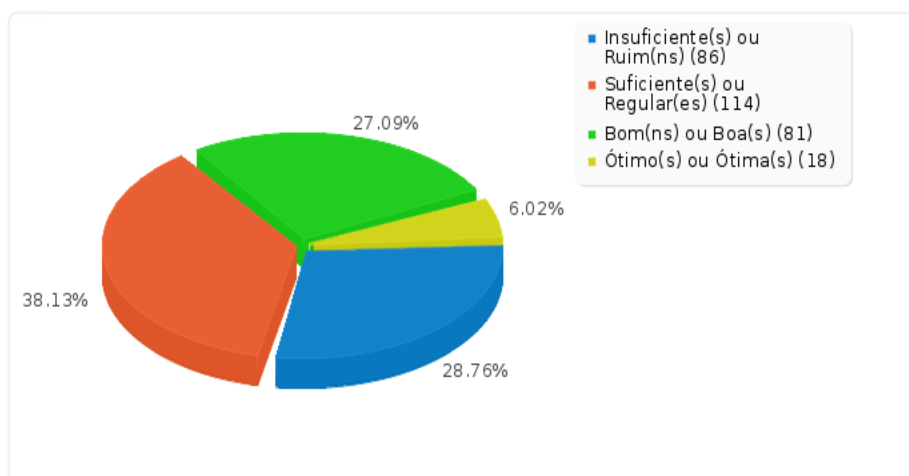
Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Segundo já informado, foi considerada apenas as questões que compuseram o aspecto avaliado a.1), ou seja, “Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.”

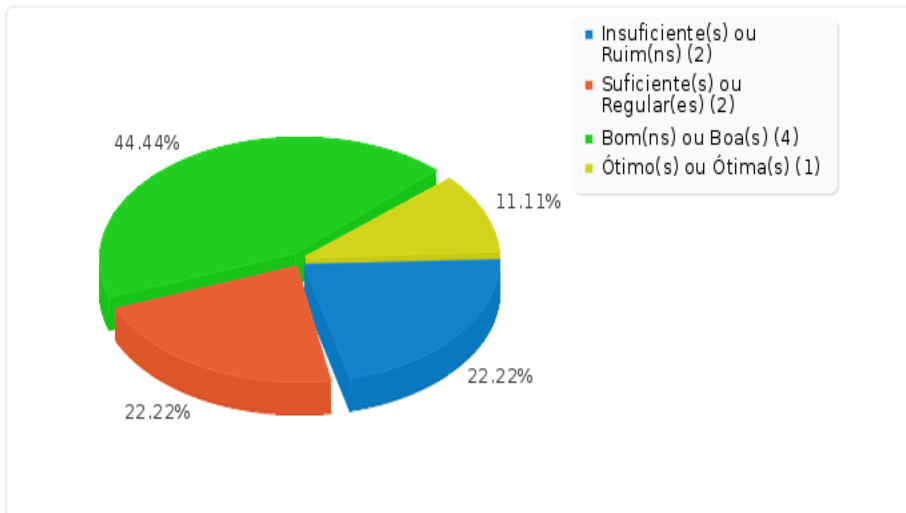
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

As salas da Instituição, nos quesitos iluminação e conforto térmico e acústico, de forma geral, apresentam condições...

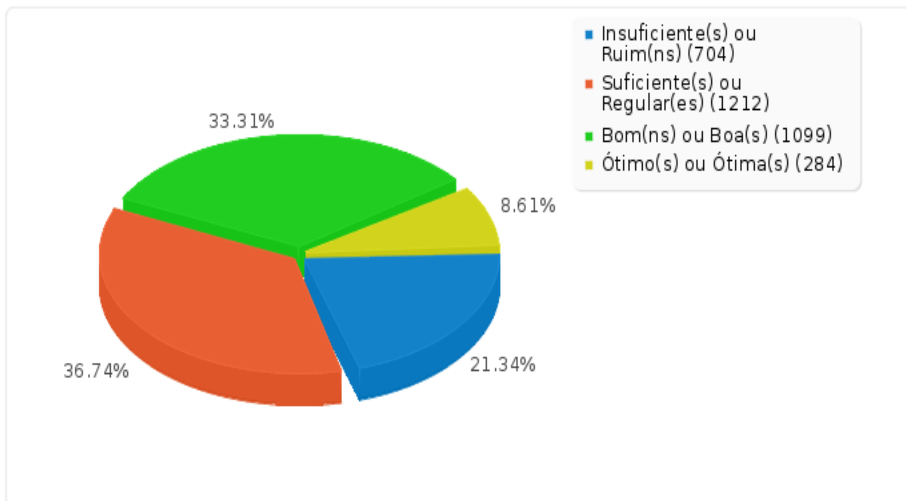
Docentes



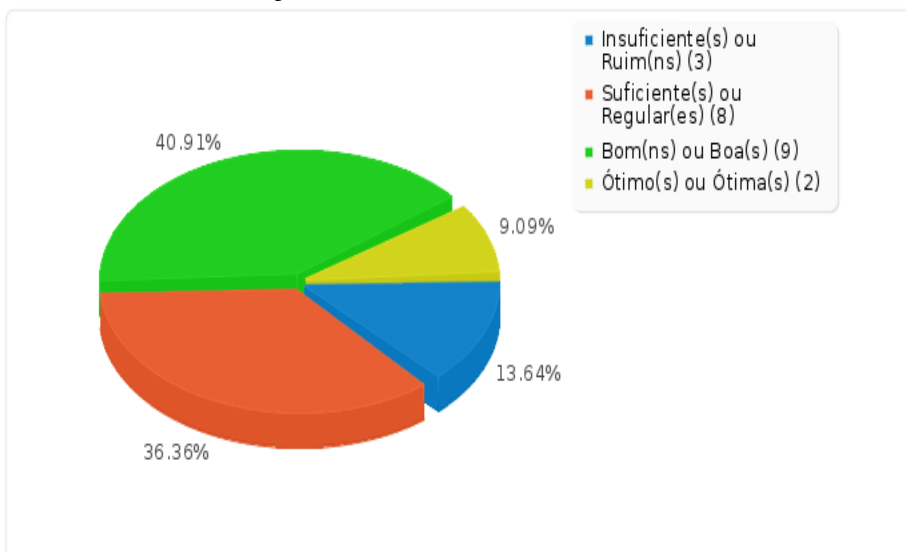
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação

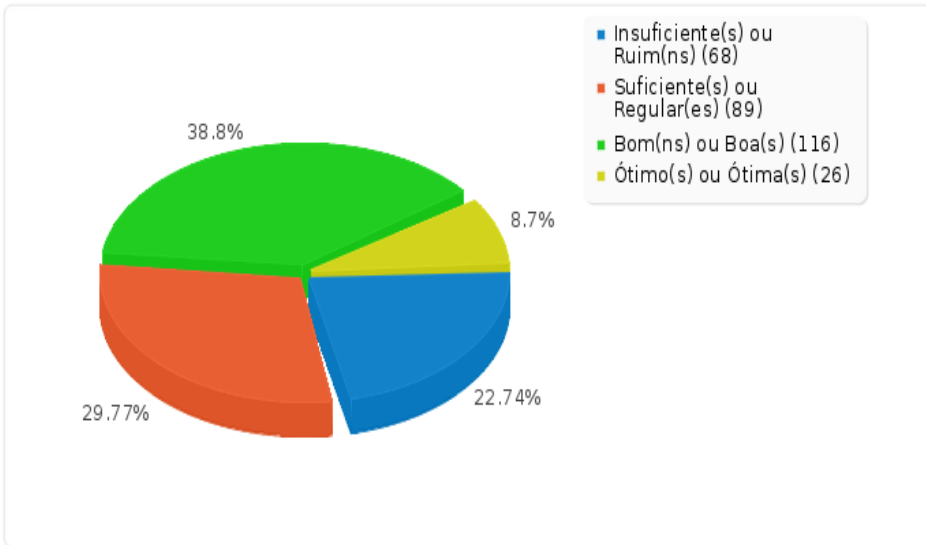


Alunos-Pós-Graduação

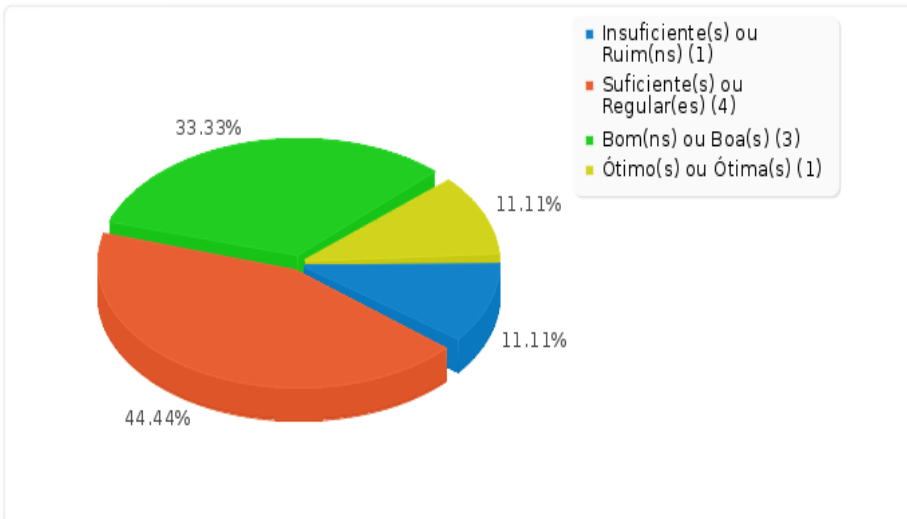


➤ As condições das salas de aula, laboratórios e demais ambientes da Instituição, no que se referem à limpeza, podem ser avaliadas como...

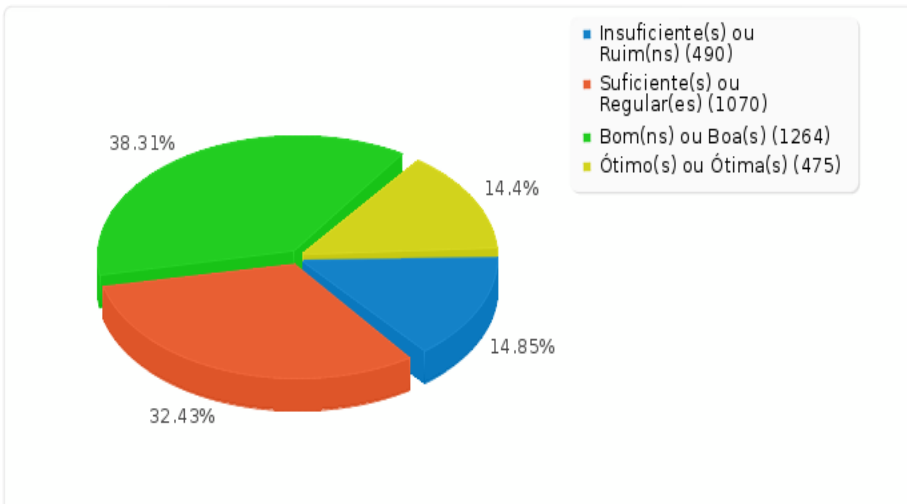
Docentes



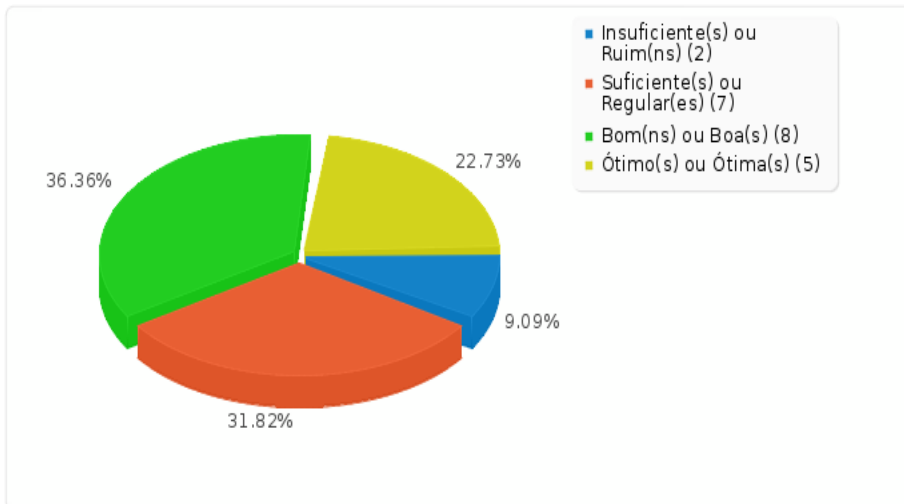
Técnico-Administrativos



Alunos-Graduação

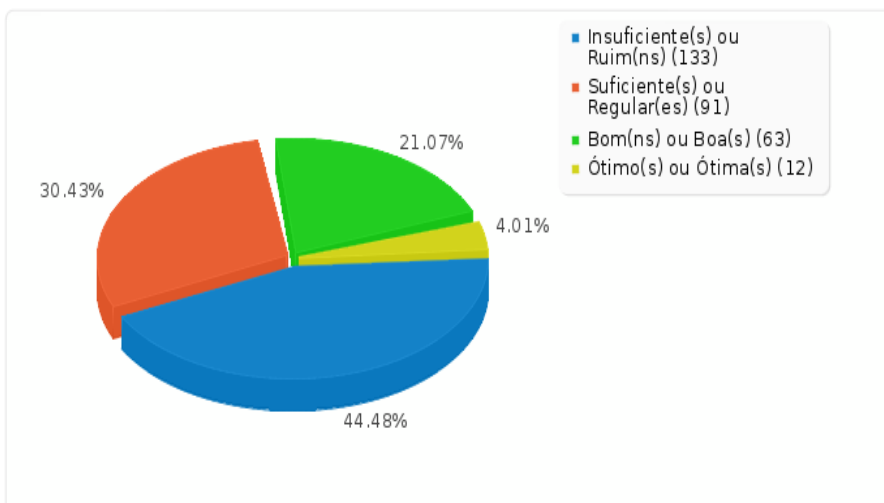


Alunos-Pós-Graduação

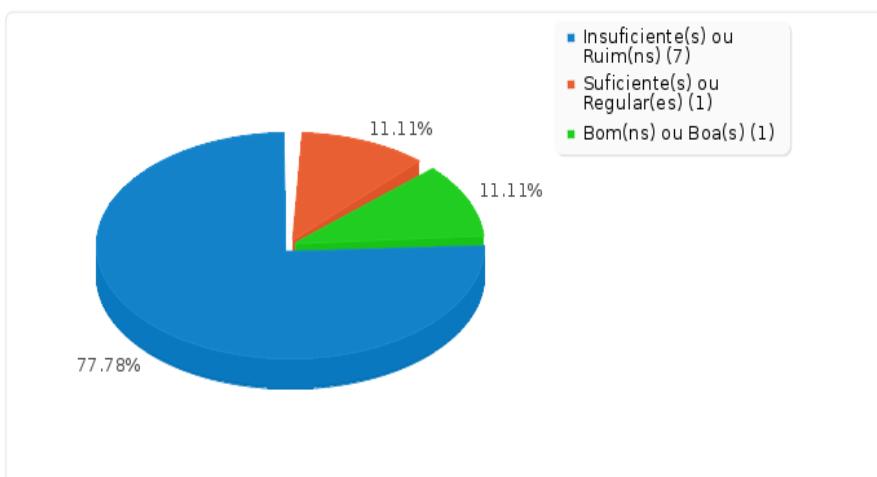


☞ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para pessoas com deficiência de forma...

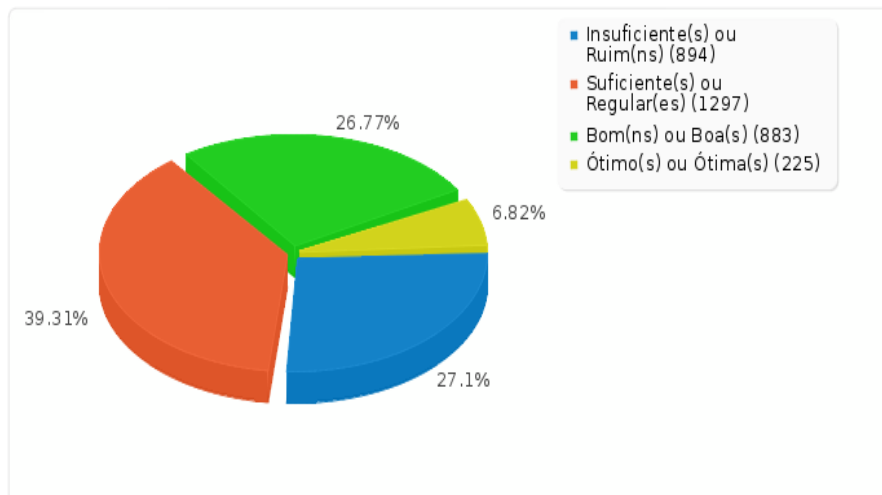
Docentes



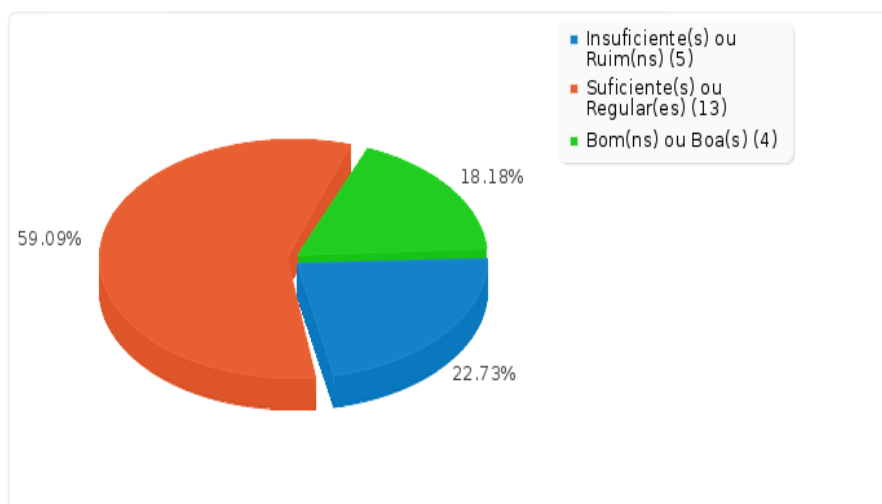
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação

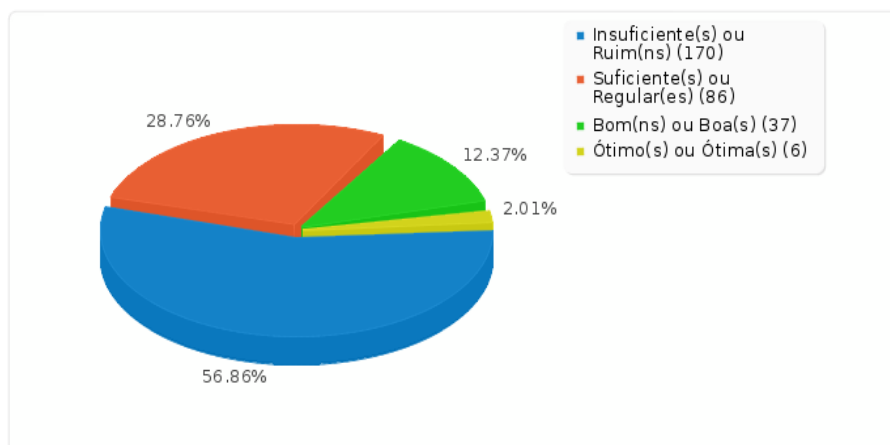


Alunos-Pós-Graduação

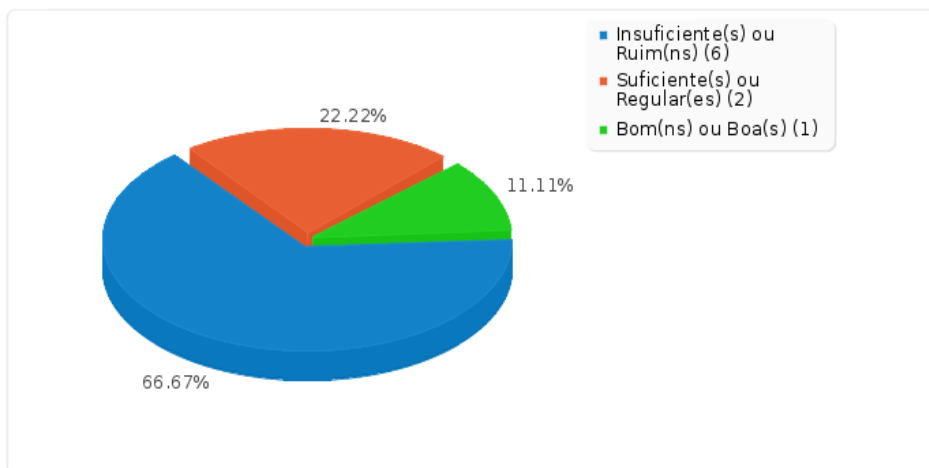


☞ As opções de alimentação disponíveis atendem as suas necessidades de forma...

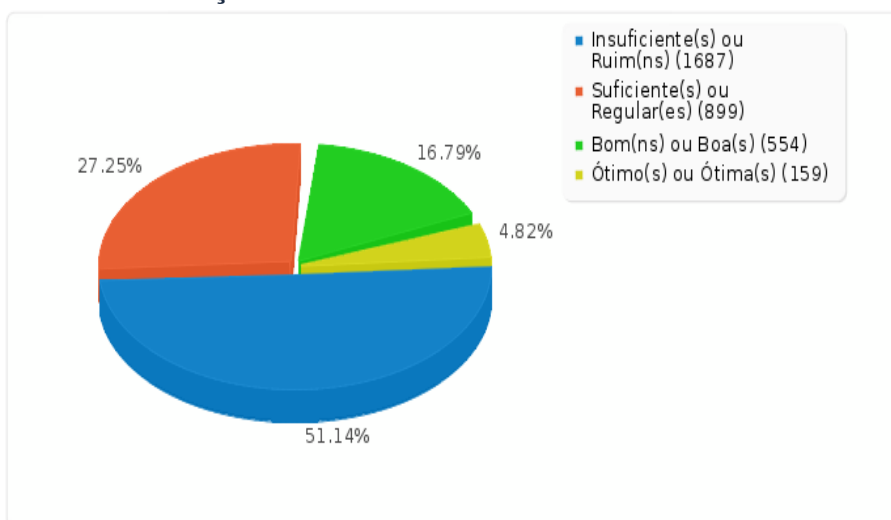
Docentes



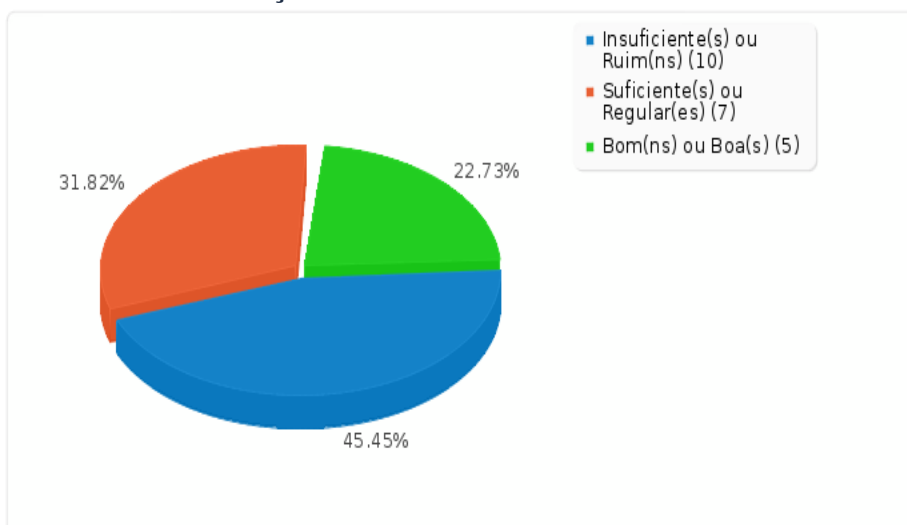
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação

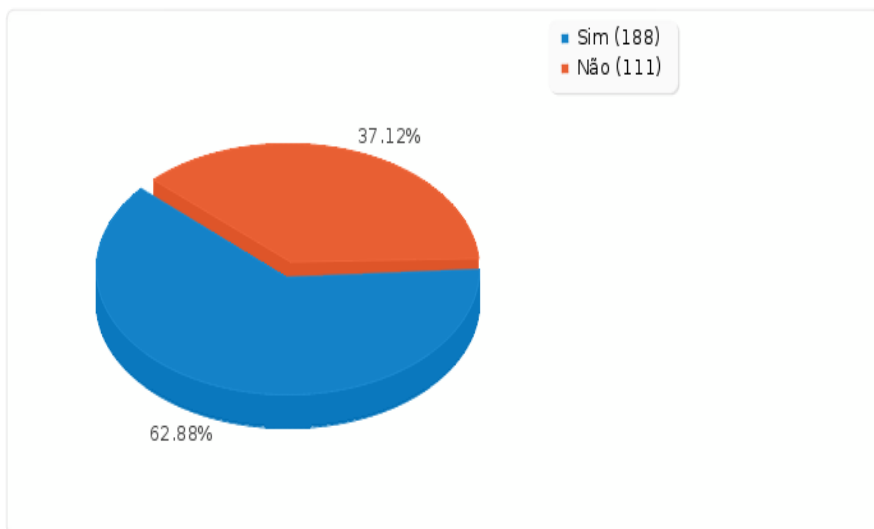


Alunos-Pós-Graduação

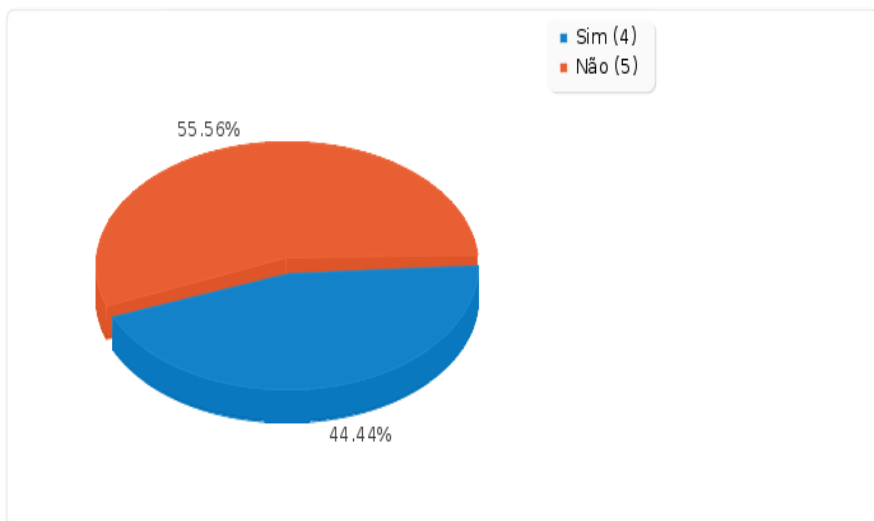


Utiliza veículo de transporte próprio ou familiar para ir ao CEFET/RJ? Neste caso, considere: 1-Não e 2-Sim.

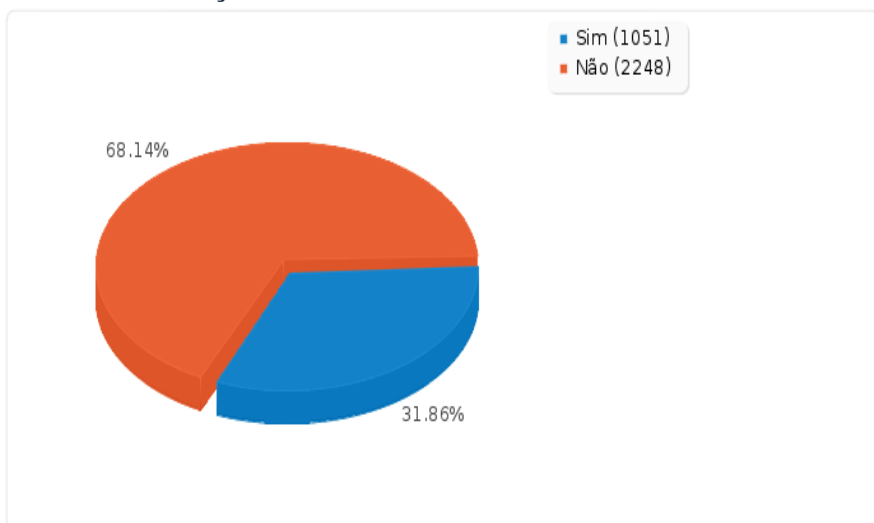
Docentes



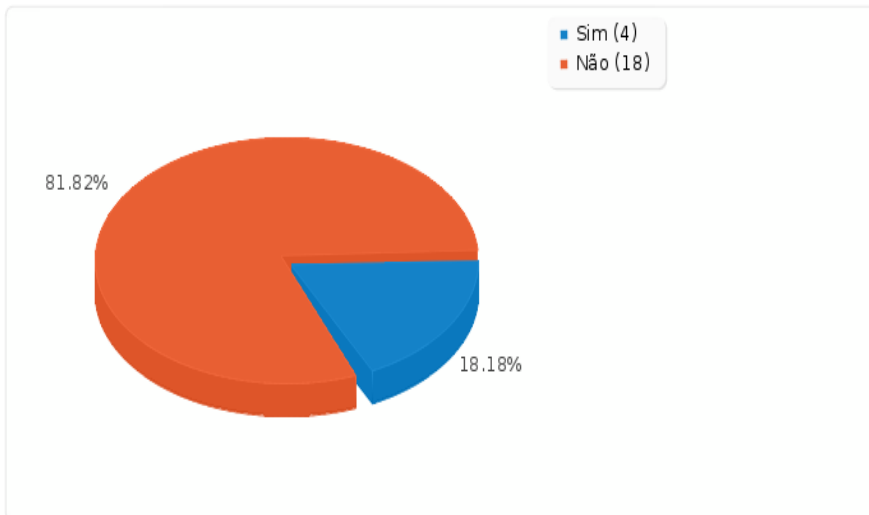
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação

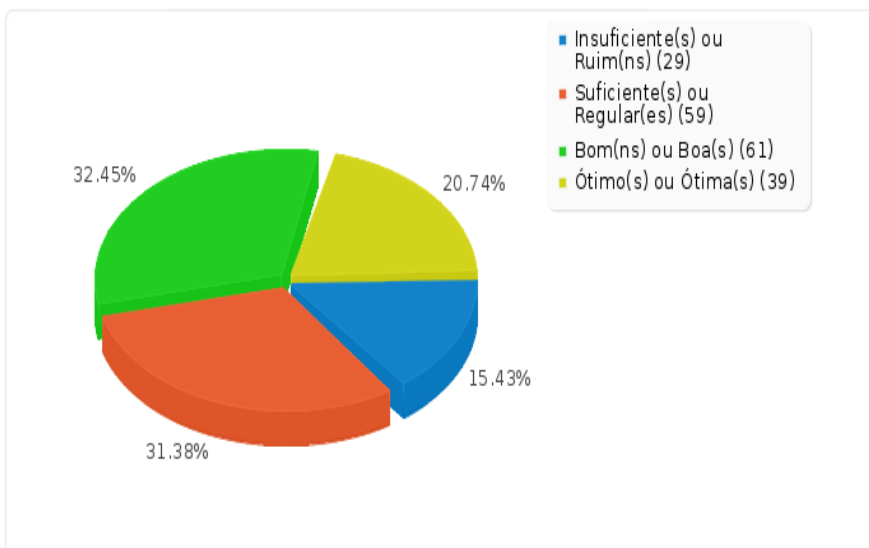


Alunos-Pós-Graduação

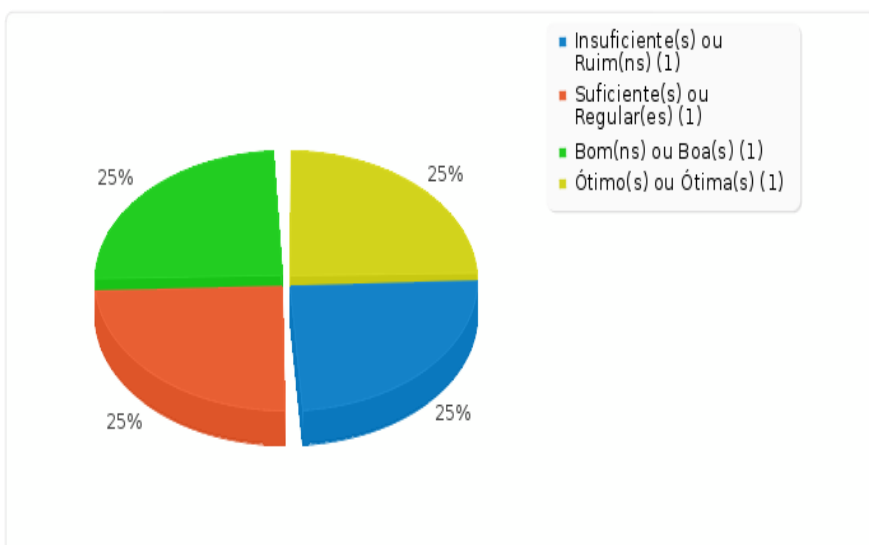


☞ As opções de estacionamento disponíveis atendem as suas necessidades de forma... (Caso tenha apontado que possui veículo próprio ou familiar):

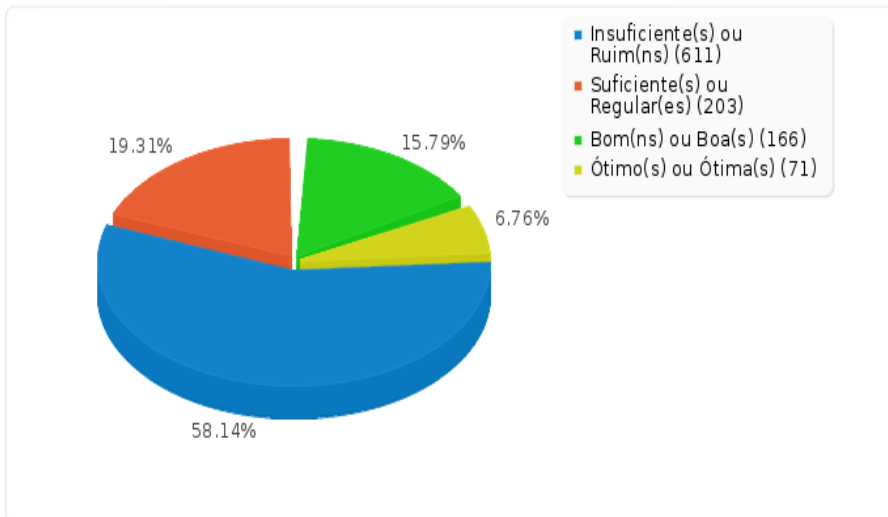
Docentes



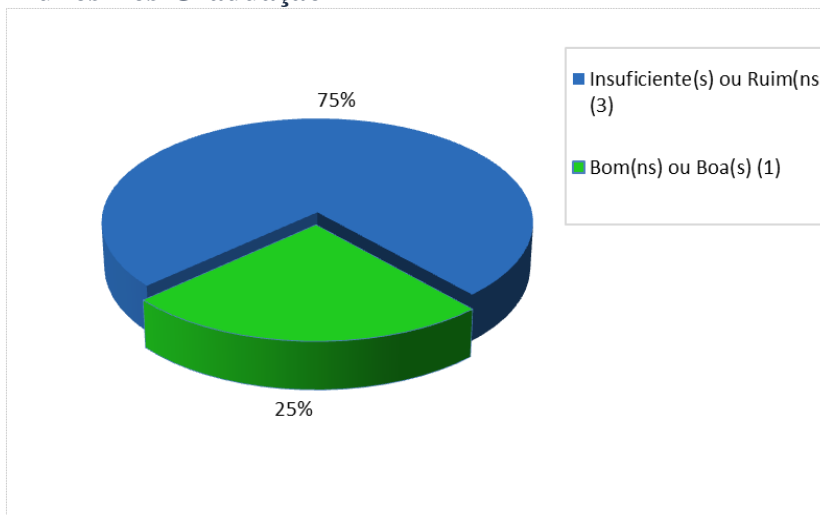
Técnico-administrativos



Alunos-Graduação

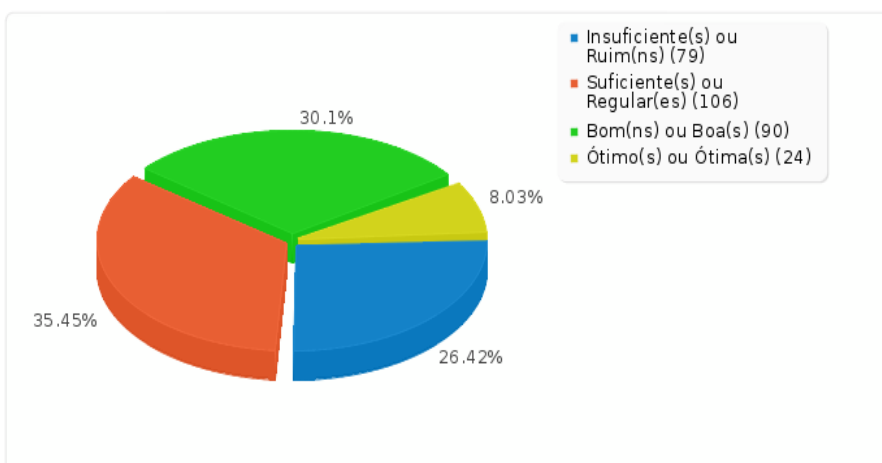


Alunos-Pós-Graduação

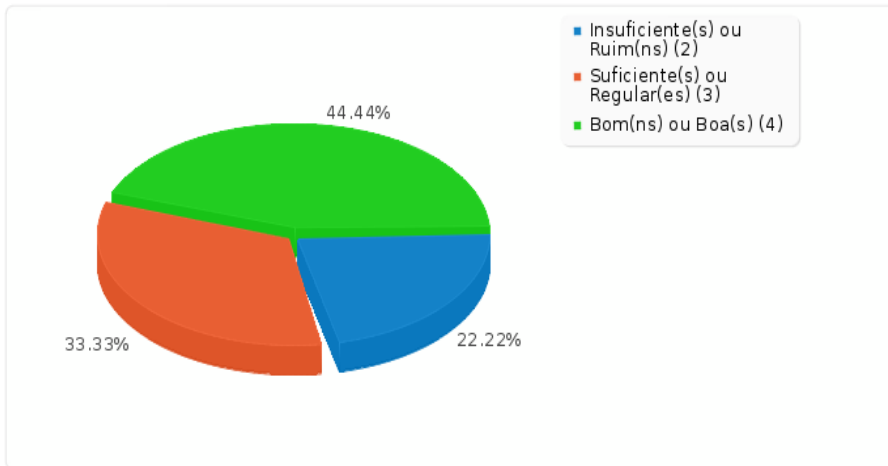


☞ Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...

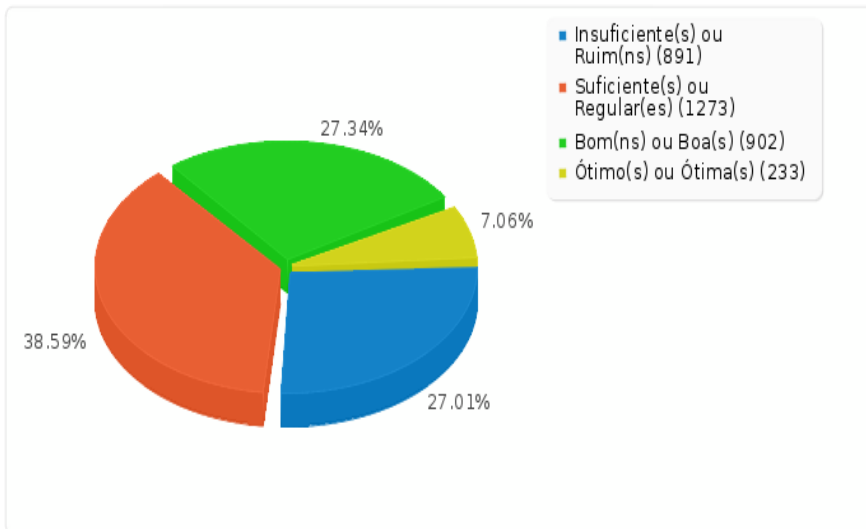
Docentes



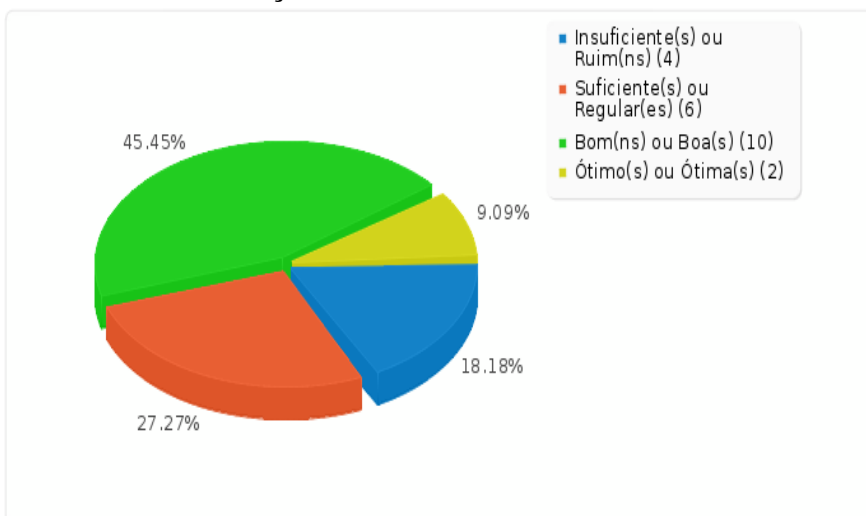
Técnico-Administrativos



Alunos-Graduação



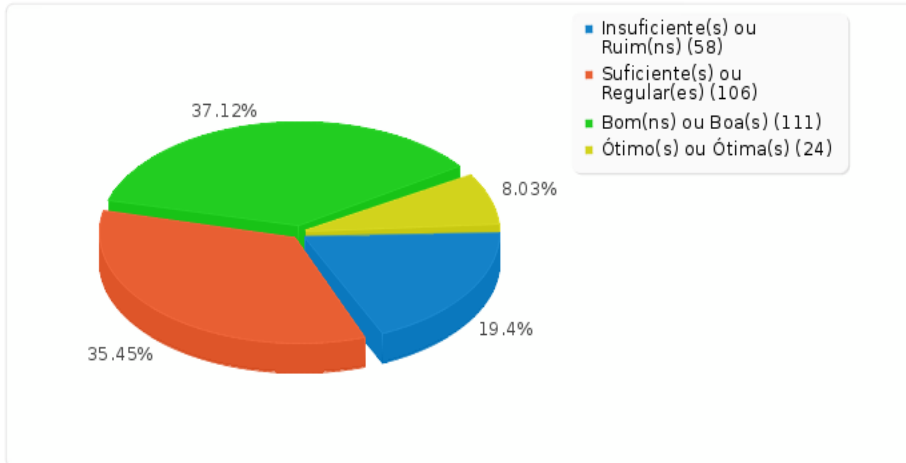
Alunos-Pós-Graduação



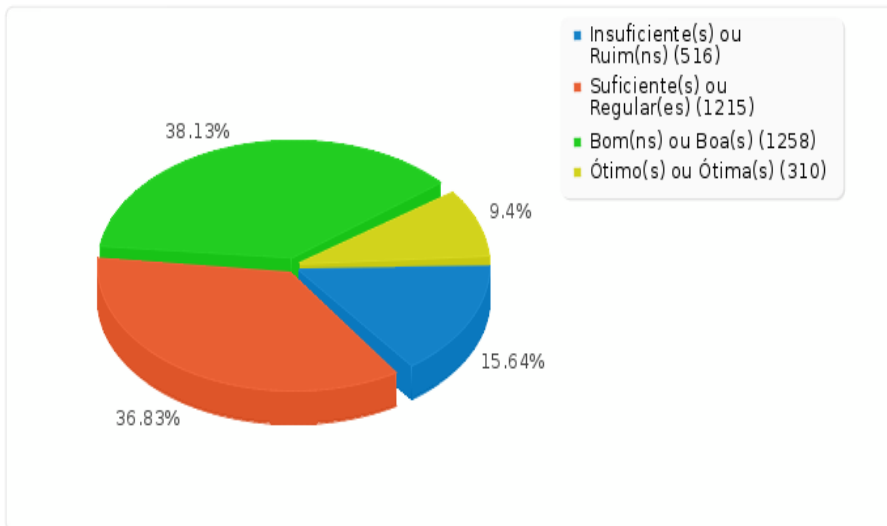
Questões comuns aos docentes e alunos:

☞ A mobília e os recursos didáticos disponíveis nas salas de aula podem ser avaliados como...

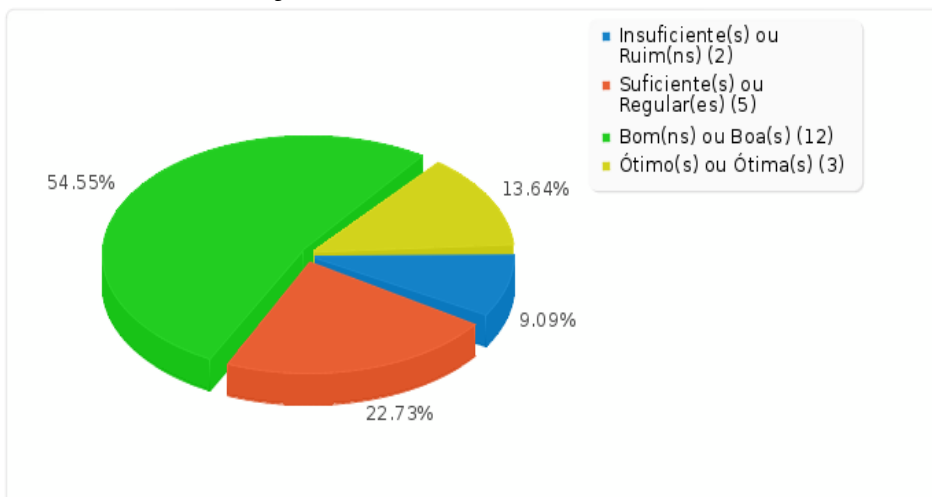
Docentes



Alunos-Graduação

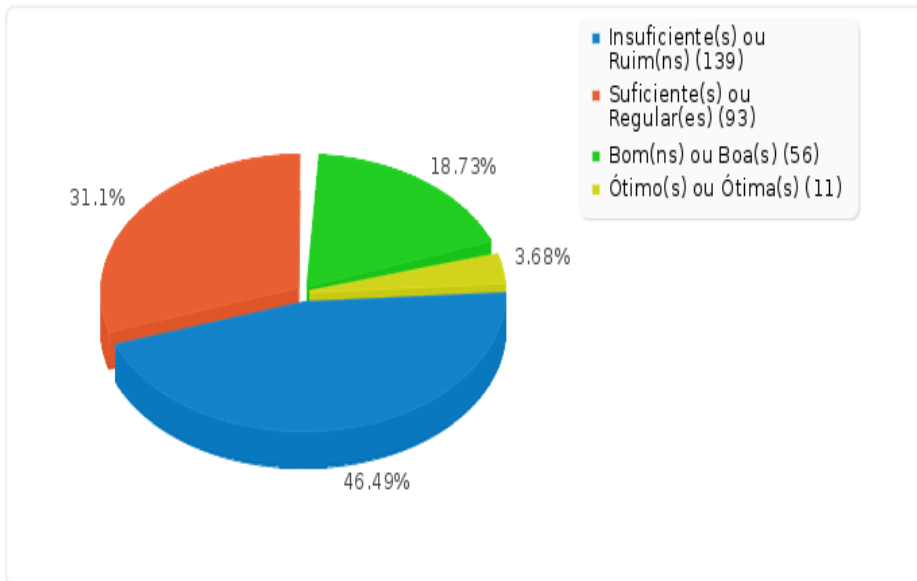


Alunos-Pós-Graduação

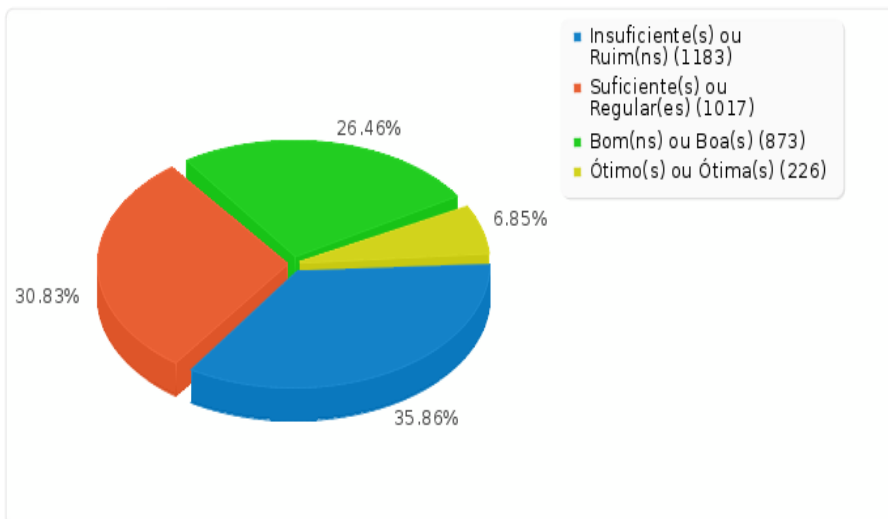


Os serviços de reprografia (xerox) disponibilizados podem ser avaliados como...

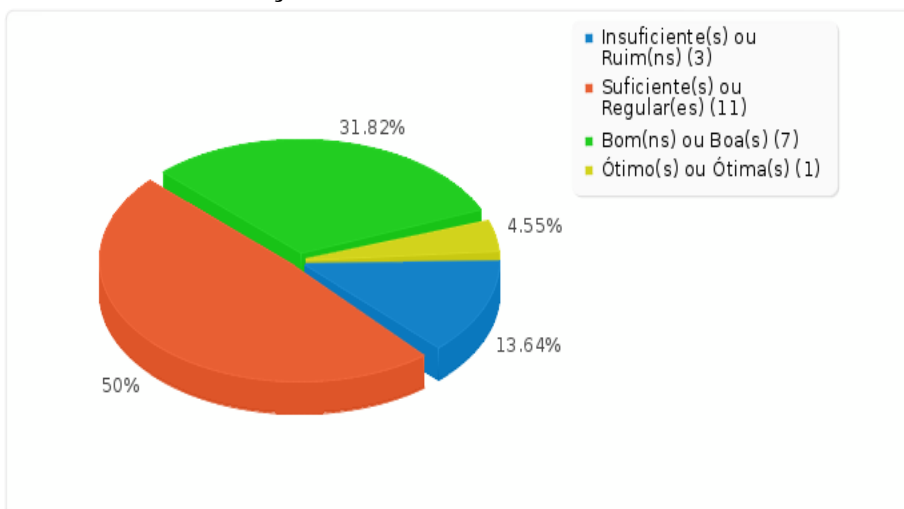
Docentes



Alunos-Graduação

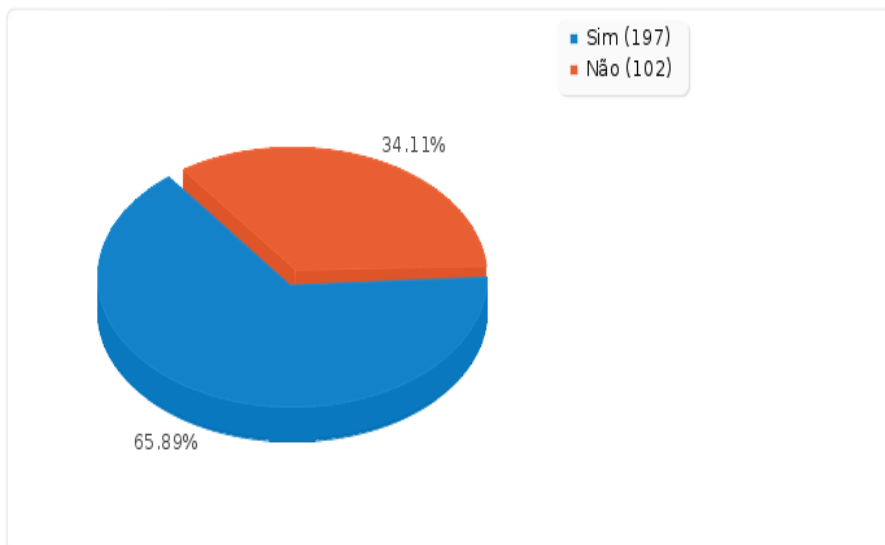


Alunos-Pós-Graduação

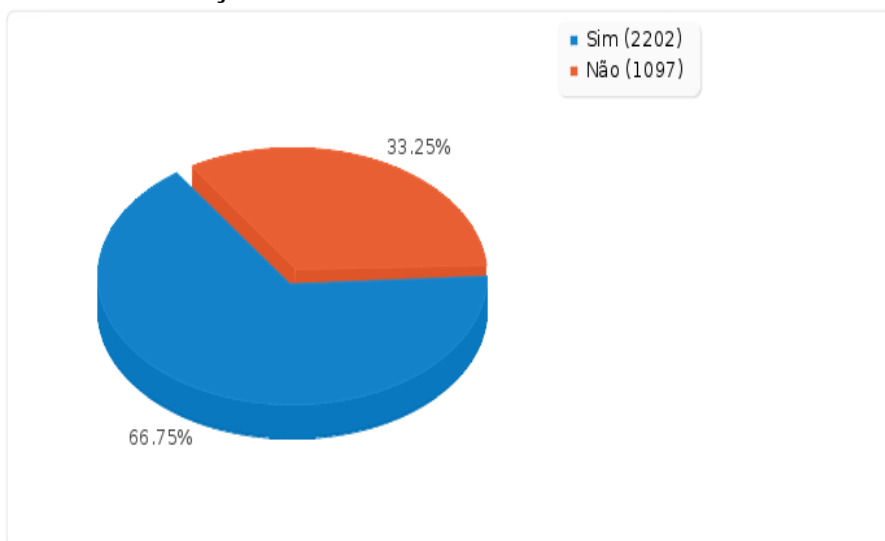


☞ O seu curso possui outros laboratórios além dos laboratórios de informática? Neste caso, considere: 1- Não e 2-Sim.

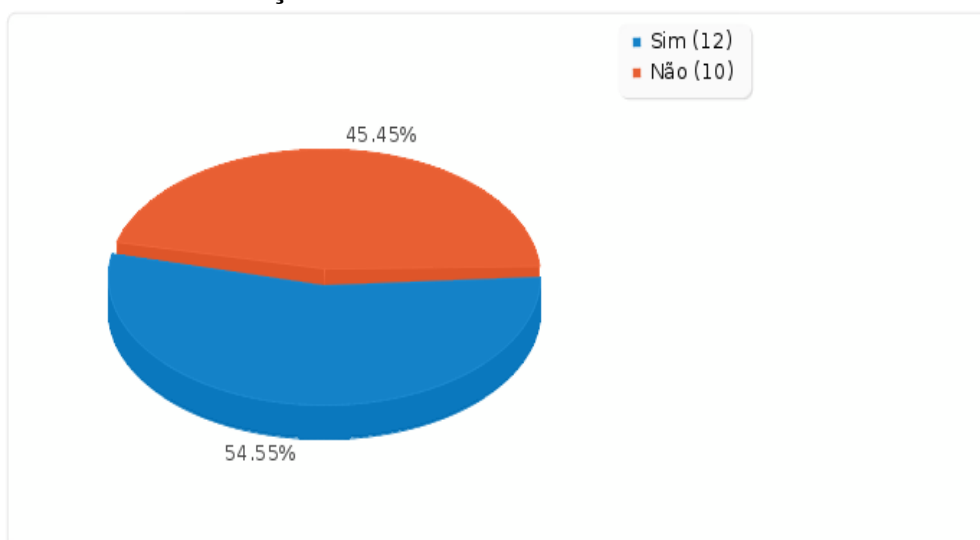
Docentes



Alunos-Graduação

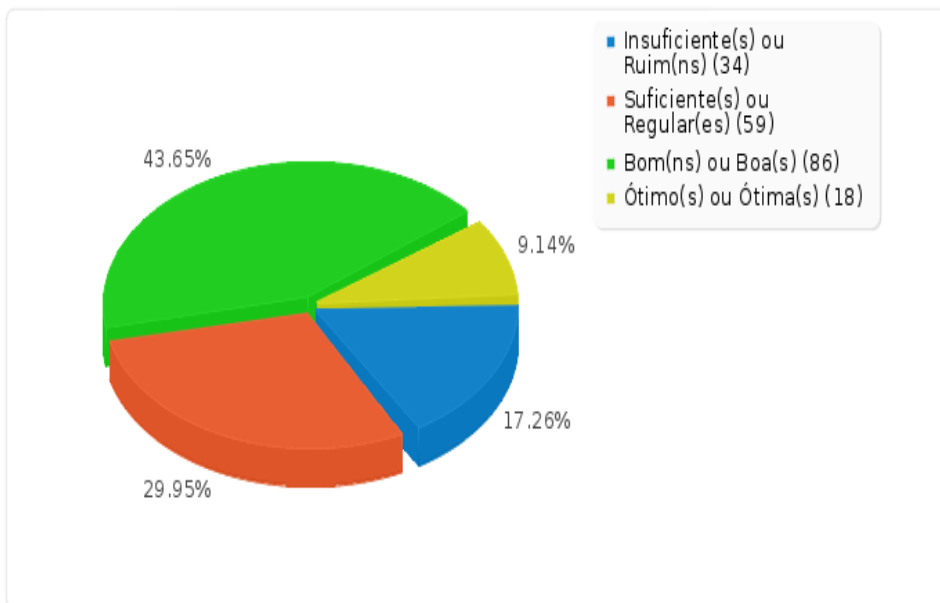


Alunos-Pós-Graduação

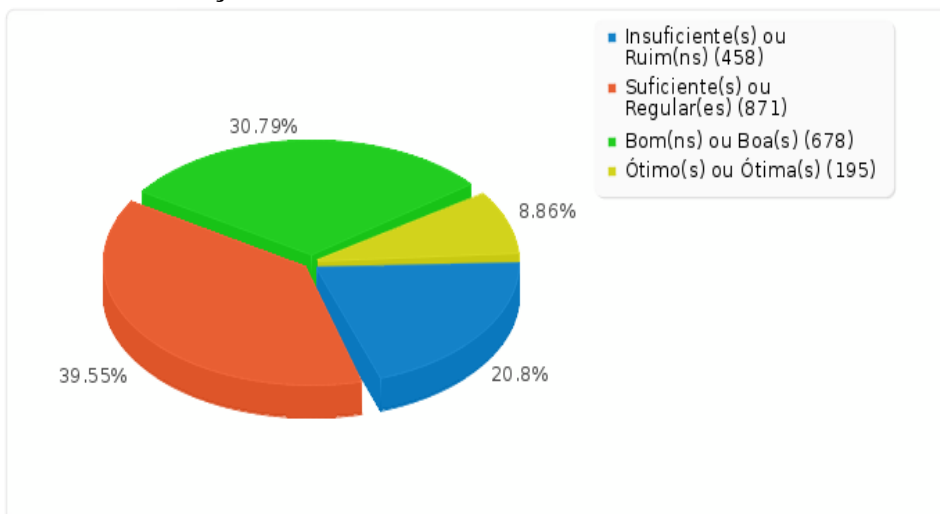


Estes outros laboratórios, no que se referem à qualidade e às condições de equipamentos, podem ser avaliados como...

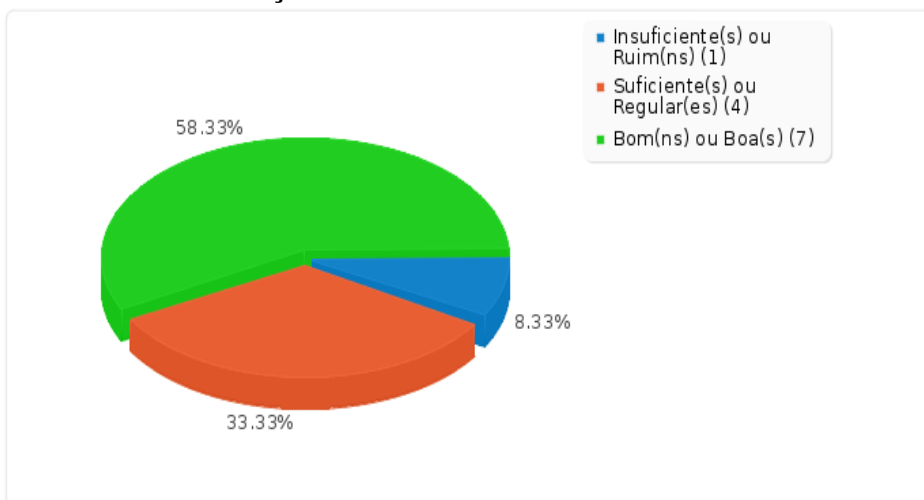
Docentes



Alunos-Graduação

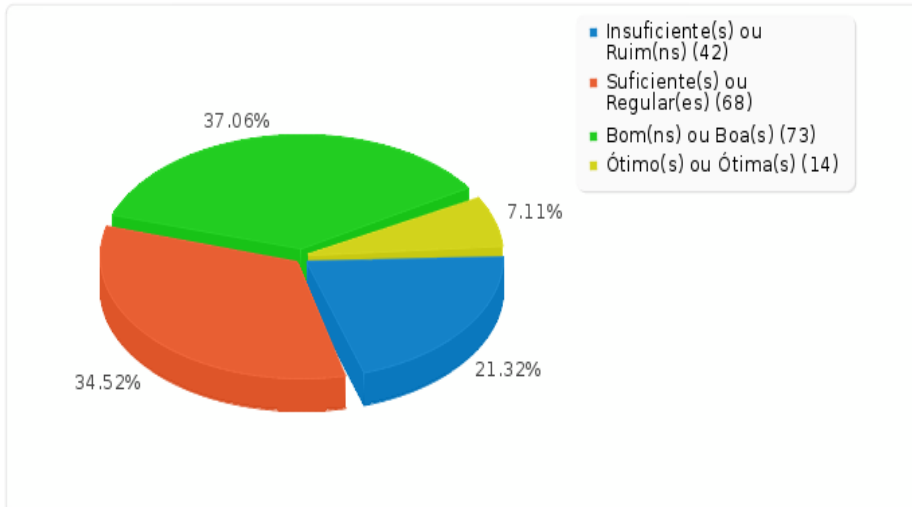


Alunos-Pós-Graduação



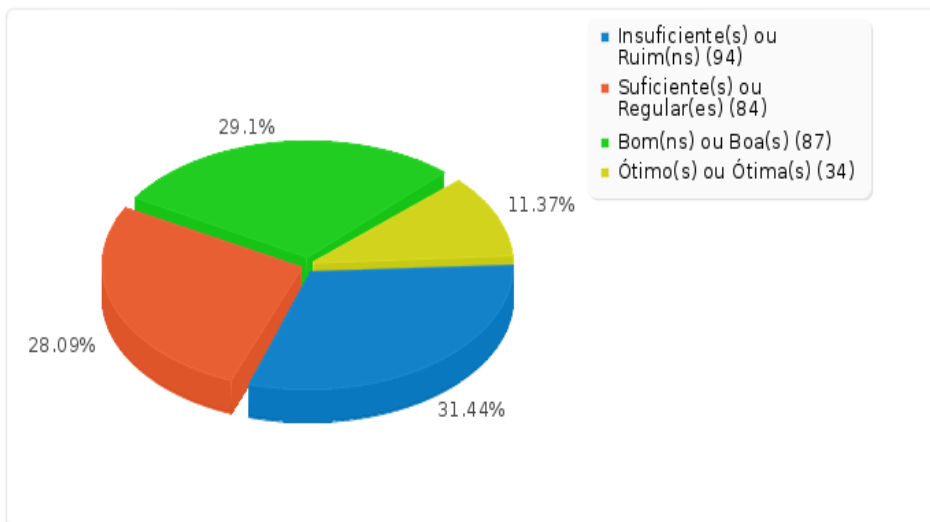
⇒ Estes outros laboratórios, no que se referem aos equipamentos e/ou materiais disponíveis para o número de estudantes, podem ser avaliados como...

Docentes

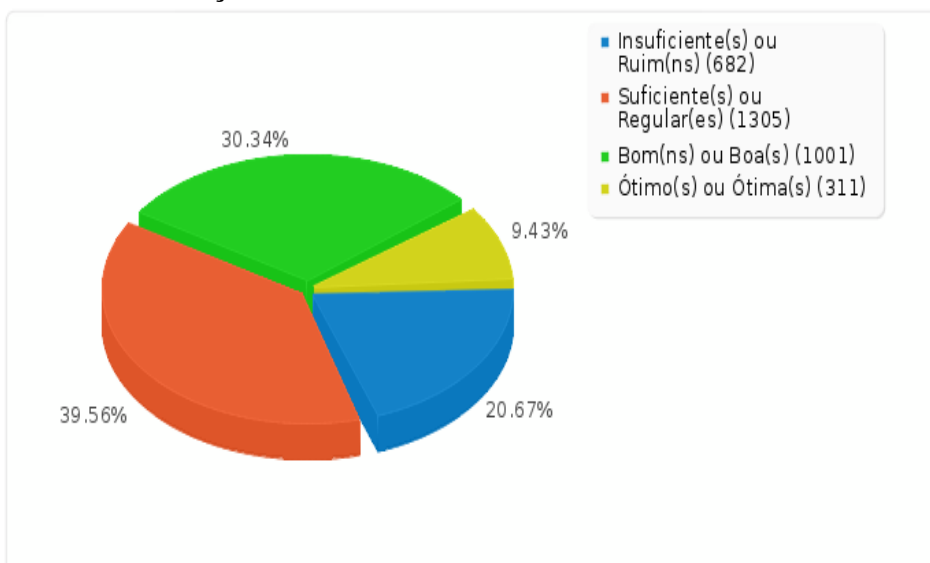


⇒ O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...

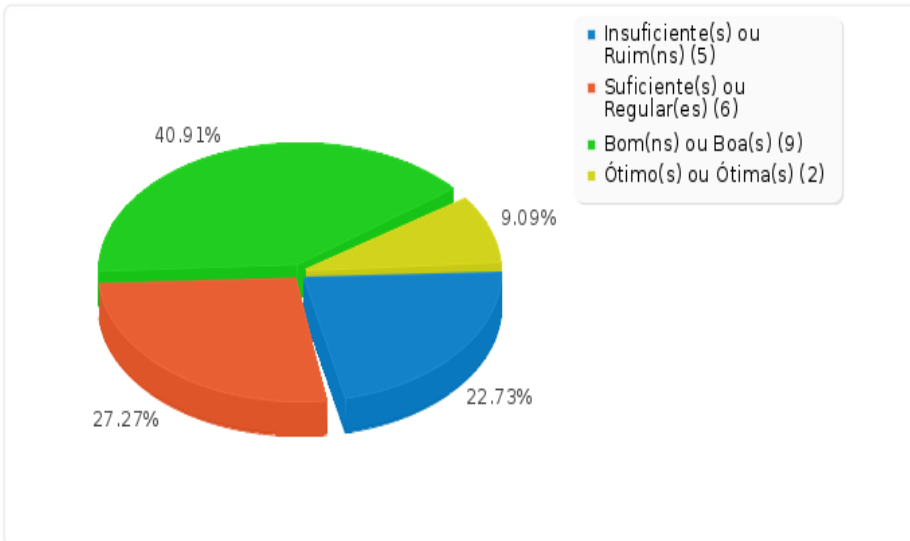
Docentes



Alunos-Graduação

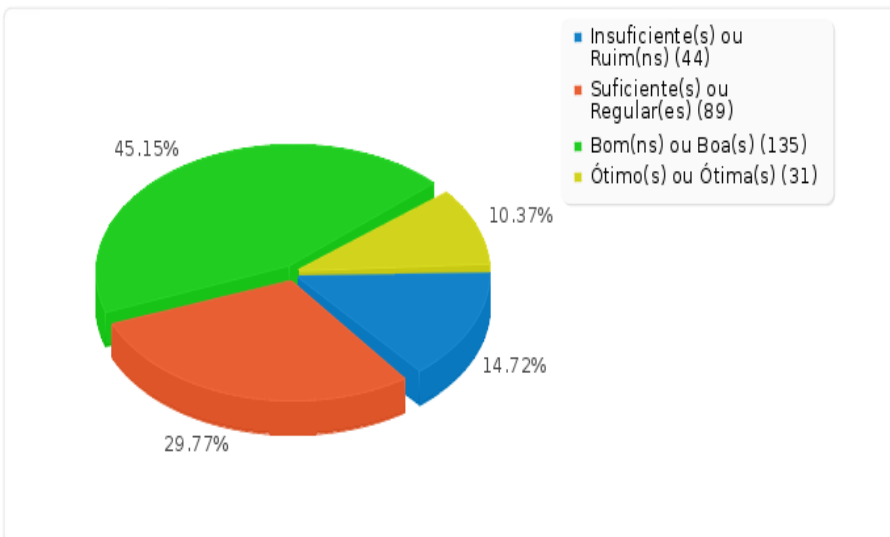


Alunos-Pós-Graduação

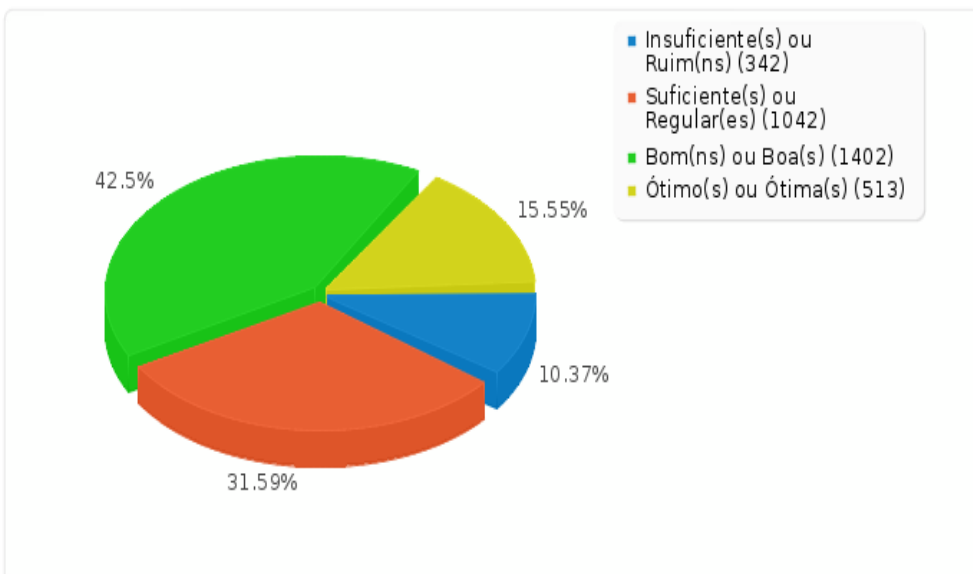


➡ O horário e calendário de funcionamento da Biblioteca atendem as suas necessidades de forma...

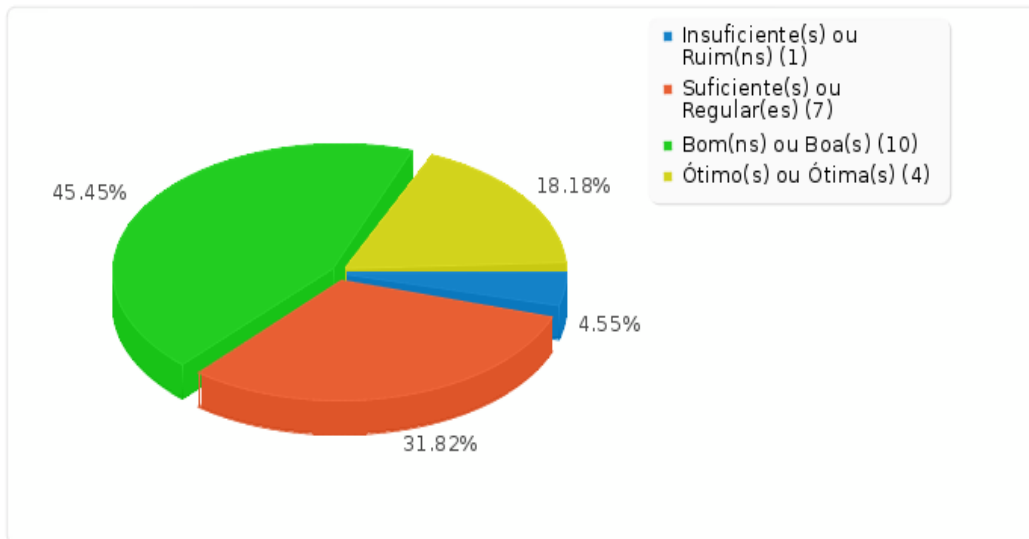
Docentes



Alunos-Graduação

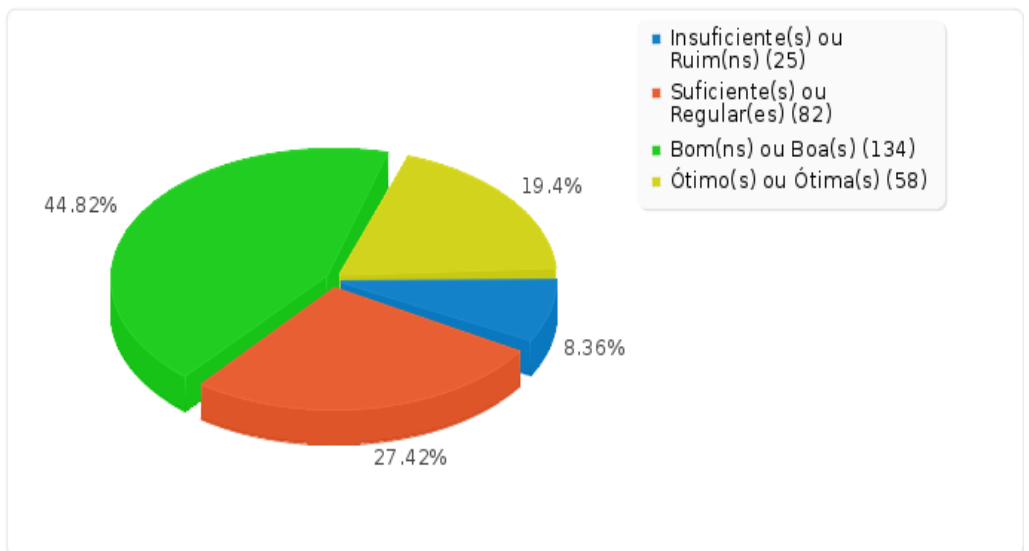


Alunos-Pós-Graduação

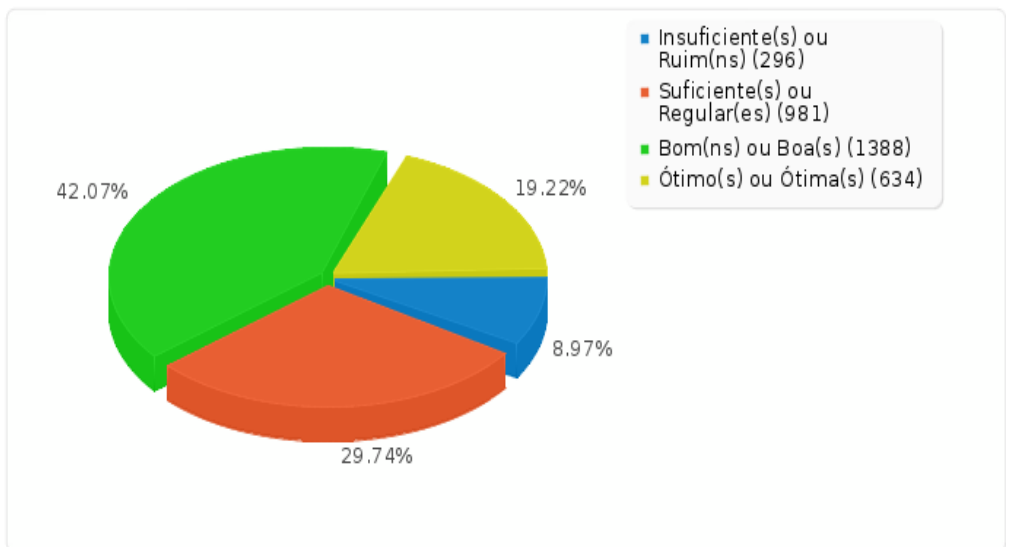


➡ O atendimento na Biblioteca pode ser avaliado como....

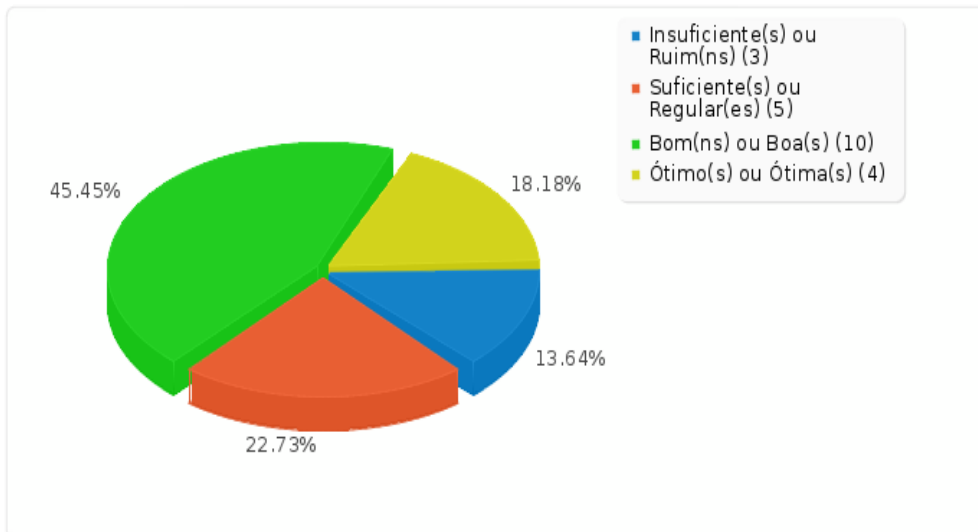
Docentes



Alunos-Graduação

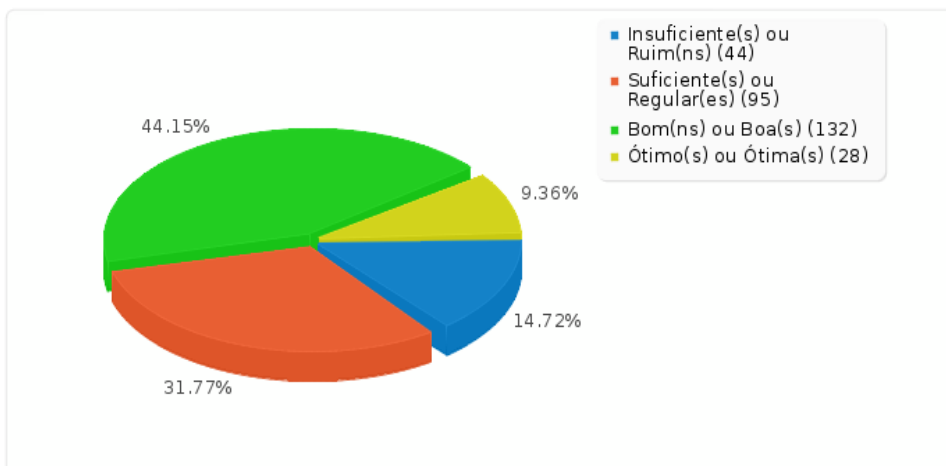


Alunos-Pós-Graduação

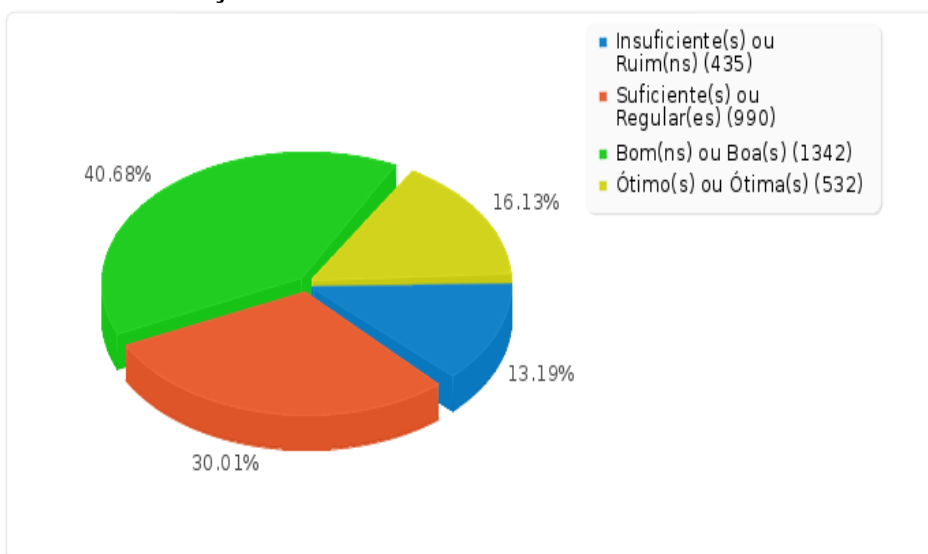


Os ambientes da biblioteca atendem às necessidades de estudo e pesquisa individual ou em grupos de forma...

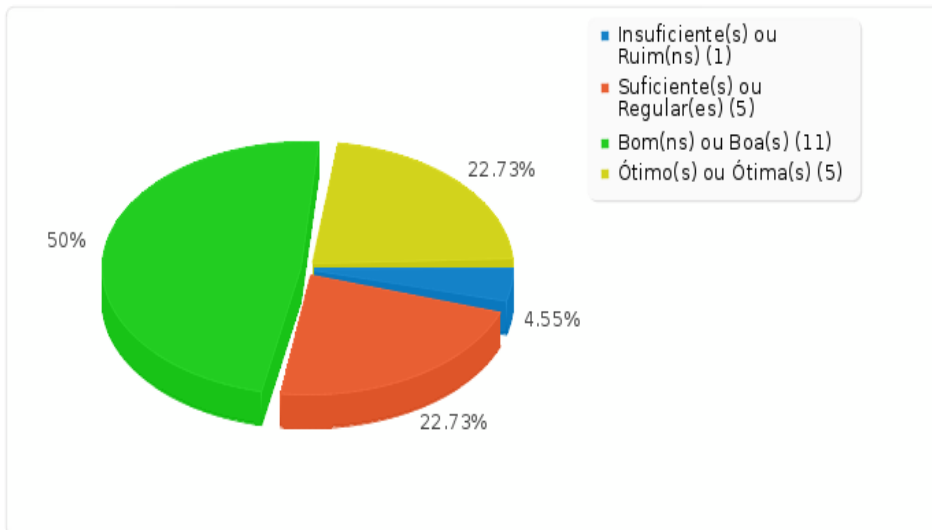
Docentes



Alunos-Graduação

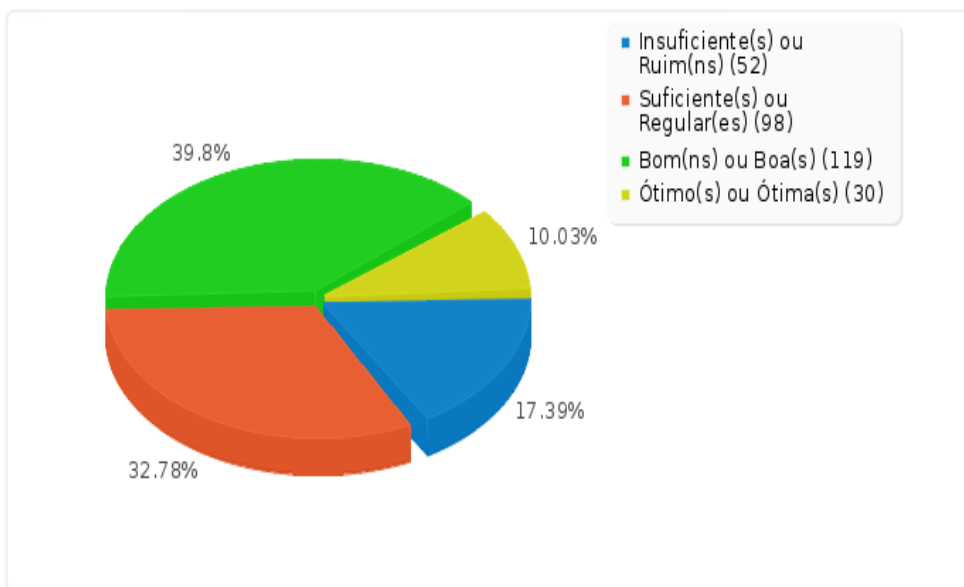


Alunos-Pós-Graduação

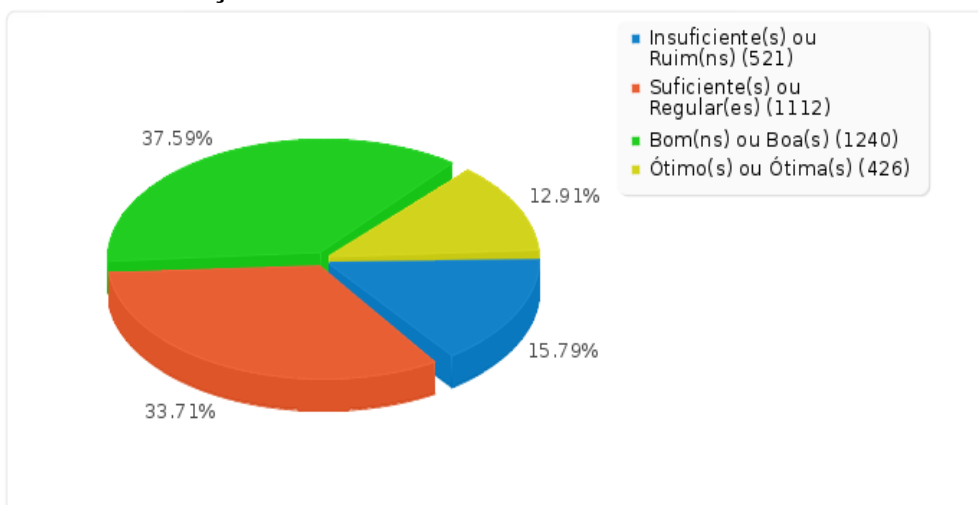


➡ A informatização para consulta do acervo da Biblioteca pode ser avaliada como....

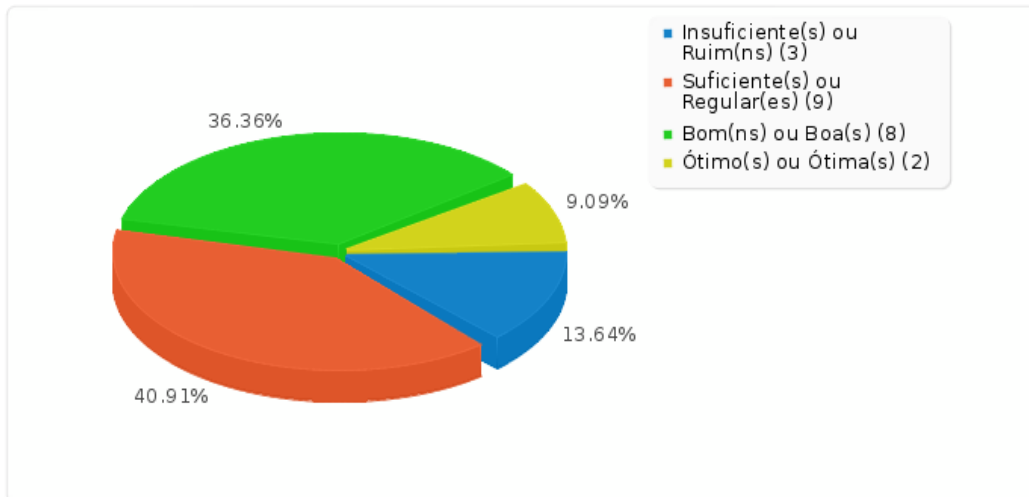
Docentes



Alunos-Graduação

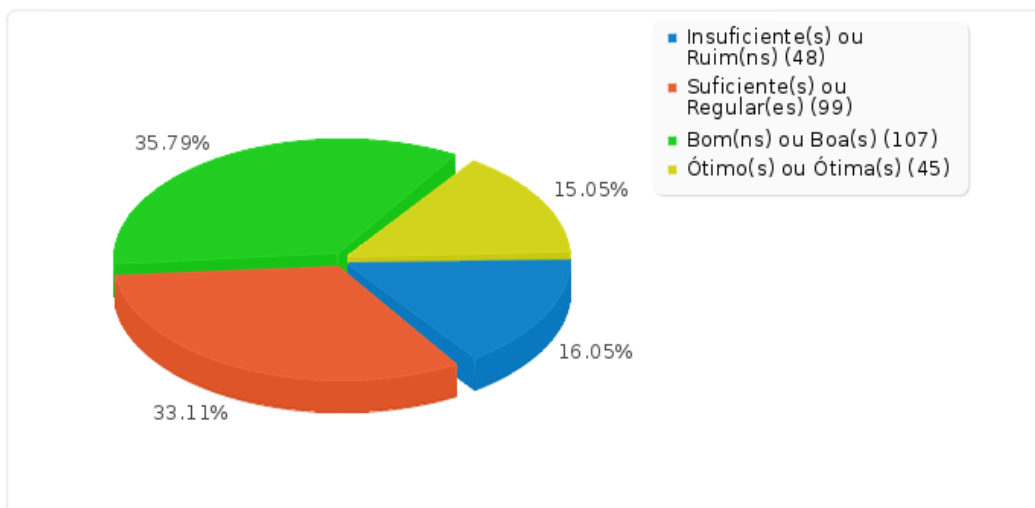


Alunos-Pós-Graduação

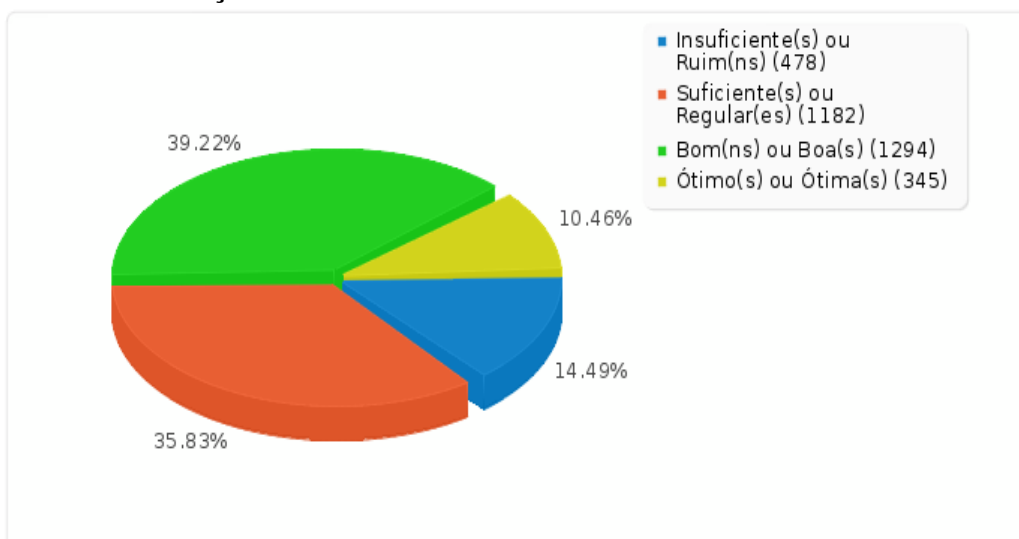


Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...

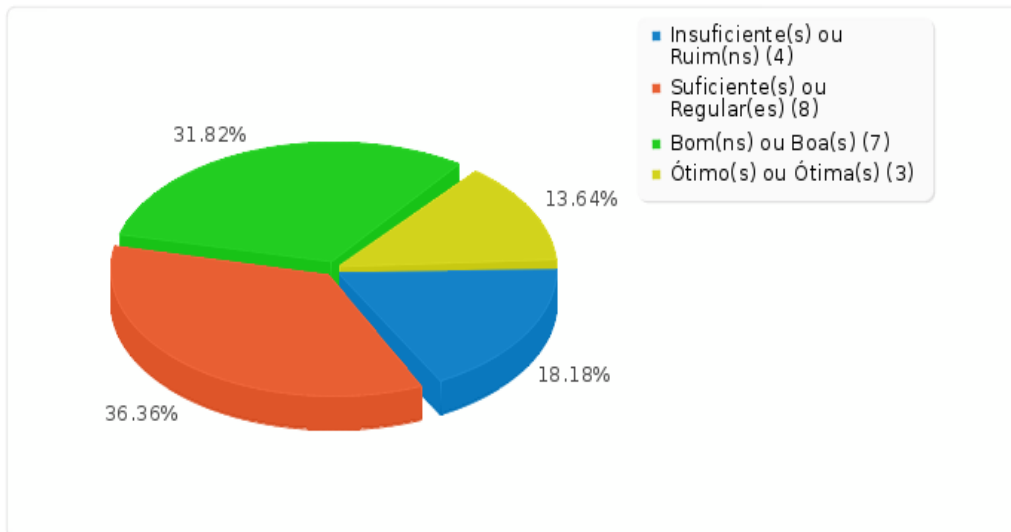
Docentes



Alunos-Graduação

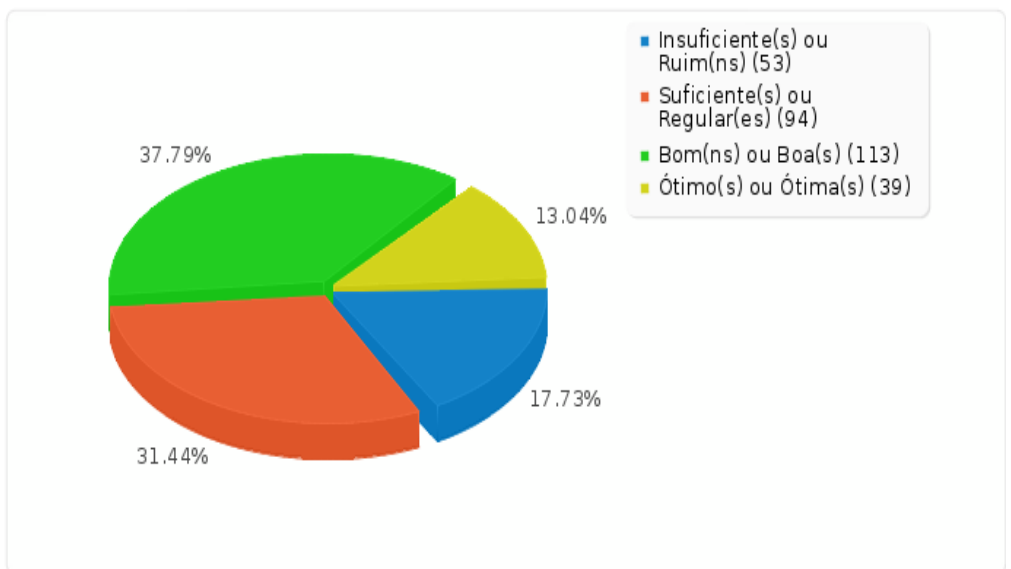


Alunos-Pós-Graduação

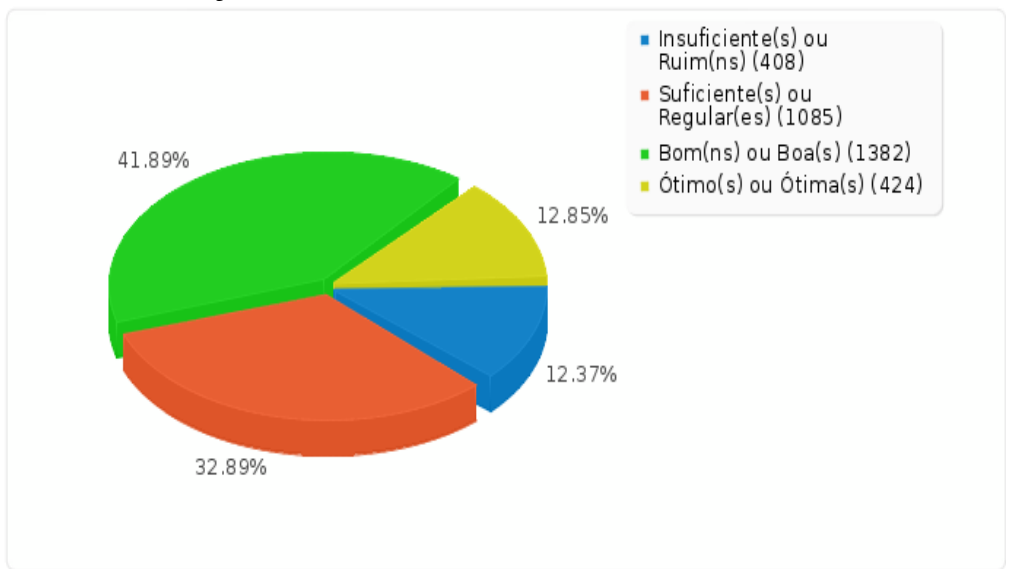


➡ O tempo de empréstimo do acervo da Biblioteca pode ser considerado....

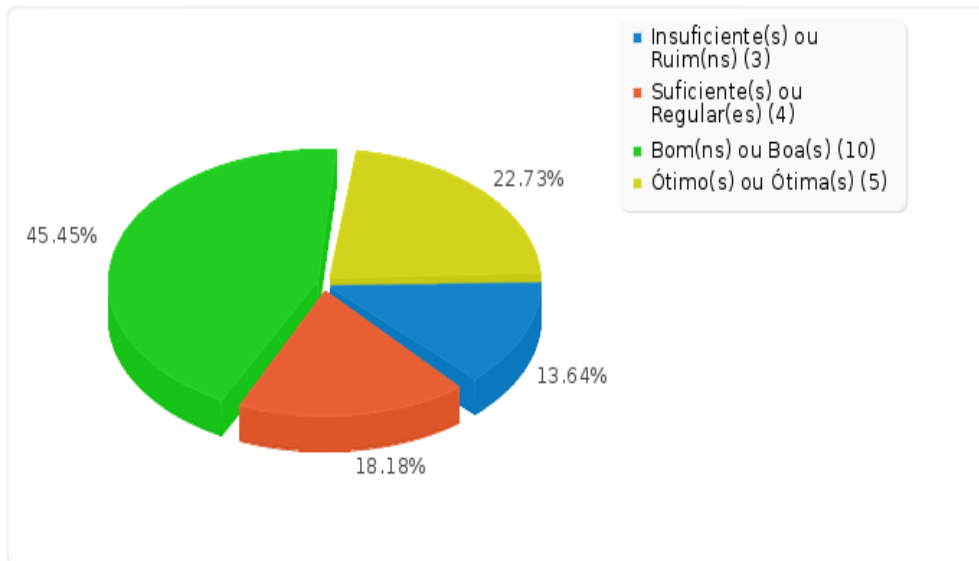
Docentes



Alunos-Graduação



Alunos-Pós-Graduação



O caráter público inclusivo do CEFET/RJ exige uma demanda específica no que tange a questão da proposta do fornecimento de alimentação para os estudantes dos oito *campi* do CEFET/RJ.

Projetos que atendam a especificidade de cada região estão sendo desenvolvidos para atender essa demanda, isso inclui obras para a construção de espaços físicos, compra de equipamentos e contratação de uma empresa que se responsabilize pelo restaurante estudantil, dentre outros.

Em contrapartida, o CEFET/RJ hoje já dispõe de uma infraestrutura oferecida através da Diretoria de Extensão, para os estudantes que comporta um local para descarga e disposição das quentinhas, rede elétrica para fornecimento de energia a equipamentos, pia com rede de esgoto e espaço climatizado com mesas e cadeiras.

Quanto aos desafios que a Biblioteca do CEFET/RJ enfrenta, destaca-se a digitalização das referências de suas obras. O sistema SOPHIA, adquirido no ano de 2009 e cujo início da alimentação de dados se deu em 2010, é de suma importância para que as obras pertencentes à instituição sejam catalogadas, e disponibilizar para a comunidade acadêmica e demais interessados. Há ainda o estudo da necessidade de compra e renovação do acervo atrelada a reformulação e implantação de novos projetos pedagógicos. Porém, essas ações sofreram com o corte de gastos orçamentários.

As recentes contratações feitas no CEFET/RJ concluídas em 2015 privilegiaram o suporte ao atendimento estudantil principalmente nas áreas de apoio pedagógico, psicológico e médico. Essas áreas estão se reestruturando e criando projetos de reforço escolar, suporte a atividade estudantil, diminuição da evasão e integração através da extensão estudantil.

Além disso, reconhecido por sua excelência em unir a prática à teoria, o CEFET/RJ investiu na modernização de seus laboratórios. Em 2015, esses investimentos foram feitos no intuito modernizar os laboratórios com especial atenção no atendimento aos cursos que passariam por avaliações do MEC, nos casos de dar suporte ao credenciamento de cursos existentes e novos cursos.

Tendo em vista que a escola tem como principal objetivo o ensino, exercendo, portanto, papel importante na formação do indivíduo, os espaços escolares devem ser capazes de favorecer o desenvolvimento deste conceito pelos usuários e atender as diversas necessidades ambientais.

Os dados coletados durante 2014, de conforto térmico e acústico, temperatura e a umidade relativa do ar, fazem parte da proposta das obras de adaptação e construção executadas em 2015, que proporcionaram um ambiente adequado para aprendizado. Foram mais de 20 salas de aulas

totalmente adaptadas a toda e qualquer exigência legal no que tange a conforto acústico e térmico só no *Campus Maracanã*.

Não obstante, foi feito um investimento em equipamentos de exposição e interatividade nas salas de aulas, que além disso sofreram troca de mobiliário.

Os esforços em termos de obras de acessibilidade se concentraram na mobilidade e aparelhagem das instalações, mas constituem em um desafio permanente para uma instituição de 98 anos e que precisa se preparar para ser mais inclusiva. É importante salientar que o CEFET/RJ não se preocupa apenas com a acessibilidade arquitetônica, mas também, atualmente, elabora projetos que visam possibilitar o atendimento a pessoas com deficiência por profissionais devidamente preparados para isso.

Por fim, destacamos a ampliação dos Cursos de Graduação, expansão da modalidade de ensino à distância nos três níveis de ensino e a consolidação do Ensino Integrado, que refletem o esforço feito em 2015.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O CEFET/RJ possui um portal de acesso às informações do Centro disponível no endereço www.cefet-rj.br. Neste portal encontram-se acessíveis diversas informações, tais como: referentes a estrutura organizacional do Centro e de seus *campi*; aos concursos de provimento de cargos; relacionadas aos cursos oferecidos e os respectivos concursos de ingresso; e notícias e documentos de interesse da comunidade.

Quanto às informações referentes a sua atuação e que contribuem com a transparência da gestão, estas podem ser acessadas por meio dos links:

http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2388/novo_estatuto.pdf

<http://www.cefet-rj.br/index.php/descricao-e-atribuicoes>

<http://www.cefet-rj.br/index.php/composicao>

<http://www.cefet-rj.br/index.php/2015-06-02-18-40-13>

É possível destacar que devido a dinamicidade da instituição, que sofreu significativa expansão em sua estrutura, bem como das informações, a necessidade de atualização é constante. Sendo assim, o sítio ainda encontra-se em processo de elaboração e atualização das informações disponíveis.

6.5 Formas de participação cidadã nos processos decisórios

O CEFET/RJ acredita na participação da sociedade em seu processo decisório, e portanto fez uso de diversos recursos garantindo essa oportunidade, onde se destacam: a convocação de audiências públicas; eleição para conselhos; e incentivo a participação da comunidade acadêmica em órgãos de classe e outros fóruns da sociedade onde se discute a situação e o futuro da educação no Brasil.

6.6 Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Conforme citado no item 6.3, que trata da aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, o CEFET/RJ utiliza como forma de avaliação o Relatório Final de Auto Avaliação Institucional, instrumento capaz de proceder a citada avaliação dos produtos e serviços oferecidos pelo Centro. A instituição participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004.

6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Relativamente às adaptações do sistema CEFET/RJ à legislação de acessibilidade, destaca-se a continuidade de diversos serviços que são realizados paulatinamente nos *campi* para atender às exigências da lei, aplicando-se este mesmo princípio aos novos projetos desenvolvidos.

Deve-se ressaltar os seguintes projetos já realizados ou em andamento em consonância com os princípios de acessibilidade:

CEFET MARACANÃ:

- Projeto de reforma no Pavilhão 1, com adaptação de banheiros para PNE
- Projeto Fórmula SAE - térreo
- Laboratório de Química –Pavilhão 6 com acessibilidade através do Pav. 5

CEFET MARIA DA GRAÇA:

- Projeto de área acessível de vivência externa
- Projeto restaurante (bandeirão)
- Projeto Novo Laboratório de Ciências

CEFET VALENÇA:

- Novo prédio anexo (projeto para 4 andares no futuro, com previsão para elevador).

CEFET NOVA FRIBURGO:

- Projeto de nova entrada de pedestres e nova guarita
- Projeto salas provisórias em edificação existente -térreo
- Projeto inserção de banheiro PNE em 2º pavimento a ser construído

6.8 Desempenho e atuação dos postos no exterior no atendimento ao público

Não se aplica ao CEFET/RJ.

6.9 Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial

Não se aplica.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

O desempenho financeiro é executado de acordo com os contratos vigentes e os procedimentos licitatórios a partir da execução orçamentária, ou seja, a programação financeira está condicionada a execução da despesa.

A medida em que haja o comprometimento através da nota de empenho, elabora-se a programação financeira. Em 2015, consideramos um ano atípico em que os recursos financeiros foram escassos em relação ao orçamento consignado e aprovado para o exercício, visto que houve contingenciamento limitando o cumprimento dos compromissos assumidos pela instituição.

7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

A sustentabilidade financeira da instituição tem sua garantia no que estabelece a LDO e a LOA, que definem e aprovam os recursos orçamentários e financeiros aprovados pelos Poderes Executivo e Legislativo, considerando o PPA do quadriênio.

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, pesquisa e a extensão

As políticas e instrumentos estão de acordo com o PDI da instituição. A proposta orçamentária está em conformidade com a matriz de alocação de recursos aprovada pelo CONIF bem como os parâmetros definidos pelo MEC e os limites e fontes definidos pela SOF/MPOG.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Este item já se encontra demonstrado por meio do **Quadro 4.3.8**, no item de mesmo número.

7.2.3 Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

O Centro não apresentou projetos desenvolvidos por fundação de apoio no exercício e não apresenta fundação de apoio credenciada.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UPC em busca da melhoria e qualidade dos serviços vem aprimorando através de instrumento normativo interno, a implementação de processos para cálculo e atendimento das NBC em conformidade com a legislação vigente.

Conseguimos atender o disposto no art. 8º da IN STN nº 06/2007 com nomeação de servidor que não realizasse a execução orçamentária e financeira para realizar a conformidade de gestão.

O Centro ainda não adotou os procedimentos contábeis de depreciação e reavaliação, entretanto, reforçou a equipe com servidores do concurso de 2014 para apoiar a implementação destes procedimentos e tem buscado sistema apropriado para registro patrimonial e dos novos procedimentos. Foi pensado na instituição a criação de um grupo de trabalho para elaborar os procedimentos normativos e reestruturação de todo o trabalho de inventário patrimonial e, em consequência, a sua instituição para a implantação e desenvolvimento de todo o processo de depreciação avaliação dos bens móveis e imóveis.

Foram registradas 02(duas) ocorrências classificadas, ainda não sanadas durante o exercício. As ocorrências registradas no Sistema SIAFI, tratam de procedimentos de normatização de depreciação de bens móveis e a evidenciação do ativo imobilizado bem como sua reavaliação.

Quanto à regularização das ocorrências está sendo providenciada a implementação de procedimentos de normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no Sistema SIAFI. A evidenciação do ativo imobilizado, uma vez que ainda não foram adotados os procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que o compõe. Cabe, também, informar que foi criada Portaria de Desfazimento de Bens com as instruções e normas dos procedimentos para depreciação de bens móveis e a destinação para estes em forma de descarte, doação ou recuperação dos mesmos.

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Em razão da ausência de servidores capacitados para o mapeamento de processos, bem como o pouco quantitativo dos mesmos nos exercícios anteriores, o CEFET/RJ promoveu a Capacitação em Business Project Management de servidores em áreas estratégicas formando grupo de trabalho para iniciar o levantamento das necessidades e propor a sistemática para apuração dos custos nos *campi*.

7.5 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A Conformidade Contábil está em consonância com os registros contábeis do Sistema SIAFI, regidos pela Lei 4.320/1964 refletindo adequadamente toda e qualquer situação orçamentária, financeira e patrimonial tendo como instância responsável o Departamento de Contabilidade e Finanças-DECOF/CEFET/RJ, criado através da Portaria no. 1378, de 14 de setembro de 2015, em substituição à antiga GECOF-Gerência de Gestão Contábil sendo a Unidade Gestora 153010, havendo a segregação de função no processo de registro da conformidade.

No DECOF foram criadas, também, a Divisão de Contabilidade e a Divisão de Patrimônio o que propiciou melhor definição das atividades e melhoria do trabalho. Nota-se, entretanto, que com a entrada de novos servidores concursados em 2014 e a capacitação destes trouxeram para o Departamento a otimização do trabalho, principalmente, no que se refere ao arquivamento dos documentos, normas e controle de pagamento, etc.

7.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

A declaração apresentada por meio da **Figura 6**, a seguir, visa evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis do CEFET/RJ no ano de exercício de 2015.

Figura 6 – Declaração do contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	153010

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015 do Órgão 26256, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante a:

Ressalvas:

- Falta/evolução incompatível da Depreciação do Ativo Imobilizado;
- Falta/restrrição da Conformidade de Registro de Gestão.

Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015:

- Implementação de procedimentos de normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no Sistema SIAFI; a evidenciação do ativo imobilizado, uma vez que ainda não foram adotados os procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que o compõe;
- Por motivos operacionais não foi efetuada a conformidade de Registro de Gestão nos dias 18, 21 e 22 de Dezembro de 2015.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Maria Luísa de Luca Mattos

Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	08 de Janeiro de 2016
Contador Responsável	Maria Luísa de Luca Mattos	CRC nº	078814/O-3

7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

A Demonstração Contábil regida pela Lei 4.320/1964, segue os registros contábeis estabelecidos pelo sistema SIAFI, refletindo a transparência dos gastos públicos e a execução orçamentária, financeira e patrimonial do CEFET/RJ, e a realização da conformidade de gestão através do Departamento de Contabilidade e Finanças-DECOF/CEFET/RJ.

Seguem como anexos no item 11, para demonstração: o Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos; Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos; e o Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos.

7.8 Demonstração da situação do registro dos imóveis apropriados

Não se aplica.

7.9 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

Não se aplica ao Centro.

7.10 Evidenciação do *del-credere* das demonstrações contábeis

Não se aplica.

7.11 Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976)

Não se aplica.

7.12 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

Não se aplica.

7.13 Revisão dos critérios adotados para classificação a nos níveis de risco e de avaliação das provisões registradas nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

7.14 Informações consolidadas sobre as transações com partes relacionadas

Não se aplica.

7.15 Informações sobre os segmentos operacionais em que atua o conglomerado

Não se aplica ao CEFET/RJ.

7.16 Informações sobre as operações de financiamento

Não se aplica.

7.17 Demonstrativo específico sobre os subsídios e resultado operacional

Não se aplica.

7.18 Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Não se aplica.

7.19 Desempenho financeiro do conglomerado

Não se aplica ao Centro.

7.20 Demonstração e análise dos desempenhos econômicos-financeiros

Não se aplica.

7.21 Informações sobre as despesas de exploração da Itaipu Binacional

Não se aplica.

8. ÀREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.

8.1 Gestão de Pessoas

A estrutura de pessoal quantificada e qualificada do Centro, para fins de avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional, é apresentado nos quadros a seguir.

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros a seguir contemplam informações sobre a distribuição da força de trabalho deste Centro.

Quadro 8.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1587	1475	204	68
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1587	1475	204	68
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1581	1469	201	68
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	3	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	162	31	24	20
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1749	1506	228	88

Fonte: DRH

O **Quadro 8.1.1.2** busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Atividade Meio	Atividade Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	616	859
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	616	859
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	612	857
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	31
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	616	890

Fonte: DRH

O **Quadro 8.1.1.3** tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do CEFET/RJ.

Quadro 8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	44	44	23	22
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	44	23	22
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	42	42	23	22
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	278	240	150	82
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	278	240	150	82
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	322	284	173	104

Fonte: DRH

A força de trabalho atual do CEFET/RJ é composta por um total de 1506 servidores em cargos efetivos, sendo destes 616 técnico-administrativos (área meio) e 890 docentes (área fim). No exercício de 2015, o CEFET/RJ contou com o ingresso de 203 novos servidores de carreira, nomeações realizadas mediante aposentadorias, vacância e novas autorizações do MEC.

A quantidade de servidores de carreira egressos do CEFET/RJ no período foram 68, sendo estes em sua grande maioria egressos por motivo de aprovação em novo concurso público. Este grande número de desligamentos por motivo de vacância (aprovação em outros concursos) afeta de forma extremamente negativa a força de trabalho da instituição, tendo em vista que estes servidores egressos, normalmente, contam experiência no CEFET/RJ e ainda, parte deles, contam com cursos de aperfeiçoamento realizados à custa da Instituição. O principal motivo do elevado número de egressos por vacância é o fato de as carreiras dos servidores de carreira contarem com remuneração aquém de ofertadas por outros Órgãos e plano de carreira limitado.

Com relação à distribuição da força de trabalho, o DRH é responsável pelo acolhimento dos servidores técnico-administrativos e servidores docentes.

Os servidores docentes são distribuídos, pelo DRH, em departamentos, em conformidade com o edital de concurso público a que se submeteram. Os servidores técnico-administrativos são distribuídos pelos departamentos do CEFET/RJ, após realização de entrevistas pelo DRH, visando a adequar, dentro do possível, o requisito exigido em concurso e a formação do servidor, com a necessidade institucional.

Quanto à estrutura de CDs e FGs, conforme as informações constantes no **Quadro 8.1.1.3**, o atual número de funções disponíveis no CEFET/RJ mostra-se insuficiente considerando-se a necessidade institucional de criação de novos setores/departamentos em sua estrutura organizacional, fato decorrente da expansão verificada na Instituição nos últimos anos que gera a necessidade de novas funções para os novos coordenadores de setores/departamentos.

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

A composição do quadro de custos de pessoal da UPC está demonstrada por meio do **Quadro 8.1.2** a seguir, onde estão discriminadas as principais rubricas de despesas com pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência deste relatório e o imediatamente anterior.

Quadro 8.1.2 - Custos de pessoal no exercício de referência e no anterior

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade prestadora de contas											
Exercícios	2015	73.980.073,88	3.225.465,99	62.803.018,09	8138070,90	8.947.898,26	4.001.799,99	306.623,23	21.446,32	1.504.550,76	162.907.501,1
	2014	56.450.064,42		40.252.917,75	133.419,28	5.041.058,01	3.531.610,27	169.327,57	107.681,17	4.134.046,05	109.820.124,52
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade prestadora de contas											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	1.305.335,45		173.234,5	25.894,46	194.226,49		6.688,97			1.705.379,87
	2014	2.629.696,67	0	418.404,97	0	256.125,58	0	0	0	0	3.304.227,22

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em razão da rotatividade de servidores recém-empossados, que solicitam exoneração para posse em outros cargos não acumuláveis, cujos proventos são mais atraentes em comparação a outros ministérios, o que prejudica a rotina de trabalho, bem como, o desenvolvimento de propostas de melhorias nos fluxos dos processos em razão do tempo dispensado com a capacitação dos novos servidores.

Atualmente cerca de 52% dos servidores encontram-se na faixa etária de até 40 anos, sendo esta considerada a faixa etária crítica onde servidores procuram ingressar em órgãos de outros Ministérios por meio de concursos público.

Outros 10% já atingiram os requisitos para aposentadoria somando um preocupante percentual de cerca de 60% da força de trabalho que poderá ser substituída a curto e médio prazo. Tal situação impacta negativamente na produtividade desta Instituição.

8.1.4 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

Não se aplica.

8.1.5 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal

Não se aplica.

8.1.6 Medidas para o ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórios

Não se aplica.

8.1.7 Demonstração das iniciativas de cobrança de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes

Não se aplica.

8.1.8 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Não se aplica.

8.1.9 Controle internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes

Não se aplica.

8.1.10 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Este item tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo do Centro e também sobre a política de contratação de estagiários.

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos

O **Quadro 8.1.10**, a seguir, diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da instituição, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2015.

Quadro 8.1.10 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade

Unidade Contratante						
Nome : Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
UG/Gestão: 153010 / 15244						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	08471527/0001-06	30/01/2015	30/01/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	03383287/0001-74	30/10/2015	30/10/2016	Ensino Fundamental	P
2011	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	08471527/0001-06	16/11/2015	16/11/2016	Ensino Médio	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	18/07/2015	18/07/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	14/07/2015	14/07/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	10687537/0001-25	07/04/2015	07/04/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	30/11/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	13411926/0001-11	30/11/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental	A
2012	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	08471527/0001-06	26/10/2015	26/10/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	17085652/0001-79	02/12/2015	02/12/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	14354550/0001-13	07/04/2015	07/04/2016	Ensino Fundamental	P
2012	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	08471527/0001-06	26/10/2015	26/10/2016	Ensino Médio	P
2012	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	03383287/0001-74	05/11/2015	05/11/2016	Ensino Fundamental	P
2011	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	08471527/0001-06	10/11/2015	10/11/2016	Ensino Médio	P
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	07545455/0001-31	17/01/2015	17/01/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva	05234289/0001-27	29/11/2014	29/11/2015	Ensino Médio	E

	com cessão de mão-de-obra					
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	29/11/2014	29/11/2015	Ensino Médio	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	29/11/2014	29/11/2015	Ensino Médio	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	29/11/2014	29/11/2015	Ensino Médio	A
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	11275539/0001-70	19/12/2014	17/06/2015	Ensino Fundamental	E
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	10243854/0001-52	18/06/2015	18/06/2016	Ensino Fundamental	A
2010	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	10333675/0001-06	03/05/2015	29/11/2015	Ensino Fundamental	E
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	30/11/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental	A
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	00330676/0001-43	25/03/2015	25/03/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	00330676/0001-43	02/04/2015	02/04/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	07225952/0001-52	21/02/2015	21/02/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	07225952/0001-52	08/12/2015	08/12/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	07225952/0001-52	21/02/2015	21/02/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	00330676/0001-43	25/03/2015	25/03/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	00330676/0001-43	25/03/2015	25/03/2016	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção de bens imóveis com cessão de mão-de-obra	29000841/0001-80	17/03/2015	17/03/2016	Ensino Fundamental	P
2010	Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte com cessão de mão-de-obra	11395635/0001-51	06/12/2014	31/01/2015	Ensino Médio	E

2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte com cessão de mão-de-obra	11395635/0001-51	23/03/2015	23/03/2016	Ensino Médio	A
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de recepção	13185303/0001-78	22/11/2014	22/11/2015	Ensino Médio	E
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de recepção	14793641/0001-55	23/11/2015	23/11/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de recepção	08219617/0001-04	10/02/2015	10/02/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de recepção	08219617/0001-04	10/02/2015	10/02/2016	Ensino Médio	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de recepção	10243854/0001-52	13/03/2015	13/03/2016	Ensino Médio	A

Fonte: DIRAP/ DEPAD/ COMPRASNET

Em 2015 ocorreu a contratação do serviço de recepção para os *campi* de Petrópolis, Maria da Graça e Nova Iguaçu para atendimento de necessidades de interesse público de acordo com as especificações de demanda de cada *campus*.

Contratação de Estagiários

Este item não se aplica ao CEFET/RJ, pois o Centro não apresenta estagiários remunerados.

8.1.11 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não se aplica ao CEFET/RJ no exercício de 2015, visto que o centro não efetivou esse tipo de contratação.

8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

O CEFET/RJ constituiu a sua frota de veículos com base na Lei n° 1.081, de 13 de abril de 1950, e na Instrução Normativa n° 3, de 15 de maio de 2008.

Tendo em vista que o Centro tem distribuição geográfica em 08 (oito) localidades no Estado do Rio de Janeiro, a frota de veículos é de fundamental importância para a concretização dos macroprocessos finalísticos e de suporte. Sua utilização passa por todas as necessidades logísticas da administração, além de fornecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente a frota é composta de 36 veículos, sendo 02 (dois) de transporte institucional e 34 (trinta e quatro) para logística e transporte comum. Os veículos de transporte institucional totalizaram no exercício uma utilização de 7.244 km e os de transporte comum totalizaram 203.226 km.

A frota de transporte institucional tem uma idade média de seis anos e a de transporte comum apresenta idade média de sete anos. Quanto ao custo anual de manutenção da frota, este é em média de R\$ 98.558,78.

Em 2015, foi implementado um processo de reavaliação do modelo de composição da frota e a política de gestão, comparando as possibilidades de compra versus locação e registro de preços para manutenção versus contrato de manutenção.

O Centro apresenta rotinas de escrituração das solicitações de uso da frota, além da escrituração do uso efetivo da frota. Esta escrituração é feita com base em planilhas, como determinado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, e seus anexos, que também dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências relativas à:

- Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais;
- Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial;
- Ficha Cadastro de Veículo Oficial;
- Plano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV;
- Especificações para identificação dos veículos de transporte institucional;
- Especificações para identificação dos veículos de serviços comuns;
- Especificações para identificação dos veículos oficiais em contrato de serviço de transporte;
- Termo de Vistoria;
- Termo de Cessão/Doação; e
- Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados.

Além dos veículos próprios, este Centro possui um contrato com a EMPRESA SOLAZER TRANSPORTES E TURISMO LTDA, no qual o serviço contratado consistiu na locação de dois veículos, sendo um ônibus executivo, e outro veículo tipo micro-ônibus, com aprovação do sistema de qualidade TTA e seguro contra acidentes, tendo como sua utilização os casos previstos no POA, tais como: visitas técnicas, previstas no planejamento pedagógico dos cursos e transporte de turmas para visitas externas, em atividade puramente acadêmica.

Neste contrato, está previsto que os custos serão aferidos somente por quilômetro efetivamente rodado, tendo a sua previsão de utilização apenas nos casos em que a frota própria não tenha sido adequada para a prestação do serviço.

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Encontra-se em andamento, o processo de desfazimento dos veículos oficiais relacionados abaixo, tendo em vista o desgaste sofrido pelos referidos veículos durante o período de mais de 10 (dez) anos de uso, e a recente aquisição por esta autarquia de 10 (dez) novos veículos oficiais, modelo GM SPIN 2014/2015, adquiridos em 05/12/2014, visando à renovação parcial da atual frota do CEFET/RJ e seus demais *Campi*.

TOMBO	MARCA/MODELO	PLACA	Ano Fab./ Modelo	ESTADO
36967	FIAT/DUCATO	LSB0831	2004	Antieconômico/Recuperável
27732	MB/SPRINTER	LCZ8644	1999/2000	Antieconômico/Recuperável
39671	FIAT/PALIO	LCL1254	2004/2005	Antieconômico/Recuperável
23102	MB CAMINHÃO	LHP2678	1983	Irrecuperável
36970	FIAT/PALIO	LAN9184	2004/2005	Antieconômico/Recuperável
19350	VW/KOMBI	LAI0888	1995	Antieconômico/Recuperável
24222	VW/KOMBI	LHF3692	1986	Irrecuperável

A instituição considera relevante o procedimento de desfazimento dos veículos em estado antieconômico e irrecuperáveis, objetivando com este processo otimizar os custos de manutenção da frota e ao mesmo tempo, adequar a frota de veículos oficiais para um melhor atendimento à crescente demanda de visitas técnicas deste Centro, haja vista a constante abertura de novos cursos pela instituição.

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Este item tem por finalidade informar sobre a gestão dos imóveis da União que estejam sob a responsabilidade do CEFET/RJ.

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O **Quadro 8.2.4**, a seguir, visa à caracterização da cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União que esteja na responsabilidade do CEFET/RJ. Foi elaborado um quadro para cada espaço cedido.

Quadro 8.2.4 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0093-00
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão- 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração do Posto Bancário
	Prazo da Cessão	15/10/2015 a 15/10/2016 - aberto novo processo 2458/2014-78

	Caracterização do espaço cedido	Sede Maracanã localiza-se no Bloco C, parte interna do Campus no espaço térreo com área de 116,72 m ² .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 207.662,30
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803- 9 Receitas Imobiliárias- Arrendamentos
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos foram utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	28.044.592/0001-62
	Nome ou Razão Social	CONTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de Serviços de Restaurante.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 3/2009- Concorrência 4/2009
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender a Comunidade CEFET/RJ e demais órgãos adjacentes
	Prazo da Cessão	24/02/2015 a 24/04/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C- térreo entrada pela R. Gal Canabarro, 455, com 230 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 126.992,50
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias- Arrendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.088.261/0001-64
	Nome ou Razão Social	Restaurante e Bar Mar e Estrela Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de Serviços de Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 02/2015- Concorrência 04/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender à Comunidade CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	01/06/2015 a 01/06/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C- térreo entrada pela R. Gal Canabarro, 455 com 100 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 225.576,00
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.411.480/0001-34
	Nome ou Razão Social	Canabarro Comércio e Serviços Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão de Papelaria e Livraria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 4/2011- Concorrência 04/2011
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender a comunidade docente e discente do Campus Maracanã
	Prazo da Cessão	31/12/2015 a 31/12/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C- térreo entrada pela R. Gal Canabarro,455 com 49 m ²

	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 22.711,68
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.411.480/0001-34
	Nome ou Razão Social	Canabarro Comércio e Serviços Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão do Serviço de Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 01/2012- Concorrência 01/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de Serviços de Reprografia à comunidade do CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	24/09/2015 a 24/09/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco E- térreo no pátio interno do Campus do prédio E- Engenharia, com 35 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 16.065,36
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual	

Caracterização do	RIP	6001.02717.500-7
-------------------	-----	------------------

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	30.487.789/0001-18
	Nome ou Razão Social	Barbearia Lenicio e Licínio Ltda.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de Barbearia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 01/2013- Concorrência 03/2012
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender a Comunidade do CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	01/03/2016 a 01/03/2017
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C térreo com 22,75 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 8.699,21
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arrendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander- (Brasil) S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Exploração de serviços de posto de atendimento bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Concessão 01/2014- Concorrência 01/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atender à Comunidade do CEFET/RJ
	Prazo da Cessão	28/07/2015 a 28/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco C – térreo, com 78,15 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC	R\$ 116.180,20

	Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual *Contrato ajustado conforme novo procedimento de licitação.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	31.660.087/0001-57
	Nome ou Razão Social	Associação dos Servidores do CEFET/RJ-ASSER
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição sem fins lucrativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização 01/2011-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do Espaço físico para funcionamento da associação no atendimento aos servidores associados
	Prazo da Cessão	01/09/2015 a 01/09/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco A- térreo, com 40,60 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 13.323,48
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual	

Caracterização do	RIP	6001.02717.500-7
-------------------	-----	------------------

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.365.293/0001-92
	Nome ou Razão Social	Associação de Docentes do CEFET/RJ- ADCEFET
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição sem fins lucrativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização 02/2011-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do Espaço físico para funcionamento da associação no atendimento aos docentes associados
	Prazo da Cessão	15/09/2015 a 15/09/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco A térreo com 24,52 m ² e Bloco L térreo, com 18,22 m ² perfazendo um total de 42,74 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 15.299,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	31.660.566/0001-73
	Nome ou Razão Social	Associação dos Ex-alunos do CEFET/RJ e ETN
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição sem fins lucrativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização 01/2014-
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Ocupação do espaço físico para funcionamento da associação no atendimento aos ex-alunos associados
	Prazo da Cessão	24/09/2015 a 24/09/2016
	Caracterização do espaço cedido	Bloco A térreo com 24,60 m ²
	Valores e Benefícios	R\$ 384,60

	Recebidos pela UPC Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9-- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.585.938/0001-71
	Nome ou Razão Social	CEFET Jr- Empresa Junior de Administração e Engenharia.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Consultoria em Administração e Engenharia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Autorização de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Desenvolvimento de Empreendedorismo
	Prazo da Cessão	Processo em andamento
	Caracterização do espaço cedido	Bloco I- térreo com saída para o estacionamento da Av. Maracanã Com 103,00 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	Não se aplica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6001.02717.500-7
	Endereço	Av. Maracanã, 229- B. Maracanã- Rio de Janeiro/RJ

Identificação do Cessionário	CNPJ/CPF	308.231.707-30
	Nome ou Razão Social	Marcírio Kepler Junior
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ocupação de imóvel
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Autorização de Uso – Termo 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Residencial
	Prazo da Cessão	01/07/2015 a 01/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Av. Maracanã, 229 Bloco L– térreo com 80,00 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 737,88
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.804 Receitas Imobiliárias- Arrendamentos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual.	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5869.00029.500-6
	Endereço	Est de Adrianópolis, 1317- Bairro Santa Rita- Nova Iguaçu
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.344.052/0001-52
	Nome ou Razão Social	Wallace Chaves de A. Pinto Restaurante, Lanchonete e Bazar ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ocupação de imóvel
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de concessão 03/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração da Cantina
	Prazo da Cessão	14/05/2015 a 14/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	Est de Adrianópolis, 1317 – térreo com 67,02 m ²

Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 44.400,00
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A arrecadação é efetivada via SIAFI no código de receita 28.803-9- Receitas Imobiliárias-Arendamentos.
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados para funcionamento e manutenção institucional
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	De acordo com a necessidade dos setores apresentada no Plano Operativo Anual.

Considerações Gerais:

Além dos lançamentos nos quadros acima houve arrecadação de Receita no código 28.803-9 em períodos esporádicos e de pequenos eventos somando-se um total de R\$ 5.494,28, sendo estes recursos aplicados de acordo com a programação do POA e as necessidades dos setores.

8.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União

Segue o **Quadro 8.2.5** que trata dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do CEFET/RJ.

Quadro 8.2.5 – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade do CEFET/RJ, exceto imóvel funcional.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
153010	6001.02717.500-7	21	3	108.188.770,80	01/02/2013	108188770,80	2.523.638,65	104.590,44	
153010	6001.02075.500-8	10	3	15.791.248,62	25/03/2013	15791248,62	0,00	0,00	
153010	5869.00029.500-6	21	3	15.151.417,50	25/02/2013	15151417,50	388.010,87	148.462,92	
Total								2.911.649,52	253.053,36

Fonte: SPIUNET/SIAFI

Tendo em vista que os materiais solicitados para reforma e manutenção do *Campus* Maria da Graça estavam previstos na Ata de Registro, o *campus* optou por solicitar os materiais necessários em 2016.

8.2.6 Informações sobre a gestão dos ativos imobiliários e sobre o Plano Nacional de Desimobilização

Não se aplica.

8.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

O CEFET/RJ não apresentou bens imóveis locados de terceiros no exercício referente ao exercício do presente relatório de gestão.

8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

No **Quadro 8.2.8**, que segue, estão demonstradas as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim, em todos os *campi* com seu respectivo início, conclusão e atual situação.

Quadro 8.2.8 – Obras e serviços de engenharia relacionados com a atividade-fim.

OBRA	VALOR	INÍCIO	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÃO
CAMPUS MARACANÃ				
Instalação Brise Solei na Fachada Bloco E	R\$ 749.500,00	2014	2015	
Prédio Bloco F <i>Campus</i> Maracanã	R\$ 6.073.082,91	2015		Em andamento
Recuperação de Fachada e outros serviços	R\$ 762.209,50	2014		Em andamento
Salas de Aula Bloco D	R\$ 259.924,16	2014	2015	
Forro e Divisórias Bloco C, I e DERAC	R\$ 88.000,00	2014	2015	
Recuperação de Fachada General Canabarro	R\$ 99.509,00	2014	2015	
Reforma Sanitário Bloco A e Construção Sanitário PNE	R\$ 74.900,00	2014	2015	
Reforma DIPPG - Bloco E - 5º andar	R\$ 131.151,00	2015	2016	
Subestação <i>Campus</i> Maracanã	R\$ 341.783,40	2015		Em andamento
Projeto Fábrica de Aprendizagem	R\$ 26.000,00	2015		Em andamento
Reforma Laboratório Eletrotécnica - Pavilhão 6	R\$ 31.236,50			Contrato em construção

CAMPUS NOVA IGUAÇU				
Prédio <i>Campus</i> Nova Iguaçu	R\$ 4.642.605,92	2015		Em andamento
Reforma Banheiros <i>Campus</i> Nova Iguaçu	R\$ 367.309,97	2015		Em andamento
Construção de Mezanino	R\$ 219.924,99	2014	2015	
Construção de Quadra Poliesportiva e Vestiário	R\$ 589.974,10	2014	2015	
Reforma Banheiros NUPEM <i>Campus</i> Nova Iguaçu	R\$ 20.700,90	2015		Em andamento

CAMPUS NOVA FRIBURGO				
Conclusão de 2º Pav - <i>Campus</i> Nova Friburgo	R\$ 399.792,00	2015		Em andamento

CAMPUS ANGRA DOS REIS				
Telhado Bloco B	R\$ 212.055,86			Em processo de Licitação

CAMPUS MARIA DA GRAÇAS				
Construção de Mezanino e Guarita	R\$ 184.849,82	2014	2015	

8.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

O patrimônio de propriedade da União de uso da entidade se encontra citado no **Quadro 8.2.5**. Os *campi* de Angra dos Reis e Itaguaí estão em processo de regularização junto aos órgãos competentes.

O *campus* de Angra dos Reis tem seu processo em trâmite na Câmara dos Vereadores para aprovação do projeto de lei, em vista do processo de doação. O processo de doação referente ao *campus* Itaguaí já se encontra pronto para os procedimentos de registro junto a SPU/MPOG.

Os *campi* de Nova Friburgo e Petrópolis estão amparados pelos termos de doação acordados junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao *campus* de Valença, o processo de doação está dependente de decisão da Justiça Federal, por conta de pendências existentes na Fundação Arcoverde, órgão doador.

8.2.10 Informações sobre a infraestrutura física

A infraestrutura física é composta por 8 *campi*, sendo: Maracanã (sede), Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença.

8.3 Gestão da tecnologia da informação

O presente item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de TI da instituição, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

8.3.1 Principais sistemas de informações

O CEFET/RJ, atualmente, possui os seguintes sistemas de informação:

1. SIE (Sistema de Informações para o Ensino)

Descrição: O SIE é um Sistema de Informação para gerenciamento acadêmico, desenvolvido e concebido pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, sendo a empresa AVMB a atual detentora dos direitos autorais. Ele é o sistema de gestão acadêmico adotado por esta instituição desde 2005. Este Sistema é indispensável para atender a regra de negócio da instituição, porque permite o controle e o registro das atividades acadêmicas.

Atualmente, o CEFET/RJ utiliza os módulos de ensino do SIE contemplando apenas a Graduação, o Ensino Médio e o Ensino Técnico. No ano de 2015 foi contratado o Serviço de implantação da nova versão dos subsistemas do SIE (Recursos Humanos, Patrimônio, Almoxarifado, Contratos, Financeiro, Orçamentário, Pós-Graduação, Protocolo, ASTEN Processos e ASTEN Indicadores) com fornecimento dos programas fontes, alinhamento do banco de dados no ambiente de produção, entrega do projeto máster, treinamento e migração dos sistemas atuais. Após a conclusão do serviço os dados mais importantes da instituição estarão em uma única base de dados evitando, assim, o retrabalho, além de melhorar a qualidade das informações geradas, dentre outros benefícios.

2. SOPHIA: Sistema de Gestão de Biblioteca

Descrição: O SOPHIA é um sistema de gestão de biblioteca usado pelo CEFET/RJ para administrar todo o acervo constante na biblioteca, bem como fazer a gestão do acesso ao conteúdo pela comunidade (Docente, Discente e funcionários) do CEFET/RJ. Ele é um produto desenvolvido pela PRIMA Software. Esse sistema de gestão, em meados dos anos 2000, foi adquirido junto a PRIMA e é utilizado pela instituição.

3. REV (Virtualizador RED HAT)

Descrição: O REV é um sistema que permite virtualizar e gerenciar máquinas nos servidores do CEFET/RJ. A virtualização de servidores é uma prática essencial para a sobrevivência de qualquer Data Center nos dias atuais. Devido a sua importância e a disponibilidade de recurso na época da aquisição CEFET/RJ adquiriu o suporte ao produto e o direito de atualização do sistema por 3 anos.

4. Sistemas de Banco de Dados

Descrição: Os sistemas de Banco de dados são plataformas de armazenamento, acesso e gerenciamento de dados. É a base de dados dos sistemas de informação propriamente dita. Atualmente contamos com dois Sistemas de Banco de Dados (SDB). O IBM DB2 que roda com o SIE e o SQL Server; também, roda com o SOPHIA e o Portal CEFET/RJ. Contudo, ainda existem alguns subsistemas legados que operam sobre a plataforma MYSQL, mas o MYSQL é um SDB gratuito disponibilizado pela Oracle Corporation.

5. Portal CEFET/RJ

Descrição: O portal CEFET/RJ foi totalmente reformulado para atender a Instrução Normativa nº 08, de 19 de dezembro de 2015, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Neste novo portal estão disponíveis os conteúdos referentes à área acadêmica em todos os níveis e alguns conteúdos da área administrativa. O Portal também disponibiliza acesso aos serviços de e-mail, ao Portal do Professor e ao Portal do Aluno que são subsistemas do Sistema de Informação Educacional.

6. Intranet CEFET/RJ

Descrição: A Intranet é um portal onde disponibilizamos alguns serviços internos, tal como o acesso a outros subsistemas do CEFET/RJ. A Intranet roda em uma plataforma Open Source e foi totalmente customizada pela equipe de TI do da instituição.

7. Firewall Arker (Sistema de Segurança).

Descrição: O sistema de segurança conta com um *appliance* para gerenciar o conteúdo e acesso ao Portal CEFET/RJ. Este *appliance*, adquirido em 2012 com a AKER, é dotado de um conjunto de Hardware e Software instalado e configurado de acordo com a realidade do CEFET/RJ e de acordo com os sistemas existentes e os níveis de segurança estabelecidos pela nossa política de segurança. Este sistema é essencial e imprescindível para a política de segurança adotada pelo CEFET/RJ.

8. Serviço de E-mail:

Descrição: Para atender o decreto presidencial nº 8.135/2013, o CEFET/RJ contratou o serviço de correio eletrônico (Expresso V3) do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O E-mail institucional é exclusivo para setores pertencentes à instituição e servidores da ativa. O tamanho padrão das caixas de correios dos usuários é de 500MB, sendo que em 2016 todas as caixas passarão a ter 1GB de espaço.

9. Contratos de Telecom (Dados).

Descrição: Atualmente, todos os *campi* da instituição possuem links de dados interligados pela Redecomep, que é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP. O modelo adotado baseia-se na implantação de uma infraestrutura de fibra óptica própria voltada para as instituições de pesquisa e educação superior, assim como na formação de consórcios entre as instituições participantes de forma a assegurar sua auto sustentação. Os contratos com a RNP não constam no **Quadro 8.3.1**, pois não geram custos ao CEFET/RJ.

10. Sistema de Chamados

Descrição: O sistema de chamados é um sistema de atendimento ao cliente que centraliza as solicitações, esclarecimentos, reclamações e registros de problemas relacionados aos produtos e serviços da instituição. Este sistema é baseado em uma plataforma Open Source que, por este motivo, não gerou custo ao CEFET/RJ.

11. Antivírus

Descrição: O antivírus é o principal recurso de proteção contra as ameaças virtuais. Este foi o motivo pelo qual o CEFET/RJ adquiriu, no início de 2015, 3 anos de licença do antivírus Kaspersky. Esta licença dá direito a todas as atualizações disponibilizadas para o produto além de suporte técnico do fabricante.

Necessidades de Novos Sistemas:

O constante crescimento do CEFET/RJ, tanto em número de servidores e professores, quanto em número *campus* e de alunos dos mais variados níveis de ensino, obriga a necessidade de investimento em novos sistemas e serviços de TI. A partir de uma necessidade iminente, já estamos buscando novas soluções no mercado, tanto de sistemas de informação quanto de serviços e ativos de TI. As próximas aquisições compreendem:

1. Um sistema gerenciador de Backup com Hardware e Software;
2. Sistema de Diagnóstico de Rede de Computadores: Aquisição de Hardware e Software para monitoramento e diagnóstico das redes do CEFET/RJ, que inclui: 1 – rede de dados; 2 – Rede de sem fio; e 3 – rede de telefonia.
3. Sistema de protocolo eletrônico para atender a Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014, que define procedimentos relativos à utilização do Número Único de Protocolo (NUP) no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O **Quadro 8.3.1**, a seguir, denominado **Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015**, fornece informações sobre a relação dos contratos que vigoram no exercício de 2015, incluindo a descrição do objeto, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

Quadro 8.3.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desbolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
1530105000010 2015	Sistema acadêmico (manutenção) Contratação mensal de serviço técnico especializado de suporte remoto, operacional e gerencial, manutenção e novas versões do software denominado Sistema de Informações Para o Ensino-SIE(Módulo Acadêmico).	11/03/2016	03.486.598/0001-69	AVMB	R\$175.200,00	R\$126.690,16
1530105000032 2015	Serviço de implantação da nova versão dos subsistemas do SIE (Recursos Humanos, Patrimônio, Almoxarifado, Contratos, Financeiro, Orçamentário, ASTEN Processos e ASTEN Indicadores) com fornecimento dos programas fontes, alinhamento do banco de dados no ambiente de produção, entrega do projeto máster, treinamento e migração dos sistemas atuais para o SIE.	11/11/2016	03.486.598/0001-70	AVMB	R\$629.000,00	R\$ 0,00 O valor só será pago após a realização do serviço.
Aguardando	Appliance / Firewall (HW & SW) para o CAMPUS-	1 ano após a data de	01.919.316/0001-	AKER	R\$55.534,72	R\$ 0,00 O valor só

contrato.	Maracanã - Atualização de firmware Aker; Aker AV module firewall box; AKER subscription firewall box; Remoto suporte VIP – para 2 ativos; Aker report center +1 ativo com 50M de registros.	assinatura do contrato.	44			será pago após a assinatura do contrato.
1530105000023 2015	Appliance / Firewall (HW & SW) - Renovação das licenças correspondentes ao software de Firewall Aker por 7 (sete) equipamentos já adquiridos, um em cada <i>campus</i> do CEFET/RJ, com treinamento para os técnicos dos <i>campi</i> .	19/08/2016	01.919.316/0001-44	AKER	R\$95.838,70	R\$95.838,72
1530105000122 2014	Sophia – SW Gestão de Biblioteca - Prestação de serviço de manutenção do sistema Sophia Biblioteca avançado, compreendendo atualizações, alterações e suporte.	19/05/2016	69.112.514/0001-35	PrimaSoft	R\$13.140,00	R\$11.343,80
1530105000047 2011	Telefonia Local - TELEFONIA FIXA COMUTADA / CONVENCIONAL 000021873 Contratação de Empresa especializada em Telecomunicações para prestação de Serviço de Telefonia Corporativa, Fixo Comutado - STFC, na modalidade local, para os <i>Campi</i> do Sistema Multicampi do CEFET/RJ.	13/04/2016	33.000.118/0001-79	Telemar	R\$302.435,34	R\$244.635,57
1530105000130 2013	Telefonia Longa distância (DDD) - Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviço telefônico fixo comutado, nas modalidades longa distância nacional e internacional.	27/12/2016	33.000.118/0001-79	Telemar	R\$139.603,40	R\$43.990,76
1530105000128 2013	Telefonia Móvel (Celular) - Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal para os <i>campi</i> do Sistema Multicampi do CEFET/RJ.	11/02/2016	40.432.544/0001-47	CLARO	R\$75.785,09	R\$60.802,83
1530105000171 2014	Correio Eletrônico (Expresso) - Contratação de Serviço mensal de hospedagem e produção de caixa de correio eletrônico.	26/12/2015	33.683.111/0008-75	SERPRO	R\$95.598,00	R\$23.668,08
Não foi gerado contrato.	Licença de 3 anos para solução de segurança para computadores, servidores e dispositivos moveis (antivírus).	12/01/2018	05.407.609/0001-01	ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	R\$128.650,00	R\$128.650,00

Não foi gerado contrato.	Licença de 3 anos para Sistema de Virtualização e gerenciamento de servidores REV (Virtualizador RED HAT).	12/12/2017	40.313.132/0001-98	MARKWAY BUSINESS E INFORMATICA LTDA	R\$115.205,00	R\$115.205,00
--------------------------	--	------------	--------------------	-------------------------------------	---------------	---------------

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O PDTI consolidou uma série de reflexões sobre a missão e a visão de futuro da unidade de TI, em uma tentativa de buscar o melhor alinhamento com a missão e visão institucionais. Em busca de respostas às oportunidades e ameaças, de modo a cumprir suas atribuições com efetividade, a unidade de TI promoveu a identificação, revisão e explicitação dos objetivos, bem como orientações estratégicas e operacionais, juntamente a recomendações técnicas para definir planos de ação que atendam às necessidades do negócio.

Além das questões operacionais, foram identificados e explicitados aspectos estruturais e gerenciais da TI corporativa, com foco na criação de uma estrutura de governança que viabilize a execução das ações e revisões periódicas do PDTI.

Como consequência de um esforço institucional no sentido de estreitar a proximidade das decisões estratégicas com as decisões de TI, houve uma mudança organizacional que associou diretamente a unidade de TI à diretoria geral da instituição.

8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

Em 2015, o Departamento de Tecnologia da Informação – DTINF, promoveu algumas ações para modernizar os sistemas existentes, assim como a modernização da área de infraestrutura que, conseqüentemente, melhora o desempenho e confiabilidade dos sistemas. As ações desenvolvidas na área de infraestrutura englobaram:

- Mudança da central de processamento de dados (CPD), para um local novo, onde se pode alocar mais equipamentos de TI.
- Criação de um sistema redundante de energia baseada em Nobreaks.
- Substituição do sistema de refrigeração do CPD.
- Restruturação da rede logica e física do CPD.
- Virtualização de servidores.
- Criação de novas regras de segurança.
- Criação de servidores dedicados a banco de dados, separando as aplicações do mesmo local.

As ações realizadas na área de sistemas tiveram foco na melhoria do sistema de comunicação institucional, integração de dados e automação de processos, como pode ser visto a seguir:

- Criação de sistema de chamados.
- Substituição do sistema de e-mail.
- Criação da intranet.
- Ampliação do sistema de voz sobre IP (VOIP).

- Criação do novo portal do CEFET/RJ.
- Criação de script para pagamento de bolsistas.
- Sistema para automatizar a matrícula de alunos oriundos do ENADE. Antes do sistema ser implementado, a atividade de matrícula levava 3 meses para ser concluída e atualmente leva apenas um dia.
- Substituição do método de avaliação de desempenho, que era totalmente manual, tornando a análise de dados complicado e demorado. Hoje o processo foi informatizado, trazendo uma série de benefícios.
- Integração dos dados provenientes da plataforma de EAD existente, para o sistema acadêmico institucional SIE.

8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

O **Quadro 8.4**, a seguir, denominado Gestão Ambiental, apresenta o panorama geral sobre a adesão da unidade prestadora de contas a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, especialmente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro 8.4 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade prestadora de contas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
1.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
1.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Desde agosto de 2015, o CEFET/RJ vem realizando a separação de resíduos recicláveis e destinando-os a uma cooperativa de catadores habilitada, em cumprimento ao Decreto nº 5940/2006.

Atualmente, o CEFET/RJ já tem constituída sua Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária (CCCSS), bem como já se verifica a presença de Comissões Adjuntas de Coleta Seletiva Solidária nos demais *campi*. Várias ações – presenciais e on-line - vêm orientando alunos, professores, técnico-administrativos e terceirizados (principalmente os relacionados à limpeza) a fim de sensibilizá-los e envolvê-los com o Programa de Coleta Seletiva Solidária no *campus*. No momento, nos encontramos na etapa de “monitoramento e avaliação do programa de Coleta Seletiva Solidária” acompanhando as mudanças e realizando a anotação dos resultados e as pendências, a partir da criação de um questionário, cujo piloto já foi aplicado na instituição.

8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Considerando que um dos eixos temáticos do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é a gestão adequada dos resíduos gerados, o elegemos para executá-lo a partir do atendimento ao Decreto 5940 e da implementação do projeto de Coleta Seletiva Solidária. Dessa forma, aos poucos, fomos incorporando ações relacionadas aos demais eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis às atividades da instituição de ensino. Ainda no ano de 2014 (5 a 7 de novembro), servidores participaram de curso de capacitação sobre Sustentabilidade na Administração Pública no Auditório do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Com a experiência da A3P, que é um dos programas referenciais para a constituição do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o plano de gestão já está em andamento para sua implementação com a contratação de bens e serviços, e aquisição de utensílios próprios para o procedimento da coleta seletiva. O Centro vem cumprindo o estabelecido em legislação, incluindo ainda o comprometimento de suas cessionárias.

8.5 Gestão de fundos e programas

Não se aplica ao CEFET/RJ.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Visa oferecer uma visão gerencial de como o CEFET/RJ trata as determinações e recomendações do Tribunal de Contas da união, apresentando os principais números e resultados relacionados.

Após levantamento realizado pela instituição, o TCU não proferiu Acórdão direcionado ao Centro, não havendo recomendações e/ou determinações.

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Este item tem por finalidade oferecer uma visão gerencial do tratamento das recomendações pela UPC.

De acordo com informação extraída do Sistema Monitor da Corregedoria-Geral da União, sob a forma do Relatório de Acompanhamento de Recomendações em 01/03/2016, atualmente o CEFET/RJ apresenta 25 recomendações na situação “monitorando”.

Segue abaixo o detalhamento das recomendações.

1.1. CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
00190022198201072	1257752	Rio de Janeiro/RJ
Programa: DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCACAO PROFISSIONAL, TECNOLOGICA		

Constatação 1:

Campus do CEFET/RJ em Nova Iguaçu apresenta estrutura física em condições inadequadas.

Recomendação 47368:

Que o CEFET/RJ adote as medidas necessárias no sentido de eliminar as infiltrações existentes no *campus* de Nova Iguaçu e a deficiência de sua rede elétrica, bem como adequar o seu auditório para que o mesmo passe a funcionar.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Posicionamento da CGU em 11/02/2015: Prorrogação de prazo de atendimento

Considerando que as obras do banheiro dos alunos ainda não foram finalizadas, aguardaremos sua finalização na próxima revisão. Observamos que, em relação a ambas as obras, deverá ser

apresentada comprovação do término das obras, tais como fotos do local, termo de vistoria final e termo de aceite da obra, entre outros documentos. A recomendação foi prorrogada.

Manifestação do Gestor em 02/12/2014: Solicitação de prorrogação de prazo

Item 3 – “auditório interditado para obras”

Situação do Auditório - obra finalizada, com efetiva instalação dos equipamentos de Áudio e Vídeo no ambiente do Auditório, e que se encontra em pleno funcionamento.

Item 7 – “banheiro interditado para conserto”

Situação dos banheiros dos alunos, ainda continua pendente, devido ao abandono da obra, no andamento da mesma, pela empresa ganhadora da TP 12/2012 (reforma dos banheiros de alunos) e a não efetivação de assinatura de contrato com a que estava em segundo e terceiro lugar, por problemas de regularidade no SICAF.

A empresa inicial solicitou rescisão do contrato. Foi aberto outro processo de nº23063.002192/2014-63, e reiniciado procedimento de licitação para execução das obras de reforma dos banheiros. Contudo, os recursos necessários foram solicitados à SPO/MEC, pois a despesa para a reforma dos banheiros não estava prevista no orçamento de 2014.

Os recursos advindos de superávit financeiro do Centro não foram disponibilizados pela SOF e, não sendo liberados limites de empenho pela SPO/MEC. Em consequência, as obras permanecem ainda paralisadas, aguardando a abertura do orçamento do próximo exercício, em caráter de prioridade.

A Nota de Empenho nº2012NE801058, foi cancelada, tendo em vista o prazo expirado em junho de 2014.

Posicionamento da CGU em 28/02/2014: Prorrogação de prazo de atendimento

Considerando que os serviços relativos à adequação do auditório e reforma de banheiro estão em andamento, prorrogamos o atendimento desta recomendação.

Manifestação do Gestor em 28/02/2014: Outros

Item 2 - "teto com infiltrações"

A situação das torres, com infiltrações, foi contornada, com a realização de licitação para reforma das coberturas da unidade, processo 23063001476/2012-71, tomada de preços 07/2012, contrato 41/2013, já finalizada.

Item 3 - "auditório interditado para obras"

A situação do Auditório, já esta em fase de finalização, com a execução de três contratos, todos finalizados, o de nº 125/2012

– obra de reforma do auditório, processo n.º 23063002420/2012-33; e o de n.º. 130/2012 - aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, processo n.º 23063002944/2012-24, e troca das portas de acesso ao auditório, processo n.º 23063001556/2013-15, tomada de preços n.º 05/2013. Faltando apenas, para colocação do auditório em pleno funcionamento, a conclusão do processo licitatório para instalação dos equipamentos de Áudio e Vídeo, o qual se encontra em fase de elaboração de edital.

Item 6 - "rede elétrica não suporta muitos aparelhos de ar ligados"

A situação da Rede Elétrica já foi resolvida, com a reforma das instalações de média tensão, através

do processo n.º 23063002189/2010-15, tomada de preços 15/2011, contrato 114/2011; realização da reforma das instalações de baixa tensão, processo 23063000401/2012-72, tomada de preços n.º 01/2012, contrato 120/2012.

Item 7 - "banheiro interdito para conserto"

A situação dos banheiros dos alunos, ainda continua pendente, devido ao abandono da obra, no andamento da mesma, pela empresa ganhadora da TP 12/2012 (reforma dos banheiros de alunos) e a não efetivação de assinatura de contrato com a que estava em segundo lugar, por problemas de regularidade no SICAF. Será reiniciado procedimento de licitação em um novo processo de reforma dos banheiros.

Posicionamento da CGU em 25/02/2014: Reiteração

O gestor não apresentou manifestação apesar de solicitado por meio do Ofício n.º 24.243/2013/NAC3/CGU- Regional/RJ/CGU-PR

Manifestação do Gestor em 25/02/2014: Outros

Não houve.

Posicionamento da CGU em 15/08/2013: Prorrogação de prazo de atendimento

Considerando que os serviços relativos à eliminação das infiltrações, adequação do auditório, reestruturação da rede elétrica e reforma de banheiro estão em andamento, prorrogamos o atendimento desta recomendação

Manifestação do Gestor em 15/08/2013: Outros

Item 1: "banheiro sem vaso sanitário"

a. Situação em 13/10/2011: Demanda já atendida.

Item 2: "teto com infiltrações"

a. Situação em 13/10/2011: com infiltrações.

b. Situação em 13/05/2013: Os serviços visando à eliminação das infiltrações existentes na *Campus NI* já foram licitados e estão sendo executados, conforme objeto do Contrato n.º 41/2013 entre o CEFET/RJ e a Empresa BRIPTER Const. Ltda.

Item 3: "auditório interdito para obras"

a. Situação em 13/10/2011: demanda já atendida.

b. Situação em 13/05/2013: Apesar de já ser considerada atendida, ente Centro providenciou outro serviço de adequação do auditório do *Campus NI*, que está sendo realizado, objeto do Contrato n.º 125/2012, entre o CEFET/RJ e a Empresa Construtora RJS Ltda.

Item 4: "campo interdito porque alambrado ameaça cair"

a. Situação em 13/10/2011: demanda já atendida.

Item 5: "pombos já deixaram aluno doente"

a. Situação em 13/10/2011: demanda já atendida.

Item 6: "rede elétrica não suporta muitos aparelhos de ar ligados"

- a. Situação em 13/10/2011: Aguardando liberação financeira da SETEC/MEC para empenho do processo.
- b. Situação em 13/05/2013: Os serviços de reestruturação da rede elétrica da UNEDNI foram realizados por empresas contratadas pelo CEFET/RJ, objeto dos contratos n.º 114/2011 e 120/2012.

Item 7: "banheiro interditado para conserto"

- a. Situação em 13/10/2011: Aguardando projeto básico.
- b. Situação em 13/05/2013: o projeto básico já foi feito e licitado através da TP 12/2012. Foi emitida a nota de empenho 2012NE801058, o contrato já foi assinado e a empresa já iniciou a reforma.

Posicionamento da CGU em 14/02/2013: Reiteração

Não foi apresentada manifestação.

Manifestação do Gestor em 14/02/2013: Outros

Não houve.

Posicionamento da CGU em 17/10/2012: Prorrogação de prazo de atendimento

Prorrogamos o prazo de atendimento da recomendação considerando que em algumas situações o gestor indicou a sua implementação durante o exercício de 2012.

Manifestação do Gestor em 17/10/2012: Outros

Providências a serem implementadas:

1. Situação: "banheiro sem vaso sanitário"
 - 1.1. Prazo para atendimento: DEMANDA JÁ ATENDIDA
 - 1.2. Situação em 13/10/2011: EM FUNCIONAMENTO
2. Situação: "teto com infiltrações"
 - 2.1. Prazo para atendimento: 2012
 - 2.2 Situação em 13/10/2011: com infiltrações

Obs.: O projeto básico da reforma dos telhados e das torres da Unidade está sendo concluído pela Divisão de Engenharia do CEFET/RJ e será realizado (licitado) a partir de convênio com a SETEC/MEC.

3. Situação: "auditório interditado para obras"
 - 3.1. Prazo para atendimento: DEMANDA JÁ ATENDIDA
 - 3.2. Situação em 13/10/2011: EM FUNCIONAMENTO

Obs: O mobiliário que estava sendo guardado no auditório já foi retirado, assim como suas poltronas instaladas. Um projeto de engenharia está sendo contratado no ano de 2011 para montar projeto básico de iluminação, sonorização e vídeo, o que irá melhorar sua condição de utilização.

4. Situação: "campo interditado porque alambrado ameaça cair "

- 4.1. Prazo para atendimento: DEMANDA JÁ ATENDIDA
- 4.2. Situação em 13/10/2011: CAMPO EM FUNCIONAMENTO

5. Situação: "pombos já deixaram aluno doente "

- 5.1. Prazo para atendimento: DEMANDA JÁ ATENDIDA
- 5.2. Situação em 13/10/2011: SEM PRESENÇA DE POMBOS NAS SLAS DE AULA DO BLOCO A

6. Situação: "rede elétrica não suporta muitos aparelhos de ar ligados "

- 6.1. Prazo para atendimento: 2011 (em fase de licitação)/2012
- 6.2. Situação em 13/10/2011: AGUARDANDO LIBERAÇÃO FINANCEIRA DA STEC/MEC PARA EMPENHO do processo.

Obs: Foi enviado o Ofício 1012/GABIN/DIRAP/DIREG, de 03 de outubro de 2011, solicitando RECURSOS SUPLEMENTARES para a realização da reforma/ampliação da rede elétrica da Unidade de Nova Iguaçu.

7. Situação: "banheiro interdito para conserto"

- 7.1. Prazo para atendimento: 2012
- 7.2. Situação em 13/10/2011: AGUARDANDO PROJETO BÁSICO

Obs: Este projeto está ligado ao problema de infiltrações e será realizado em conjunto com a reforma dos telhados.

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
201203358	201203358	Rio de Janeiro/RJ
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		

Constatação 6:

Descumprimento dos prazos previstos para cadastramento dos atos de pessoal no SISAC.

Recomendação 55011:

Adequas as rotinas existentes a fim de cumprir os prazos estabelecidos na IN-TCU nº 55/2007.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Posicionamento da CGU em 11/02/2015: Reiteração

Na nova avaliação realizada em 27/01/2015, analisando o Ofício nº047/2015/DIREG/DIRAP, consideramos que a recomendação não foi atendida, pois não foi apresentado documento que formalize uma rotina, processo ou fluxograma adequada ao correto tratamento dos prazos estabelecidos na IN-TCU nº 55/2007. Considerou-se ainda na avaliação, as análises realizadas no âmbito da OS 201411664, na qual foram verificados os relatórios de auditoria emitidos pela UAUDI

em 2014. No relatório de auditoria nº02/2014, ação 06.03.01 - Aposentadorias, observou-se que não foram incluídas constatações em relação ao prazo de registro dos atos no SISAC. Entretanto, observou-se nos papéis de trabalho desse relatório que consta o Memorando nº100/2014, da Divisão de Cadastro, de 13/06/2014, que informa que: "(...) O DRH não possui manual/fluxograma com rotina de procedimentos para o cadastramento de dos processos no SISAC." Aguarda-se, portanto, o envio de documento formal para o pleno atendimento da recomendação.

Manifestação do Gestor em 27/01/2015: Outros

Os registros junto ao SISAC foram regularizados, não havendo pendências de lançamento dos Atos (Aposentadoria, Admissão, Exoneração, etc.) referentes às matrículas SIAPE citadas. Informo ainda que os cadastramentos, fora do prazo, ocorreram em virtude de carência de pessoal e que a referida carência está em vias de saneamento, tendo em vista o treinamento de mais servidores para exercerem as funções relativas aos lançamentos dos Atos (Aposentadoria, Admissão, Exoneração, etc.) no SISAC, adequando a implementação das rotinas já especificadas.

Em nova manifestação feita por meio do Ofício nº047/2015/DIREG/DIRAP, em 27/01/2015, a unidade informou que: "Em relação à constatação 6 do Relatório 201203358 informo que a carência de pessoal já foi sanada. A rotina anterior adotada pelo DRH dava margem ao não cumprimento de prazos, pois os ajustes necessários na Divisão de Pagamento atrasavam o lançamento no SISAC. A rotina foi alterada, somente havendo a tramitação da Divisão de Cadastro para a Divisão de Pagamento, após o devido registro no SISAC."

Constatação 8:

Manutenção indevida de empenhos de exercícios financeiros anteriores a 2011 em Restos a Pagar Processados e Não-Processados para o exercício de 2012.

Recomendação 77861:

Instituir em suas rotinas de controle, procedimentos voltados para a avaliação, ao final do exercício, dos empenhos emitidos durante o ano que devem ser inscritos em restos a pagar não processados e aqueles que devem ser anulados.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Posicionamento da CGU em 11/02/2015: Reiteração

Na análise sobre a nova manifestação recebida por meio do Ofício nº047/2015/DIREG/DIRAP, observou-se que não foi disponibilizado documento formal com rotina, procedimentos ou fluxogramas adequados para garantir que os somente sejam incluídos em restos a pagar os empenhos que tenham a devida justificativa.

Manifestação do Gestor em 27/01/2015: Outros

Foi instituída rotina específica para a inscrição de empenhos em restos a pagar não processados, que consiste na análise dos empenhos pelo departamento competente (DEPAF), antes do encaminhamento ao Diretor-Geral para autorização da inscrição.

Nova manifestação da unidade foi feita por meio do Ofício nº047/2015/DIREG/DIRAP, de 27/01/2015, por meio do qual o Diretor-Geral informa que: "2 - Em relação à constatação 8 do Relatório 201203358, informo que a primeira análise é realizada após o fechamento do prazo de empenho pela SPO (normalmente no final de novembro) e acontece até meados de dezembro, quando há a inscrição em restos a pagar. Esta análise é realizada em conjunto pelo responsável pelo Departamento Financeiro (DEPAF) e pela Gerência Contábil e Financeira (GECOF).

3 - Inscrição em RAP e comum para serviços continuados (que são pagos após a prestação do serviço), para compras de equipamentos (ainda não entregues por fornecedores) e obras/serviços de engenharia (que normalmente extrapolam o ano fiscal). Ressaltamos que em 2014 o CEFET RJ executou a totalidade do orçamento destinado a investimento e a totalidade do custeio (exceto a rubrica específica), contudo, cerca de 20% do orçamento de investimento foi empenhado em novembro e assim, não houve tempo hábil para entrega de bens, a conclusão de serviços e consequentemente a liquidação.

- Na primeira quinzena de maio e na primeira quinzena de setembro, os supracitados agentes analisam os empenhos e decidem sobre a sua continuidade ou cancelamento."

Posicionamento da CGU em 14/02/2013: Reiteração

Não foi apresentada manifestação.

Manifestação do Gestor em 14/02/2013: Outros

Não houve.

Posicionamento da CGU em 17/10/2012: Reiteração

Não foi apresentada manifestação pelo gestor.

Manifestação do Gestor em 17/10/2012: Outros

Não há.

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
201411635	201411635	Rio de Janeiro/RJ
Programa: Educação Profissional e Tecnológica		

Constatação 1.1.1.10.:

Inexistência de controle institucionalizado para consolidação e integração das informações das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Recomendação 138213:

O CEPE deverá elaborar uma forma de controle institucional para consolidação e integração das informações, e acompanhamento das ações e atividades dos docentes relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 1.1.1.3.:

Falha nos controles internos na gestão da atividade de ensino.

Recomendação 138215:

Os chefes imediatos deverão realizar análise detalhada das informações registradas nos Planos de Trabalho, incluindo a verificação junto às Diretorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão sobre a previsão de realização de atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 138216:

Os chefes imediatos não deverão aprovar Planos de Trabalho com carga horária inferior ou superior a da jornada de trabalho, nem fora dos limites estabelecidos na legislação e no RAD (mínimo de 8 horas e máximo de 20 ou 16 horas em sala de aula para jornada de 40 horas/DE ou 20 horas, respectivamente).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 138217:

Os responsáveis deverão realizar tempestivamente os cadastramentos e atualizações das informações referentes à grade horária dos professores no sistema SIE.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 138218:

Os chefes imediatos deverão realizar acompanhamento tempestivo das atividades executadas pelos professores, incluindo a verificação de sua realização junto às Diretorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 138219:

Os chefes imediatos deverão realizar conferência detalhada das informações registradas nos relatórios de atividades dos professores, mediante a anexação de comprovação da sua realização.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo

Recomendação 138220:

Padronizar o preenchimento dos relatórios anuais de atividades, vinculando seu formato ao do Plano de Trabalho.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 138221:

O CEPE deverá providenciar a elaboração de sistema informatizado que contemple todas as informações das atividades de ensino efetivamente realizadas pelos professores.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 1.1.1.5.:

Falhas nos controles internos na gestão da atividade de pesquisa.

Recomendação 138214:

A DIPPG deverá estabelecer mecanismo que garanta a apresentação pelos professores das informações de todos os seus projetos de pesquisa à COPET, para seu cadastramento no banco de dados, a fim de atender o art. 5º do Regulamento de Pesquisa.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 138222:

O DEPEQ deverá acompanhar o andamento dos projetos de pesquisa por meio das informações disponibilizadas pela COPET, conforme determina o art. 13, § 2º, do Regulamento de Pesquisa.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 1.1.1.7.:

Falha no preenchimento de uma vaga na contratação de professor substituto.

Recomendação 138211:

Adotar as providências necessárias para a regularização da ocupação da vaga do professor matrícula SIAPE 390601.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
201411664	201411664	Rio de Janeiro/RJ

Programa: Educação Profissional e Tecnológica

Constatação 1.1.1.3.:

Descrição incompleta dos procedimentos nos Programas de Auditoria.

Recomendação 140226:

Elaborar a descrição dos campos Objetivo, Escopo do Trabalho, Procedimento e Atividades do Programas de Auditoria executados ao longo do exercício de forma que esses sejam compatíveis entre si e que tenham o detalhamento suficiente e adequado às comprovações que seja deseja obter, explicitando claramente o alcance e extensão dos exames.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
201503692	201503692	Rio de Janeiro/RJ
Programa: Educação Profissional e Tecnológica		

Constatação 2.2.2.1.:

Morosidade na apuração dos casos de possíveis acumulações indevidas.

Recomendação 155015:

Concluir a apuração dos indícios de acumulação indevida cujos processos já se encontram abertos e implementar as providências relacionadas nos relatórios finais de apuração que serão gerados.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 3.1.1.2.:

Ausência de cadastramento dos processos administrativos instaurados em 2014 no sistema CGU-PAD e de normativos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição.

Recomendação 155013:

Elaborar normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição (sistema CGU-PAD).

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 155014:

Efetuar o cadastramento dos processos disciplinares, conforme disciplinado no artigo 4º da Portaria n.º 1.043/2007.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 4.1.1.1.:

Fragilidades nos controles internos da gestão patrimonial dos bens imóveis.

Recomendação 155017:

Elaborar e divulgar normativos internos que disciplinem e formalizem os processos de trabalho referentes à estrutura administrativa, atribuições e responsabilidades; fluxo de informações, procedimentos administrativos/rotinas de avaliação, conservação/manutenção predial, vistoria, e gestão dos bens imóveis próprios sob a responsabilidade da Unidade.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 155018:

Providenciar a realização de inventário físico anual de bens imóveis sob a responsabilidade do CEFET/RJ, apresentando, inclusive, o estado de conservação de cada imóvel dos *Campus* da Unidade.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 4.1.1.3.:

Fragilidades no atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais.

Recomendação 155019:

Garantir as condições necessárias ao Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE CEFET/RJ a fim de finalizar a elaboração do normativo interno sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 155020:

Incluir no portal eletrônico do CEFET/RJ o link de acessibilidade por pessoas portadoras de deficiência visual.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 155021:

Incluir na matriz orçamentária de 2016 do CEFET/RJ a previsão de despesas com reformas/reparos necessários à melhoria das condições de acessibilidade nos *Campi* do CEFET/RJ, a fim de atender ao Decreto n.º 5.296/2004.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Constatação 4.1.1.4.:

Ausência de plano de combate a incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros e existência de extintores de incêndio com validade vencida.

Recomendação 155016:

Providenciar a elaboração e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros local de projeto de combate a incêndios.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico**Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração**

Em razão da ausência de manifestação do gestor, reiteramos a recomendação por decurso de prazo.

Recomendação 155022:

Elaborar rotina para verificação do prazo de validade dos extintores de incêndio.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 21/08/2016

Histórico

Posicionamento da CGU em 23/02/2016: Reiteração

Considerando a ausência de manifestação do gestor no prazo estabelecido, reiteramos as recomendações por decurso de prazo.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Abertura de Processo da UPC de no. 23063.002884/2014-94, que trata do furto de equipamentos ocorrido no dia 15/07/2014, no *campus* de Angra dos Reis, conforme Registro de Ocorrência na Delegacia de Polícia CIVIL/Angra dos Reis, sob o no. 166/03256/2014, na Polícia Federal de Angra dos Reis sob o no. 17.07.2014. O processo encontra-se em andamento junto à Procuradoria - Seccional da União em Volta Redonda/RJ. No. de Inquérito Policial de no. 0133/2014-DPF/ARS-00001038-57.2014.4.02.5111.

O processo continua em andamento não havendo neste exercício, informações que sugerem o seu prosseguimento quanto à apuração de responsabilidades junto à Empresa JVI – Serviços de Vigilância.

Quadro 9.3 – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
01	01	01					

9.4 Medidas administrativas e judiciais para a cobrança da dívida previdenciária e não previdenciária

Não se aplica ao CEFET/RJ.

9.5 Informações sobre o cronograma de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional

Não se aplica ao Centro.

9.6 Informações sobre a atuação em Benefícios de Prestação Continuada

Não se aplica ao Centro.

9.7 Informações sobre a gestão de Certificados de entidades Beneficente de Assistência Social

Não se aplica ao Centro.

9.8 Informações sobre o credenciamento das oficinas regionais de extintores de incêndio perante o Inmetro

Não se aplica ao Centro.

9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Sempre que possível, a Ordem Cronológica das datas foi seguida conforme preconiza o caput do Art 5º da Lei 8.666/93. Contudo, o ano de 2015 foi marcado por repasses financeiros insuficientes que não cobriam a totalidade do pagamento das obrigações deste Centro.

Assim, também com fulcro no citado art 5º, "in fine", por relevante interesse público, houve em alguns momentos alteração da ordem cronológica prevista.

A exemplo, tivemos que arcar com pagamentos de concessionárias e serviços terceirizados sob pena de interrupção das atividades deste Centro, o que poderia trazer imenso prejuízo ao corpo docente e discente e a esfera administrativa.

9.10 Informações sobre as ações de patrocínio

Não se aplica ao Centro.

9.11 Gestão de precatórios

As demandas judiciais encontram-se a cargo da Procuradoria Federal no CEFET/RJ, seguindo os padrões estipulados pela Advocacia Geral da União.

9.12 Informações sobre a aplicação dos recursos do FCDF destinados às áreas de saúde e educação

Não se aplica ao Centro.

9.13 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não se aplica ao Centro.

9.14 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Não se aplica ao Centro.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

10.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UPC

10.1.1 Funcionamento dos Cursos Médio, Técnico e Graduação - DIREN

10.1.1.1 Cursos de graduação - DIREN

Nas tabelas abaixo são apresentados o número de alunos matriculados em todos os cursos de graduação de todos os *campi* do Sistema CEFET/RJ.

Tabela 2 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Sede (Maracanã)

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	493	521
Engenharia Eletrônica	162	173
Engenharia Elétrica	201	208
Engenharia de Telecomunicações	149	155
Engenharia de Produção	427	452
Engenharia de Produção - A Distância (EAD)	139	285
Engenharia Civil	426	449
Engenharia de Controle e Automação	161	167
Administração Industrial	367	382
Ciência da Computação	98	119
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	56	54
Total	2679	2965

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Tabela 3 Alunos matriculados na graduação Tecnologia *Campus* Sede (Maracanã)

Tecnologia	2015	2015
	1º sem	2º sem
Gestão Ambiental	167	181
Sistemas para Internet	157	164
Gestão de Turismo - A Distância (EAD)	721	883
Total	1045	1228

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Tabela 4 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Nova Iguaçu

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Engenharia de Controle e Automação	312	309
Engenharia de Produção	298	311
Engenharia Mecânica	87	101
Total	697	721

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Tabela 5 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Nova Friburgo

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Sistemas da Informação	78	102
Engenharia Elétrica	-----	40
Total	78	142

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 6 Alunos matriculados na graduação Tecnologia Campus Nova Friburgo

Tecnologia	2015	2015
	1º sem	2º sem
Gestão em Turismo	107	128
Total	107	128

Fonte: Gerência Acadêmica do Campus (Posição de 03/02/2016)

Tabela 7 Alunos matriculados na graduação Licenciatura Campus Nova Friburgo

Licenciatura	2015	2015
	1º sem	2º sem
Física	93	86
Total	93	86

Fonte: Gerência Acadêmica do Campus (Posição de 03/02/2016)

Tabela 8 Alunos matriculados na graduação Bacharelado Campus Petrópolis

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Engenharia de Computação	66	80
Turismo	15	45
Total	81	125

Fonte: GERAC/SERAC (Posição de 21/01/2016)

Tabela 9 Alunos matriculado na graduação Tecnologia Campus Petrópolis

Tecnologia	2015	2015
	1º sem	2º sem
Gestão em Turismo	96	77
Total	96	77

Fonte: GERAC/SERAC (Posição de 21/01/2016)

Tabela 10 Alunos matriculados na graduação Licenciatura *Campus* Petrópolis

Licenciatura	2015	2015
	1º sem	2º sem
Física	94	110
Total	94	110

Fonte: GERAC/SERAC (Posição de 21/01/2016)

Tabela 11 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Itaguaí

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	477	421
Engenharia de Produção	40	80
Total	517	501

Fonte: GERAC/SIE (Posição de 11/02/2016)

Tabela 12 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Angra dos Reis

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	107	117
Engenharia Metalúrgica	25	32
Total	132	149

Fonte: Direção do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 13 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Valença

Bacharelado	2015	2015
	1º sem	2º sem
Administração	34	62
Engenharia de Alimentos	61	79
Total	95	141

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 12/02/2016)

Tabela 14 Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os *campi*

Alunos de graduação por tipo de curso	2015	2015
	1º sem	2º sem
Bacharelado	4279	4744
Tecnologia	1248	1433
Licenciatura	187	196
Total	5714	6373

Número de alunos matriculados no curso do ensino médio

O CEFET/RJ não oferece mais vagas apenas para o ensino médio, apesar de em 2015 ainda possuir alguns alunos matriculados na Sede (Maracanã) e *Campus* de Nova Iguaçu, conforme **Tabela 15**. Atualmente a instituição oferece o técnico integrado ao médio.

Tabela 15 Alunos matriculados no ensino médio por *campus*

Campus	2013	2014	2015
Sede – Maracanã	801	370	52
Unidade Nova Iguaçu	299	154	13
Total	1100	524	65

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016) e Gerência Acadêmica do *Campus* NI (Posição de 03/02/2016)

Número de alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão nº 408/2002-TCU. Deve ser observado que o CEFET/RJ possui alunos matriculados nas seguintes modalidades de cursos técnicos: subsequente (presencial e à distância/e-Tec), concomitante e integrado. Apesar de ainda possuir alunos no ensino técnico concomitante, a instituição não oferece mais vagas nessa modalidade. Nas tabelas seguintes são apresentados os quantitativos de matrículas por *campus* em todas as modalidades, especializações e sua evolução temporal.

Tabela 16 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente *Campus* Sede (Maracanã)

Ensino técnico subsequente	2015	2015
	1º sem	2º sem
Edificações	142	188
Eletrotécnica	81	114

Mecânica	113	216
Segurança do Trabalho	117	101
Telecomunicações	48	159
Eletrônica	54	81
Administração (Anual)	48	48
Total	603	907

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Tabela 17 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente *Campus Itaguaí*

Curso técnico	2015	2015
	1º sem	2º sem
Portos	166	147
Total	166	147

Fonte: GERAC/SIE (Posição de 11/02/2016)

Número de alunos matriculados no ensino técnico à distância

Lançado em 2007, o programa de ensino técnico a distância proporciona educação profissional técnica com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso aos cursos técnicos.

Tabela 18 Alunos matriculados no ensino técnico a distância *Campus Sede (Maracanã)*

Curso técnico	2015	2015
	1º sem	2º sem
Informática	-	-
Telecomunicações	5	329
Segurança do Trabalho	429	744
Total	434	1073

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Número de alunos matriculados nos ensinos técnicos concomitante interno e externo e integrado

Os números apresentados são relativos aos alunos matriculados nas modalidades concomitantes interno e externo de ensino técnico.

Tabela 19 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante *Campus Sede (Maracanã)*

Ensino técnico concomitante	2015	2015
	1º sem	2º sem
Eletrônica	117	151
Eletrotécnica	101	116
Mecânica	152	214
Meteorologia	15	32
Edificações	146	245
Estradas	61	58
Telecomunicações	57	60
Segurança do Trabalho	72	57
Informática	67	86
Administração	86	115
Turismo e entretenimento	19	73
Total	893	1207

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Tabela 20 Alunos matriculados no ensino técnico integrado Unidade Sede (Maracanã)

Ensino técnico integrado	2015
Eletrônica	170
Eletrotécnica	179
Mecânica	179
Meteorologia	87
Edificações	200
Telecomunicações	98
Segurança do Trabalho	95
Informática	201
Administração	100
Turismo	67
Estradas	67

Total	1443
--------------	-------------

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 01/02/2016)

Tabela 21 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante (anual)- *Campus Nova Iguaçu*

Ensino técnico concomitante	2015
Eletromecânica	86
Enfermagem	79
Informática	82
Telecomunicações	106
Total	353

Fonte: Direção da unidade (Posição de 03/02/2016)

Tabela 22 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus Nova Iguaçu*

Ensino técnico integrado	2015
Automação Industrial	80
Enfermagem	89
Informática	80
Telecomunicações	80
Total	329

Fonte: Direção do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 23 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus Maria da Graça*

Ensino técnico concomitante	2015	
	1º sem	2º sem
Manutenção Automotiva	63	35
Segurança do Trabalho	89	71
Automação Industrial	61	38
Total	213	144

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 24 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Maria da Graça

Ensino técnico integrado	2015
Manutenção Automotiva	56
Segurança do Trabalho	67
Automação Industrial	71
Total	194

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 25 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Petrópolis

Ensino técnico concomitante	2015	
	1º sem	2º sem
Telecomunicações	41	33
Total	41	33

Fonte: GERAC/SERAC (Posição de 21/01/2016)

Tabela 26 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Petrópolis

Ensino técnico integrado	2015
Telecomunicações	25
Total	25

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 12/02/2016)

Tabela 27 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Nova Friburgo

Ensino técnico concomitante	2015	
	1º sem	2º sem
Informática Industrial	09	07
Informática	38	31
Total	47	38

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 28 Alunos matriculados no ensino técnico integrado – Campus Nova Friburgo

Ensino técnico integrado	2015
Informática	40
Total	40

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 29 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Itaguaí

Ensino técnico concomitante	2015	
	1º sem	2º sem
Mecânica	187	174
Total	187	174

Fonte: GERAC/SIE (Posição de 11/02/2016)

Tabela 30 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Campus Itaguaí

Ensino técnico integrado	2015
Mecânica	75
Total	75

Fonte: GERAC/SIE (Posição de 11/02/2016)

Tabela 31 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Angra dos Reis

Ensino técnico concomitante	2015	
	1º sem	2º sem
Mecânica	196	161
Total	196	161

Fonte: Direção do *Campus* (Posição de 03/02/2016)

Tabela 32 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Valença

Ensino técnico concomitante	2015	
	1º sem	2º sem
Agroindústria	69	68
Total	69	68

Fonte: DERAC/SIE (Posição de 12/02/2016)

Tabela 33 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Campus Valença

Ensino técnico integrado	2015
Alimentos	10
Química	19
Total	29

Fonte: SIE (Posição de 12/02/2016)

Número de alunos matriculados no ensino técnico – PROEJA

A instituição não ofereceu cursos do PROEJA em 2015.

Tabela 34: Sumário dos alunos matriculados no ensino técnico de todos os campi

Alunos de ensino técnico por modalidade	2015	2015
	1º sem	2º sem
Subsequente (presencial)	769	1054
Subsequente (à distância/e-Tec)	434	1073
Integrado	2135	2135
Concomitante (semestral e anual)	1999	2178
Total	5337	6440

Obs: No caso do técnico concomitante de Nova Iguaçu e os integrados de todos os *campi*, que são anuais, foi considerado o mesmo número de alunos matriculados no 1º e 2º semestre.

10.1.2 Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa Universitária - DIPPG

No que se refere à ação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* o número máximo de alunos matriculados foi igual a 279, o que representa um valor superior à meta prevista (33%) de 210 matrículas. Em relação à ação de difusão da pesquisa, as metas físicas previstas para artigos publicados em periódicos científicos e em anais de congressos científicos (200 e 240, respectivamente) também foram superadas, atingindo-se, respectivamente os seguintes valores: 203 e 322.

10.1.2.1 Pós-Graduação - DIPPG

Neste item são apresentados os principais resultados das atividades de pós-graduação em 2015. A Pós-Graduação conta atualmente com 8 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 5 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Indicadores relativos aos últimos anos mostram que a pós-graduação na Instituição está em franco crescimento, observando-se o envolvimento de um número cada vez maior de docentes.

O número de discentes da pós-graduação *stricto sensu* teve um crescimento de 194 para 264 e a pós-graduação *lato sensu* conta com 235 alunos na modalidade de ensino à distância (UAB) e 62 na modalidade presencial, de acordo com dados levantados em dezembro de 2015.

Em 2010, a CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM. Em 2013 a CAPES aprovou o primeiro curso de doutorado do CEFET/RJ dentro do PPCTE, tendo sido atribuído conceito 4. Também na avaliação trienal 2010-2013 o PPTEC recebeu conceito 4, sendo que neste ano mudou o seu nome para Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) e teve a proposta de criação de seu curso de doutorado aprovada pela CAPES em dezembro. O curso de doutorado do PPPRO terá início em 2016. Cabe ressaltar que dos 8 programas em funcionamento os 4 programas com cursos de mestrado (PEMM, PPEEL, PPRER e PPFEN) são muito recentes, ficando com o conceito 3 usual para cursos novos. Os 8 programas em funcionamento em 2015 contam com um total de 77 bolsas (61 da CAPES, 2 do CNPq e 14 do orçamento do CEFET/RJ). Em 2015 dois novos programas deram início às suas atividades: o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN), que tem início com um curso de mestrado profissional, e o Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO), em associação com a UFF e que tem início com o curso de doutorado.

No segundo semestre de 2015, o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM), com um curso de mestrado profissional, encerrou as suas atividades. O encerramento das atividades foi decorrente da criação pela CAPES de mestrados profissionais em rede na área de atuação do programa, associada à formação de professores da educação básica e recém-formados nas licenciaturas nas áreas de ciências naturais e matemática. O PPECM deu origem ao PPCTE que atualmente conta com cursos de mestrado acadêmico e doutorado. Grande parte dos docentes do PPECM continuam a atuar no PPCTE.

10.1.2.2 Difusão da Pesquisa Universitária - DIPPG

Aqui são apresentados os principais resultados associados às atividades da pesquisa em 2015. A Pesquisa tem as suas atividades estruturadas através dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 15 para 32, durante o período de 2007 a 2015, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com

produção científica qualificada envolvida diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o CEFET/RJ possui 10 Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 bolsista nível 1D e 9 bolsistas nível 2).

Em 2015 as atividades de pesquisa desenvolvidas na Instituição foram difundidas através da sua publicação em 203 artigos de periódicos científicos e em 322 artigos de anais de congressos científicos.

Os Programas Institucionais de Bolsas Iniciação Científicas (PIBIC) nas modalidades para a graduação e para o nível médio/técnico são programas vitais para a institucionalização da pesquisa na Instituição, pois permitem integrar alunos de graduação e do médio/técnico às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores do CEFET/RJ. Assim, em 2015, o PIBIC conta com um total de 134 bolsas: 53 do CNPq e 81 do CEFET/RJ. Existe a participação de docentes orientadores lotados em diferentes departamentos acadêmicos, o que fortalece a integração entre os 2 níveis de ensino já observada nos grupos de pesquisa e nos programas e cursos de pós-graduação. Os alunos do PIBIC são potenciais candidatos para desenvolverem dissertações nos cursos de mestrado da Instituição, fato que se têm observado nos últimos anos. O PIBIC também tem contribuído para melhorar a qualidade dos cursos de graduação, conforme pode ser confirmado pelas últimas avaliações do ENADE.

O PIBIC-EM ainda é um programa novo que apresenta um grande potencial de crescimento, tendo um importante papel de aumentar a integração das atividades de pesquisa com o médio/técnico. No exercício foram oferecidas 60 bolsas nessa modalidade.

Através dos investimentos com recursos da Instituição e de recursos captados por pesquisadores do CEFET/RJ junto aos órgãos de fomento (CNPq, FINEP, FAPERJ, etc) foi possível ampliar significativamente a infraestrutura de pesquisa.

10.1.2.3 Atividades de Pesquisa e Pós-graduação - DIPPG

Nas seções subsequentes serão apresentadas as métricas das atividades de pesquisa e pós-graduação.

10.1.2.3.1 Cursos de especialização - DIPPG

Na **Tabela 34** Erro! Fonte de referência não encontrada. é apresentado o número de alunos matriculados e o de certificados emitidos pelos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* fornecidos pelo CEFET/RJ.

Tabela 34 Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* - DIPPG

Curso	Matriculados	Certificados
Engenharia Mecânica com Ênfase em Eficiência Energética	10	0
Ensino de Filosofia	14	5
Letramento	0	16
Línguas Estrangeiras	0	15
Matemática Computacional Aplicada	8	0
Relações Etnicorraciais	0	3
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	30	0
Trabalho, Tecnologia e Educação	0	1
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Angra dos Reis	0	10
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Campo Grande	49	0
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Friburgo	61	3

UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Iguaçu	0	20
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Petrópolis	0	21
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Pirai	0	21
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Volta Redonda	0	17
UAB Educ.Tec. À Distância Pólo Miguel Pereira	23	0
UAB Educ.Tec. À Distância Pólo Niterói	30	0
UAB Educ.Tec. À Distância Pólo Paracambi	19	0
UAB Educ.Tec. À Distância Pólo Resende	15	0
UAB Educ.Tec. À Distância Pólo São Gonçalo	19	0
UAB Educ.Tec. À Distância Pólo Três Rios	19	0
Total	297	132

10.1.2.3.2 Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

A meta orçamentária prevista para 2015 foi de 210 alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Na **Tabela 35**, são mostrados os números de alunos matriculados em dezembro de 2015. O número de alunos matriculados varia ao longo do ano em função da entrada de alunos através dos diversos processos seletivos e das saídas associadas às defesas das dissertações e teses. Em dezembro de 2015, o número de alunos matriculados foi igual a 264, indicando um aumento de 26% em relação à meta prevista.

Tabela 35 Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

Curso	Matriculados	Certificados
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas	35	09
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	00	04
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	62	08
Mestrado em Engenharia Elétrica	30	07
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação	27	12
Mestrado em Relações Étnico-raciais	44	17
Mestrado em Filosofia e Ensino	29	00
Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada	04	00
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação	33	00
Total	264	57

Pode também ser observado (**Tabela 36**) que os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* vêm aumentando sistematicamente o número de alunos matriculados.

Tabela 36 Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*– DIPPG (Dez 2014)

Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos matriculados	170	193	176	194	279
Total	170	193	176	194	279

A previsão para 2015 foi de 200 publicações em periódicos científicos e dissertações. No final do exercício essa métrica alcançou o patamar de 164 documentos, como pode ser observado na **Tabela 37**, o que representa um valor 18% inferior ao previsto.

Tabela 37 Trabalhos produzidos pela Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

Tipo de trabalho produzido pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Quantidade
Dissertação de mestrado	57
Publicação Científica em periódicos científicos	107
Total	164

10.1.2.4 Concessão de bolsas - DIPPG

No exercício de 2015, o CEFET/RJ concedeu 77 bolsas relacionadas 134 à pós-graduação e relacionadas à pesquisa. A divisão entre os programas específicos é apresentada na **Tabela 38**.

Tabela 38 Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG

Modalidade de concessão	Matriculados	Certificados
Mestrado Convênio CAPES	59	08
Mestrado Bolsa CEFET	12	02
Mestrado BolsaCNPq	02	00
Mestrado Bolsa FAPERJ	00	00
PIDCT	0	0
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CEFET)	73	50
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CNPq)	33	33
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CEFET)	08	40
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CNPq)	20	20
Total	207	153

10.1.2.5 Eventos, seminários e simpósios organizados - DIPPG

Os seguintes eventos foram organizados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ:

- **Minicurso "Asymptotic Homogenization Method: Basics and Applications in Mechanics of Composite Materials and Structures"** oferecido pelo Prof. Alexander Kalamkarov da Dalhousie University (Halifax, Canadá) no dia 21/05/2015. O Prof. Kalamkarov é um pesquisador conceituado na área de materiais compósitos e estruturas inteligentes e vem ao Brasil através do projeto de pesquisa "ESTRUTURAS INTELIGENTES COMPÓSITAS E NANO-COMPÓSITAS LEVES", aprovado no CNPq por equipe formada por pesquisadores do PPEMM-CEFET/RJ e do PEM-UFRJ. O projeto, na modalidade de Pesquisador Visitante Especial do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), prevê a permanência do pesquisador visitante no Brasil durante o período de 1 mês por ano durante 3 anos. Esta é a segunda visita do pesquisador que já esteve no CEFET/RJ em agosto de 2014. Local: campus do Maracanã.
- **XIII Conferência Internacional sobre História, Filosofia e Ensino da Ciência (13th Biennial IHPST Conference)**, que aconteceu no CEFET/RJ entre os dias 22 e 25 de julho, reuniu pesquisadores de 22 países que apresentaram 115 trabalhos acadêmicos. A conferência, considerada uma das mais importantes da área de História, Filosofia e Ensino de Ciências, acontece a cada dois anos e é organizada pelo "The International Group of History, Philosophy and Science Teaching" (IHPST), grupo fundado em 1987. Pela primeira vez, o evento vai acontecer fora do eixo Europa-Canadá-Estados Unidos. O principal objetivo do IHPST é o aperfeiçoamento do ensino da Ciência e da Matemática nas escolas e

universidades. Organização: Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE). Local: campus do Maracanã.

- **Colóquio Internacional - Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas.** Organização: Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER); Período: 21/10 a 23/10/2014; Local: campus do Maracanã.
- **3ª Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação – JIPP 2015;** O evento engloba o 5º Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação e o 15º Seminário de Iniciação Científica (graduação e ensino médio); Organização: DEPEQ/COPET/COLAT/PPGSS; Período: 21/10 a 23/10/2014; Local: campus do Maracanã.

10.1.2.6 Métricas do PDI relativas à Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG

ATIVIDADES DE PESQUISA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	HISTÓRICO					
		2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.3.11. Incrementar, gradativamente, o número e o status de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq	TOTAL	22	25	24	24	28	32
2.3.12. Incrementar, em todas as Unidades de Ensino, o número projetos institucionais de pesquisa desenvolvidos por docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino	TOTAL	26	34	54	183	158	166

ATIVIDADES DE PÓS-GRADUAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	HISTÓRICO					
		2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.3.18. Melhorar os indicadores de avaliação dos programas e cursos de pós-graduação já existentes	Número de Programas <i>Stricto Sensu</i>	5	6	6	6	6	8
	Número de Cursos de Mestrado Acadêmico	4	5	5	5	5	5
	Número de Cursos de Mestrado Profissional	1	1	1	1	1	2
	Número de Cursos de Doutorado	0	0	0	1	1	2
	Número de Cursos com Conceito CAPES/MEC igual a 7	0	0	0	0	0	0
	Número de Cursos com Conceito CAPES/MEC igual a 6	0	0	0	0	0	0
	Número de Cursos com Conceito CAPES/MEC igual a 5	0	0	0	0	0	0

	Número de Cursos com Conceito CAPES/MEC igual a 4	1	1	1	2	2	3
	Número de Cursos com Conceito CAPES/MEC igual a 3	4	5	5	5	5	6

10.1.3 Funcionamento da Extensão - DIREX

10.1.3.1 Estágio e Emprego

Serviços	2013	2014	2015
Ofertas para Estágio	1132	1380	951
Termos de Compromisso	1822	1889	1519
Termos Aditivos	786	786	898
Carta de Rescisão	320	290	263
Empresas conveniadas	1739 ⁽¹⁾	2017	2297
Declaração Expedida Lei 11.788	288	323	263
Ofertas de Emprego	544	211	189
Palestra de orientação no mercado	9	16	12

Fonte: DIEMP/DIREX

⁽¹⁾ A partir de 2013 estão computados apenas os Convênios vigentes em dezembro do mesmo ano.

10.1.3.2 Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público (2015)
Cursos	1892
Oficinas	321
Eventos de Extensão	18472
Produção e Publicação	1
Programa Bolsas de Extensão	140
Projetos de Extensão	206221
Programa de Educação Tecnológica	520

Programa de Assistência Estudantil	2172
Alunos cadastrados na CAE	911

Fonte: CAE/ DEAC/DIREX

10.1.3.3 Detalhamento dos Eventos da Semana de Extensão no Sistema CEFET/RJ

MARACANÃ

Eventos	Quantidade
Mínicurso	04
Projetos Exposup/Expotec	112
Seminário	03
Palestra	37
Oficina	01
Mesa redonda	08
Evento artístico cultural	07
Pôster	49
Outras Atividades	13

Fonte: DEAC

PETRÓPOLIS

Eventos	Quantidade
Mínicurso	08
Projetos Exposup/Expotec	03
Seminário	01
Palestra	18
Oficina	05
Mesa redonda	01
Evento artístico cultural	10
Pôster	-
Outras Atividades	13

Fonte: DEAC

NOVA IGUAÇU

Eventos	Quantidade
Minicurso	16
Projetos Exposup/Expotec	29
Seminário	01
Palestra	40
Oficina	-
Mesa redonda	01
Evento artístico cultural	03
Pôster	21
Outras Atividades	26

Fonte: DEAC

ANGRA DOS REIS

Eventos	Quantidade
Minicurso	06
Projetos Exposup/Expotec	04
Seminário	18
Palestra	05
Oficina	01
Mesa redonda	-
Evento artístico cultural	-
Pôster	13
Outras Atividades	-

Fonte: DEAC

NOVA FRIBURGO

Eventos	Quantidade
Minicurso	07
Projetos Exposup/Expotec	-
Seminário	01
Palestra	04
Oficina	-
Mesa redonda	02
Evento artístico cultural	01
Pôster	05
Outras Atividades	01

Fonte: DEAC

MARIA DA GRAÇA

Eventos	Quantidade
Minicurso	05
Projetos Exposup/Expotec	21
Seminário	-
Palestra	08
Oficina	04
Mesa redonda	-
Evento artístico cultural	08
Pôster	20
Outras Atividades	-

Fonte: DEAC

VALENÇA

Eventos	Quantidade
Minicurso	09
Projetos Exposup/Expotec	05
Seminário	05
Palestra	08
Oficina	01
Mesa redonda	03
Evento artístico cultural	04
Pôster	16
Outras Atividades	07

Fonte: DEAC

ITAGUAÍ

Eventos	Quantidade
Minicurso	05
Projetos Exposup/Expotec	24
Seminário	-
Palestra	20
Oficina	01
Mesa redonda	01
Evento artístico cultural	07
Pôster	56
Outras Atividades	-

Fonte: DEAC

10.1.3.4 Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora de Empresas Tecnológicas

Incubadora de Empresa Tecnológica - IETEC	2013	2014	2015
Empresas Incubadas	3	5	5
Projetos Pré-Incubados	7	4	5
Atendimento ao público	432	2732	2600
Lançamento de Edital	2	2	1
Empresas Graduadas (acumulado)	15	17	18
Projetos descontinuados (acumulado)	21	22	29

Fonte: IETEC/DIREX

10.1.3.5 Eventos de Empreendedorismo Inovador – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS	2013	2014	2015
Empresas Incubadas	-	Fase de Implantação	2
Projetos Pré-Incubados	-	Fase de Implantação	2
Atendimento ao público	-	Fase de Implantação	3
Lançamento de Edital	-	Fase de Implantação	2
Empresas Graduadas (acumulado)	-	Fase de Implantação	-
Projetos descontinuados (acumulado)	-	Fase de Implantação	-

Fonte: ITESS/DIREX

10.1.3.6 Gestão de Convênios Ativos IETEC

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro – REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro	Edital MCTI/FINEP– PNI – Incubadoras – 12/2010 – Conv. Referência 1848/2010	- Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado = prospecção de projetos promissores; - Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas; - Implantar a metodologia CERNE. Situação atual: em andamento.
Programa Shell Iniciativa Jovem e CEFET/RJ	Acordo de Parceria E_37/2014 - Apoio as Incubadoras de empresas de base tecnológica no Estado do Rio de Janeiro	Disponibilizar, através da metodologia Iniciativa Jovem, cursos, consultoria, palestras e debates com vistas ao estímulo da cultura empreendedora entre alunos do CEFET/RJ. Situação atual: Ativo

Fonte: IETEC/DIREX

10.1.3.6 Gestão de Convênios de Extensão Ativos

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho-FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos.
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bem-vindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
CEFET/RJ / UNIVERSIA BRASIL S.A	Cooperação Técnica	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de

		informações na área de educação.
CEFET/RJ / Santander Brasil	Convênio	Conceder Bolsa de EDUCAÇÃO “EAD” Ensino de idiomas à distância
CEFET/RJ / Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	Convênio	Constituir fórum interuniversitário de cultura do Rio de Janeiro (FIC/RJ)
CEFET/RJ / Fundação Itaú Social	Termo de Cooperação Técnica	Realizar curso de avaliação de políticas públicas e/ou projetos sociais
Instituições Federais de Ensino integrantes do Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária – FORPROEX – Regional Sudeste	Projeto Corredor Cultural	Criar um circuito universitário de cultura composto pelas Instituições integrantes do projeto

Fonte: DIREX

Obs.: Todos os convênios são não onerosos

10.1.3.7 Eventos de Extensão Realizados no Sistema CEFET/RJ em 2015

Nos quadros a seguir estão quantificados os Eventos de Extensão (cursos, palestras, seminários, etc) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se os realizados durante a Semana de Extensão 2015 (quantificados no item 10.1.3.3)

Campus Maracanã	QUANTIDADE
CEFET Jr. Consultoria	7
DEAC	68
DIEMP	12
ENACTUS CEFET RJ	41
Programa Turma Cidadã	12

Fonte: DEAC/DIEMP//ENACTUS CEFETRJ/CEFET JR/ Programa Turma Cidadã/DIREX

Demais Campi	QUANTIDADE
Valença	07
Nova Friburgo	27
Nova Iguaçu	16
Maria da Graça	04
Petrópolis	03
Angra dos Reis	18
Itaguaí	06

Fonte: DEAC/IETEC/DIREX

10.2 Considerações Finais

É com satisfação que registramos o desempenho do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ no exercício de 2015, durante a gestão do Professor Carlos Henrique Figueiredo Alves na direção deste Centro.

O caminho para o cumprimento da sua missão, os novos desafios e a complexidade dos tempos modernos exige do CEFET/RJ o constante aprimoramento de sua estrutura organizacional e de sua forma de atuação. São exemplos: a formação de novos cursos, a abertura de novos pólos de ensino, a ampliação da modalidade de ensino a distância e tecnologias envolvidas, a atuação expressiva na extensão universitária e em pesquisa de ponta.

Assim, a estrutura organizacional do CEFET-RJ foi consolidada, dando continuidade ao propósito de fortalecer a excelência na execução dessas atividades.

Destarte, o CEFET/RJ objetiva tratar de forma mais profunda as grandes áreas temáticas do país no que compete a questão do ensino, pesquisa e extensão. Nossa instituição, concentra-se essencialmente em uma das áreas em que o cidadão brasileiro, especificamente o cidadão fluminense, tem um maior nível de preocupação que é a educação, onde o que prevalece é a atuação com responsabilidade socioambiental.

Por sua vez, 2015 foi marcado pela consolidação e aprimoramento da estrutura administrativa deste Centro, notadamente por meio de ajustes dos processos de trabalho dos *Campi*, bem como seu fortalecimento, visto que em sua maioria têm menos de 10 anos de existência.

Importante salientar também os avanços no processo de planejamento institucional, o que culminou com a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), resultado de profundas reflexões internas e que envolveu grande número de discentes, docentes e dirigentes deste Centro. Ressalva-se que o referido plano está em fase de análise da diretoria para posterior submissão ao Conselho Diretor da instituição.

No âmbito do ensino, cabe destacar a atuação do CEFET-RJ com os seguintes números: a) mais de 14.000 estudantes matriculados em 2015; b) 9 Cursos *Stricto Sensu*; e c) mais de 2.000 estudantes atendidos no Programa de Assistência Estudantil. De forma geral, no ano de 2015, o impacto social do CEFET/RJ na sociedade atingiu mais de 100.000 pessoas.

Estes são apenas alguns resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo CEFET/RJ, os quais reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição de atuar com excelência no ensino com

o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da qualidade do ensino público, em benefício da sociedade.

Por fim, destacamos que o relevante desempenho do CEFET/RJ no ano de 2015 somente foi possível por meio da efetiva participação das pessoas dessa instituição, da adesão do corpo funcional, do trabalho em equipe e do efetivo atendimento do dever constitucional e social de zelar pela gestão com responsabilidade e qualidade dos recursos públicos em prol da sociedade.

11. ANEXOS E APENDICES



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSION
21/03/2016

PAGINA
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	1.771.499,15		Despesas Orçamentárias	320.812.008,80	
Ordinárias	313.285,96		Ordinárias	111.015.362,09	
Vinculadas	1.458.213,19		Vinculadas	209.796.646,71	
Educação			Educação	165.751.699,19	
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)		
Operação de Crédito			Operação de Crédito	42.857.392,68	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.458.213,19		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.187.554,84	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-				
Transferências Financeiras Recebidas	321.073.173,58		Transferências Financeiras Concedidas	328.063,76	
Resultantes da Execução Orçamentária	301.461.279,23		Resultantes da Execução Orçamentária	14.777,80	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido	301.461.279,23		Repasso Concedido	14.777,80	
Sub-repasso Recebido			Sub-repasso Concedido		
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	19.611.894,35		Independentes da Execução Orçamentária	313.285,96	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.719.278,94		Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	892.615,41		Movimento de Saldos Patrimoniais	313.285,96	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	21.100.541,93		Despesas Extraorçamentárias	19.901.751,83	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.493.614,12		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18.573.718,57		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	19.877.302,59	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.349,24		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.349,24	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.860,00		Outros Pagamentos Extraorçamentários	100,00	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	100,00	


 EXERCÍCIO
 2015

 PERÍODO
 Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

 EMISSÃO
 21/03/2016

 PAGINA
 2

SUBTÍTULO 26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	8.860,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	4.417.721,90	-	Saldo para o Exercício Seguinte	7.321.112,17	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.417.721,90	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.321.112,17	-
TOTAL	348.362.936,56	-	TOTAL	348.362.936,56	-


 EXERCÍCIO
 2015

 PERÍODO
 Anual

 EMISSÃO
 21/03/2016

 PÁGINA
 1

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.482.500,00	3.482.500,00	1.771.499,15	-1.711.000,85
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	846.594,00	846.594,00	657.100,69	-189.493,31
Receitas Imobiliárias	846.594,00	846.594,00	657.100,69	-189.493,31
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.135.906,00	1.135.906,00	800.323,17	-334.982,83
Transferências Correntes	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-1.500.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-1.500.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	313.475,29	313.475,29
Multas e Juros de Mora	-	-	189,33	189,33
Indenizações e Restituições	-	-	313.285,96	313.285,96
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-


 EXERCÍCIO
 2015

 PERÍODO
 Anual

 EMISSÃO
 21/03/2016

 PAGINA
 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.482.500,00	3.482.500,00	1.771.499,15	-1.711.000,85
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.482.500,00	3.482.500,00	1.771.499,15	-1.711.000,85
DÉFICIT			319.040.509,65	319.040.509,65
TOTAL	3.482.500,00	3.482.500,00	320.812.008,80	317.329.508,80
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-


 EXERCÍCIO
 2015

 PERÍODO
 Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

 EMISSÃO
 21/03/2016

 PAGINA
 3

SUBTÍTULO 26255 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPEGA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	283.787.119,00	316.879.242,00	310.190.944,90	299.885.802,86	298.263.619,71	6.688.297,10
Pessoal e Encargos Sociais	232.655.179,00	262.601.982,00	260.835.968,89	260.835.968,89	260.835.968,89	1.766.013,11
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	51.131.940,00	54.277.260,00	49.354.976,01	39.049.833,97	37.427.650,82	4.922.283,99
DESPEAS DE CAPITAL	21.317.492,00	20.305.029,00	10.621.063,90	2.352.487,37	1.481.056,40	9.683.965,10
Investimentos	21.317.492,00	20.305.029,00	10.621.063,90	2.352.487,37	1.481.056,40	9.683.965,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	305.104.611,00	337.184.271,00	320.812.008,80	302.238.290,23	299.744.676,11	16.372.262,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	305.104.611,00	337.184.271,00	320.812.008,80	302.238.290,23	299.744.676,11	16.372.262,20
TOTAL	305.104.611,00	337.184.271,00	320.812.008,80	302.238.290,23	299.744.676,11	16.372.262,20

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	4.194.600,99	6.365.496,87	5.530.039,72	5.453.389,77	4.644.049,71	462.658,38
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.194.600,99	6.365.496,87	5.530.039,72	5.453.389,77	4.644.049,71	462.658,38
DESPEAS DE CAPITAL	3.052.714,93	17.596.934,55	17.205.089,10	14.423.912,82	1.565.874,96	4.659.861,70
Investimentos	3.052.714,93	17.596.934,55	17.205.089,10	14.423.912,82	1.565.874,96	4.659.861,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.247.315,92	23.962.431,42	22.735.128,82	19.877.302,59	6.209.924,67	5.122.520,08

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	62.014,74	585,60	-	50.726,88	11.873,46
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-


 EXERCÍCIO
 2015

 PERÍODO
 Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

 EMISSÃO
 21/03/2016

 PAGINA
 4

SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	62.014,74	585,60	-	50.726,88	11.873,46
DESPESAS DE CAPITAL	11,95	-	-	11,95	-
Investimentos	11,95	-	-	11,95	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	62.026,69	585,60	-	50.738,83	11.873,46


 EXERCÍCIO
 2015

 PERÍODO
 Anual

 EMISSÃO
 21/03/2016

 PAGINA
 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	143.358.013,08	139.081.017,22			
Bens Imóveis	143.483.944,36	139.134.996,92			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-125.931,28	-53.979,70			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.743.979,40	988.465,29			
Softwares	1.743.979,40	988.465,29			
Softwares	1.743.979,40	988.465,29			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	246.629.881,24	224.452.232,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	246.629.881,24	224.452.232,84

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	7.321.112,17	35.644.061,13	PASSIVO FINANCEIRO	26.595.499,81	63.625.212,19
ATIVO PERMANENTE	239.308.769,07	188.808.171,71	PASSIVO PERMANENTE	51.354,39	-31.158.392,95
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	219.983.027,04	191.985.413,60

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.895.164,47	2.022.567,53	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	125.668.882,03	106.587,63
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.895.164,47	2.022.567,53	Execução dos Atos Potenciais Passivos	125.668.882,03	106.587,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	553.378,01	111.817,25	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.341.786,46	1.910.750,28	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	125.668.882,03	106.587,63
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.895.164,47	2.022.567,53	TOTAL	125.668.882,03	106.587,63



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 21/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-409.479,10
Recursos Vinculados	-18.864.908,54
Educação	-22.274.037,55
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-231.660,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.640.789,01
TOTAL	-19.274.387,64